

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS

JEFFERSON LUCIANO ZUCH DIAS

A TRADIÇÃO TAQUARA E SUA LIGAÇÃO COM O ÍNDIO KAINGANG

São Leopoldo

2004

JEFFERSON LUCIANO ZUCH DIAS

A TRADIÇÃO TAQUARA E SUA LIGAÇÃO COM O ÍNDIO KAINGANG

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM ESTUDOS HISTÓRICOS LATINO-AMERICANOS
UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
CURSO DE MESTRADO EM HISTÓRIA

Orientador: Prof. Dr. Pedro Ignácio Schmitz

São Leopoldo

2004

À minha família, por tudo.

Aos verdadeiros amigos que conheci ao longo desta caminhada.

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Dr. Pedro Ignácio Schmitz, pela oportunidade de realizar este trabalho, bem como pela confiança depositada em mim em todos estes anos de convivência e aprendizado.

Ao CNPq, pela concessão da Bolsa de Mestrado, sem a qual eu não teria conseguido realizar este curso.

Aos pesquisadores, funcionários e bolsistas do Instituto Anchieta de Pesquisas, pelo apoio.

Aos professores, funcionários e colegas do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, alguns dos quais, companheiros já de longa data.

À minha noiva Cláudia, pela paciência e colaboração nos instantes finais deste trabalho.

Aos amigos Jairo Henrique Rogge, Marcus Vinícius Beber, André Osório Rosa, Julian Mauhs e Luís Fernando Laroque; bem como às amigas Juliane Maria Puhl Gomes, Fabiana Haubert e Elaine Smaniotto, pela ajuda nos momentos de dúvida, pelos esclarecimentos e também pela paciência dispensada.

Ao U2, que com suas músicas embalou muitas das leituras realizadas.

À George Lucas por nos permitir ir para uma galáxia muito, muito distante.

Que a FORÇA esteja com vocês,

sempre.

(Mestre Jedi Yoda)

RESUMO

A presente Dissertação tenta examinar de maneira empírica a continuidade histórica entre a tradição Taquara e o índio Kaingang. Até o presente momento se supõe que os Kaingang são descendentes das populações da tradição Taquara. Revendo o que já se produziu, tanto sobre a tradição Taquara, quanto sobre o índio Kaingang, podemos perceber, à primeira vista, algumas similaridades.

O trabalho procurou conciliar as informações arqueológicas com os dados etnográficos. Em um primeiro momento produzindo sínteses para cada um dos campos e em um segundo momento, comparando-as. Desta maneira, através do resgate de elementos ligados à cultura material tanto da tradição Taquara quanto do índio Kaingang, procedemos com as referidas compilações de dados.

Entre a tradição Taquara e o índio Kaingang existem pontos em comum, embora percebidos com certa dificuldade e pontos divergentes, pois com o passar do tempo seus padrões culturais sofreram alterações que os tornaram, diferentes. São elementos pertencentes a tempos e circunstâncias distintas, mas que em essência continuam representando culturalmente o mesmo grupo, respondendo às necessidades de seus membros.

ABSTRACT

The present dissertation aims to examine in empirical way the historical continuity between the Taquara Archaeological Tradition and the Kaingang indians. At the time we suppose that the Kaingang indians are descendants of the Taquara Archaeological Tradition. Reviewing what was already produced about the Taquara Archaeological Tradition and about the Kaingang indians we can perceive, at a first sight, some similarity.

This work seeks to accord the archaeological informations with the ethnographic data. At a first moment producing a synthesis on each one of the fields and, at a second moment comparing them. So, through the recovering of elements linked to material culture of the Taquara Archaeological Tradition and the Kaingang indians, we proceed the compilation of the data.

Between the Taquara Archaeological Tradition and the Kaingang indians there are some common points, but perceived with some difficulty, and divergent points, since as the time goes their cultural patterns suffered changes that turn them different. These elements pertain to distinct times and circumstances but, in essence, remain representing culturally the same group, answering the necessities of their members.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 PESQUISAS SOBRE POPULAÇÕES DO PLANALTO	22
1.1 A Pesquisa Arqueológica	22
1.2 Informações Etnográficas	40
2 O AMBIENTE E SEUS RECURSOS	45
3 OS SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS	66
3.1 Os Sítios de Habitação e seus Recursos	66
3.2 A Datação	81
3.3 A Deposição dos Mortos	90
3.4 O Padrão Cultural da Tradição Taquara	96
4 O ÍNDIO KAINGANG	106
4.1 O Território	108
4.2 A Sociedade	111
4.3 A Aldeia	116
4.4 A Alimentação	122
4.5 O Vestuário	127
4.6 Os Instrumentos	128
4.7 As Guerras	133
4.8 Os Sepultamentos	135
4.9 Os Kaingang do Rio Grande do Sul	142
5 A RELAÇÃO ENTRE A TRADIÇÃO TAQUARA E O ÍNDIO KAINGANG	147
5.1 Os Elementos Comparativos	151

CONCLUSÃO	183
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	193
Obras Consultadas	202

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Áreas pesquisadas durante o primeiro ano de execução do PRONAPA.	27
Figura 2: Localização aproximada das fases da tradição Taquara, no Estado do Rio Grande do Sul.	36
Figura 3: Relevo da Região Sul.	48
Figura 4: Cobertura vegetal da Região Sul.	49
Figura 5: Localização aproximada das fases, regiões e sítios pesquisados da tradição Taquara.	67
Figura 6: Municípios gaúchos pesquisados no planalto, na encosta e litoral.	70
Figura 7: Cerâmica da tradição Taquara, formas do litoral.	73
Figura 8: Cerâmica da tradição Taquara, formas do litoral.	74
Figura 9: Cerâmica da tradição Taquara, formas do planalto.	75
Figura 10: Instrumentos líticos, formas do planalto.	77
Figura 11: Instrumentos líticos, formas do planalto.	78
Figura 12: Instrumentos líticos, formas do planalto.	79
Figura 13: Instrumentos líticos, formas do planalto.	80
Figura 14: Distribuição das fases da tradição Taquara no Rio Grande do Sul.	86
Figura 15: Datas da fase Taquara.	87
Figura 16: Datas da fase Guatambu.	87
Figura 17: Datas da fase Taquaruçu.	87
Figura 18: Localização aproximada das áreas indígenas no Estado.	109
Figura 19: Território Kaingang no Brasil Meridional e na Argentina.	114
Figura 20: Localização aproximada de alguns dos antigos territórios dos grupos Kaingang.	115
Figura 21: Marcas feitas nos pinheirais pelos Kaingang para demarcação de seu território.	121
Figura 22: Planta esquemática de uma aldeia Kaingang no Estado do Paraná.	121
Figura 23: Representação de alguns utensílios utilizados pelos Kaingang.	131
Figura 24: Território e localização das sub-tribos do cacique Braga.	146
Figura 25: Localização das fases da tradição Taquara e das Áreas indígenas.	152
Figura 26: Avanço da frente de expansão pelo Brasil Meridional.	153

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: As fases da tradição Taquara no Rio Grande do Sul.	33
Quadro 2: Algumas plantas encontradas na área pesquisada.	52
Quadro 3: Alguns animais mamíferos do planalto sul-rio-grandense, encontrados na área pesquisada.	60
Quadro 4: Algumas aves do planalto sul-rio-grandense, encontradas na área pesquisada.	61
Quadro 5: Datas de C ¹⁴ e TL para os sítios da tradição Taquara no Rio Grande do Sul.	82
Quadro 6: Datas de TL, para os sítios da tradição Taquara em São Paulo.	88
Quadro 7: Datas de TL do sítio RS-A-27.	88
Quadro 8: Datas de TL calibradas do sítio RS-A-27.	89
Quadro 9: Datas de C ¹⁴ e TL do sítio RS-A-27.	89
Quadro 10: Elementos comparativos entre a Arqueologia e a Etnografia.	180

Figura 27: Modelos de casas utilizadas pela tradição Taquara e pelo índio Kaingang.	154
Figura 28: Localização dos territórios dos Caciques Kaingang.	157
Figura 29: Localização dos sítios arqueológicos no município de Vacaria, RS.	160
Figura 30: Distribuição das "casas subterrâneas" no sítio RS-A-27.	161
Figura 31: "Casa subterrânea" 7, área escavada em janeiro de 2000.	167
Figura 32 : "Casa Subterrânea" 4, antes de ser escavada em janeiro de 2002.	167

INTRODUÇÃO

Até o presente momento, alguns arqueólogos supõem que os índios Kaingang são descendentes das populações portadoras da tradição Taquara¹. Contudo, faltam dados mais elaborados para que se possa afirmar tal hipótese. Existem algumas semelhanças que permeiam os registros feitos tanto pelas pesquisas arqueológicas quanto pelos relatos etnográficos temos também muitos pontos que divergem, pelo menos em uma primeira avaliação.

A presente dissertação tem por objetivo examinar a continuidade histórica entre a tradição Taquara e o índio Kaingang, de maneira empírica. A primeira denominação refere-se aos grupos humanos que ocuparam o Planalto Meridional desde os primeiros séculos da era cristã e tem seu registro feito principalmente através dos vestígios de sua cultura material. A segunda refere-se ao grupo que começa a ser descrito nos relatos etnográficos a partir do século XVI de nossa era. Tanto a Arqueologia quanto a Etnografia procuram resgatar e fornecer dados que possibilitem compreender como foi e de que maneira se processou a migração, instalação e adaptação destes grupos humanos por diversos ambientes, alguns deles distintos de suas áreas originais, outros similares a estas.

¹ No Capítulo 1 será explicado a significação desta terminologia.

Na Arqueologia temos o resgate de itens que servem para estabelecer o padrão de assentamento destes grupos, de que maneira eram feitas suas habitações, a forma de depositar seus mortos, como e quais eram seus instrumentos e qual matéria-prima era utilizada para fazê-los, a composição das aldeias e as datações que atestam a antigüidade destes sítios arqueológicos.

Na Etnografia temos o registro do cotidiano das atividades exercidas nas aldeias Kaingang, informações sobre sua dieta alimentar, o número de indivíduos pertencentes ao grupo, a divisão em caciques e sub-caciques e seus respectivos territórios, o tamanho e forma das casas e extensão da aldeia, até mesmo a divisão das tarefas dentro de cada família e sua estruturação dentro do grupo.

Os dados arqueológicos apesar de poucos, nos fornecem subsídios para a formulação de um primeiro panorama a respeito do padrão cultural destas populações. Já os dados etnográficos são abundantes e relativamente minuciosos em alguns pontos, em outros são extremamente superficiais e tendenciosos. A comparação entre os dados disponíveis nestas duas linhas de pesquisa pode nos fornecer elementos para que possamos tentar estabelecer a continuidade entre a tradição Taquara e o índio Kaingang, tema de nossa dissertação.

Dentro deste contexto, alguns dados podem confirmar que a tradição Taquara teve como sucessora em seu território (como será visto mais adiante em capítulo próprio) a partir do século XIX o grupo étnico chamado Kaingang, anteriormente conhecido nos estudos etnográficos feitos desde o século XVI, por Guaianá, ou Coroado (devido ao corte de cabelo, similar a uma coroa), ou ainda como Socré ou Shokléng, Kamé, Bugre, Botocudo, Aweikoma, Aweikoma-Kaingang, entre outros.

Não é uma tarefa simples tentar estabelecer o elo de ligação entre a tradição Taquara e o índio Kaingang, pois estamos trabalhando com duas abordagens diferentes. Neste contexto os parâmetros utilizados por cada disciplina privilegiam as sistemáticas de investigação

próprias de cada campo. A Arqueologia busca resgatar e interpretar os vestígios da cultura material² das populações pré-históricas. Já a Etnografia descreve as sociedades ágrafas dando ênfase aos padrões de comportamento sociocultural de determinado grupo histórico.

Com o passar dos anos, a Arqueologia e a Etnografia acabaram por afastar-se metodologicamente e cada uma seguiu por caminhos próprios, estabelecendo pressupostos teóricos e formando uma metodologia distinta. Somente nos últimos anos é que se vem tentando, através de uma conciliação entre estas abordagens, se estabelecer um novo campo de estudo que englobe as duas escolas. Numa tentativa de se reaproximar da Antropologia Social, a pesquisa arqueológica praticada no Brasil, nos últimos anos, vem acompanhando as tendências da arqueologia internacional, com a utilização de novas abordagens como a Etnoarqueologia e a incorporação de dados históricos, lingüísticos e biológicos.

As primeiras pesquisas arqueológicas em meados da década de 1960, através do Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas-PRONAPA, tinham como objetivo principal registrar a ocorrência de sítios arqueológicos no território brasileiro. Além desse registro, durante a execução do PRONAPA, estudou-se uma primeira distribuição espacial e uma diferenciação cultural das populações pré-históricas do Brasil, através da inserção num sistema de Tradições³, onde as peculiaridades dos diversos grupos humanos identificados serviram como parâmetro de distinção, e as especificidades estabeleceram as Fases⁴, que ficaram conhecidas com o desenvolver das pesquisas dos profissionais na área da arqueologia.

² Entendemos cultura material como sendo um grupo de objetos, artefatos, utensílios ou construções, que se encontram agrupadas em um conjunto fechado, atribuído a determinado grupo humano. Conforme é indicado no Dicionário de Arqueologia. Ver, o conceito de Associação, p.21 e de Cultura, p.41, em (SOUZA, 1997).

³Tradição conforme o Dicionário de Arqueologia (SOUZA, 1997, p.124), refere-se a grupos de elementos ou técnicas, com persistência temporal. Uma seqüência de estilos ou de culturas que se desenvolvem no tempo, partindo uns dos outros, e formam uma continuidade cronológica.

⁴Fase conforme o Dicionário de Arqueologia (SOUZA, 1997, p.55), refere-se a qualquer complexo de cerâmica, lítico, padrões de habitação, etc, relacionado no tempo e no espaço, num ou mais sítios.

Ítala Irene Basile Becker (1995, p.11), por sua vez, juntando os dados etnográficos, fala que "a história Kaingang pode ser apreciada em três épocas distintas: os séculos XVI, XVII e XVIII." Neste contexto a autora situa o século XVI como período mais antigo, pois segundo suas pesquisas, esta seria uma época em que o grupo viveria em um estado de relativo isolamento, começando de maneira intermitente a estabelecer um contato com o bandeirante português.

Revedo o que já se produziu, tanto sobre a tradição Taquara quanto sobre o índio Kaingang podemos perceber, à primeira vista, dados que remetem à algumas similaridades. A mais marcante é a ocupação de um mesmo espaço territorial, ou seja, o índio Kaingang está ocupando a quase totalidade da área que anteriormente foi ocupada pela tradição Taquara.

Outro ponto de convergência está na estruturação dos grupos em pequenos núcleos familiares formando várias aldeias, cada uma delas com o espaço geográfico bem definido através da demarcação, por meio de símbolos específicos, distinguindo o território de cada um dos grupos distribuídos pela região.

Outro item que também chama a atenção repousa no fato de que não temos o registro de nenhum outro grupo indígena nas áreas do Planalto Meridional em que são encontrados os vestígios da tradição Taquara e posteriormente os do índio Kaingang.

Por outro lado, as diferenças também são marcantes. Entre elas as mais significativas são a forma das habitações feitas por estas populações e a maneira pela qual cada um destes grupos enterra seus mortos.

A escolha deste tema deve-se, em primeiro lugar, à tradição de pesquisas do Instituto Anchietano de Pesquisas/Unisinos, que tem contribuído com as investigações arqueológicas, através da execução de numerosos trabalhos, o que gerou um volume considerável de informações. Em segundo lugar, temos também no referido centro de pesquisas, os estudos etno-históricos, em especial os feitos por Ítala Irene Basile Becker e Luís Fernando Laroque.

Ao juntarmos as informações pertencentes a cada uma destas linhas de pesquisa, temos o tema central desta dissertação, ou seja, a dispersão territorial Kaingang e sua ligação com a tradição Taquara.

Como veremos ao longo do trabalho, os resultados obtidos por outras equipes de arqueólogos que também se detiveram no estudo a respeito da tradição Taquara, bem como os relatos etnográficos a respeito do índio Kaingang, são aqui utilizados. Com isto ampliamos o horizonte de informações a respeito desta temática.

Especialmente limitamos nosso trabalho ao Estado do Rio Grande do Sul, mais especificamente às terras altas do Estado. O volume de informações referentes aos membros da tradição Taquara e do índio Kaingang nos fornecem neste espaço dados mais elaborados do que no restante do Planalto Meridional, onde estes grupos também são registrados, mas onde é necessário um maior aprofundamento nas pesquisas.

Temporalmente, para a Arqueologia, utilizamos as informações da tradição Taquara que começa nos primeiros séculos depois de Cristo e se estende até o século XIX. Da Etnografia usamos predominantemente os dados do século XIX, pois é durante este período que temos a descrição feita pelo engenheiro belga Alphonse Mabilde a respeito dos hábitos e costumes dos Kaingang antes de eles serem aldeados no Estado. Suas descrições foram posteriormente utilizadas por outros pesquisadores e nos serviram como fonte primária no que diz respeito as informações sobre a cultura material destes indígenas e sua organização sociocultural.

Datas de Carbono 14 (C^{14}), para a tradição Taquara indicando sua continuidade em meados do século XIX, com a ocupação de suas características "casas subterrâneas"⁵,

⁵ Alguns autores preferem utilizar o termo estruturas subterrâneas (REIS, 1980) ou estruturas de piso rebaixado (SCHMITZ et al, 2002). Não é nosso interesse aqui discutir qual nomenclatura é correta para designar tal tipo de sítio arqueológico, mas apresentar sua composição. Portanto, utilizaremos a primeira nomenclatura entre aspas, por ser a mais difundida entre os arqueólogos.

coincidem com o tempo em que Mabilde descreve os índio Kaingang, no mesmo lugar, como seus únicos habitantes. A coincidência temporal é perfeita.

O trabalho procurou conciliar as informações a respeito dos registros arqueológicos com os dados etnográficos. Em um primeiro momento produzindo sínteses para cada um dos campos e em um segundo momento, comparando-os. Trabalhamos com a hipótese de estarmos diante de um mesmo grupo étnico, apenas tratado com óticas diferentes. Desta maneira, através do resgate de elementos ligados à cultura material tanto da tradição Taquara quanto do índio Kaingang, procedemos com as referidas compilações de dados.

No decorrer da pesquisa enfrentamos algumas dificuldades, pois como dissemos anteriormente, estamos lidando com os resultados de duas abordagens diferentes. Neste sentido, as informações registradas até o presente momento obedeceram a interesses próprios de cada pesquisador. Devemos lembrar também que cada trabalho produzido foi feito por homens com idéias de seu tempo; nos casos dos primeiros relatos etnográficos, temos a mentalidade européia dos séculos XVI ao XIX permeando as observações destes homens. Os trabalhos mais recentes contam com um corpo teórico estruturado para proceder a estas investigações.

É importante destacar também que a grafia dos nomes de cidades, rios, plantas, animais e outros itens observados ao longo da pesquisa foi mantida conforme constava nos documentos originais. Também, conforme convenção estabelecida pela Associação Brasileira de Antropólogos (ABA), de 14 de novembro de 1953, os nomes dos grupos indígenas aqui apresentados, têm sua grafia conforme as resoluções desta associação, ou seja, aparecem escritos com a inicial maiúscula e no singular, exceto nos casos em que são retiradas citações de outras obras; nestas a grafia é a adotada por seus autores.

O presente trabalho foi dividido em cinco capítulos, cada um destinado a uma temática específica como aponta o título geral de cada capítulo.

No primeiro capítulo, realizamos uma breve revisão da produção bibliográfica que tínhamos disponível para executarmos este trabalho. Traçamos um panorama geral da Arqueologia desde seu surgimento no Brasil até as últimas pesquisas realizadas no Planalto Meridional localizado no Estado. Igualmente com os dados etnográficos desenvolvemos uma síntese similar ao primeiro caso.

O segundo capítulo trata do espaço da região pesquisada. Busca localizar a área destinada à execução do trabalho no âmbito geográfico e ecológico. Geograficamente são apresentados o relevo e a vegetação da Região Sul. Ecologicamente, relacionamos a flora e a fauna existentes apontando seu potencial para a alimentação dos grupos outrora instalados na área.

O terceiro capítulo trata exclusivamente das pesquisas arqueológicas realizadas nas terras altas do Estado: a composição dos sítios arqueológicos, tamanho e dimensões das aldeias, a forma de depositar os mortos, os instrumentos e os demais itens relacionados a estas pesquisas. Na parte final deste capítulo apresentamos uma síntese, que procura englobar os itens apresentados no capítulo, funcionando mais ou menos como um quadro que indique como está organizado culturalmente este grupo.

O quarto capítulo possui formato similar ao capítulo 3. Nele apresentamos os dados referentes ao índio Kaingang, sempre enfatizando aspectos da cultura material ligada a este grupo.

O quinto capítulo relaciona os elementos apontados nos capítulos 3 e 4, ou seja, valendo-nos das sínteses estabelecidas para a tradição Taquara e para o índio Kaingang, comparamos as informações na tentativa de obtermos uma ligação entre estes dois grupos.

Podemos constatar, ao final deste trabalho, que entre a tradição Taquara e a cultura do índio Kaingang existem alguns pontos em comum. Porém ainda que possam existir tais similaridades, como entre a forma das habitações, a organização das aldeias, a deposição dos

mortos, os utensílios e a matéria-prima utilizada para fazê-los e outros elementos marcadores de sua cultura, com o passar do tempo devem ter sofrido alterações, que as teriam tornado, à primeira vista, diferentes. São elementos pertencentes a tempos e circunstâncias distintas, mas que em essência continuam representando culturalmente o mesmo grupo, respondendo às necessidades de seus membros.

Achamos pertinente para este estudo apresentar, neste momento, duas observações feitas por Marshall Sahlins. Uma retiramos de sua obra "Ilhas de história", na qual ele diz que:

A história é ordenada culturalmente de diferentes modos nas diversas sociedades, de acordo com os esquemas de significação das coisas. O contrário também é verdadeiro: esquemas culturais são ordenados historicamente porque, em maior ou menor grau, os significados são reavaliados quando realizados na prática. A síntese desses contrários desdobra-se nas ações criativas dos sujeitos históricos envolvidos, ou seja, as pessoas envolvidas. Porque, por um lado, as pessoas organizam seus projetos e dão sentido aos objetos partindo das compreensões preexistentes da ordem cultural. Nestes termos, a cultura é historicamente reproduzida na ação. [...] (SAHLINS, 1990, p.7)

Podemos perceber que, conforme o grupo social, este organiza sua cultura de acordo com sua compreensão de mundo e segundo suas necessidades. Neste sentido podemos ter em um mesmo grupo étnico algumas diferenças. Isto não quer dizer que seus membros pertençam a culturas diferentes, apenas tem uma maneira própria de ver sua cultura e manifestá-la.

Em outro trabalho⁶, este autor une os aspectos da cultura e da história e insere neste contexto as pessoas responsáveis por elas, chamando a atenção para a importância dos indivíduos envolvidos neste processo. Pois segundo ele, cada sociedade é responsável pela construção de uma teia de significados⁷ e este processo não é estático, ao contrário, ele é dinâmico sendo os conceitos elaborados, constantemente reavaliados. Esta dinamicidade norteou nossa pesquisa, fazendo com que procurássemos através dos elementos da cultura

⁶ O referido trabalho, trata-se de um artigo publicado na Revista MANA, v.3, n.1, 1997.

⁷ A teia de significados a que nos referimos é aquela apresentada por Clifford Geertz (1989), na qual diz ser a cultura uma teia de significados que se inter-relacionam feita pelo homem.

material registrado por cada linha de pesquisa, os subsídios que permitissem uma maior aproximação entre elas e no final a constatação ou refutação de nossa hipótese.

Talvez as novas pesquisas apresentem uma forma mais consistente de unificar estes dois campos. As soluções aqui apontadas para explicar as diferenças encontradas entre os registros arqueológicos da tradição Taquara e os dados etnográficos referentes ao índio Kaingang, podem ser tomadas como proposta para outras pesquisas que venham a completar ou suplantar o presente trabalho. Os novos estudos etnoarqueológicos poderiam caminhar nesta direção.

1 PESQUISAS SOBRE AS POPULAÇÕES DO PLANALTO

1.1 A Pesquisa Arqueológica

Encontramos vestígios deixados por nossos antepassados, espalhados por vários locais. Estes vestígios atestam a existência de uma cultura material diversificada desde os primórdios da humanidade. Alguns são mais evidentes, como as ruínas de antigas civilizações. Entre elas, podemos citar: a egípcia, com suas pirâmides; a grega, com seus templos; a indiana, com restos de cidades imponentes meticulosamente projetadas; os templos e cidades das civilizações pré-colombianas aqui na América. Em outros casos estes vestígios são de menor porte e encontram-se dispersos, necessitando de um olhar mais atento por parte do arqueólogo para a sua distinção em uma paisagem. É o caso das pinturas encontradas em grutas e cavernas; as antigas aldeias e os cemitérios usados pelos grupos indígenas antes, e até mesmo após a chegada do homem europeu ao Novo Mundo.

De uma forma geral, as evidências da ocupação humana no continente americano - excetuando a cultura Inca, Maia e Asteca, que foram civilizações de grande desenvolvimento tecnológico e cultural, para a sua época - se restringem a restos de alimentação, artefatos

feitos em pedra e utensílios de cerâmica, indícios de acampamentos ou aldeias, além de cemitérios em locais variados, dependendo da cultura do grupo ocupante da área.

No Brasil, estes indícios são encontrados espalhados por todo o território, nos mais variados ecossistemas. Grupos pré-históricos de caçadores, coletores, horticultores e pescadores, deixaram o registro de sua presença. Alguns com maior, outros com menor grau de evidências.

A investigação científica destes testemunhos é feita através da Arqueologia que, conforme Braidwood, "[...] é um meio para compreender as atividades dos seres humanos, através do estudo do que eles mesmos fizeram, em vez de ter em conta o que disseram ou registraram." (BRAIDWOOD apud SOUZA, 1991, p.36)

Alfredo Mendonça de Souza, informa que:

Originalmente, o termo foi cunhado por Platão no diálogo 'Hípias Maior', com o significado específico de história da origem das cidades gregas e de seus antigos heróis. Sempre com o significado de história dos tempos antigos foi empregado, também, por Tucídides, Diodoro Siculo, Estrabão e Dionísio de Halicarnasso, todos os historiadores gregos, e por Flávio José, historiador judeu, caindo, então, em desuso, somente reaparecendo no século XVII, já com o sentido de síntese histórica do mundo antigo. (SOUZA, 1991, p.15)

Especificamente no Brasil, a história da Arqueologia, seu começo, sua implantação, as primeiras investigações, tiveram períodos favoráveis e de crise. Seu começo pode ser atribuído à curiosidade e interesse pela antropologia do Imperador D. Pedro II, no Século XIX, a respeito dos hábitos e costumes das populações indígenas brasileiras.

Antes deste período, temos os relatos de cronistas e viajantes que palmilharam o território nacional na maioria das vezes em busca de povos e costumes exóticos, com o instinto de descrevê-los em seus diários de viagem e posteriormente relatar tais observações nas cortes européias.

A história da Arqueologia Brasileira pode ser dividida em períodos diversos, nos quais trabalhos de investigação científica a respeito dos antigos grupos indígenas habitantes do solo brasileiro foram produzidos, uns de maneira mais amadorística e outros promovidos por pesquisadores profissionais¹.

Entre as diversas histórias produzidas, destacamos a de André Prous (1992), que faz um grande levantamento bibliográfico a respeito dessa trajetória, desde seu momento inicial até próximo da atualidade. Esse autor destaca quatro circunstâncias as quais passou a Arqueologia Brasileira, situando seu início, ou melhor, o primeiro período, no ano de 1870, e finalizando em 1910, ocasião em que a Arqueologia possuía um caráter amador, impulsionado pela curiosidade de algumas pessoas. O segundo período, ou período intermediário, está localizado entre os anos de 1910 e 1950. Entre 1950 e 1965 ocorre o terceiro período, chamado por ele de formativo da pesquisa moderna. Neste, no ano de 1961 é aprovada a Lei n.3924 que regulamenta as questões referentes aos sítios arqueológicos, sua conservação e pesquisa. Finalmente após 1965 temos o quarto período, denominado de pesquisa recente no Brasil, estendendo-se até o ano de 1982, quando o referido pesquisador conclui seu trabalho a respeito desta temática. Neste último período, temos a implantação do Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas- PRONAPA, em junho de 1965, que tinha como principal objetivo registrar a ocorrência de sítios arqueológicos no território brasileiro.

Inicialmente este Programa deveria durar três anos, mas foi prorrogado por mais dois anos. Estava sob coordenação de Clifford Evans e Betty J. Meggers, ambos do Smithsonian Institution, de Washington, Estados Unidos. Além de verbas americanas, o Programa era financiado pelo Conselho Nacional de Pesquisas-CNPq e aprovado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-IPHAN. Pela primeira vez tinha-se proposto fazer, através do PRONAPA, um programa científico unificado dentro do território nacional, com

¹ Para maiores detalhes sobre este assunto ver: Souza, 1991; Prous, 1992; Barreto, 1999-2000.

exceção da área amazônica, que já vinha tendo intervenções arqueológicas por vários pesquisadores estrangeiros. Um dos objetivos era o de realizar uma padronização metodológica em campo e em laboratório, da coleta de informações, de análises e classificações, da terminologia e do formato de apresentação dos resultados. Insistia no valor das coletas sistemáticas de superfície e reservava as escavações detalhadas para um período posterior, após análise e seriação do material encontrado. Outro objetivo era abordar, de maneira sistemática, problemas de cronologia absoluta e relativa em regiões selecionadas do Brasil, especialmente nas áreas que continham registros de culturas ceramistas (EVANS, 1967).²

Clifford Evans, justifica esta metodologia de estudo pela variedade geográfica do território brasileiro que se compõe de planícies tropicais, planaltos, terras temperadas e mais alguns ambientes ecológicos. Para ele, o estabelecimento e a abordagem de qualquer programa arqueológico de âmbito nacional teria que levar em consideração essas diferenças geográficas. Segundo este autor,

a abordagem desse problema terá que ser feita a tal ponto que os dados coletados e reunidos possam oferecer, eventualmente, informações sobre as rotas e direções de migração e difusão, como ainda, proporcionar a elaboração de seqüências do desenvolvimento cultural de povos pré-europeus. O plano considera ainda as possibilidades de pessoal e de sua localização física. Apesar dos atuais limites geográficos dos vários Estados brasileiros nada terem significado durante o período aborígine, por conveniência os utilizamos como ponto de partida para os primeiros anos do Programa. (EVANS, 1967, p.8-9)

Para serem delimitadas as áreas nas quais se realizariam as pesquisas, as principais bacias fluviais foram projetadas sobre um mapa do Brasil. Neste mapa foram sugeridas as possíveis rotas de migração dos grupos pré-históricos. Até este momento, tinha-se um conhecimento arqueológico bem mais amplo da Argentina, Chile, Peru, Equador, Colômbia e Venezuela, razão pela qual a vasta área geográfica onde se localiza o Brasil não podia continuar a ser ignorada em termos arqueológicos. Com estas pesquisas, se poderia alcançar

² Ver Figura 1.

uma perfeita compreensão do desenvolvimento das culturas nativas em toda América do Sul (EVANS, 1967).

Continuando com a metodologia, para cada Estado incluído no Programa, foi desenhado um grande mapa, e nele marcadas as áreas onde a prospecção intensiva, ainda que de forma experimental, produziria duas espécies de evidências: uma relacionada à obtenção de dados para elaboração de uma seqüência que servisse ao desenvolvimento cultural; outra, que forneceria dados para tecer um conhecimento mais definitivo das direções de influências, migração e difusão das várias culturas nativas que transitaram pela área. As áreas escolhidas localizavam-se onde os maiores rios e seus tributários confluem, e também ao longo de seus cursos nas principais bacias fluviais.

Evans diz que:

Em alguns casos, a área escolhida para o primeiro ano de pesquisa recaiu em região totalmente desconhecida do arqueólogo do Estado e da qual não havia informação alguma; noutros, onde as informações indicavam a presença de sítios ceramistas ainda não trabalhados ou parcialmente pesquisados; noutros ainda, onde o trabalho de campo anterior sugeria a possibilidade de uma boa seqüência arqueológica pela aplicação das técnicas de estratigrafia e seriação. O plano de pesquisa para cada Estado participante foi organizado para um programa inicial de 3 anos, estendendo-se de junho de 1965 a julho de 1968. (EVANS, 1967, p.9)

O trabalho de campo, a coleta de informações, sua análise e classificação obedeciam a um padrão que pudesse permitir a posterior comparação entre as regiões pesquisadas. Esta sistemática se tornou conhecida como Modelo Ford³.

Ainda referente ao PRONAPA, Evans salientava que:

É importante insistir no valor das coleções sistemáticas de superfície. [...] É muito importante também, nos sítios com apreciável espessura de refugo, utilizar o sistema de um ou dois cortes-estratigráficos em cada sítio. Isto será o suficiente para fornecer uma amostragem que sirva para indicar as tendências de mudança na freqüência dos tipos cerâmicos, dos níveis inferiores aos mais superiores da seqüência estratigráfica. (EVANS, 1967, p.11)

³ Para maiores informações ver Ford, 1962.

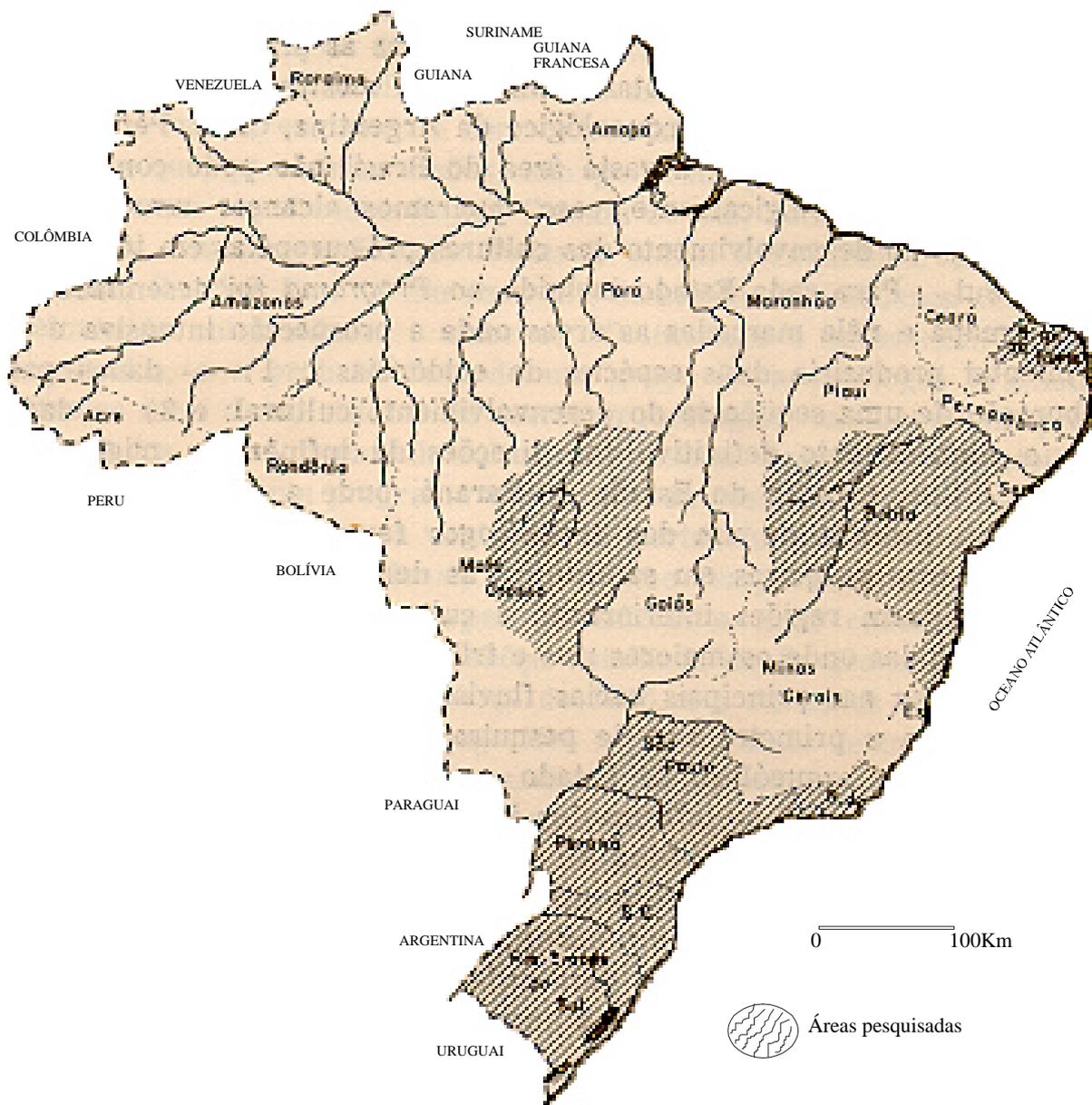


Figura 1: Áreas pesquisadas durante o primeiro ano de execução do PRONAPA. Modificado de Simões, 1967, p.10.

Essa metodologia, proposta pelo casal Evans e Meggers, norteou as pesquisas arqueológicas em várias partes do território brasileiro. Uma das vantagens apontadas por seus mentores era a de que através da prospecção - na qual são efetuados um ou dois cortes estratigráficos por sítio, ou executada uma coleta abundante e sistemática de fragmentos expostos na superfície - seria mais eficiente e possibilitaria o estudo de um número maior de sítios, dentro do prazo previsto para as análises de campo, do que escavação de grandes superfícies em um único sítio por vez. Isto possibilitaria um conhecimento mais amplo da área de pesquisa (EVANS, 1967).

Os dados a respeito das descobertas feitas pelo PRONAPA foram inseridos em categorias da escola histórico-cultural americana, como era apresentada pelos pesquisadores Willey & Philips (1962), e consistia em organizar os resultados de cada pesquisa em um sistema de "fases" e "tradições". Embora o uso de tais categorias possa ser considerado como insuficiente em relação ao tipo de unidade sociocultural que designa, elas estão presentes até os dias atuais na Arqueologia Brasileira, inclusive na divulgação dos trabalhos daqueles pesquisadores que questionam seu uso.

Antes da implantação do PRONAPA, a pesquisa arqueológica brasileira teve uma certa influência por parte de estudiosos franceses, entre os quais se destaca o casal Joseph Emperaire e Annette Laming, o primeiro geólogo e ela arqueóloga. Ambos vieram ao Brasil durante a década de 1950 a convite de Paul Rivet, americanista e diretor do Musée de l'Homme de Paris, que foi um dos fundadores das ciências sociais na Universidade de São Paulo (BARRETO, 1999-2000).

No período em que permaneceu no Brasil, o casal contribuiu para a formação científica de uma nova geração de arqueólogos, bem como auxiliou na introdução de métodos científicos mais rigorosos no estudo de certos tipos de sítios brasileiros. Inicialmente suas pesquisas ficaram mais concentradas no litoral. Entre os anos de 1954 e 1956, vários

sambaquis do Estado do Paraná e do Estado de São Paulo foram pesquisados por eles, proporcionando as primeiras datações por C¹⁴ no país. Além disso, também foram estudados sítios pré-cerâmicos no interior do Paraná. Annette Laming retomou escavações de Lagoa Santa, Estado de Minas Gerais, e inaugurou uma metodologia de documentação e análise de arte rupestre (BARRETO, 1999-2000).

Apesar dos esforços, dois problemas foram enfrentados pelos arqueólogos que trabalhavam com o método francês. O primeiro era o desconhecimento a respeito da distribuição espacial e temporal dos diferentes grupos indígenas dentro do vasto e inexplorado território brasileiro, fazendo com que as escavações se tornassem demoradas e pouco produtivas. Outro ponto era o despreparo para lidar com o registro de ocupação em solos espessos, com sedimentos típicos de contexto tropical, no qual as atividades biológicas são intensas. Um segundo problema referia-se a encontrar uma nomenclatura adequada para a classificação e catalogação das peças líticas, já que não se possuía um vocabulário próprio na Arqueologia que contemplasse esta questão. Os arqueólogos tiveram que produzir uma terminologia que possibilitasse a compreensão da classificação utilizada em suas pesquisas de forma unificada. Até este momento, as descrições produzidas continham termos adotados da língua francesa, inglesa, alemã, além do espanhol e do português europeu (BARRETO, 1999-2000).

Vemos que através destas duas experiências distintas - que contribuíram para uma institucionalização e profissionalização de arqueólogos no Brasil - os rumos da Arqueologia se fixaram e se desenvolveram. Entretanto, o legado deixado tanto pelos pesquisadores franceses quanto pelos americanos, não consegue explicar sozinho os resultados que foram alcançados no país. As sistemáticas de trabalho que envolviam as duas linhas de pesquisas devem ser entendidas dentro dos contextos históricos em que se achavam inseridas.

Conforme escreve Cristiana Barreto (1999-2000), a instalação dos primeiros centros de pesquisa arqueológica de cunho profissional começa a surgir dentro das universidades, sendo esta prática concebida de maneira diferente das demais ciências sociais, que se fixaram e evoluíram através de projetos intelectuais específicos. No caso da Arqueologia, esta surgiu a partir de campanhas promovidas por alguns membros da comunidade científica preocupados com a rápida destruição de sítios arqueológicos e com a falta de pessoas qualificadas para promover as devidas pesquisas. Nesse sentido, foi fundamental o engajamento de pesquisadores como José Loureiro Fernandes, da Universidade Federal do Paraná e de Paulo Duarte, da Universidade de São Paulo.

Segundo a autora,

os primeiros e mais marcantes centros acadêmicos de arqueologia foram frutos de uma política preservacionista antes de mais nada preocupada em garantir os direitos à pesquisa científica de um patrimônio em crescente destruição, surgindo praticamente à margem dos projetos intelectuais mais amplos do ensino das ciências sociais no Brasil. (BARRETO, 1999-2000, p.41)

Passado este primeiro período, aqui marcado temporalmente pela década de 1950, e passando pelos anos de 1960 e 1970, em que a pesquisa foi aos poucos se fixando e produzindo informações a respeito do passado pré-colonial brasileiro, vemos um crescimento nos trabalhos e uma multiplicação nas equipes de pesquisa. Ao atingirmos os anos de 1980 observamos o aparecimento de uma segunda geração de arqueólogos brasileiros. Diferente daquela primeira que havia sido treinada por especialistas estrangeiros, esta nova safra de pesquisadores possuía uma formação acadêmica especializada no Brasil ou no exterior. Junto a isto encontramos projetos teóricos mais elaborados, norteados por uma Arqueologia anglo-saxônica, de cunho mais dedutivo e orientada por uma problemática mais explícita, que buscava a formulação de modelos e teorias que abordavam os velhos problemas, com novas perspectivas. As temáticas de pesquisa começaram a focar os processos de mudança, tais como a sedentarização de grupos, a transição para a agricultura e as complexificações sociais.

Quebrando, assim, a rigidez até então adotada, em que os sítios arqueológicos eram classificados como pré-cerâmicos e cerâmicos, ou sociedades caçadoras-coletoras e sociedades agrícolas (BARRETO, 1999-2000).

Numa tentativa de se reaproximar da Antropologia Social, a pesquisa arqueológica praticada no Brasil, nos últimos anos vem acompanhando as tendências da Arqueologia internacional, com a utilização de novas abordagens como a Etnoarqueologia e a incorporação de dados lingüísticos, históricos e biológicos.

A Arqueologia Brasileira visa acompanhar as tendências internacionais, dessa forma, além da chamada Arqueologia acadêmica, vem obtendo destaque e se desenvolvendo ultimamente a Arqueologia de Contrato⁴. Esta modalidade de pesquisa é praticada através de um serviço contratual prestado por arqueólogos a empresas privadas ou instituições governamentais. Seu desenvolvimento em geral se dá dentro de um contexto de levantamento de impacto ambiental e salvamento de patrimônios ameaçados por intervenções diversas. A Arqueologia de Contrato absorve novos quadros de arqueólogos formados nos diversos centros acadêmicos do país, que oferecem algum tipo de especialização em Arqueologia e propicia uma fonte alternativa de financiamento para as pesquisas tanto de campo quanto de laboratório. Entretanto, a utilização desta modalidade de investigação tem gerado até o momento um certo retrocesso científico, pois a natureza do contrato impõe limitações no tempo de pesquisa e exige a cobertura de territórios muitas vezes extensos e com uma delimitação arbitrária, não favorecendo estudos mais aprofundados que possibilitem uma interpretação mais clara dos achados arqueológicos e a investigação de questões específicas (BARRETO, 1999-2000).

Um detalhe que se assemelha ao modelo de décadas passadas, está na formação de inúmeras coleções de materiais arqueológicos provenientes dos salvamentos realizados, mas

⁴ Os pesquisadores que atuam nesta área utilizam o termo: "Arqueologia de Projeto".

sem infra-estrutura e locais para a sua guarda e preservação. No caso do PRONAPA, isto não ocorria, pois todas as coleções de artefatos arqueológicos produzidos pelos levantamentos sistemáticos das áreas de pesquisa, eram colocados nas instituições participantes. Os arqueólogos que trabalham sob contrato, muitas vezes não dispõem de uma sede ou instituição para que seus achados possam ser armazenados.

Diante deste quadro entendemos que, durante os anos de 1960 e 1970, a metodologia adotada pelos arqueólogos do PRONAPA era a mais adequada a seus interesses, uma vez que não se possuíam informações a respeito das culturas pré-coloniais do país, e nos casos em que se tinha algum tipo de registro, o mesmo era deficitário. Outro ponto importante: todas as coleções geradas ao longo do Programa acham-se depositadas nas instituições que promoveram esta primeira sistematização do conteúdo cultural pré-colonial.

Desde então a pesquisa arqueológica como técnica científica cresceu e está passando por um amadurecimento, tanto em suas linhas teóricas, quanto nas técnicas de campo e laboratório. Os membros das diversas equipes existentes no país começam a debater os rumos que sua disciplina está tomando, uma vez que seu papel perante a sociedade nacional começa a tornar-se cada vez mais marcante e indispensável.

Dentro deste contexto, situamos as pesquisas realizadas no Planalto Meridional brasileiro, no qual, através de décadas, estudos com características próprias foram realizados.

A seguir, abordamos os trabalhos executados durante os anos em que se realizaram as atividades do PRONAPA, além de outros estudos que foram desenvolvidos por vários pesquisadores e suas respectivas equipes em períodos posteriores ao encerramento daquele Programa. Especificamente para o Planalto Sul-Rio-Grandense, pois é o local delimitado para nossa pesquisa. Alguns destes trabalhos foram realizados com parceria entre os centros de pesquisas arqueológicas do Estado do Rio Grande do Sul. Outros, consistiram em um aprofundamento e ampliação das pesquisas já realizadas.

Todos os estudos arqueológicos feitos na região das terras altas do Rio Grande do Sul, foram compostos por pesquisas em sítios arqueológicos pertencentes à Tradição **Taquara/Itararé**⁵. Esta denominação abarca os três estados da região sul do Brasil. Por uma questão de nomenclatura e delimitação espacial utilizaremos o termo Tradição Taquara, pois o mesmo refere-se aos sítios arqueológicos encontrados no Planalto sul-rio-grandense, e em áreas adjacentes como a encosta do planalto e o litoral.

Segundo os pesquisadores Pedro Ignácio Schmitz e Ítala Irene Basile Becker:

O termo Tradição Taquara identifica aqueles sítios arqueológicos que têm cerâmica de uma certa característica: ela é pequena, composta de potes e de tigelas, com decoração impressa variada, onde são facilmente distinguíveis negativos de cestaria, depressões regulares produzidas por pontas de vários formatos, ou das unhas, incisões lineares etc. A identificação da tradição é feita principalmente pela cerâmica, totalmente diferente da Tupiguarani e bastante diferente da Vieira. (SCHMITZ & BASILE BECKER, 1991, p.67)

Compondo a Tradição Taquara existem várias fases cerâmicas⁶ denominadas pelos pesquisadores que as estudaram. São elas: Fase Guatambu, Fase Taquara, Fase Caí, Fase Erveiras, Fase Guabiju, Fase Taquaruçu, Fase Giruá, Fase Xaxim⁷.

Quadro 1: As fases da Tradição Taquara no Rio Grande do Sul.

Nome da Fase	Área de Ocorrência	Pesquisado por
Guatambu	Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Planalto.	La Salvia Schmitz & Basile Becker, 1970; Lazzarotto, et al, 1971; Miller, 1971; Kern, 1985; Mentz Ribeiro et al, 1994; Schmitz, et al, 2002.
Taquara	Rio Grande do Sul. Planalto e litoral.	Schmitz, 1958, 1969, 1988; Chmyz, 1965; Schmitz, et al, 1967, 1988; La Salvia, 1968, 1983; Schmitz & La Salvia, 1973; Miller, 1967, 1974; Mentz Ribeiro, 1975.

⁵ Segundo Schmitz (1988, p. 75): a tradição Taquara/Itararé forma uma tradição tecnológica e cultural que ocupa ambientes contíguo: (1) as terras altas e frias cobertas pela floresta subtropical com pinheiros, onde os sítios típicos apresentam “casas subterrâneas”, às vezes com aterros, recintos entaipados e galerias subterrâneas; (2) a encosta do planalto, o vale dos rios que drenam o planalto, coberto por floresta Subcaducifólia subtropical e tropical, mesmo mata atlântica, onde os sítios podem ser restos de aldeias superficiais ou ocupação de abrigos rochosos; (3) o litoral atlântico, coberto de vegetação característica ou pela floresta Atlântica, onde os sítios se apresentam com acúmulos de ossos de peixes, conchas e outros restos, sendo geralmente descritos como se fossem sambaquis.

⁶ Para maiores detalhes ver Schmitz & Basile Becker, 1991.

⁷ Ver Quadro 1 e Figura 2.

Continuação do Quadro 1.

Caí	Rio Grande do Sul. Encosta do Planalto.	Mentz Ribeiro, 1972.
Erveiras	Rio Grande do Sul. Planalto.	Mentz Ribeiro & Silveira, 1979; Mentz Ribeiro, 1980, 1983; Schmitz et al, 1987.
Taquaruçu	Rio Grande do Sul. Planalto.	Miller, 1969.
Giruí	Rio Grande do Sul. Planalto	Miller, 1969.
Xaxim	Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Planalto.	Piazza, 1969a, 1969b, 1971; Miller, 1971.

Uma das características destes sítios arqueológicos é sua composição estrutural. Temos espalhados por todo o Planalto Meridional o que se convencionou chamar na arqueologia de "casas subterrâneas".

Cabe também ressaltar que desde o início da pesquisa⁸ os responsáveis pelos trabalhos supõem que este tipo de sítio arqueológico está associado a fatores climáticos, pois a área em questão tem rigorosos invernos nos quais as temperaturas médias não são superiores a 10°C, ficando no verão em torno dos 20°C. Este tipo de sítio começa a ocorrer em altitudes a partir dos 400 metros acima do nível do mar e tem-se o registro de sua ocorrência até os 1100 metros (SCHMITZ, et al. 1988).

Além das "casas subterrâneas", estão associados a estes sítios, aterros circulares ou com forma elíptica, sítios superficiais e abrigos-sob-rocha⁹ que serviram em alguns casos como cemitério. Um aspecto que liga esses sítios de composição estrutural semelhante ao Planalto Meridional é sua inserção no interior da Floresta Ombrófila Mista, caracterizada pela presença da *Araucaria angustifolia*¹⁰, ou em campos adjacentes com as mesmas características. Já nos sítios arqueológicos localizados no litoral e na encosta do planalto,

⁸ Sempre que nos reportamos ao início das pesquisas no planalto estaremos nos referindo àquelas que foram realizadas na década de 1960 e 1970, ou de anos anteriores. Quando fizermos menção às pesquisas realizadas após este período, o mesmo será indicado expressamente.

⁹ Quando nos referimos a este tipo de sítio arqueológico, utilizaremos a expressão: abrigo-sob-rocha, conforme consta no Dicionário de Arqueologia (Souza, 1997, p.11).

¹⁰ Popularmente conhecida como araucária, pinheiro-brasileiro ou pinheiro-do-paraná.

somente encontramos os vestígios de assentamentos superficiais, associados a cerâmica característica desta tradição e instrumentos líticos que também caracterizam esta cultura. Especificamente em alguns locais da encosta é registrada a ocorrência de "casas subterrâneas" e abrigos-sob-rocha (SCHMITZ, et al, 2002).

Um dos pioneiros nestas pesquisas foi Eurico T. Miller, que, entre novembro de 1965 e abril de 1966, registrou 119 sítios na região assinalada para o primeiro ano do PRONAPA, constituída pelos vales dos rios dos Sinos e Maquiné e a zona lagunar litorânea, no nordeste do Estado. Em pesquisas anteriores, já haviam sido registrados outros 365 sítios no vale do rio dos Sinos e, em especial, no Município de Taquara. Os resultados encontram-se publicados em Miller (1967). No ano de 1969, esse mesmo pesquisador faz prospecções a oeste, no "Alto Uruguai" e a leste, nos "Campos de Cima da Serra", onde sua pesquisa concentrou-se nos Municípios de Bom Jesus e Marcelino Ramos. Resultaram 109 sítios arqueológicos, a maioria, localizados na bacia do rio Pelotas. Encontramos os dados referentes a estas pesquisas em Miller (1971). Também ao longo do rio Pelotas, Danilo Lazarotto, Pedro Ignácio Schmitz, Ítala Basile Becker e Rolf Steinmetz, percorrendo diversas propriedades da área, localizaram vários sítios arqueológicos compostos por "casas subterrâneas". A publicação dos dados está em Lazarotto, et al. (1971).

Talvez, exceção a isto tenha sido o trabalho realizado no distrito de Santa Lúcia do Piai, município gaúcho de Caxias do Sul. No sítio arqueológico RS-37/127, entre os anos de 1967 e 1970, foi possível além de registrar e prospectar várias unidades componentes do sítio arqueológico, realizar escavações em algumas das estruturas.

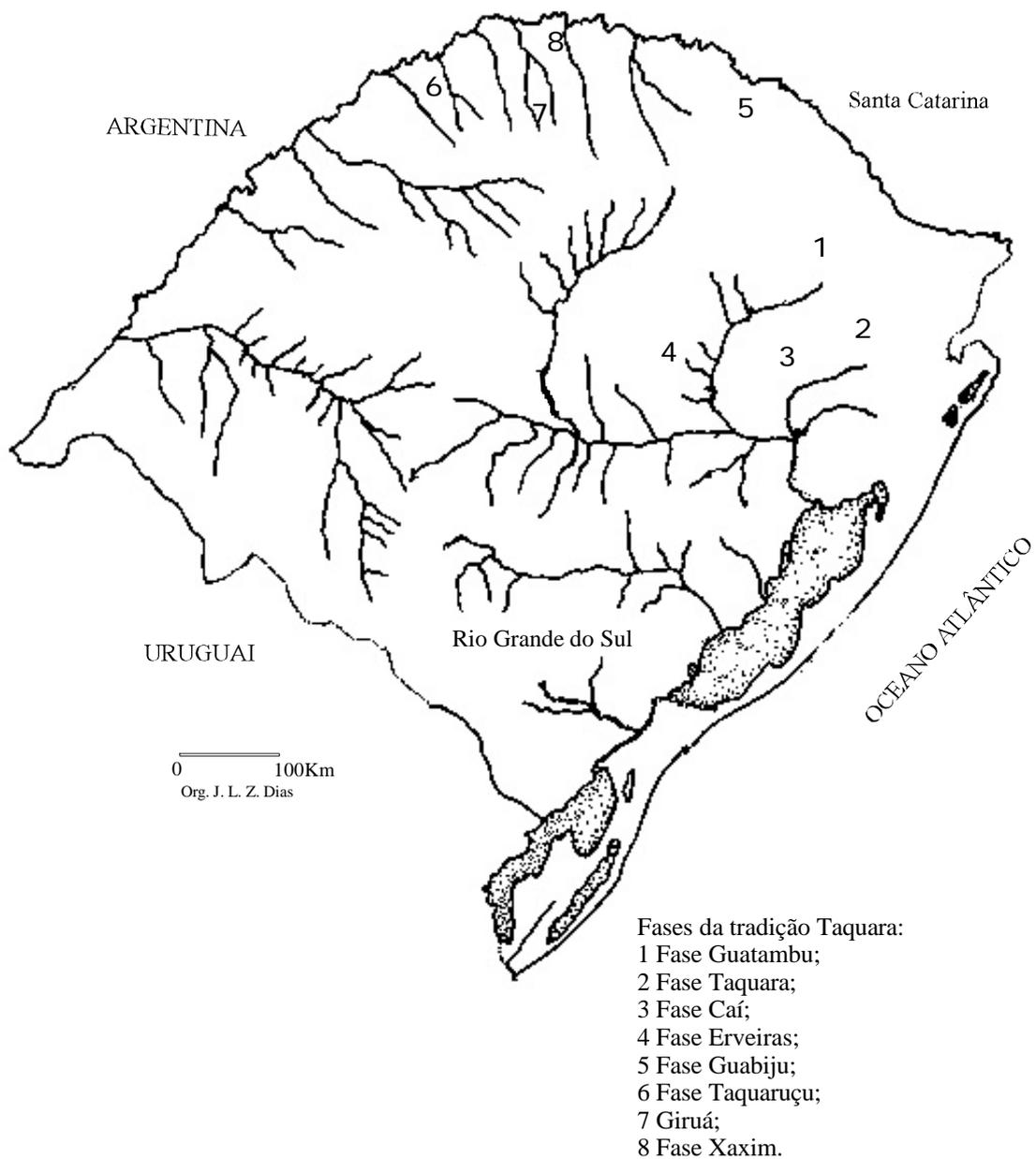


Figura 2: Localização aproximada das fases da tradição Taquara, no Estado do Rio Grande do Sul.

A composição do sítio é de 36 "casas subterrâneas" e 39 montículos. Quase todas as estruturas encontram-se próximas de uma "casa subterrânea" que possui as maiores dimensões entre as registradas em um capão de mato, com exceção de duas que estão um pouco mais afastadas deste conjunto. Para investigação, foram selecionadas e escavadas 4 destas "casas subterrâneas" e ainda 3 montículos (SCHMITZ, et al. 1988).

Das estruturas que compõem o sítio RS-37/127¹¹, foram escolhidas 4 "casas subterrâneas" para serem escavadas, a "casa A", a "casa B", mais profundas que as demais, e as "casas subterrâneas" 4 e 9, as mais rasas deste sítio arqueológico. Ademais, escavou-se também os montículos de número 1, 2 e 3.

As dimensões para essas "casas subterrâneas" são as seguintes: a "casa A" possuía 10,40 metros de diâmetro maior e 10,10 metros em seu diâmetro menor, formando uma elipse, com uma profundidade de 3,36 m; a "casa B" apresentava 5,20 m de diâmetro e uma profundidade de 2,10 m; a "casa 4", depois de escavada apresentou-se com um diâmetro de 3,30 metros e 2 metros de profundidade; a "casa 9", cuja forma geométrica também se assemelha a uma elipse, possui 5,62 m no diâmetro maior e 5,06 m no diâmetro menor, atingindo uma profundidade de 2,10 m.

Os montículos apresentavam as seguintes dimensões: o montículo 1 - que se localizava próximo à "casa B" - possuía formato elipsoidal, com o diâmetro maior atingindo 6 m e o diâmetro menor 5 metros, com uma altura de 1,32 metros; o montículo 2 - também situado próximo da "casa B" e com formato elipsoidal - com 4,50 metros em seu diâmetro maior e 2,05 metros no diâmetro menor, sua altura era de 1,40 metros; o montículo 3 - localizado próximo ao montículo 2 - era circular com 4 metros de diâmetro e 1,40 metros de altura.

Pedro Augusto Mentz Ribeiro e Catharina Torrano Ribeiro realizaram trabalhos no município de Esmeralda entre os anos de 1984 e 1985, onde registraram 27 sítios

¹¹ Para maiores informações, ver Schmitz, et al., 1988.

arqueológicos a céu aberto e 39 conjuntos de "casas subterrâneas", pertencentes à Tradição Taquara, além de sítios arqueológicos relacionados à Tradição Humaitá¹² e à Tradição Umbu¹³. O registro dos trabalhos realizados no município de Esmeralda é encontrado em Mentz Ribeiro & Ribeiro (1985).

Mentz Ribeiro, junto com sua equipe, também realizou trabalhos arqueológicos no município de Bom Jesus. Além dos sítios anteriormente publicados por Miller (1971), foram encontrados mais alguns a céu aberto, além de "casas subterrâneas", um abrigo sob-rocha e uma caverna, todos associados à Tradição Taquara. Os dados desta pesquisa encontram-se em Mentz Ribeiro, et al. (1994).

Arno Alvarez Kern é outro pesquisador que realizou trabalhos arqueológicos no município de Bom Jesus, durante o ano de 1984, juntamente com José Otávio de Souza e Fernando Seffener.

As pesquisas se estenderam ao município de Vacaria, onde foram registrados sítios arqueológicos compostos por "casas subterrâneas" (encontradas em agrupamentos ou isoladas, pertencentes à Tradição Taquara) e "acampamentos multifuncionais". Os resultados são apresentados divididos em duas partes; uma relata as atividades de campo e a outra destina-se aos dados obtidos na etapa de pesquisa em laboratório. São encontrados em Kern; Souza & Seffener (1989a e 1989b).

A equipe do NUParq/UFRGS (Núcleo de Pesquisas de Arqueologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul), tendo como responsável pelas pesquisas Sílvia Moehlecke Copé, também realizou trabalhos de arqueologia no município de Bom Jesus. Essa equipe trabalhou mais detidamente no sítio arqueológico RS-AN-03, localizado no referido município. Posteriormente foram feitas algumas intervenções no município de São José dos Ausentes. Os registros desta nova etapa acham-se em Copé & Saldanha (2002). Sua equipe

¹² Para maiores detalhes ver Schmitz & Basile Becker, 1991.

¹³ Para maiores detalhes ver Schmitz & Basile Becker, 1991.

também realizou estudos arqueológicos no município de Pinhal da Serra, antigo distrito do município de Esmeralda. Nesta pesquisa foram localizados nove sítios arqueológicos de composições variadas. Seu registro pode ser encontrado em Copé; Saldanha & Cabral (2002). O sítio RS-AN-03, citado acima já havia sido trabalhado anteriormente por Mentz Ribeiro e sua equipe em 1994.

Desde o ano de 1998, a equipe do Instituto Anchieta de Pesquisas/Unisinos, coordenada por Pedro Ignácio Schmitz, vem desenvolvendo pesquisas no município de Vacaria. A pesquisa envolve levantamento, identificação e escavações arqueológicas em vários sítios da região. Os resultados mais recentes até o momento estão em Schmitz et al (2002). Na mesma área também foi estudado um sítio cemitério em um abrigo-sob-rocha contendo ossos humanos. Os resultados estão publicados em Rosa (1998) e Krever & Haubert (2001).

Pela pequena síntese acima produzida a respeito das pesquisas arqueológicas sobre a Tradição Taquara mais detidamente nas terras altas do Estado do Rio Grande do Sul, podemos observar que as mesmas tiveram, após o encerramento do PRONAPA, um período de paralisação, ou seja, na década de 1970 não houve registro de avanços nas pesquisas em áreas de ocorrência desta tradição, sendo as mesmas retomadas só a partir de meados dos anos de 1980, ainda assim de forma esporádica. Foi somente no final dos anos de 1990, que esta temática voltou a ser novamente trabalhada, não só no Rio Grande do Sul, mas também nos demais estados da Região Sul e também no Estado de São Paulo.

Muitos desses estudos estão baseados nos primeiros levantamentos feitos na década de 1960, servindo estes de base para novas pesquisas, muitas vezes nas mesmas áreas ou em sua proximidade, mas com problemática diferente e mais aprofundada. Outros, estão associados aos projetos da arqueologia de salvamento, pois ao longo de diversos rios do planalto gaúcho existem propostas para a construção de barragens para geração de eletricidade; também em

áreas adjacentes se realizam outros tipos de construções, como a abertura ou duplicação de estradas, gasodutos e linhas de transmissão de energia elétrica.

1.2. Informações etnográficas

As sociedades humanas de uma forma geral tiveram o hábito de se fixarem em locais propícios à sua sobrevivência. Alguns grupos escolheram áreas montanhosas; outros, os vales dos grandes rios ou as planícies, conforme os costumes característicos de cada cultura. Os hábitos variam de grupo para grupo. Algumas vezes, o fracionamento de uma cultura, seja por motivos geográficos ou sociais, faz com que ocorra um deslocamento de sua área nativa para outra e, dependendo das necessidades que possam surgir, promove uma adaptação às novas exigências ocasionando assim uma ruptura, e fazendo com que surjam novos hábitos que irão diferenciar os dois grupos, o que permaneceu no território antigo e o que migrou para outras localidades.

Para Barth (1998) as questões ligadas a grupos étnicos diferentes e suas respectivas fronteiras devem tomar em consideração os seguintes elementos: a fronteira étnica canaliza a vida social de cada grupo; o contato entre pessoas de culturas diversas serve para a manutenção das fronteiras étnicas entre esses grupos; o contato entre eles promove uma estrutura de interação e também insiste na persistência das diferenças culturais.

No caso das sociedades nativas brasileiras temos a ocorrência deste tipo de situação, envolvendo portanto esses elementos. Verificamos a grande variedade de grupos indígenas que habitavam os mais variados ecossistemas ao longo do território que hoje encerram as fronteiras brasileiras. Dos primeiros contatos com esses grupos no Século XVI com a chegada da esquadra de Pedro Alvares Cabral, até fins do Século XIX e, em alguns casos, início do Século XX, temos o conhecimento de que havia centenas de tribos espalhadas por todo o

território nacional, e que estas possuíam costumes e crenças diversas. Havia, para citar apenas alguns exemplos, os grupos ocupantes do litoral, os caçadores das florestas, as tribos horticultoras, as comunidades ribeirinhas que viviam da pesca, entre muitas outras.

A diversidade pode ser real ou apenas nominativa. Como exemplo dessa última, temos, através das fontes documentais e bibliográficas, desde o Século XVI, o registro de várias denominações que foram utilizadas para designar o grupo étnico que habitava o Planalto Meridional brasileiro. Entre elas temos: Guaianá, Coroado, Kamé, Bugres, Botocudo, Aweikoma, Aweikoma-Kaingang, Socré ou Shokléng, entre outros. É somente a partir de 1882 que os grupos do planalto são denominados de Kaingang por Telemaco Borba. Essa denominação também foi utilizada pelo Frei Luiz de Cemitille que era missionário capuchinho, e pelo Visconde Affonso Escragnolle de Taunay (LAROQUE, 2000). Sabemos hoje que todos estes grupos pertencem ao mesmo tronco lingüístico, mas não a uma mesma tribo, sendo conhecidos como Jê Meridionais, com cerca de 3 mil anos de existência. São considerados uns ramos recentes do tronco Macro-Jê, que possui registros em torno dos 5 a 6 mil anos, conforme estudos lingüísticos realizados por Urban (1992).

Segundo este autor, estas tribos pertencentes aos Jê Meridionais teriam se desligado do grupo original, ou seja, do tronco Macro-Jê há aproximadamente 3 mil anos, iniciando uma migração em direção ao sul do atual território brasileiro. As razões para esta separação e sua posterior migração, não nos são conhecidas. O que sabemos através de estudos de relevo e geografia é que os grupos Jê, dirigiram-se para as regiões situadas ao sul de seu território original, fixando-se em áreas semelhantes ao seu hábitat nativo, ou seja, o Planalto Meridional.

Na área de ocorrência do tronco lingüístico Macro-Jê original, temos em seu limite setentrional a partir do extremo leste do Brasil junto à foz do rio São Francisco, ao longo das margens do rio Jurema, uma linha de fronteira. Como limite ocidental de sua expansão temos

ao norte os Rikbaktsá, alcançando os Bororo e os Guató e deste até o território dos Ofaié. E por fim os limites meridionais que vão desde os Ofaié em direção leste aos Puri, no extremo leste do Brasil. Dessa maneira temos um conjunto de povos pertencentes ao tronco lingüístico Macro-Jê assentados sob a forma anelar em torno do Brasil central-oriental (URBAN, 1992).

Como dissemos anteriormente, a partir do Século XVI é verificada no Planalto Meridional brasileiro a existência deste grupo étnico, que foi registrada por Gabriel Soares de Souza [1587](1983) e pelo viajante inglês Knivet, seu contemporâneo. Simão de Vasconcelos, também neste período, faz referência a esse grupo. Um século depois, temos as descrições feitas pelos missionários jesuítas Antonio Ruiz de Montoya e Dias Taño a respeito dos Guaianá. No Século XVIII são citados em trabalhos do historiador Pedro Lozano.

Todas estas denominações, como podemos perceber, referem-se ao mesmo grupo lingüístico, mas denominam diferentes tribos que se achavam dispersas pelo Planalto Meridional brasileiro. Independente de nomenclaturas, a presença destes grupos é relatada nos locais onde predomina a Floresta Ombrófila Mista, caracterizada pela presença da *Araucaria angustifolia*, ou em campos adjacentes com as mesmas características. O estabelecimento destes grupos se dá nos interflúvios, em áreas longe dos rios, mas próximas a pequenos cursos d'água, como arroios ou córregos de águas perenes.

Seus hábitos são posteriormente descritos em vários trabalhos feitos por Basile Becker (1975; 1976a; 1976b; 1985; 1988; 1991a; 1991b e 1995), Basile Becker e Laroque (1999), Laroque (2000) e Mabilde (1983 e 1988). Além destes, ainda temos uma significativa produção de trabalhos a respeito do índio Kaingang, dos quais podemos destacar os estudos de Schaden (1956), Baldus (1968), Simonian (1981), D'Angelis (1983), Hartmann (1984), Veiga (1992; 1994 e 2000), Prezia (1994), Zwetsch (1994), Noelli (1998) e Tommasino (1995 e 2000), Mota (2000), Silva (2001).

Nestes estudos, temos o registro do cotidiano das atividades exercidas nas aldeias Kaingang, informações sobre sua dieta alimentar, o número de indivíduos pertencentes ao grupo, a divisão em caciques e sub-caciques e seus respectivos territórios, o tamanho e forma das casas e extensão da aldeia, até mesmo a divisão das tarefas dentro de cada família e sua estruturação dentro do grupo. Os dados etnográficos são abundantes e em algumas situações relativamente minuciosos.

Restringimos nosso estudo ao Planalto Meridional brasileiro, mais especificamente trataremos do Planalto Sul-Rio-Grandense e adjacências (encosta e litoral), pois as datações obtidas para este espaço são as mais antigas até o momento registradas para a Tradição Taquara/Itararé, seu indicador arqueológico. Esse assunto será abordado em detalhes mais adiante em capítulo próprio, aqui servindo somente como marco delimitador.

Começamos nosso estudo pela questão da divisão do território entre os vários caciques e sub-caciques, formando diversas aldeias, principalmente durante o Século XIX, estudado em especial por Laroque (2000).

No referido trabalho, o autor aborda a questão das lideranças Kaingang frente ao colonizador europeu que penetra em seu espaço territorial fazendo com que sua área original, outrora demarcada por limites naturais (rios, vales, matas, etc), seja restringida a espaços físicos condicionados "primeiro pelo governo Colonial e depois o Imperial, efetivados principalmente através da abertura de estradas, da imigração alemã e italiana, da Catequese jesuítica e capuchinha, dos aldeamentos e das Companhias de Pedestres." (LAROQUE, 2000, p.7).

Na obra de Basile Becker "O Índio Kaingang no Rio Grande do Sul" (1995) temos dados compilados pela autora de outros trabalhos, alguns dos quais listados acima, e que estão organizados de maneira a permitir uma boa interpretação de seu conteúdo.

A experiência pessoal do engenheiro belga Alphonse Mabilde, através de relatos com informações a respeito do índio Kaingang, encontra-se em sua obra "Apontamentos sobre os indígenas selvagens da Nação Coroados das matas da Província do Rio Grande do Sul: 1836–1866" (1983). Ainda é possível encontrar outros registros escritos no decorrer da execução de diversos serviços prestados ao governo provincial.

As informações disponibilizadas pelas pesquisas anteriormente citadas, dentre outros aspectos, nos informam que os Kaingang, se agrupavam ao redor de um cacique principal ou grande chefe, com a divisão em subgrupos cujos membros estavam ligados entre si por laços de parentesco. Cada um destes subgrupos era comandado por um sub-cacique, designado pelo cacique principal e possuía um território próprio para explorar seus recursos.

Estudos de casos particulares, citando como exemplo os que foram feitos por Veiga (1992) e Tommasino (1995), constataam diferenças entre as várias tribos Kaingang, pontuando-as regionalmente e apresentando os seus respectivos grupos de maneira segmentada.

Utilizando principalmente os apontamentos de Mabilde (1983), a compilação de Basile Becker (1995) e a dissertação de mestrado de Luís Fernando Laroque (2000), temos suporte para a elaboração de um modelo que possa ser utilizado na compreensão da estrutura do grupo indígena Kaingang, no Estado do Rio Grande do Sul, tendo como marco temporal o século XIX e como marco geográfico as terras altas do Estado.

2 O AMBIENTE E SEUS RECURSOS

O presente capítulo apresenta as características ambientais da região selecionada para nossa pesquisa. Os dados apresentados aqui funcionam como indicativo dos recursos que poderiam ser utilizados pelos grupos humanos instalados neste ecossistema.

O ambiente onde encontramos os vestígios arqueológicos pertencentes à tradição Taquara e no qual estão inseridas as tribos Kaingang no Estado do Rio Grande do Sul, pode ser caracterizado por seu clima considerado como subtropical úmido, com um índice pluviométrico de cerca de 2000 mm, com verões geralmente quentes, nos quais a temperatura oscila ao redor de 22,3°C podendo chegar aos 40°C ou mais. No inverno, essas temperaturas ficam em torno dos 9,9°C, ocorrendo em todo o Estado a incidência de geadas. Na região serrana, dependendo das condições climáticas, verifica-se a precipitação de neve, ainda que o fenômeno seja raro (BELTON, 1994).

Com relação à morfologia desta área temos que,

o relevo da Região Sul é caracterizado por um conjunto de relevos planálticos que se elevam em altitudes com mais de 1000 metros sobre o nível do mar, decrescendo em direção oeste, onde corre o rio Paraná nas altitudes de 100 a 300 metros. Com abrangência de cerca de $\frac{3}{4}$ do relevo regional, o mencionado conjunto é denominado de Planalto meridional do Brasil e desdobra-se em planaltos que se sucedem de leste para oeste, bordejados por escarpas voltadas para o leste, no Paraná, em Santa Catarina e no nordeste do Rio Grande do Sul, onde o talude inflete-se para oeste-sudoeste, fragmentado em altitudes reduzidas, à medida que atinge o centro-sul do Estado. (MOREIRA & LIMA, 1977, p.1)

Estes autores prosseguem dizendo que:

Os traços fundamentais do relevo da Região Sul têm suas origens na evolução paleogeográfica de uma estrutura de plataforma, na qual o embasamento Pré-Cambriano exposto forma a Borda ou margem da Bacia de Sedimentação do Paraná cuja extensão transborda dos limites regionais, penetrando pelas Regiões Sudeste e Centro-Oeste. (MOREIRA & LIMA, 1977, p.1)

Em linhas gerais, o local selecionado para nossa pesquisa, apresenta-se como uma área mais elevada em relação às demais microrregiões do Estado. Possui uma cobertura grossa formada por camadas de basalto, sendo sua base composta de arenito. Verifica-se uma inclinação em direção oeste a partir da escarpa oriental, fazendo com que suas altitudes diminuam gradualmente dos 1300 m logo acima do litoral, até os 100 metros em seu extremo oeste. De sua porção leste em direção ao oeste, existe um divisor de águas pouco definido, fazendo com que as águas da porção norte escoem através do rio Uruguai/Pelotas e as águas concentradas na porção sul deságüem nos rios Jacuí e Ibicuí (BELTON, 1994).¹

Conforme Belton (1994), esta região era originalmente constituída por uma mistura bem equilibrada, formada por campos abertos (na maior parte dos terrenos altos entre as bacias dos rios), bem como por florestas que cobriam os taludes íngremes da escarpa, além dos vales dos rios, podendo também ser encontrados em áreas extensas nas regiões mais altas a leste do Estado, e na maior parte da área localizada no extremo norte e no oeste, drenadas pelo rio Uruguai.

A cobertura original do Estado se dividia em mais ou menos 60% de campo e os 40% restantes recobertos por florestas, sendo que essa configuração era mista na maior parte do Rio Grande do Sul. Temos a presença de matas de galeria em quase todas as áreas próximas

¹ Ver Figura 3.

aos rios. A área de abrangência das florestas no passado já foi maior do que aquela verificada nos dias atuais nas terras altas do Estado (BELTON, 1994).²

Para este autor:

O Pinheiro-do-paraná (*Araucaria angustifolia*) é a característica mais notável das florestas da metade oriental do Planalto, ocorrendo esporadicamente em sua porção oeste, praticamente até o rio Uruguai. [...] Estes pinheiros não crescem em capões homogêneos, mas estão associados com várias espécies de árvores latifoliadas, especialmente da família das mirtáceas e lauráceas. (BELTON, 1994, p. 23)

Segundo Reitz & Klein

A área do Pinheiro-brasileiro (*Araucaria angustifolia*) se encontra formando agrupamentos densos, principalmente na parte leste e central do Planalto sul-brasileiro, abrangendo os Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, ocorrendo ainda, como ilhas esparsas, também ao sul do Estado de São Paulo e na Serra da Mantiqueira. [...] Além destas áreas, nós temos a sua ocorrência registrada no Sul de Minas Gerais e entre as latitudes de 25° 30' e 27° sul, na Província argentina de Misiones. (REITZ & KLEIN, 1966, p.28-29)

Dentro deste contexto, temos ainda uma infinidade de plantas que poderiam fornecer, além de subsídios alimentares, matéria-prima para a confecção de arcos, flechas e as fibras para a cestaria e confecção de roupas, madeira para a construção de habitações e lenha para o fogo, além de ervas com fins medicinais.

Com relação aos animais localizados neste ambiente e que poderiam servir como fonte de alimentação, encontramos mamíferos de pequeno, médio e grande porte, e aves variadas. Quanto aos peixes, não nos foi possível fazer um levantamento mais detalhado, mas acreditamos que estavam à disposição segundo informações pessoais do biólogo André Osorio Rosa {25/05/03}, do Instituto Anchieta de Pesquisas/Unisinos, espécies como a traíra (*Hoplias malabaricus*), o jundiá (*Rhandia* sp.), a joaninha (*Chrenicicla* sp.), o pintado (*Pimelodus* sp.), o cará (Cichlidae), entre outros.

² Ver Figura 4.

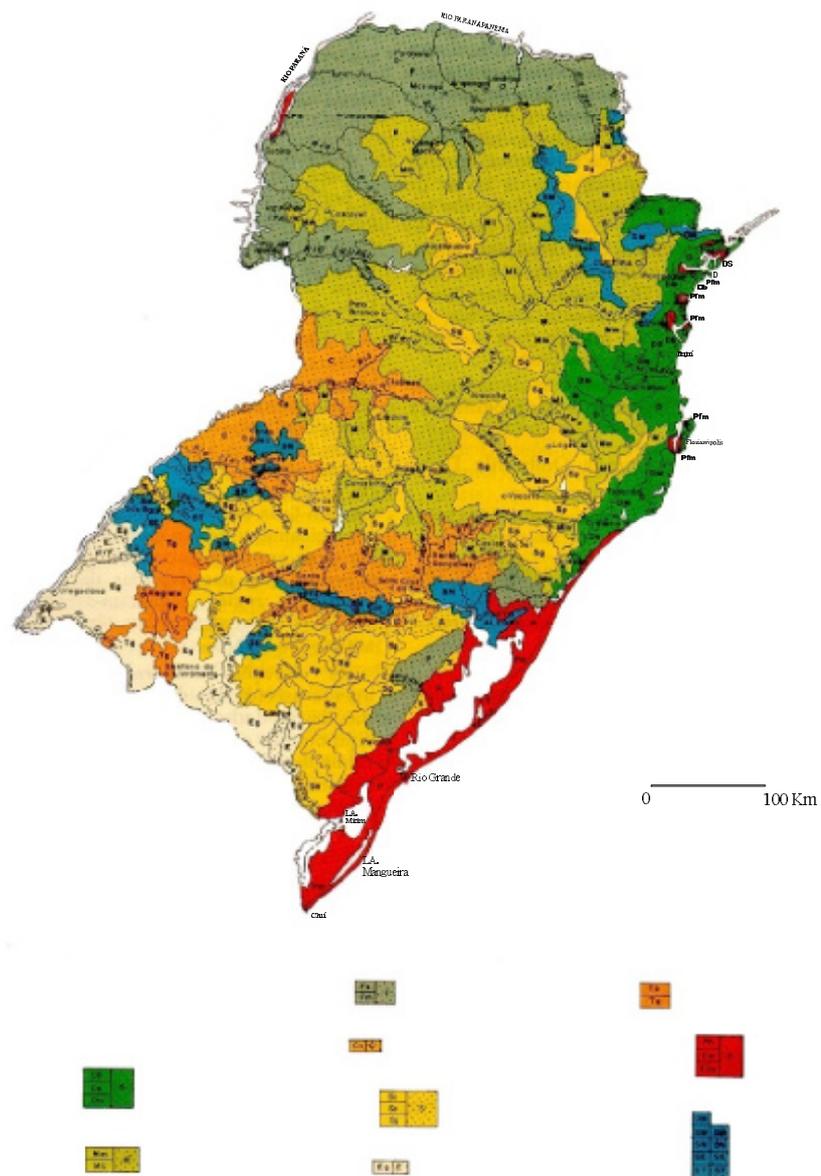


Figura 4: Cobertura vegetal da região sul; Fonte IBGE,1990.

Os mamíferos típicos do Planalto Meridional localizado no Estado do Rio Grande do Sul, poderiam servir não só como fonte de alimento mas ainda para a fabricação de instrumentos e utensílios variados através da utilização da pele, ossos, chifres e cascos.

Segundo Silva (1984, p.13): "A fauna mastozoológica do Rio Grande do Sul é expressiva, graças à sua privilegiada posição fisiográfica. As 141 espécies já registradas perfazem, aproximadamente 35% do total de mamíferos conhecidos no Brasil".

Uma constatação importante por parte deste autor: "A maioria destes animais é de hábitos noturnos, o que torna muito difícil observações na natureza, sendo os vestígios deixados (pegadas, fezes e outros), os meios mais eficazes para detectar sua presença". (SILVA, 1984, p.13)

Relacionamos a seguir a ocorrência das espécies animais e vegetais mais comuns encontradas na região, das quais encontramos menção de seu uso como alimento, pelos grupos indígenas residentes neste local, conforme indica Mabilde (1983). Com isto, poderemos ter uma visão mais ampla da diversidade ecológica existente, mapeando a sua ocorrência através das estações climáticas ao longo do ano³.

Iniciando pelas plantas temos uma variedade de espécies que podem ser consumidas pelo homem⁴. Aqui somente listamos as espécies que frutificam em determinada época do ano. Devemos nos lembrar que igualmente estavam a disposição dos grupos humanos residentes nessa área as plantas com folhas e tubérculos comestíveis.

Merece destaque o pinhão, fruto⁵ da araucária (*Araucaria angustifolia*) por ter sua ocorrência generalizada por todo o Planalto Meridional. A época de maturação deste fruto se

³ Ver Quadros 2, 3 e 4.

⁴ Além de fibras para trabalhos diversos, lenha e material para construção, como indicado anteriormente.

⁵ O termo mais correto, utilizado na botânica é semente. Aqui está sendo usado sua terminologia mais popularmente difundida.

dá entre os meses de abril e junho. Contudo, alguns botânicos⁶ apontam a existência de pelo menos quatro variedades desta planta que fornecem frutos comestíveis, em diversas épocas do ano. São elas, a variedade *angustifolia*, com maturação em abril e maio; a variedade *caiova*, maturando entre junho e julho; a *indehiscens* de agosto a janeiro, na qual o pinhão não cai da pinha; e a variedade *sancti josephi*, com a maturação em fevereiro e março fechando assim, um ciclo em que o pinhão poderia ser obtido o ano todo. Estas indicações são estabelecidas por alguns botânicos, entretanto devido ao atual índice de desmatamento, esta diversidade torna-se difícil de se observar, mesmo assim, é um indicativo, para inferirmos as fontes de alimentação destas populações autóctones (REITZ & KLEIN, 1966).

Os dados a seguir foram retirados de Reitz (Org.) e são referentes à coleção "Flora ilustrada catarinense" dos anos de 1966; 1967; 1969; 1970; 1974; 1977a; 1977b e 1983, feitos por diferentes pesquisadores.

O tucum (*Bactris setosa*) fornece frutos comestíveis, principalmente a amêndoa e a polpa, com a qual ainda é possível obter um tipo de licor. Sua maturação ocorre no inverno; ainda pode ser extraído do ápice desta planta, um tipo de palmito. Caracteriza-se pela abundância de exemplares em sua área de ocorrência.

O gerivá (*Syagrus romanzoffiana*), árvore de grande porte, proporciona abundância de frutos em duas épocas, uma no verão e outra no outono. A parte consumida é a polpa, sendo a amêndoa também muito procurada. Também das folhas novas extrai-se um tipo de palmito.

Da içara (*Euterpe edulis*) extrai-se o palmito durante os meses de inverno. Seus frutos servem de alimento para a fauna em geral.

O araçá (*Psidium cf. cattleyanum*) caracteriza-se por ser uma árvore de pequeno porte que proporciona frutos no verão.

⁶ Ver o trabalho de Reitz & Klein, 1966.

Quadro 2: Algumas plantas encontradas na área pesquisada.

Nome Científico	Nome popular	Outono	Inverno	Primavera	Verão
<i>Araucaria angustifolia</i> var. <i>angustifolia</i>	Pinheiro-brasileiro, araucária	X			
<i>Araucaria angustifolia</i> var. <i>caiova</i>	Pinheiro-caiova, araucária	X	X		
<i>Araucaria angustifolia</i> var. <i>indehiscens</i>	Pinheiro-macaco, araucária		X	X	X
<i>Araucaria angustifolia</i> var. <i>sancti josephi</i>	Pinheiro-São-José, araucária				X
<i>Bactris setosa</i> Mart. e <i>Bactris lindmanmiana</i>	Tucum		X		
<i>Syagrus romanzoffiana</i>	Gerivá	X			X
<i>Euterpe edulis</i>	Içara		X		
<i>Psidium cinereum</i>	Araçá				X
<i>Eugenia uniflora</i>	Pitanga			X	X
<i>Campomanesia xanthocarpa</i>	Guabiroba			X	X
<i>Campomanesia aurea</i>	Guabiroba			X	X
<i>Campomanesia littoralis</i>	Guabiroba			X	X
<i>Eugenia involucrata</i>	Cereja-do-mato			X	X
<i>Eugenia pyriformis</i>	Uvalha				X
<i>Myrciaria tenella</i>	Cambuú-do-brejo			X	
<i>Bromelia antiacantha</i>	Banana-do-mato	X			X
<i>Bromelia balansae</i>	Banana-do-mato				X
<i>Ananas bracteatus</i>	Gravatá	X			
<i>Rollinia sylvatica</i>	Araticum	X		X	X
<i>Berberis laurina</i>	São João			X	X
<i>Allophylus guaraniticus</i>	Vacunzeiro			X	X
<i>Allophylus edulis</i>	Fruto-de-pomba			X	
<i>Garcinia gardeneriana</i>	Bacupari				X
<i>Acca sellowiana</i>	Goiaba-do-campo	X			X

Fonte: Reitz (Org.) 1967; 1969; 1970; 1974; 1977a; 1977b e 1983; Mabilde, 1983; Brack, 1987 e Záchia, 1997.

A pitanga (*Eugenia uniflora*), que geralmente é uma árvore de médio porte, apresenta a maturação dos frutos na primavera e no verão.

Temos também a guabiroba, representada por três espécies (*Campomanesia xanthocarpa*, *Campomanesia aurea* e *Campomanesia littoralis*) que maturam seus frutos nos meses que compreendem a primavera e o verão.

A cereja-do-mato (*Eugenia involucrata*), árvore de médio porte, tem a maturação dos frutos na primavera e verão.

A uvalha (*Eugenia pyriformis*) apresenta frutos maduros em abundância no verão.

O cambuí-do-brejo (*Myrciaria tenella*), uma árvore de pequeno porte, matura seus frutos na primavera.

Das duas espécies de banana-do-mato, a *Bromelia antiacantha* tem seus frutos maduros no verão e outono; já a *Bromelia balansae*, apresenta a maturação dos frutos somente no verão.

O gravatá (*Ananas bracteatus*) é pouco abundante e tem frutos maduros no outono.

O araticum (*Rollinia sylvatica*) tem seus frutos maduros na primavera, no verão, sendo a época mais abundante nos meses outono.

O São João (*Berberis laurina*), arbusto comumente encontrado, proporciona frutos maduros na primavera e no verão.

Em menor frequência, tem o vacunzeiro (*Allophylus guaraniticus*), árvore de pequeno porte, com frutos comestíveis nos meses de primavera e verão. E também o fruto-de-pomba (*Allophylus edulis*), uma arvoreta, com maturação dos frutos ocorrendo na primavera.

O bacupari (*Garcinia gardneriana*), é uma árvore de grande porte que apresenta frutos maduros durante o verão.

A goiaba-do-campo (*Acca sellowiana*), árvore de pequeno porte, proporciona frutos abundantes no verão e no outono.

Outras espécies identificadas na região estudada servem como fonte de alimento para a fauna local. São elas:

A urtiga (*Urtica baccifera*), com frutos maduros no verão e no outono, servindo estes principalmente de alimento para as aves.

O araçá-do-mato (*Myrcianthes gigantea*) frutifica no verão. É possível que possa ser consumido em algumas ocasiões pelo homem.

A murta (*Blepharocalix longipes*) é uma árvore abundante e de grande porte; oferece boa lenha e seus frutos estão maduros no outono.

O guamirim, representado principalmente pelos gêneros *Eugenia*, *Gomidesia*, *Myrceugenia* e *Myrcia*, produz boa lenha e frutifica nos meses de primavera e verão.

O cambuí, pertencente aos gêneros *Eugenia*, *Myrcia* e *Myrciaria*, matura seus frutos nos meses de verão e proporciona boa lenha.

Com relação aos animais, nos valemos de algumas sínteses⁷ que fornecem boas informações, ainda que gerais sobre a fauna do Estado. Estimativas como peso e tamanho, além de alguns hábitos, devem servir como indicador do potencial alimentar das várias espécies registradas em nossa área de pesquisa, tanto de mamíferos quanto das aves levantadas.

As espécies de mamíferos listadas, estão divididas em dois grupos. No primeiro, apontamos aqueles animais que, segundo fontes orais diversas e por meio da comunicação pessoal do biólogo André Osorio Rosa {25/05/03}, teriam grande potencial para serem caçadas. Já no segundo grupo indicamos as espécies que ocorrem na região e que também poderiam ser caçadas, conforme as necessidades das populações ali existentes, ou ainda de acordo com tabus culturais destes grupos.

⁷ Ver os trabalhos de Silva (1984) e Coimbra & Rizzini (1988).

Os animais apontados nestes dois grupos são encontrados espalhados pela área. O seu registro de ocorrência é feito ao longo do ano e todos têm caráter residente no planalto. Alguns vagam solitários, ao passo que outros formam bandos de diferentes tamanhos. Seus hábitos, em grande parte dos casos, são noturnos ou crepusculares, o que torna difícil a sua captura.

Iniciando o primeiro grupo temos, o gambá-de-orelha-branca (*Didelphis albiventris*); animal de porte médio, atinge até 89 cm de comprimento e pode pesar 2,75 kg. Pode ser encontrado em ambientes compostos por capoeiras, matas primárias e secundárias, em banhados e capões. Seus hábitos são crepusculares e noturnos. É onívoro e vive isolado.

O tatu-galinha (*Dasyus novemcinctus*) pode atingir 80 cm de comprimento e chega a pesar 8 kg; é encontrado em vários tipos de formação vegetal. Geralmente é verificada sua ocorrência no período da noite. Alimenta-se principalmente de insetos, sendo que pequenos vertebrados e vegetais também compõem seu cardápio. Tem hábitos solitários.

O tatu-peludo (*Euphractus sexcinctus*), atinge cerca de 66 cm de comprimento e pesa quase 5 kg. É encontrado em locais arbustivos, nos campos e cerrados, sua alimentação consiste de frutos, folhas, pequenas sementes e pequenos animais. Igualmente de hábitos solitários.

O bugio (*Alouatta guariba*) pode atingir até 1,84 m de comprimento e seu peso varia entre 7 e 9 kg. Habita as florestas, alimentando-se de folhas, frutos, sementes pequenas e pequenos animais. Este primata possui hábitos diurnos e crepusculares. Reúne-se em pequenos grupos.

A anta (*Tapirus terrestris*) é um mamífero de grande porte, atingindo 2 m de comprimento e pesando cerca de 300 kg. É encontrada em matas fechadas e altas, próximas da água. Pode ser avistada durante o dia ou pela noite. Sua alimentação consiste em vegetais e geralmente vaga solitária. É uma espécie fácil de ser caçada.

Temos duas espécies de porcos. A primeira é o porco-do-mato-queixada (*Tayassu pecari*). Seu tamanho varia entre 76,5 e 105 cm de comprimento, pode pesar 30 kg. Habita as matas densas e úmidas. Alimenta-se de vegetais e outros animais. A segunda espécie de porco, corresponde ao porco-cateto (*Pecari tajacu*) com cerca de 90 cm de comprimento e 20 kg; vive em florestas altas e alimenta-se principalmente de material vegetal. De hábitos crepusculares, ambos formam bandos.

A família Cervidae é aqui representada por três espécies. São elas: o veado-mateiro (*Mazama americana*) que pode atingir 1,10 m de comprimento e pesar cerca de 16 kg. É localizado em matas primárias e altas. Seus hábitos são noturnos e crepusculares. Este animal vive isolado. A segunda espécie registrada é o veado-virá (*Mazama gouazoubira*) que chega a pesar até 23 kg e atingir um tamanho de 1,40 m. Vive em locais abertos dentro da mata. É um animal de hábitos noturnos e vaga solitário. A terceira espécie é representada pelo veado-campeiro (*Ozotocerus bezoarticus*), que atinge 1,45 m e seu peso varia entre 30 e 40 kg. Vive em campo aberto. Seus hábitos são noturnos e essa espécie difere das duas primeiras por formar pequenos grupos.

A capivara (*Hydrochaeris hydrochaeris*) é o maior roedor do mundo, medindo cerca de 1,3 metros de comprimento, com o peso oscilando entre 25 a 50 kg. Vive à beira da água, alimentando-se de vegetais e plantas aquáticas. Possui hábitos tanto diurnos, quanto noturnos. Forma pequenos grupos.

Por último, temos a paca (*Agouti paca*), que é um dos maiores roedores do Brasil, com cerca de 70 cm de comprimento e pesando até 10 kg, perdendo em tamanho somente para a capivara. É encontrada em áreas com vegetação alta, como matas e capoeirões às margens de mananciais hídricos. Sua alimentação é composta por diversos vegetais, sendo os frutos destes vegetais os seus preferidos. É um animal de hábitos noturnos, que vive solitário.

O segundo grupo de animais encontrados na região é formado por espécies de porte variado que circulam ao longo do ano pelas terras altas e que conforme comunicação pessoal do biólogo André Osorio Rosa {25/0503}, possuem potencial alimentar, tornando-os possíveis de serem caçados.

Iniciamos pela ordem Marsupialia, representada pela cuíca-verdadeira (*Philander opossum*). Seu tamanho oscilando entre 50 a 66 cm de comprimento e pode chegar a pesar 400 gramas. Habita tanto o ambiente terrestre quanto o arborícola. Tem suas atividades no período da noite. Alimenta-se de pequenos vertebrados terrestres, artrópodes, moluscos e frutos. Vive solitária.

Os tamanduás que encontramos na região são: o tamanduá-bandeira (*Myrmecophaga tridactyla*) e o tamanduá-mirim (*Tamandua tetradactyla*). O primeiro tem cerca de 2,1 m de comprimento e pesa entre 18 e 23 kg. Vive em áreas de florestas e cerrados. Alimenta-se de insetos. Possui hábitos noturnos, mas algumas vezes pode ser visto durante o dia vagando solitário por seu território. A segunda espécie de que temos registro, pode atingir 1,35 m de comprimento e pesa cerca de 6 kg. Esse animal possui as mesmas características da espécie anterior.

Os micos (*Cebus apella*) em média medem 86 cm de comprimento e seu peso oscila entre 2 e 4 kg. Vivem no interior das matas, nas copas das árvores mais altas em bandos. Alimentam-se de folhas, flores, frutos, ovos e pequenos animais.

Os carnívoros, ainda dentro desse segundo grupo, apresentam um conjunto bem diversificado, distribuído em várias famílias com diferentes espécies. Iniciamos pelo graxaim-do-mato (*Cerdocyon thous*), com tamanho entre 1 e 1,12 metros de comprimento e cerca de 5 kg. Generalista em sua alimentação e essencialmente noturno, é um animal solitário.

O coati (*Nasua nasua*) é um animal de porte médio. Alimenta-se de vegetais e animais variados. Localiza-se nas florestas de porte alto, tendo suas atividades principalmente durante

o dia. Esse animal vive em bandos. Já o mão-pelada (*Procyon cancrivorus*) difere do procionídeo anterior. Seu tamanho varia entre 90 e 110 cm de comprimento e pesa cerca de 8 kg. Vive perto de rios, banhados e lagos com vegetação cerrada e alta. É um animal de hábitos noturnos e solitário.

A irara (*Eira barbara*) e o furão (*Galictis cuja*) representam a mesma família, a dos Mustelidae. A primeira tem cerca de 5 kg. Seu tamanho varia entre 98 e 115 cm de comprimento. Sua maior ocorrência deve ter sido nas matas da parte norte. Alimenta-se de pequenos animais e suas atividades são registradas nas horas crepusculares. Possui hábitos solitários. O furão habita as bordas de florestas, capoeiras ou vegetação arbustiva cerrada, normalmente à beira de banhados e rios. Alguns autores dizem que forma grupos.

A família dos felinos está representada, neste levantamento, por cinco espécies diferentes. A primeira que destacamos é o puma (*Puma concolor*), também conhecido como sussuarana, onça-pintada e leão-baio. É um animal de grande porte que vive disperso por vários ambientes. Seu tamanho oscila entre os 1,6 e 2,3 m de comprimento e pode atingir o peso de 60 kg. Sua alimentação é composta desde pequenos roedores até mamíferos de grande porte, como capivaras e veados. Possui hábitos solitários.

A jaguatirica (*Leopardus pardalis*) junto com a onça (*Panthera onca*) representam os felinos manchados de grande porte que ocorrem no Brasil. A primeira, vive nas florestas densas e áreas com vegetação do tipo parque, que ocorrem no Planalto Meridional. O habitat da segunda, localiza-se nas florestas úmidas, perto da água. O primeiro felino possui um tamanho que varia entre 1,0 a 1,3 metros de comprimento e seu peso está entre 7 e 15 kg. O peso do segundo pode variar entre 60 a 130 kg e seu tamanho oscila entre 2,2 a 2,7 metros de comprimento. A alimentação da jaguatirica é composta por aves e mamíferos; a da onça, por animais como capivaras e jacarés. Ambas têm hábitos solitários.

Os dois últimos representantes dos carnívoros, são o gato-do-mato-pequeno (*Leopardus tigrina*) e o gato-maracajá (*Leopardus wiedii*). Ambos possuem tamanhos e pesos similares, que oscilam dos 76 aos 91 cm de comprimento e cerca de 3 kg. Podem ser encontrados nas matas, alimentando-se de ratos e aves de pequeno e médio porte. Vivem isolados.

Outros animais que compõem esse segundo grupo:

O ouriço-cacheiro (*Coendou villosus*) mede entre 67 e 75 cm de comprimento e seu peso varia entre 1,5 e 2 kg. Habita as matas. É muito comum encontrá-lo ao crepúsculo e no período da noite. Alimenta-se de frutos e folhas. Vive isolado.

O rato-das-árvores (*Echimys dasythrix*), um roedor de médio porte que alimenta-se de frutos e folhas verdes. E por último, temos o tapiti (*Sylvilagus brasiliensis*), que segundo informações deveria ser freqüente em áreas de vegetação tipo parque, nas bordas de matas fechadas e em cerrados. Sua alimentação inclui uma grande variedade de espécies de vegetais. É um animal de hábitos especialmente noturnos.

Diferente dos mamíferos, para os quais em muitos casos obtivemos dados variados, o mesmo não ocorreu com relação às aves. Os registros pesquisados⁸ a respeito das aves, apontam que o seu comportamento não é homogêneo, variando de espécie para espécie. Podemos encontrar exemplos de indivíduos com hábitos solitários, outros formando pares e por último bandos de tamanhos diversos. Todas estas aves têm caráter residente, isto é, são encontradas durante todo o ano nesta região.

⁸ Ver os trabalhos de Sick (1985) e Belton (1994).

Quadro 3: Alguns animais mamíferos do planalto sul-rio-grandense, encontrados na área pesquisada. Fonte: Silva, 1984.

Nome popular	Tamanho			Hábitos		Atividade			Alimentação		
	P	M	G	Bando	Solitário	Diurna	Crepuscular	Noturna	Herbívoro	Onívoro	Carnívoro
Gambá-de-orelha-branca		X			X		X	X			X
Tatu-galinha		X			X			X			X
Tatu-peludo		X			X			X	X		X
Bugio		X		X		X	X		X		X
Anta			X		X	X		X	X		
Porco-do-mato-queixada			X	X			X		X		X
Porco-cateto		X		X			X		X		
Veado-mateiro		X			X		X	X	X		
Veado-virá			X		X			X	X		
Veado-campeiro			X	X				X	X		
Capivara			X	X		X		X	X		
Paca		X			X			X	X		
Cuíca-verdadeira	X				X			X			X
Tamanduá-bandeira			X		X			X			X
Tamanduá-mirim		X			X			X			X
Mico	X			X					X		X
Graxaim-do-mato		X			X			X			X
Coati		X		X		X			X		X
Mão-pelada		X			X			X			X
Irara		X			X		X				X
Furão		X		X		X		X			X
Puma			X		X			X			X
Jaguatirica		X			X			X			X
Onça			X		X			X			X
Gato-do-mato-pequeno	X				X			X			X
Gato-maracajá	X				X			X			X
Ouriço-cacheiro		X			X		X	X	X		
Rato-das-árvores	X				X			X	X		
Tapiti	X				X			X	X		

Quadro 4: Algumas das aves do Planalto Sul-Rio-Grandense encontradas nas áreas pesquisada.

Nome popular	Tamanho			Hábitos			
	P	M	G	Bando	Solitário	Par	Grupo Familiar
Macuco	X				X		
Inambuguaçu	X					X	
Inambuxintã			X		X		
Perdigão	X				X		
Perdiz ou codorna			X		X	X	
Marreca-pé-vermelho	X			X		X	
Marreca-pardinha	X			X			
Marreca-parda ⁹	X			X			
Araquã	X			X		X	
Jacu-açu	X			X			
Siriema	X					X	
Jaçanã			X		X		
Charão			X	X			
Papagaio-peito-roxo			X		X	X	
Curicaca	X			X			X
Uru			X			X	
Saracura-do-banhado	X			X			
Galinholá ou frango-d'água			X	X			
Asa-branca ou pombão			X	X			
Juriti-pupu			X		X	X	

Fonte: Sick, 1985; Belton, 1994.

Começamos pelo macuco (*Tinamus solitarius*), que é um habitante raro de floresta, que vive solitário em seu território.

O inambuguaçu (*Crypturellus obsoletus*) vive nas florestas das terras altas e ocasionalmente é registrado no litoral e na depressão central no Estado. A fêmea desta espécie mede entre 320 a 333 mm e seu peso varia entre 490 e 600 gramas.

O inambuxintã (*Crypturellus tataupa*) é localizado mais comumente no extremo norte e mais esparsamente na escarpa do planalto. Habita florestas, na borda das matas e em áreas de capoeiras. É uma ave solitária. Seu tamanho pode chegar ao 260 mm e o peso oscila entre 376 e 412 gramas.

⁹ Esta é única espécie cujo registro se dá nos meses de inverno e primavera.

O perdigão (*Rhynchotus rufescens*) é encontrado no nordeste do Estado, em áreas altas; no sul e sudeste nos morros; e no oeste nas áreas centrais. Tem hábitos solitários e a fêmea mede 415 mm e pesa 900 gramas.

A perdiz ou codorna (*Nothura maculosa*) é encontrada em áreas de campos e de vegetação baixa. vivendo solitária ou formando pares. A fêmea mede 275 mm e pesa 300 gramas.

Três são os tipos de marrecas encontradas na área de pesquisa. A primeira, a marrecapé-vermelho (*Amazonetta brasiliensis*), habita banhados, açudes e lagos com vegetação. Forma pares ou bandos pequenos. A segunda espécie é a marreca-pardinha (*Anas flavirostris*), localizada ao norte e nordeste. Seu hábitat é em pequenos lagos nas áreas de campo. Vive em bandos de até quinhentos indivíduos ou mais. O macho desta espécie mede 406 mm e pesa mais de 400 gramas, e a fêmea mede 375 mm e pesa 374 gramas. A terceira espécie listada, é a marreca-parda (*Anas georgica*). Pode ser encontrada no nordeste do Planalto e na região norte. Habita pequenos lagos, açudes e banhados geralmente em terrenos abertos, formando bandos. Sua ocorrência é registrada no período de inverno e primavera.

A araquã (*Ortalis motmot*) é uma ave normalmente registrada em altitudes inferiores a 800 metros. Ela habita florestas junto das proximidades de clareiras e capoeiras. Pode ser encontrada em pequenos bandos ou em grupos familiares. A fêmea da espécie mede 498 mm e o macho pesa 620 gramas.

O jacu-açu (*Penelope obscura*) vive em matas secundárias e de galeria, bem como em capoeiras e nas áreas que atualmente servem de plantações. Forma pequenos bandos. A fêmea atinge 660 mm.

A siriema (*Cariama cristata*) é encontrada em áreas de campos aos pares.

A jaçanã (*Jacaca jacana*) é registrada em áreas com vegetação aquática. Vive geralmente solitária e seus indivíduos medem 250 mm e pesam 155 gramas.

O charão (*Amazona pretrei*) é encontrado no norte e nordeste das terras altas, formando grandes bandos. O papagaio-peito-roxo (*Amazona vinacea*) está no mesmo ambiente, só que vive solitário ou forma pares.

A curicaca (*Theristicus caudatus*) habita áreas de campos, formando pequenos bandos, ou grupos familiares. A fêmea atinge um tamanho de 700 mm e seu peso é de 1550 gramas.

O uru (*Odontophorus capueira*) é encontrado ao longo da parte sul da escarpa. Não dispomos de maiores informações sobre esta espécie.

A saracura-do-banhado (*Pardirallus sanguinolentus*) vive em banhados de diversos tamanhos com vegetação abundante, formando bandos. O tamanho médio dos machos desta espécie é de 321 mm.

A galinhola ou frango-d'água (*Gallinula chloropus*) ocorre em banhados, lagos, lagoas pequenas, açudes, preferencialmente com vegetação abundante. Pode ser encontrada também em áreas mais secas ao redor destes locais. São encontradas formando bandos com número variável de indivíduos.

A asa-branca ou pombão (*Columba picazuro*) vive em florestas, nos campos com vegetação esparsa e em parques espinilhos. Forma bandos de 200 ou mais indivíduos. O macho pode medir 390 mm e chega a pesar 430 gramas.

A juriti-pupu (*Leptotila verreauxi*) habita o estrato inferior das matas junto ao chão. É encontrada sozinha, ou formando pares, exceção a este comportamento é registrado em áreas propícias para a sua alimentação. O macho dessa espécie atinge 300 mm de tamanho e seu peso em média fica em torno dos 208 gramas.

Para finalizarmos este levantamento sobre os recursos disponíveis e seu potencial de emprego pelos grupos autóctones, apresentamos ainda algumas informações relacionadas ao

solo¹⁰, utilizados para possíveis cultivos e matérias-primas utilizadas na confecção de instrumentos variados.

De maneira geral os solos localizados no "planalto gaúcho", são de origem basáltica, resultantes de derrames de lava durante o período cretáceo, sendo estes os responsáveis pela geomorfologia que é verificada nos dias atuais.

Na região que compreende as terras altas e seu entorno imediato, a encosta, verificamos uma certa diversidade na composição dos solos. Uns proporcionam melhores condições para cultivos extensivos e outros que comportariam somente pequenas lavouras de subsistência.

Estas condições não estão ligadas somente à variabilidade de nutrientes que proporcionam melhores possibilidades de plantio. Giram também em torno das condições de relevo e clima, bem como da constituição do terreno; este em algumas áreas apresenta-se mais pedregoso, em outras a drenagem natural é insuficiente.

Os melhores solos para o plantio são os compostos por *Terra Roxa Estruturada Eutrófica*, que se acha bem distribuída entre as regiões geomorfológicas dos Planaltos das Araucárias, Missões e Campanha. A seguir temos a *Terra Bruna Estruturada intermediária para Podzólico Bruno Acinzentado*, cuja ocorrência é registrada nas áreas de relevo suave ondulado até o forte ondulado; abrange municípios que se encontram em altitudes que giram em torno dos 700 m acima do nível do mar e que originalmente eram recobertos pela Floresta Ombrófila Mista. Um terceiro tipo com grandes potenciais para o cultivo é o *Brunizém Avermelhado* que ocupa áreas de relevo localizadas nas várzeas dos rios Taquari, Caí, Três

¹⁰ As informações apresentadas aqui foram retiradas de **Geografia do Brasil**, v. 2 - Região Sul. Rio de Janeiro: IBGE, 1990.

Forquilhas e Cadeia, e também é igualmente encontrado espalhado por toda a borda dissecada do Planalto das Araucárias e ainda nas áreas de relevo suave do Planalto Sul-Rio-Grandense.

Os demais tipos de solos apresentam condições inferiores para que se pudesse realizar algum tipo de plantio, seja por falta de nutrientes e elevada acidez, seja pela formação do relevo, muito acidentado ou extremamente pedregoso. Conta ainda como fator limitante a drenagem do solo.

Na área onde temos maior possibilidade de plantio, e mesmo naquelas em que o potencial é menor, podem ser cultivados gêneros como o milho, a batata-doce, a abóbora e o amendoim. A melhor época para o plantio destas culturas seria na primavera, sendo sua colheita realizada no verão.

Podemos perceber que os recursos alimentares que estavam à disposição das populações que habitavam o planalto, sejam eles pertencentes ao reino animal ou vegetal, eram amplos e forneciam muitas possibilidades de exploração, garantindo não só diversidade, mas também um certo grau de abundância para a alimentação. Podemos desta forma relacionar a circulação pelo território dos grupos ali estabelecidos, com a intenção de um melhor manejo destes recursos, como veremos mais adiante.

Devido a isso, em algumas áreas poderia ser mais abundante a caça; em outras, a alimentação talvez fosse baseada na extração de alimentos provenientes na flora local. Em ambos os casos ainda temos a probabilidade do plantio, como forma complementar de alimentação, associada aos outros gêneros mencionados.

A seguir começamos a tratar de pontos que são fundamentais nesta Dissertação. Estes dizem respeito aos dados obtidos através da pesquisa arqueológica e os resultados dos estudos etnográficos. Inicialmente, traçamos um panorama a respeito da pré-história das populações localizadas no Planalto Meridional brasileiro, dando destaque para as pesquisas feitas no atual Estado do Rio Grande do Sul.

3 OS SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS

3.1 Os Sítios de Habitação e seus Materiais

Começamos a apresentar e caracterizar os sítios arqueológicos que encontramos no Planalto Meridional¹, localizado no Estado do Rio Grande do Sul. Delimitamos espacialmente esta área, como um ponto central do nosso estudo. Inicialmente, faremos uma caracterização do ambiente² onde estão localizados os sítios arqueológicos pertencentes à tradição Taquara.

De uma forma geral, os sítios arqueológicos da tradição Taquara localizados no Planalto Meridional, são encontrados em locais onde predomina a Floresta Ombrófila Mista, caracterizada pela presença de *Araucaria angustifolia*, ou em campos adjacentes com as mesmas características morfológicas. A ocorrência dos sítios se dá nos interflúvios, em áreas afastadas dos rios, mas próximas a pequenos cursos d'água, como arroios ou córregos de águas perenes³.

Temos vestígios de ocupação desta tradição ainda em áreas da Floresta Ombrófila Densa e Floresta Estacional Semidecídua e Decídua, localizados na encosta e no litoral atlântico.

¹ As áreas adjacentes tanto na encosta, quanto no litoral, serão citadas neste trabalho de forma pontual, sem nos aprofundarmos em demasia nos dados concernentes a estas áreas.

² Para uma descrição mais detalhada, consultar o Capítulo 2: "O Ambiente e seus Recursos".

³ Ver Figura 5.

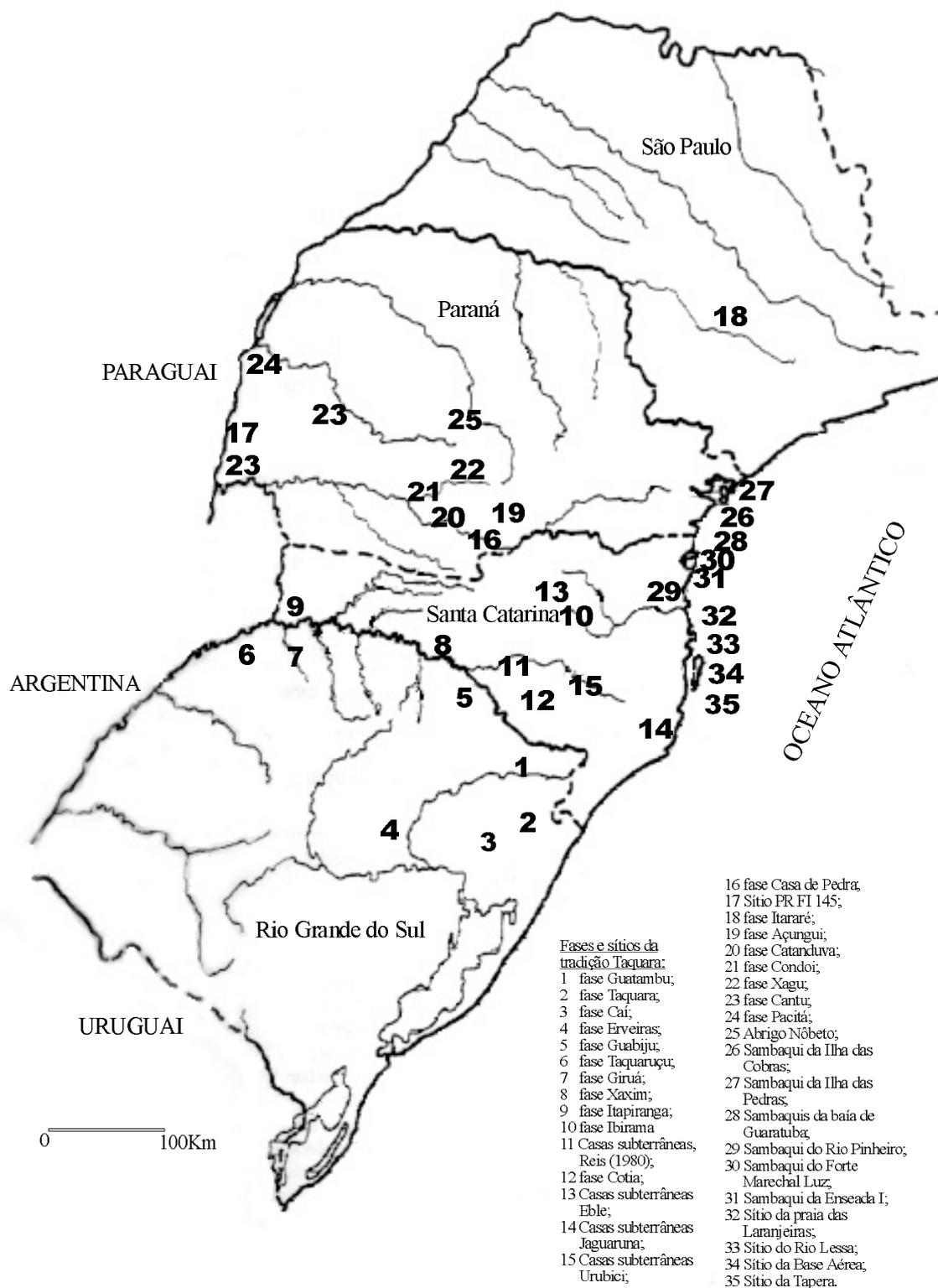


Figura 5: Localização aproximada das fases, regiões e sítios pesquisados da tradição Taquara. Elaborado a partir de Schmitz, 1988, p.78.

Geograficamente, os sítios arqueológicos correspondentes a esta tradição são registrados desde o sul de São Paulo até a encosta sul do Planalto Meridional no Rio Grande do Sul, do litoral atlântico do Paraná, de Santa Catarina e do norte do Rio Grande do Sul até a Província argentina de Misiones.

As pesquisas executadas até o momento, foram realizadas na região do Planalto Meridional, na encosta deste e no litoral do Estado do Rio Grande do Sul. Especificamente na área do planalto, os estudos abrangem os municípios de Bom Jesus, São Francisco de Paula, Marcelino Ramos, Caxias do Sul, Ana Rech, Flores da Cunha, Vacaria, Esmeralda, Pinhal da Serra, Tenente Portela e São José dos Ausentes. Em outros municípios como André da Rocha, Nova Prata e São Marcos, também, temos registro de sítios arqueológicos ligados à tradição Taquara⁴. Na encosta do planalto⁵ temos pesquisas realizadas nos municípios de Lajeado, Santa Cruz do Sul, São Sebastião do Caí e Taquara. No litoral⁶ as pesquisas revelam a ocorrência de sítios superficiais localizados na região norte desta área, entre os municípios de Quintão e Torres⁷.

Dentro do espaço geográfico acima demarcado (excetuando o litoral e as partes menos elevadas da encosta), temos a ocorrência de sítios arqueológicos compostos por "casas subterrâneas"; aterros; abrigos-sob-rocha, na maioria das vezes utilizados como cemitério; espaços entaipados; sítios superficiais, que podem ser vestígios de aldeias, sítios para obtenção de matérias-primas ou locais de captação de recursos alimentares.

As "casas subterrâneas", em sua maioria estão localizadas nas encostas das colinas, quase sempre próximos ao topo destas, próximas ou mesmo dentro de capões de mata, a distâncias não muito grandes de pequenos cursos d'água, como nascentes ou arroios. Na maioria das vezes, este tipo de sítio encontra-se composto por várias destas estruturas, com

⁴ Para maiores informações, ver Goldmeier, 1983.

⁵ Maiores informações, podem ser encontradas em Miller, 1967, Mentz Ribeiro 1975, 1980 e Mentz Ribeiro & Silveira, 1979.

⁶ Consultar Rogge, et al. 1997.

dimensões variadas, sendo estando estas entre 2 e 18 m de diâmetro e com uma profundidade que oscila dos 0,10 m a 6 m, para as "casas" com formato circular. Já para as estruturas com formato elíptico estas medidas ficam entre 2,90 x 3,60 m e 19,60 x 22,10 m de tamanho e sua profundidade é de 0,20 m podendo atingir os 4,80 m. Em alguns casos existe a associação entre "casas", montículos e abrigos-sob-rocha.

Com relação aos abrigos-sob-rocha, quase sempre, se situam em paredões de difícil acesso, sendo compostos por aberturas de dimensões reduzidas, com pouco espaço interior e com uma queda d'água geralmente ocorrendo próxima à abertura destes abrigos.

Os aterros ou montículos bem como os espaços entaipados, ocorrem em menor número. No começo das pesquisas os estudiosos acreditavam que estas construções seriam sepulturas de caciques mas, com o desenvolver dos trabalhos, chegou-se à conclusão de que estes acúmulos são na verdade, a terra retirada do interior das "casas subterrâneas", quando as mesmas estavam em processo de construção, conforme verificado nos trabalhos feitos por Schmitz e equipe, durante as escavações no município de Vacaria, RS.

Nos trabalhos da equipe do Instituto Anchieta de Pesquisas/Unisinos, coordenados por Pedro Ignácio Schmitz, esta constatação pôde ser observada. Em alguns casos a terra do interior das estruturas era utilizada para nivelar uma das bordas da "casa subterrânea", em outros, era amontoada a certa distância das demais "casas" formando com isto, os montículos (SCHMITZ & ROGGE, 2001; 2002, relatório de campo).

Exceção a isto, talvez a única registrada até o momento no Estado, encontramos em Copé, Saldanha & Cabral (2002, p.132). Neste trabalho temos o seguinte relato: "[...] o montículo central certamente foi utilizado para encerrar os restos de fogueiras onde foi realizada a cremação de ossos, ligando a estrutura com uma função funerária."

Referente aos espaços entaipados, temos a seguinte descrição:

⁷ Ver Figura 6.



Cidades pesquisadas:	11 Esmeralda;
Planalto	12 Pinhal da Serra;
1 Bom Jesus;	13 Marcelino Ramos;
2 São José dos Ausentes;	14 Tenente Portela;
3 Vacaria;	15 Porto Lucena;
4 Flores da Cunha;	Encosta da serra
5 Caxias do Sul;	16 Lajeado;
6 Ana Rech;	17 Santa Cruz;
7 São Francisco de Paula;	18 São Sebastião do Caí;
8 São Marcos;	19 Taquara;
9 Nova Prata;	Litoral
10 André da Rocha;	20 Torres;
	21 Quintão.

Figura 6: Municípios gaúchos pesquisados no planalto, na encosta e litoral.

Um fato curioso e ainda inédito são dois cordões de terra, lá chamados 'camalões', que ocorrem paralelos numa distância de 30 m um do outro e circundam, pelo lado Sul, numa distância de uns 500 m, a elevação, onde se encontra a casa subterrânea, que tomamos por referência. Guardam o paralelismo mesmo quando, num ângulo perfeito de 90°, dobram para o Norte, descendo em direção a um riacho. Atualmente apresentam-se com 1,50 m de largura e 0,50 m de altura. A uns 80 anos o local era mato, o que vem a dificultar mais a interpretação do fenômeno, que se repete na fazenda do Sr. Carlos Kramer da Fonseca, junto a duas casas subterrâneas (a nove quilôm de Bom Jesus). (LAZAROTTO, et al, 1971, p.80)

Segundo Copé, Saldanha e Cabral, este tipo de sítio arqueológico poderia estar ligado a locais com funções cerimoniais ou seriam habitações protegidas por uma paliçada. Contudo, a pesquisadora devido à carência de trabalhos sistemáticos neste tipo de sítio, bem como a sua difícil localização nas áreas de pesquisa, transforma em hipótese as interpretações que possam ser atribuídas a estes sítios arqueológicos (COPE, SALDANHA & CABRAL, 2002).

Com relação aos demais tipos de sítios, ainda são necessárias um maior volume de pesquisas, pois os sítios superficiais, que podem corresponder a antigas aldeias, e ainda os sítios destinados a obtenção de matérias-primas ou captação de recursos alimentares, são difíceis de serem encontrados e identificados⁸.

Além dos sítios como tais, referimo-nos também à sua cerâmica e aos artefatos líticos encontrados nas áreas pesquisadas, que abrangem o planalto, a encosta das terras altas e o litoral do Estado.

Conforme escrevem Schmitz, et al. (1988, p.54):

A cerâmica, considerada como um artesanato claramente utilitário, para uso no fogo, como atesta a localização nos fogões e a cobertura com fuligem, é constituída de recipientes pequenos de formas simples e sem apêndices. A decoração que se encontra na maior parte dos exemplares costuma ser regular, mas o acabamento geral do vasilhame não é cuidadoso. Os fragmentos não são abundantes em nenhum sítio.

Esta cerâmica, apresenta uma tonalidade que vai do marrom, ao pardo e, em alguns casos, cinza. O tratamento é feito através do alisamento, tanto interno, quanto externo. A parte externa, geralmente após ser alisada, recebe algum tipo de decoração, que pode ter elementos

caracterizados por alinhamentos horizontais ou verticais, de forma homogênea, tendo menos freqüentemente uma distribuição irregular. A decoração cobre o vasilhame desde o lábio até junto da base, apresentando marcas como os ponteados, os ungulados, os pinçados, os estampados ou carimbados; além destes, temos ainda a impressão de cestaria, esteira, trançado ou corda, que podem ser emoldurados tanto, junto da borda quanto da base por elementos pinçados. Raramente encontra-se a combinação destes elementos decorativos no mesmo vasilhame (SCHMITZ, et al. 1988).

Quanto à forma destes recipientes, eles compõem-se predominantemente de vasilhames com bordas simples ou infletidas e bases convexas ou aplanadas, sendo raros os casos de vasilhames que poderiam ser compostos, mesclando estes elementos entre si. Podemos ainda, destacar a espessura das paredes dos vasilhames, que ficam entre 0,5 e 1,3 centím; às vezes são encontradas bases reforçadas (SCHMITZ, et al. 1988)⁹.

Com relação às formas produzidas e às decorações verificadas, elas são patrimônio de toda a tradição, ao passo que as diferenças encontradas no tamanho e em detalhes do formato, bem como na disposição ou freqüência da decoração, servem para distinguir as fases que compõem a tradição Taquara, como foram relacionadas anteriormente.

Completando estas informações, temos a descrição de Mentz Ribeiro (1999-2000), para a cerâmica da tradição Taquara. Segundo este autor:

A cerâmica da Tradição Taquara é confeccionada pelas técnicas do modelado e acordelado, apresenta um mau cozimento e o antiplástico predominante é o arenoso fino ou médio. As vasilhas sem decoração predominam, alcançando 100 % em alguns casos; entre as decoradas destacamos a ponteadas (vários tipos), incisa zonal (zigue-zague) ou gradeado no meio da peça), pinçada, ungulada, impressão de cestaria, de corda, de malha, carimbada, digitada, pintada de vermelho. As formas mais comuns são a cilíndrica, meia-esfera, esfera, meia-calota, meia-elipse-horizontal, cônica, com bases arredondadas; os contornos apresentam-se simples, inflectidos e compostos. São observados casos de perfuração circular próximo ao lábio. O tamanho das vasilhas encontra-se entre 5 e 38 cm de boca, predominando entre 8 e 16 cm; a altura varia, predominantemente, entre as mesmas dimensões até quase o dobro da boca. A espessura das paredes varia entre 2 a 18 mm, predominando entre 6 e 10 mm. (MENTZ RIBEIRO, 1999-2000, p.18)

⁸ Ver trabalho de Copé, Saldanha & Cabral, 2002.

⁹ Ver Figuras 7, 8 e 9.

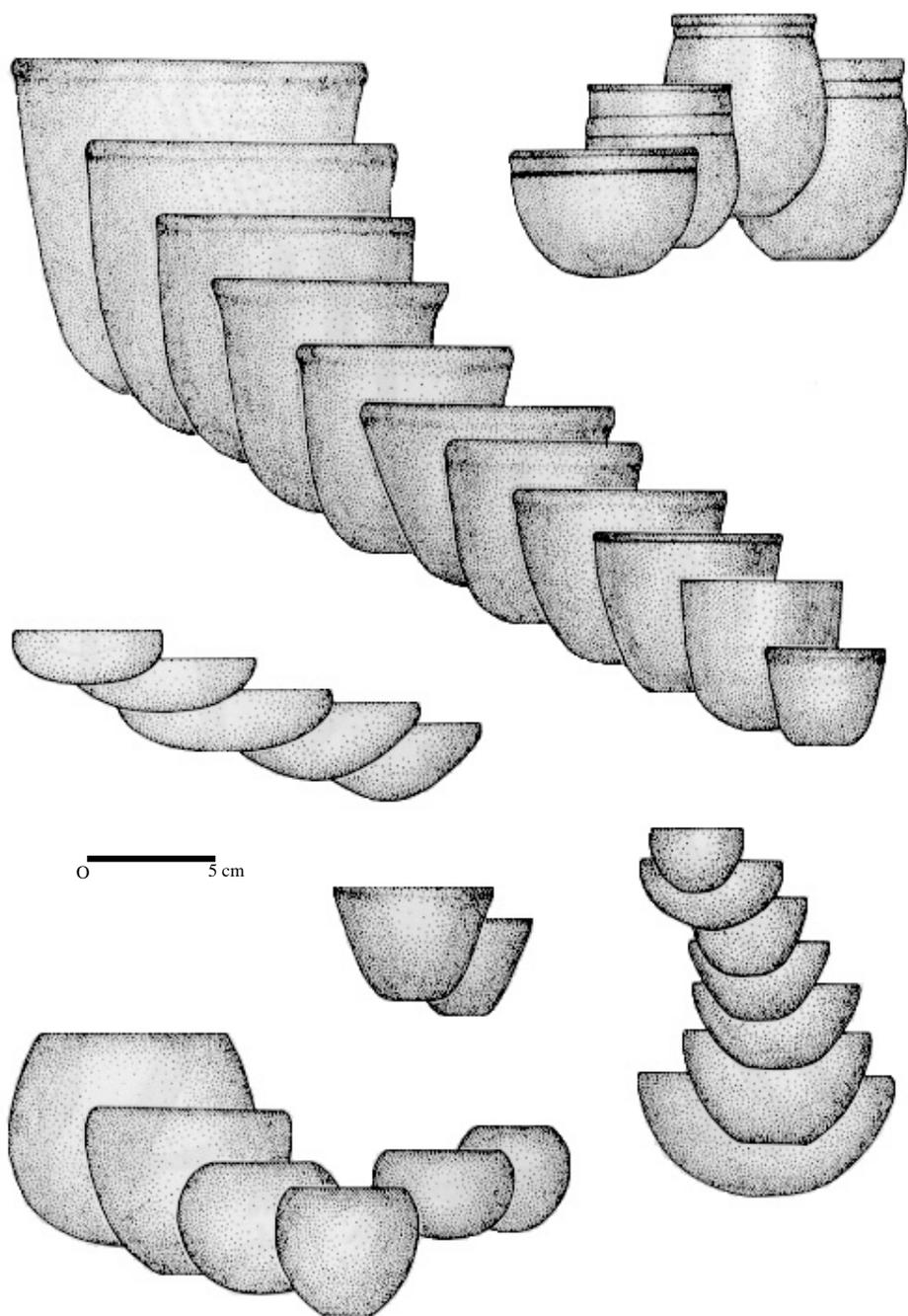


Figura 7: Cerâmica da tradição Taquara, formas do Litoral. (Fonte: Schmitz, 1988, p.60).

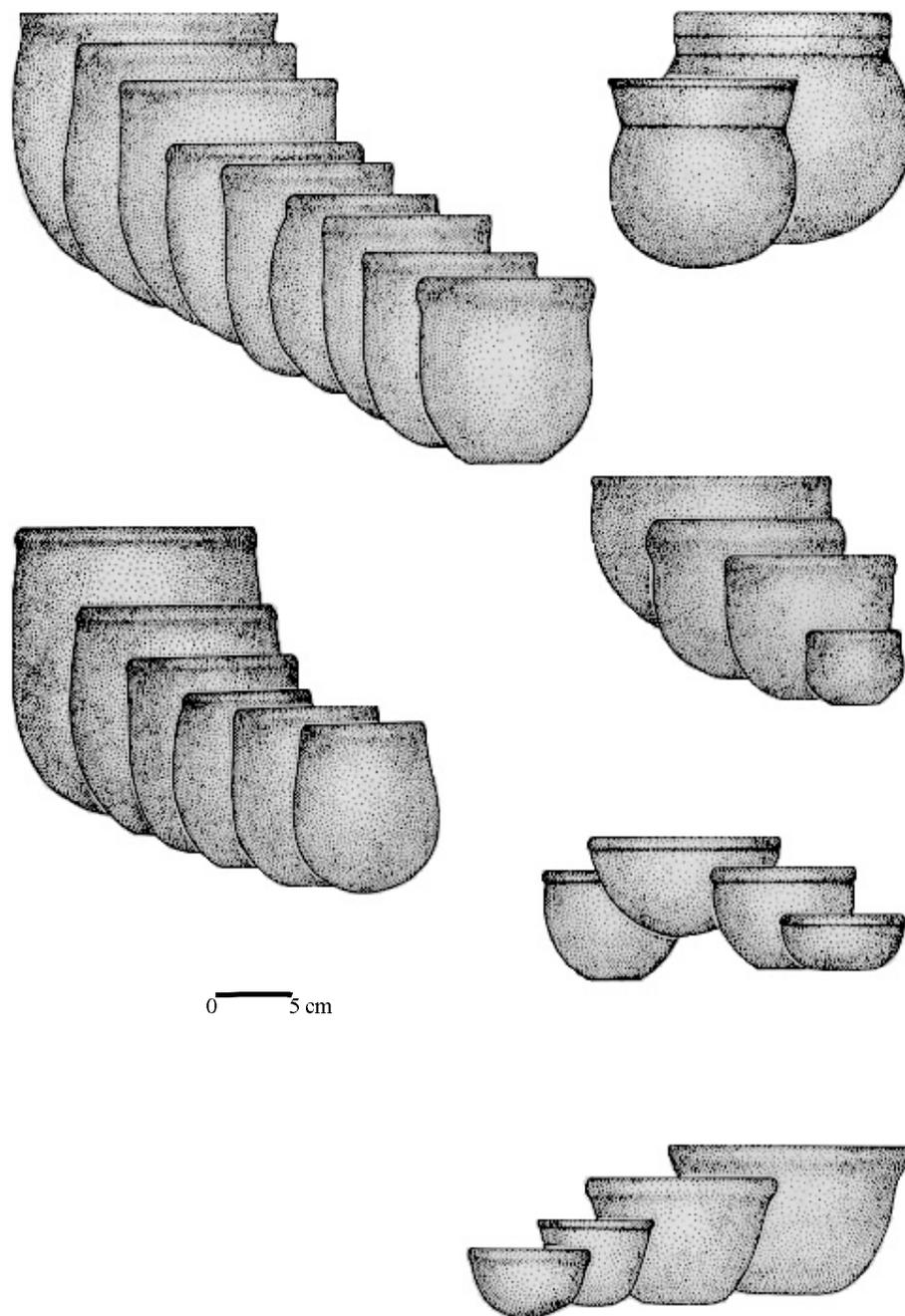


Figura 8: Cerâmica da tradição Taquara, formas do Litoral. (Fonte: Schmitz, 1988, p.61).

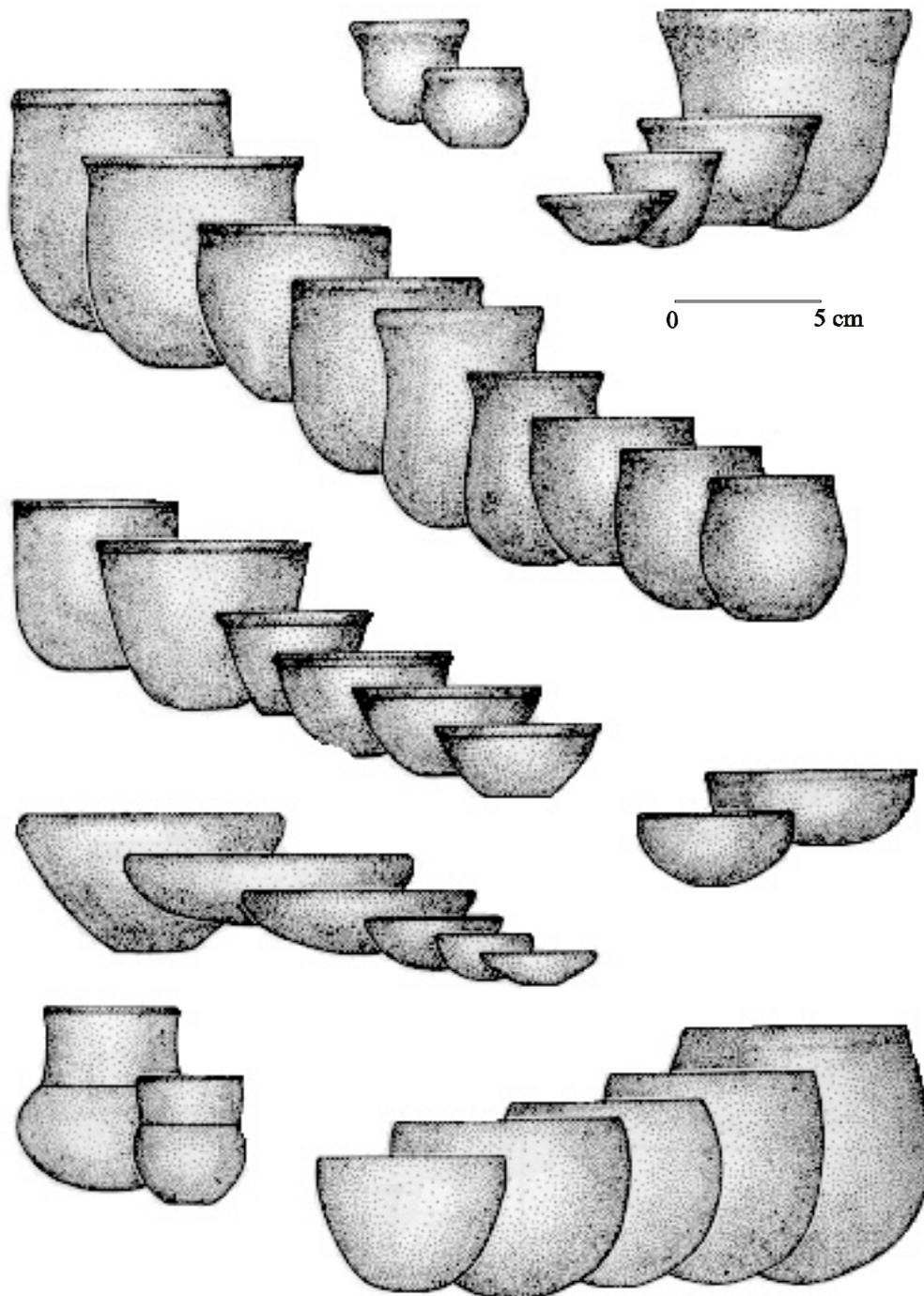


Figura 9: Cerâmica da tradição Taquara, formas do planalto. (Fonte: Schmitz, 1988, p.62)

Já o material lítico que está associado à tradição Taquara, não apresenta muitas diferenças sendo esteticamente composto por peças com acabamento grosseiro, conforme o seguinte registro:

O material lítico dos sítios por nós visitados não era muito rico, mas também não muito pobre. As peças mais bonitas haviam sido recolhidas pelos proprietários e podiam ser vistas nas suas casas. Eram principalmente lâminas de machados completamente polidas e mãos de pilão, cilíndricas ou poliédricas, cujo comprimento excepcionalmente chegava a 90 cm. (SCHMITZ, et al. 1988, p.65)

Para confecção destes instrumentos, a matéria-prima utilizada com maior frequência era o basalto, sendo o quartzo cristalino, registrado com certa abundância e a calcedônia em menor escala. O arenito silicificado aparece muito raramente, sendo mais constante sua ocorrência, nos sítios arqueológicos localizados no litoral.

Os instrumentos líticos na maioria das vezes, são compostos por machados e mãos de pilão, feitos em basalto e trabalhados através do polimento. Porém o mais comum era o lascamento unipolar. A partir desta técnica, talhadores eram produzidos através da retirada de algumas lascas em ambas as faces da extremidade de um seixo alongado¹⁰.

Outros instrumentos poderiam ser elaborados com a utilização de lascas mais grossas e/ou grandes, podendo obter-se talhadores, raspadores, enxós, enxadas ou cavadeiras.

Algum bordo regular e cortante igualmente poderia ser utilizado sem transformação, para cortar ou alisar. Sabe-se do registro de pequenos seixos de basalto, que sem transformação intencional, foram usados como percutores uni e bipolares além de apoios para a percussão. Algumas lascas também poderiam ser usadas para esta finalidade. Existem também as colunas de basalto, de formas prismáticas ou poliédricas, que talvez servissem como mãos de pilão, ou como suportes para quebrar caroços de frutas; se tinham bordo cortante eram usadas para cortar e raspar.

¹⁰ Ver Figuras 10, 11, 12 e 13.

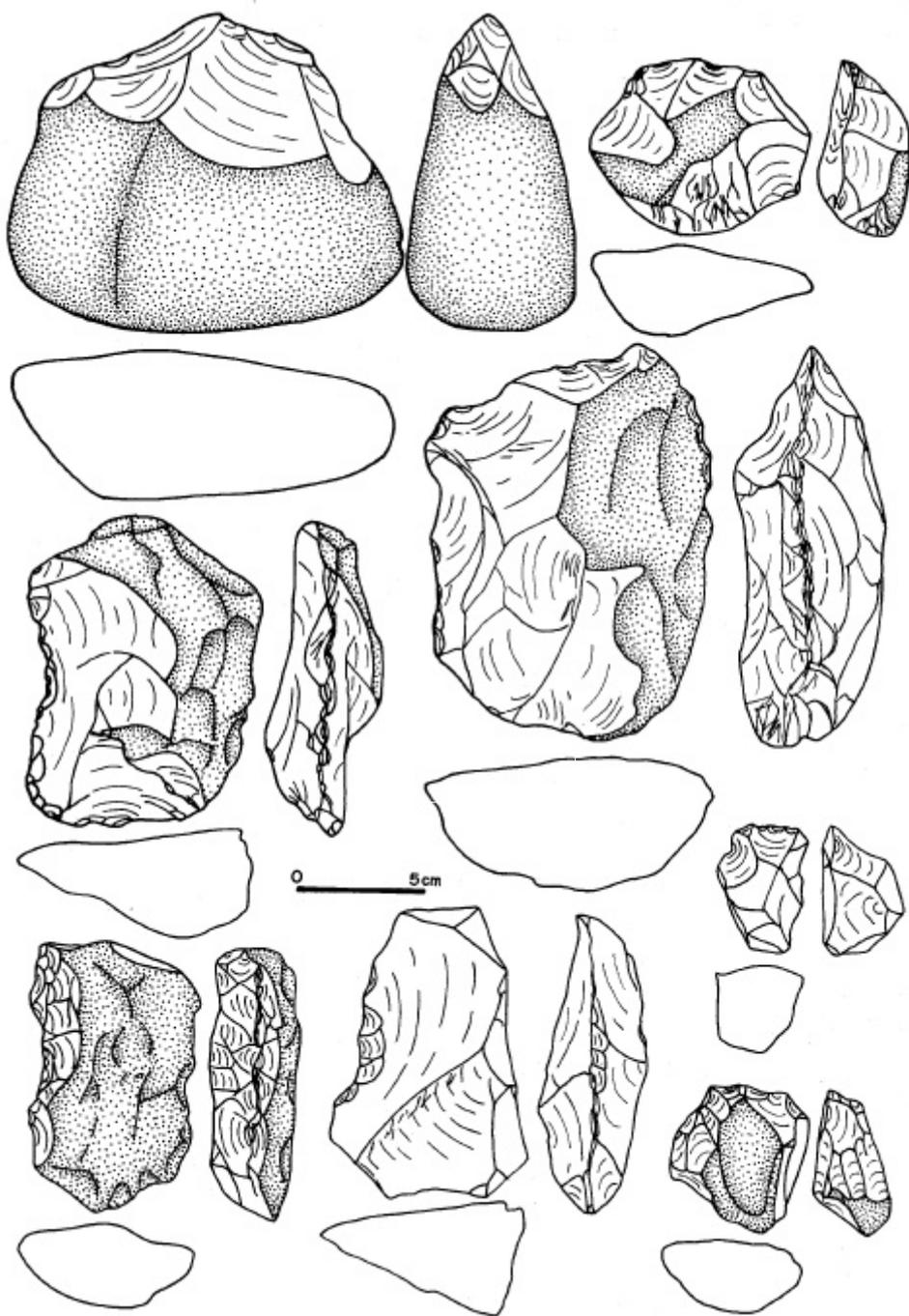


Figura 10: Instrumentos líticos, formas do Planalto. (Fonte: Schmitz, et al, 2002, p.94).

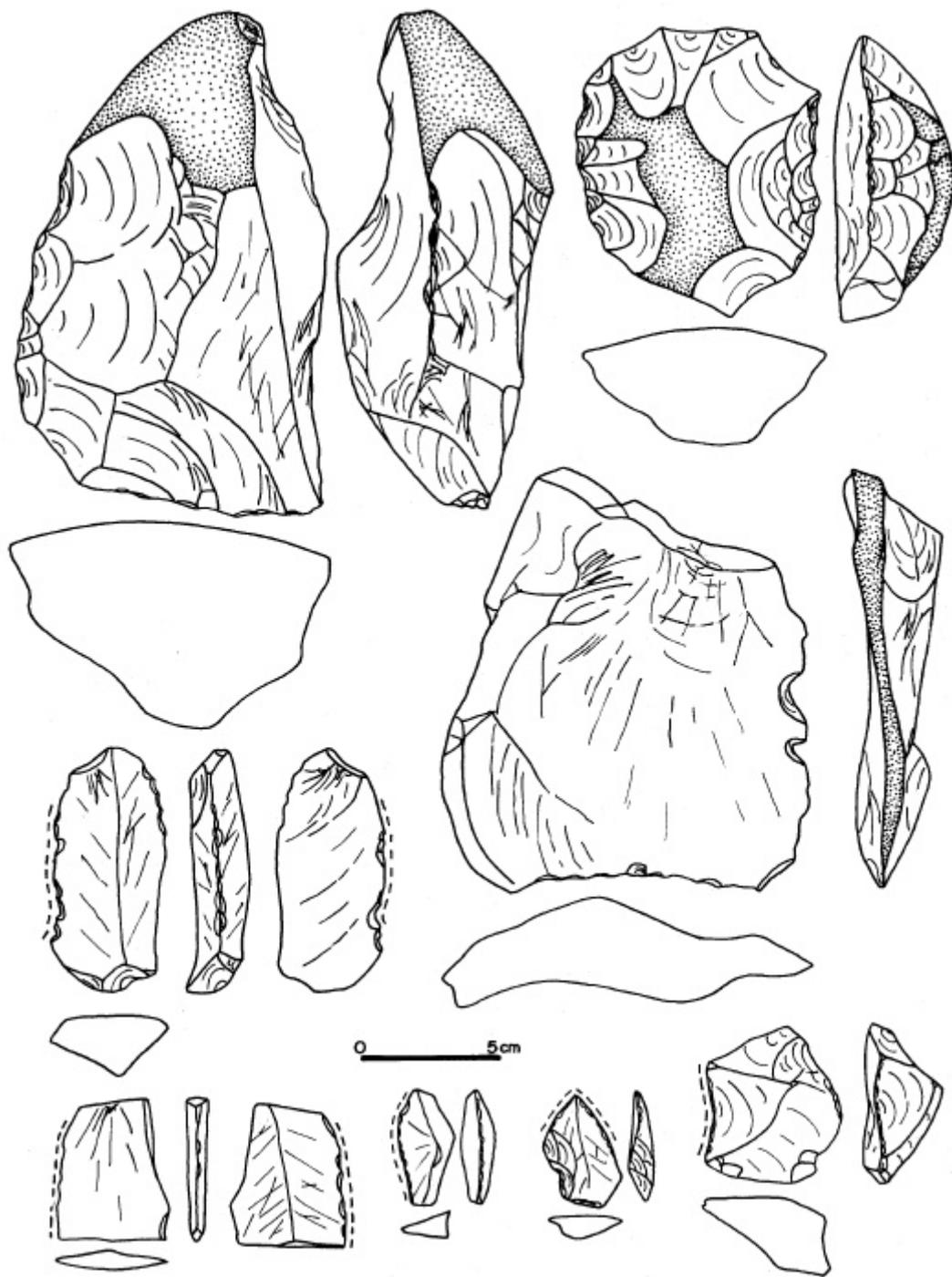


Figura 11: Instrumentos líticos, formas do Planalto. (Fonte: Schmitz, et al, 2002, p.95).

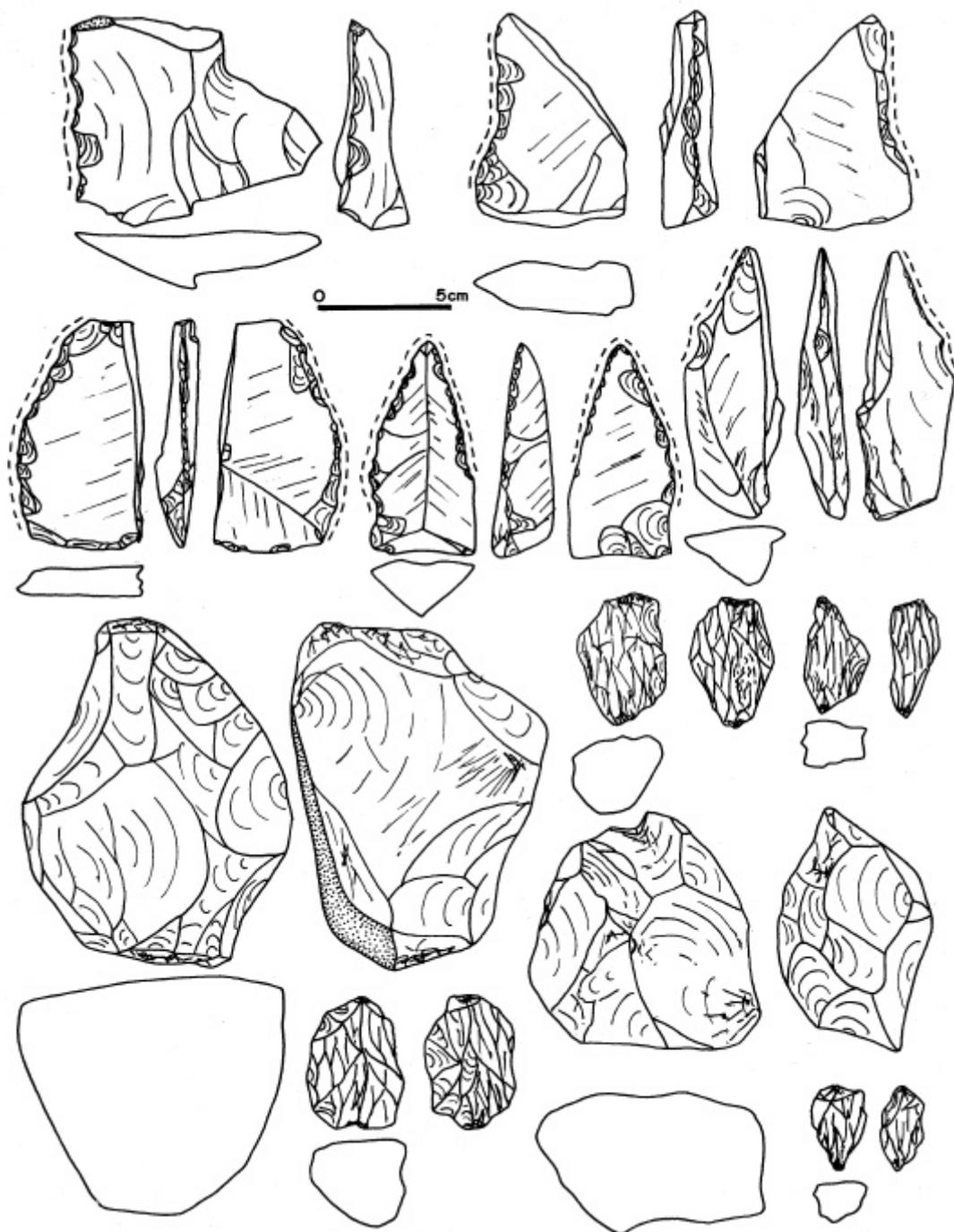


Figura 12: Instrumentos líticos, formas do Planalto. (Fonte: Schmitz, et al, 2002, p.96).

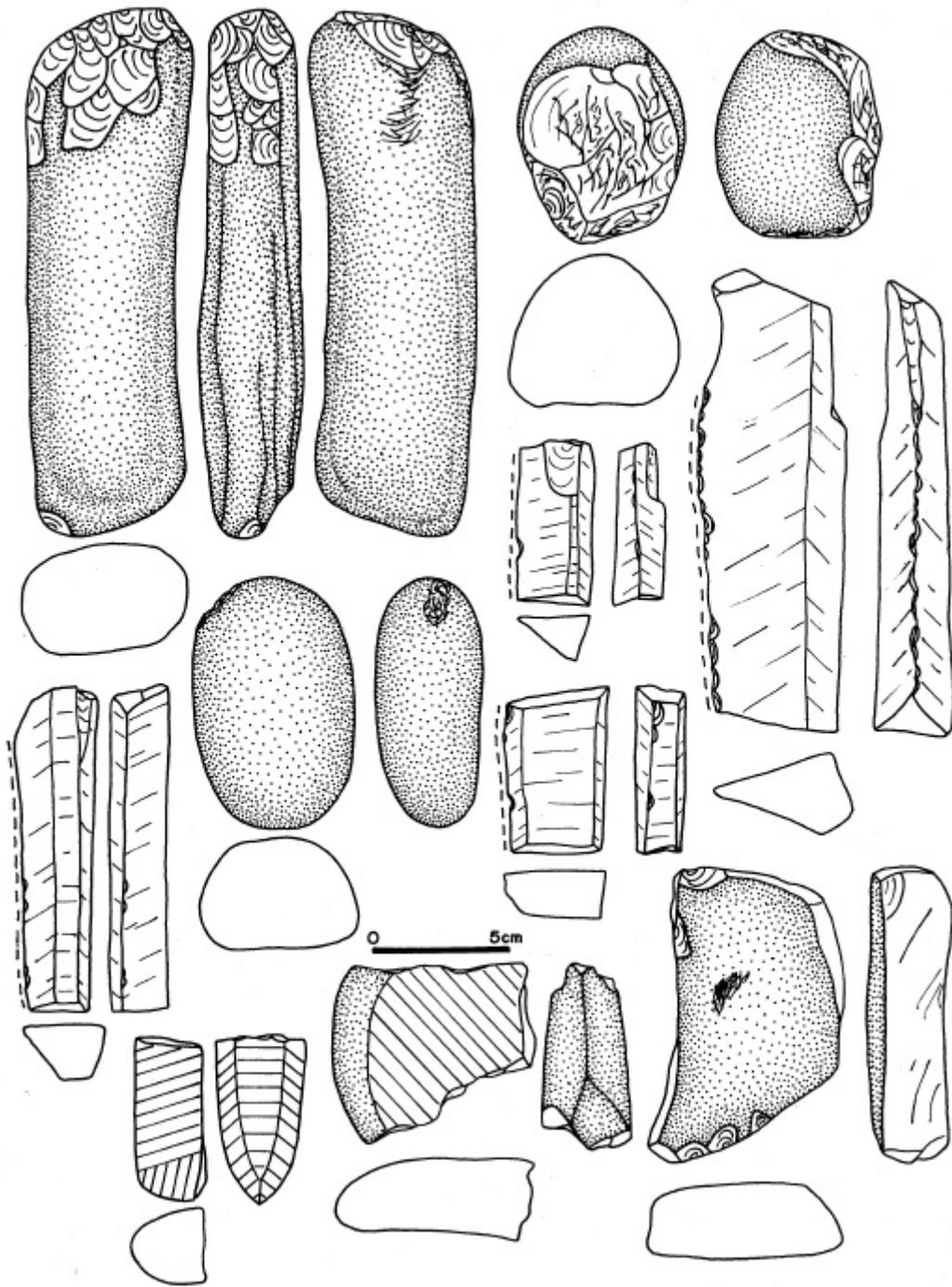


Figura 13: Instrumentos líticos, formas do Planalto. (Fonte: Schmitz, et al, 2002, p.97).

Outros tipos de instrumentos poderiam ser obtidos, através da utilização dos cristais de quartzo, e da calcedônia, que por sua dureza, produzem gumes cortantes que poderiam servir de navalhas para corte de carne e couro, e para pequenas tarefas cotidianas variadas.

É perceptível que apesar de poucos os instrumentos confeccionados pelos grupos humanos pertencentes à tradição Taquara, destinavam-se a atividades específicas. Por exemplo, os percutores parecem estar mais ligados ao retalhamento da pedra; ao passo que as mãos de pilão evidenciam utilização para o esmagamento de frutos, como o pinhão; os talhadores por sua vez, ao corte e transformação da madeira; as lascas trabalhadas, além de outras atividades, podiam estar ligadas ao manuseio do movimento de terra nas aldeias e nas roças de que provavelmente dispunham estes indígenas.

3.2 A Datação

Um dos pontos mais importantes para a pesquisa arqueológica é, sem dúvida, a datação referente à ocupação de cada sítio arqueológico. Através dela conseguimos estabelecer a seqüência de ocupação e permanência de um grupo em uma área específica; com ela também é possível fazer correlações entre várias áreas. A pesquisa feita nas terras altas do Estado, até o presente momento, forneceu poucas datas, pois, os trabalhos realizados muitas vezes não consistiram em estudos mais elaborados, tendo o pesquisador feito somente uma descrição sumária da localização e composição do sítio. Contudo, as datas que foram obtidas através do processo de datação por Carbono 14¹¹ (C¹⁴), nos fornecem dados que podem servir para a elaboração de um primeiro quadro da ocupação e dispersão humana nesta região.

Em termos de datações obtidas pelo método do C¹⁴, os registros mais antigos para os sítios arqueológicos estudados remontam ao século II de nossa era, os mais recentes atingem o

¹¹ Para maiores informações a este respeito, ver Renfrew & Bahn, 1993; Martínez, 1994.

final do século XVI, ou em alguns casos o século XIX. Através destas datas, pode-se estabelecer uma cronologia da ocupação da tradição Taquara não somente no Planalto Meridional, mas também na encosta e em alguns sítios do litoral.

As terras altas figuram como foco irradiador da tradição Taquara, no Estado do Rio Grande do Sul, pois as datações obtidas nesta área são as mais recuadas cronologicamente.

Quadro 5: Datas de C14 e TL para os sítios da tradição Taquara no Rio Grande do Sul.

Data não calibrada (AP)	Sigla do laboratório	Local	Sigla do sítio	Data calibrada (2 sigma)	Fase
2180 ± 40	Beta-166587	Bom Jesus	RS-AN-03 casa C cam 3	a.C. 380-160	Guatambu
1810 ± 85	SI- 813	Bom Jesus	RS-P-12	d.C. 122-443	Guatambu
1520 ± 90	SI-607	Caxias do Sul	RS-40 Casa B	d.C. 415-723	Taquara
1515 ± 105	SI-805	S. Franc. de Paula	RS-A-2 53-59 cm	d.C. 382-781	Taquara
1480 ± 70	SI-603	Caxias do Sul	RS-37/127 casa A	d.C. 529-726	Taquara
1385 ± 95	SI-806	S. Franc. de Paula	RS-A-2 65-70 cm	d.C. 542-898	Taquara
1380 ± 110	SI-414	Sapiranga	RS-S-282	d.C. 539-905	Taquara
1330 ± 100	SI-605	Caxias do Sul	RS-37/127 Casa B	d.C. 616-982	Taquara
1300 ± 70	SI-601	Passo Fundo	RS-PF-01 casa sub	d.C. 661-901	Guatambu
1190 ± 100	SI-409	Taquara	RS-S-61 sítio superf	d.C. 672-1042	Taquara
1140 ± 40	SI-602	Caxias do Sul	RS-37/127 mont base	d.C. 890-1020	Taquara
1000 ± 40	Beta-166588	Bom Jesus	RS-AN-03 mont cam 3	d.C. 990-1160	Guatambu
970 ± 95	SI-808	S. Franc.de Paula	RS-A-2 75-77 cm	d.C. 976-1281	Taquara
960 ± 60	Beta-153841	Caxias do Sul	RS-37/127 casa 9	d.C. 993-1236	Taquara
950± 80	SI-812	Bom Jesus	RS-P-27	d.C. 1016-1275	Guatambu
950± 72	LVD 624	Vacaria	RS-A-27 casa 3	d.C. 1051	Guatambu
915 ± 145	SI-4066	Santa Cruz do Sul	RS-RP-164b casa B	d.C. 892-1331	Taquara
870 ± 60	Beta-144247	Vacaria	RS-A-27 mont base	d.C. 1150-1279	Guatambu
870 ± 50	Beta-144244	Vacaria	RS-A-27 casa 6/ 80-100cm	d.C. 1151-1278	Guatambu
840 ± 60	SI-606	Caxias do Sul	RS-37/127 casa B	d.C. 1155-1300	Taquara
830± 64	LVD 623	Vacaria	RS-A-27 jan C2002a	d.C. 1171	Guatambu
830 ± 60	SI-598	Tenente Portela	RS-VZ-43 sítio superf	d.C. 1156-1302	Taquaruçu
745 ± 65	Si-1198	S. S. do Caí	RS-C-14 abrigo	d.C. 1218-1334	Taquara

Continuação do Quadro 5.

723±55	LVD 625	Vacaria	RS-A-27 casa 3	d.C. 1278	Guatambu
710 ± 60	Beta-178090	Vacaria	RS-A-29 casa 16	d.C. 1224-1402	Guatambu
700 ± 60	SI-2343	S. J. dos Ausentes	RS-A-8	d.C. 1266-1409	Guatambu
680 ± 80	Beta-153842	Vacaria	RS-A-29 casa 1	d.C. 1238-1425	Guatambu
650 ± 55	SI-6563	Esmeralda	RS-PE-28a 100-110 cm	d.C. 1285-1411	Guatambu
635 ± 45	SI-6561	Esmeralda	RS-PE-26a 50-60 cm	d.C. 1295-1410	Guatambu
630 ± 205	SI-1201	S. S. do Caí	RS-C-12 abrigo	d.C. 1017-1682	Taquara
630 ± 70	SI-604	Caxias do Sul	RS-37/127 mont/55cm	d.C. 1288-1437	Taquara
620 ± 90	SI-608	Caxias do Sul	RS-68 casa sub	d.C. 1261-1485	Taquara
550± 40	Beta-166585	Bom Jesus	RS-AN-03 casa C cam 3	d.C. 1310-1430	Guatambu
520 ± 60	Beta-144245	Vacaria	RS-A-27 casa 2 piso	d.C.1381-1495	Guatambu
465 ± 40	SI-6558	Esmeralda	RS-PE-10a 120 cm	d.C. 1409-1517	Guatambu
420 ± 55	SI-6562	Esmeralda	RS-PE-28a 40-50	d.C. 1430-1533	Guatambu
400 ± 100	SI-600	Porto Lucena	RS-VZ-25 sítio superf	d.C. 1397-1683	Taquaruçu
390 ± 50	SI-6556	Esmeralda	RS-PE-10a 10-20 cm	d.C. 1536-1637	Guatambu
386± 31	LVD 627	Vacaria	RS-A-27 casa 5	d.C. 1615	Guatambu
380 ± 60	Beta-153843	Vacaria	RS-A-29 casa 3	d.C. 1442-1645	Guatambu
370 ± 50	Beta-178089	Vacaria	RS-A-29 casa 12	d.C. 1440-1654	Guatambu
370 ± 50	Beta-166584	Bom Jesus	RS-AN-03 casa A	d.C. 1430-1650	Guatambu
355 ± 50	SI-6559	Esmeralda	RS-PE-10b 20-30 cm	d.C. 1455-1649	Guatambu
348± 30	LVD621	Vacaria	RS-A-27 casa 1	d.C. 1653	Guatambu
166± 15	LVD 620	Vacaria	RS-A-27 casa 4	d.C. 1835	Guatambu
160 ± 70	SI-599	Tenente Portela	RS-VZ-44 sítio superf	d.C. 1790-1955	Taquaruçu
80 ± 50	Beta 166586	Bom Jesus	RS-AN-03 casa C cam 2	d.C. 1673-1955	Guatambu
40 ± 60	Beta-144243	Vacaria	RS-A-27 casa 7	d.C. 1804-1936	Guatambu
30 ± 50	Beta-144246	Vacaria	RS-A-27 casa 2 30-40 cm	d.C. 1809-1925	Guatambu

O quadro cronológico acima foi elaborado com base nas informações retiradas dos trabalhos de Miller, 1971; Mentz Ribeiro & Ribeiro, 1985; Schmitz, et al. 1988 e 2002; Schmitz, 2000, 2003 (diário de campo); Schmitz & Rogge, 2001; e Copé & Saldanha, 2002. Utilizamos para sua formulação, esquemas de calibração retirados da tese de doutorado de Astolfo Gomes de Mello Araújo, 2001. Exceção a isto fez-se com relação às datas fornecidas

por Copé & Saldanha, em cujo trabalho as datas já possuíam calibração. O mesmo foi feito com as datas obtidas através do método de Termoluminescência, comentadas mais adiante. Tentativamente, englobamos as fases Giruá, Erveiras, Caí e Guabiju, respectivamente nas fases Taquaruçu, Taquara e Guatambu como será explicado mais adiante¹².

A calibração consiste no estabelecimento de uma relação entre a datação radiocarbônica (C^{14}) obtida e a data de nosso calendário. O cálculo é feito através de um programa de computador disponível gratuitamente na Internet, chamado "CALIB", disponível em: (<http://depts.washington.edu/qil/calib>).

Uma consideração sobre as datas referentes à fase Guatambu apresentadas na tabela acima: as duas datações mais antigas, ambas para o município de Bom Jesus, situam-se fora da linha temporal estabelecida para esta fase.

A primeira data, de 2180 ± 40 A.P., correspondente ao terceiro século antes de nossa era, foi divulgada por Copé & Saldanha (2002) e refletiria, segundo seus autores, uma ocupação muito antiga do sítio arqueológico RS-AN-03. Os demais registros para este sítio, estão situados entre os séculos X, XIV, XV e XVII. Este caso em particular, conforme apontam os pesquisadores encarregados, requer uma investigação, mais aprofundada.

Esta data, foi obtida a partir de uma amostra de carvão retirada da base da ocupação situada na terceira camada arqueológica identificada pelos pesquisadores, na estrutura chamada de "casa C". Nesta mesma estrutura, foi retirada outra amostra, igualmente de carvão e que corresponde aos níveis finais da ocupação; a data em questão estabelece o século XIV de nossa era como marco delimitador da ocupação nesta "casa subterrânea" (COPE & SALDANHA, 2002). Comparando as duas, percebemos que existe um período de aproximadamente 1630 anos entre a primeira data, que corresponderia à primeira ocupação ou construção da estrutura e a segunda data que representa o fim da camada arqueológica. Este

¹² Ver Figuras 14, 15, 16 e 17.

registro não se coaduna com a data de 1000 ± 40 A.P. que marca a base do montículo no qual foi acumulada a terra ao escavar a "casa".

A outra data de 1810 ± 85 A.P., que demarcaria o século II de nossa era, foi publicada por Schmitz & Brochado (1972). Na ocasião de sua divulgação acreditava-se que esta era a data mais antiga para a tradição Taquara, com a fase Guatambu como pioneira desta. Com o avanço das pesquisas, verificou-se que a datação não seguia o restante da cronologia para esta fase.

Outro método para realizar datações, referentes à antigüidade de sítios arqueológicos, é conhecido como Termoluminescência¹³ (TL). A TL baseia-se em um processo físico-químico utilizado para materiais silicosos, como por exemplo o quartzo contido na cerâmica que sofreram algum tipo de aquecimento intencional. Este tipo de datação apesar de ser já conhecido dos arqueólogos, tem sido pouco utilizado e, mesmo nos casos em que é aplicado os pesquisadores o consideram com certa cautela, pois muitas vezes datas de um mesmo sítio arqueológico e localizadas nos mesmos níveis de coleta, feitas com C¹⁴, diferem das obtidas pela TL.

Amostras de cerâmica para datação pelo método de Termoluminescência, retiradas sem os devidos cuidados podem sofrer uma variabilidade entre si. Para exemplificar a observação acima, reproduzimos o quadro de datações por TL feitas por Afonso & Morais (2002), em pesquisa realizada na região do rio Ribeira de Iguape, no Estado de São Paulo¹⁴.

¹³ Para maiores informações a este respeito, ver Renfrew & Bahn, 1993; Martínez, 1994.

¹⁴ Ver Quadro 6.

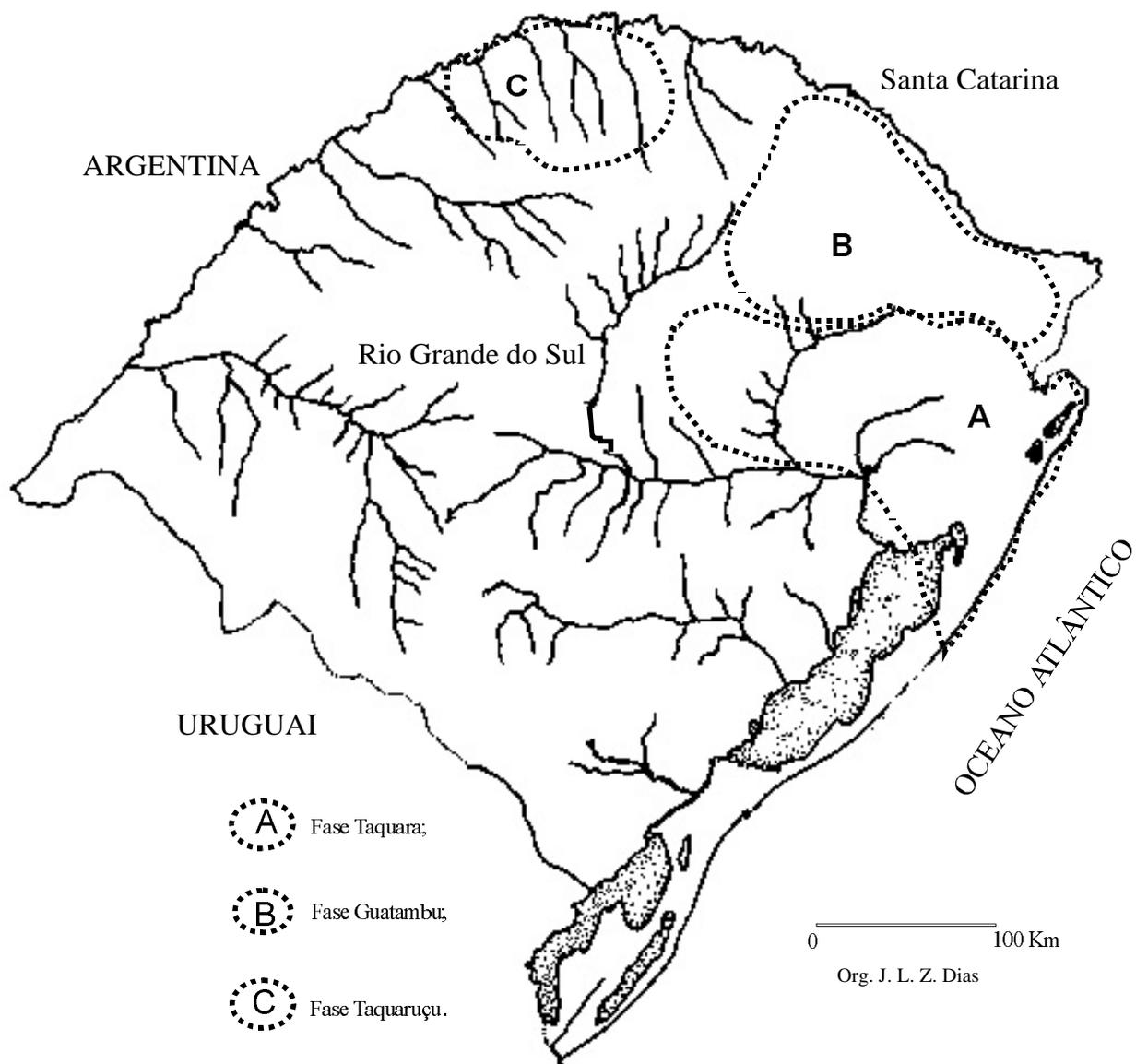


Figura 14: Distribuição das fases da tradição Taquara no Rio Grande do Sul.

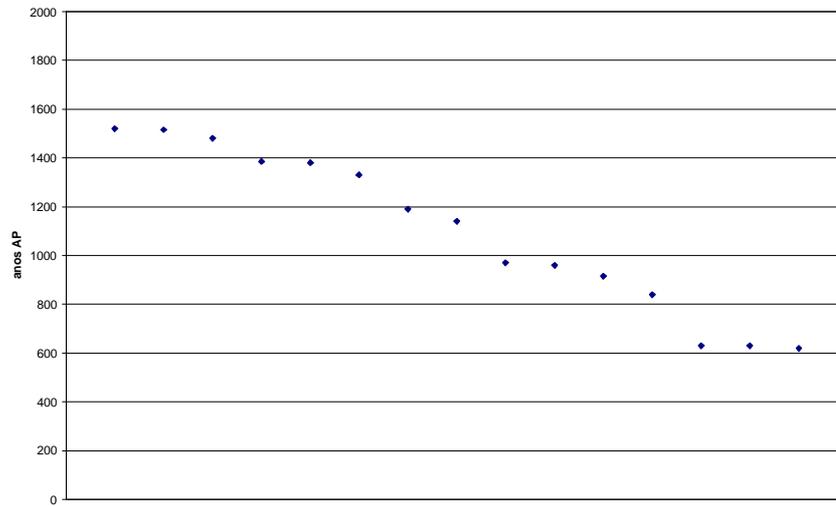


Figura 15: Datas da fase Taquara

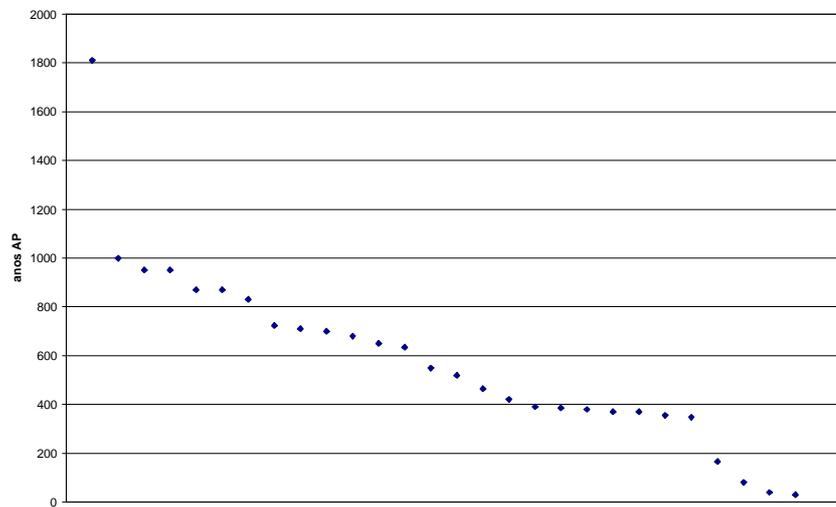


Figura 16: Datas da fase Guatambu

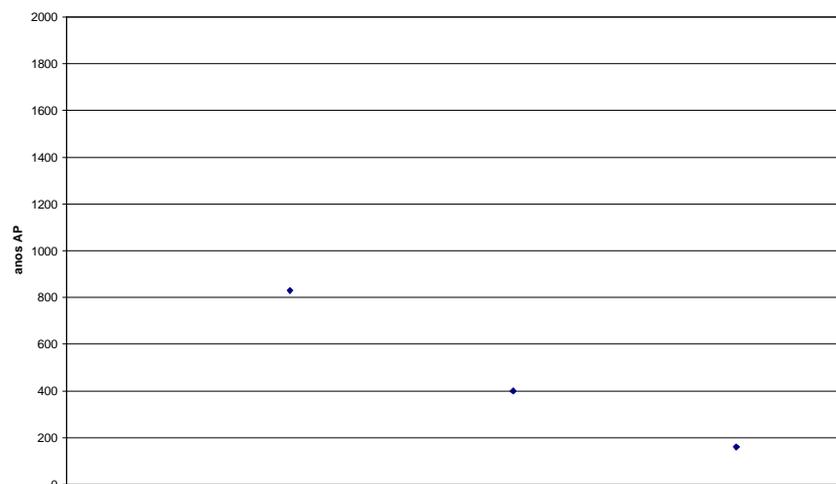


Figura 17: Datas da fase Taquaruçu

Quadro 6: Datas de TL, para os sítios da tradição Taquara em São Paulo.

Amostra	Dose equivalente ou paleodose (Gy)	Dose atual (10 ⁻⁶ Gy/ano)	Idade (anos)
Sedimentos	19,90	2600	7700 ± 600
Fragmento lítico, lascamento térmico	5	2300	2200 ± 200
Fragmento lítico queimado	3,30 ± 0,17	2600 ± 130	1270 ± 100
Sedimentos	2,29 ± 0,11	2600 ± 150	800 ± 100

Segundo Afonso & Morais (2002, p.162):

As datações mais antigas foram obtidas de sedimentos e lasca térmica superficiais; as mais recentes foram obtidas através de amostras em profundidade durante a elaboração de trincheiras. Consideram-se mais confiáveis pela análise do contexto arqueológico regional e pelo maior cuidado na coleta de amostras as datações de 1270 ± 100 anos para o lítico queimado que fazia parte de uma estrutura de combustão e 800 ± 100 anos para os sedimentos, obtidos com o auxílio de um tubo de plástico abaixo da estrutura.

Várias amostras de cerâmica foram retiradas e enviadas para a datação pelo método de Termoluminescência, do sítio arqueológico RS-A-27, localizado no município de Vacaria.

As datas obtidas com este método, podem ser visualizadas no Quadro 7.

Quadro 7: Datas de TL do sítio RS-A-27.

Sigla	Procedência da amostra	Amostra	Código do LVD	DA (μGy/ano)	P(Gy)	Idade (anos A.P.)
RS-A-27	Casa 4	Anchieta 4	620	1.813 ± 42	0,30 ± 0,02	166 ± 15
RS-A-27	Casa 1	Anchieta 5	621	1.813 ± 42	0,63 ± 0,04	348 ± 30
RS-A-27	Jan C2002a*	Anchieta 7	623	1.813 ± 42	1,50 ± 0,08	830 ± 64
RS-A-27	Casa 3	Anchieta 8	624	1.813 ± 42	1,72 ± 0,09	950 ± 72
RS-A-27	Casa 3	Anchieta 9	625	1.813 ± 42	1,31 ± 0,07	723 ± 55
RS-A-27	Casa 5	Anchieta 11	627	(1.813 ± 42)	0,70 ± 0,04	386 ± 31

* Jan C2002a*, esta referência quer dizer Janela do conjunto C, feita no ano de 2002, quadrante A.

Como a calibração deste tipo de amostra ainda não é consenso entre os pesquisadores, para fazermos uma aproximação destes dados com as datações feitas pelo método do C^{14} , nos valem das datas apontadas na tabela acima no item Idade (anos A.P.), e as subtraímos do ano de 2001, ano em que foram feitas. Esta metodologia foi proposta pelo orientador de nossa pesquisa: com isto obtivemos as seguintes datas, apresentadas no Quadro 8.

Quadro 8: Datas de TL calibradas do sítio RS-A-27

Sigla	Procedência da amostra	Código do LVD	Idade (anos A.P.)	Idade (anos d.C.)
RS-A-27	Casa 4	620	166 ± 15	1835
RS-A-27	Casa 1	621	348 ± 30	1653
RS-A-27	Jan C2002a	623	830 ± 64	1171
RS-A-27	Casa 3	624	950 ± 72	1051
RS-A-27	Casa 3	625	723 ± 55	1278
RS-A-27	Casa 5	627	386 ± 31	1615

Com estas datas, e as obtidas através do método de C^{14} , podemos fazer uma correlação entre ambas e estabelecer uma cronologia de ocupação para o sítio RS-A-27 (conforme vemos no Quadro 9), que foi o mais densamente trabalhado até o momento pela equipe do Instituto Anchietano de Pesquisas/Unisinos.

Quadro 9: Datas de C14 e TL do sítio RS-A-27.

Sigla	Procedência da amostra	Amostra	Idade (anos d.C.)
RS-A-27	Casa 3	LVD 624	1051
RS-A-27	Montículo	Beta-144247	1150-1279
RS-A-27	Jan C2002a	LVD 623	1171
RS-A-27	Casa 3	LVD 625	1278
RS-A-27	Casa 6	Beta-144244	1151-1278
RS-A-27	Casa 2	Beta-144245	1381-1495
RS-A-27	Casa 5	LVD 627	1615

RS-A-27	Casa 1	LVD 621	1653
RS-A-27	Casa 4	LVD 620	1835
RS-A-27	Casa 2 ^a	Beta-144246	1809-1925
RS-A-27	Casa 7	Beta-144243	1804-1936

Neste sítio arqueológico, através da observação da variabilidade de datações obtidas pelos métodos de TL e C¹⁴, podemos perceber que houve vários períodos de ocupação. Podemos correlacionar como sendo partes constituintes do primeiro período desta ocupação, a "casa" 3, uma área no lado sul desta e o montículo resultante sua construção, mais a casa 6; a "casa" 2, marca o segundo período de ocupação; o terceiro período é representado pelas "casas" 1 e 5; o quarto período engloba as "casas" 4 e 7, além da reocupação de "casa" 2. Para nós, isto reflete uma circulação dos habitantes no território. Hipoteticamente podemos supor que se trata de uma circulação, baseada na obtenção de recursos alimentares, esta questão será retomada mais adiante.

3.3 A Deposição dos Mortos

Parte integrante da cultura da tradição Taquara, são seus sepultamentos encontrados no interior de pequenos abrigos-sob-rocha. Geralmente estes abrigos estão localizados em áreas de difícil acesso, situados em paredões de rocha basáltica, tanto na encosta, quanto no topo do planalto. Próxima, mas mais comumente ao lado da entrada dos abrigos, na maioria das vezes, existe algum tipo de queda d'água.

Em suas pesquisas no planalto do Estado do Rio Grande do Sul, Miller (1971) encontrou e registrou alguns destes abrigos-sob-rocha, associando estes sítios de sepultamento à fase Guatambu. Segundo este autor:

Apesar da perturbação e depredação dos enterramentos, as evidências foram suficientes para constatar-se que eram do tipo atêrro, entrando na sua formação, terra e restos vegetais de xaxim, fôlhas de taquara e capim. Pequenos blocos de pedra circundavam os aterros que eram alongados (máximo 70 x 180 cm e mínimo 60 x 30 cm) e baixos. (MILLER, 1971, p. 45)

O trabalho desenvolvido por Miller, refere-se a um abrigo-sob-rocha (sítio RS-A-8), em uma área próxima à cidade de Bom Jesus, chamado de Gruta do Matemático.

Conforme a descrição, este abrigo-sob-rocha fica próximo de um rio que é tributário de um curso d'água de maior porte, o rio Monjolo, que é afluente do rio das Antas. Próximo à entrada do abrigo existe uma queda d'água e o acesso até ele é bastante difícil (MILLER, 1971).

Apesar de possuir um espaço considerável, a parte que demonstra ter sido utilizada possui uma largura de 40 m, 9 m de profundidade e uma altura que oscila entre 1,30 e 2,10 m, sendo o teto inclinado em direção ao seu fundo (MILLER, 1971).

Neste mesmo local, outro grupo de pesquisadores sob a coordenação de Danilo Lazzarotto, também realizaram algumas intervenções. Durante as pesquisas, foram encontrados fragmentos de cerâmica; cascas de pinhão, evidenciando seu cozimento e seu posterior consumo; sabugos de milho, alguns inteiros e outros quebrados, também palha de milho; taquaras cortadas provavelmente utilizadas para a confecção de cestaria, na opinião dos pesquisadores; carvão; além de fragmentos de ossos e dentes humanos (LAZZAROTTO, et al. 1971).

Com relação aos restos humanos, os proprietários das terras, revelaram que deveriam ter existido, no local, em torno de quinze esqueletos¹⁵, e que devido à ação antrópica, muitos deles principalmente os crânios, haviam sido retirados por pessoas que estiveram anteriormente no abrigo. Ainda conforme os dados publicados, o interior do abrigo-sob-rocha achava-se bastante perturbado, com pedras soltas que muito provavelmente se desprenderam do teto (LAZZAROTTO, et al. 1971).

Referente também a este tipo de sítio arqueológico, com pesquisas mais aprofundadas, temos o abrigo-sob-rocha (sítio RS-A-28) localizado e estudado pela equipe do Instituto Anchietao de Pesquisas/Unisinos, no município de Vacaria, RS.

Este sítio arqueológico, localiza-se no topo da escarpa do vale formado pelo arroio Boa Vista, em um paredão basáltico, com as peculiaridades já mencionadas para estas estruturas. É composto por três pequenos abrigos, cujas entradas não possuem mais do que 1,20 m de altura. O maior deles possui aproximadamente 6 m de largura e uma profundidade de 8 m e foi denominado pelos pesquisadores de "gruta B"; a "gruta A" apresenta-se com 4 m de largura e 5 m de profundidade; e a "gruta C" tem 2 m de largura e 3 m de profundidade. Foi localizada ainda, entre a "gruta C" e a queda d'água, uma pequena saliência onde estava um aglomerado de ossos humanos, um pouco abaixo da plataforma que existe na frente deste conjunto arqueológico junto ao paredão basáltico (KREVER & HAUBERT, 2001).

O interior destes abrigos-sob-rocha estava repleto de ossos humanos, inteiros ou fragmentados dispersos pelo chão, não restando mais nenhum esqueleto em ordem anatômica e também com a falta dos respectivos crânios. A descrição completa deste estudo está em Krever & Haubert, 2001.

No município de São Sebastião do Caí, trabalhos realizados entre dezembro de 1969 e maio de 1970 por Pedro Augusto Mentz Ribeiro, na localidade conhecida como Virador,

¹⁵ Posteriormente, descobriu-se que eram 54 indivíduos depositados nestes local. Comunicação pessoal de Fabiana Haubert {30/06/03}, bióloga do Instituto Anchietao de Pesquisas/Unisinos.

revelaram diversos vestígios arqueológicos, além da existência de sepultamentos associados à tradição Taquara em dois dos três abrigos-sob-rocha pesquisados, conhecidos como Virador I, II e III (MENTZ RIBEIRO, 1975).

Dos três abrigos-sob-rocha (sítio RS-A-12) estudados, foi nos abrigos conhecidos como Virador I e Virador II, que se localizaram os restos humanos, além de materiais pertencentes à tradição Taquara, restos de fogueiras e resíduos de alimentação.

O Virador I apresenta as seguintes características; possui 39,70 m de comprimento, por 10,60 m de profundidade, atingindo uma altura de 8,50 m; foram encontrados vários ossos espalhados e um sepultamento. O Virador II tem 17,20 m de comprimento e uma profundidade de 6 m; sua altura oscila entre os 0,90 m em sua porção direita e os 3,10 m na parte esquerda. O Virador III possui 15,50 m de comprimento por 3,20 m de profundidade, com altura em torno dos 3 m; de igual maneira havia ossos esparsos e oito sepultamentos divididos em dois conjuntos. No primeiro conjunto foram identificados 2 adultos (um masculino e outro feminino) e 2 crianças. No segundo conjunto havia 1 adulto (do sexo feminino) e 2 crianças (MENTZ RIBEIRO, 1975).

No município de Esmeralda, durante a fase de levantamentos, Mentz Ribeiro & Ribeiro (1985), registraram a ocorrência de três cavernas e dois abrigos-sob-rocha. Entretanto, relatam não ter encontrado vestígio arqueológico nestes locais, e segundo a avaliação dos pesquisadores, também não encontraram condições para a realização de qualquer corte estratigráfico que pudesse fornecer algum material arqueológico. A única informação a respeito de materiais ou algum sepultamento, foi dada pelo proprietário das terras. Segundo o relato dos autores, temos que,

foram encontrados dois sepultamentos, estendidos, lado a lado, sobre uma esteira de taquara. Um dos descobridores andava com um crânio, na cidade de Esmeralda, assustando outras pessoas. Também fora encontrado um 'cálice' (vaso?) no seu interior, conforme outro depoimento. Todo este material estava na superfície. (MENTZ RIBEIRO & RIBEIRO, 1985, p.61-62)

Durante outra pesquisa, sob a coordenação de Pedro Augusto Mentz Ribeiro, a equipe do Centro de Ensino e Pesquisas Arqueológicas da Universidade de Santa Cruz do Sul (CEPA/UNISC), realizou estudos arqueológicos nos municípios de São José dos Ausentes e Bom Jesus, registrando vários outros sítios arqueológicos e entre eles, estavam uma caverna e um abrigo-sob-rocha, com que se amplia o número de trabalhos realizados na região.

Conforme o registro da pesquisa, no abrigo-sob-rocha realizou-se uma coleta superficial, resultando no recolhimento de ossos humanos como dentes, maxilar, fêmur, sacro, fíbula, entre outros, e ossos de animais além de um fragmento de cerâmica com decoração simples. Sua abertura é voltada para o noroeste e possui as seguintes dimensões: 6 m de largura, 3,5 m de profundidade e 3 m de altura (MENTZ RIBEIRO, et al. 1994).

Em comunicação pessoal da bióloga Fabiana Haubert {30/06/03} que atua junto ao Instituto Achietano de Pesquisas/Unisinós, obtivemos os seguintes dados referentes a alguns abrigos-sob-rocha pesquisados; na gruta do Matemático, sítio RS-A-8, foram depositados no mínimo 54 indivíduos (o número inicial fornecidos pelos moradores era 19), sendo 27 adultos, 14 crianças e 7 lactentes. No sítio RS-P-01, Morro da Igreja na cidade de Bom Jesus, existem no mínimo 53 indivíduos, divididos em 36 adultos, 2 adultos jovens, 6 jovens, 7 crianças e 2 lactentes. No sítio RS-A-28, conhecido como Perau das cabeças e localizado no município de Vacaria, foram encontrados 65 indivíduos; destes, 46 eram adultos, 2 adultos jovens, 5 jovens, 10 crianças e 2 lactentes.

Temos ainda a descrição de um abrigo que foi pesquisado por Mentz Ribeiro (1971), mas que não teve publicados os resultados. Retiramos da ficha de registro que se encontra no Museu Arqueológico do Rio Grande do Sul-MARSUL, as seguintes informações: sítio arqueológico RS-A-24, Dirceu Borges, localizado na cidade de São Francisco de Paula. Composto por dois abrigos, denominados de Gruta A, dimensões ilegíveis na ficha, e Gruta B, com 20,40 m de largura, 8,22 m de profundidade e 2,60 m de altura. Existem no mínimo 140

indivíduos, sendo que 102 são adultos, 1 adulto jovem, 14 jovens, 17 crianças e 6 lactentes, segundo as informações orais da bióloga Fabiana Haubert {30/06/03}.

Recentemente em trabalhos apresentados por Copé, Saldanha & Cabral (2002), bem como consta no relatório da Scentia Ambiental & Itaconsult (2002), temos que os enterramentos registrados em sítios da tradição Taquara localizados mais a norte do Estado do Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, foram feitos sob a forma de montículos.

Conforme destacam Copé, Saldanha & Cabral (2002, p. 132) "[...] o montículo central certamente foi utilizado para encerrar os restos de fogueiras onde foi realizada a cremação de ossos, ligando a estrutura com uma função funerária." Os dados retirados do relatório produzidos pela Scentia Ambiental & Itaconsult (2002) sobre os trabalhos feitos para a implantação da Usina Hidrelétrica Barra Grande, localizada no rio Pelotas que faz divisa com o Estado do Rio Grande do Sul, são similares.

No caso catarinense, temos a formação de um anel circular em volta do montículo, uma descrição parecida pode ser encontrada LAZZAROTTO, et al. 1971¹⁶.

Extraímos a seguinte seqüência descritiva do referido relatório:

A partir da porção de uma estrutura de combustão localizada na extremidade do poço teste "A", no montículo central, resolveu-se delimitar e escavar outras 03 quadrículas, [...] Seguindo o sentido anti-horário, estas foram nomeadas de PT"D", PT"E" e PT"F". (p. 25);

Na quadrícula PT"D", no nível 10-20cm surgiram os primeiros vestígios de fragmentos de ossos [...] e vários cacos cerâmicos que sugeriam ser da mesma vasilha, de porte pequeno. [...] Estes estavam localizados abaixo de uma grande raiz [...], que provavelmente foi a causadora de sua fragmentação, pois cresceu sobre os mesmos. (SCENTIA AMBIENTAL & ITACONSULT, 2002, p. 25)

No nível 20-30cm, foi evidenciada uma mancha escura com carvão, sobre fragmentos de ossos humanos, alguns longos e outros chatos [...]. Estes correspondiam provavelmente a partes do crânio. [...] observou-se que os ossos estavam dispersos em uma área maior, provavelmente espalhados pela árvore que crescera sobre eles. A fogueira possuía 80cm de diâmetro, ocupando quase toda a área da quadrícula PT"D" (ver anexo VIII). [...] Devido à grande quantidade, muitos foram coletados por concentrações, tentando-se reunir os fragmentos de um mesmo osso partido. (p. 27);

À medida que foi sendo aprofundada a escavação, ficou evidente tratar-se de uma estrutura de combustão funerária. Os ossos se concentraram sob uma fogueira com espessura de 20cm e profundidade máxima de 40cm. Não foi possível

¹⁶ Um trecho está citado neste trabalho, nas páginas anteriores.

definir se tratava de sepultamento de um indivíduo ou mais. Cabe ressaltar que os ossos não estavam articulados e nem inteiros. Não havia uma disposição, assemelhando-se a um “amontoado de restos de ossos carbonizados. (p. 27);

Os fragmentos cerâmicos localizados junto aos ossos foram remontados em laboratório, resultando em duas vasilhas de pequenas dimensões. A primeira tem forma de uma pequena cuia com abertura restringida, altura de 8cm e diâmetro de boca de 6,5cm. A segunda tem forma de meia calota, semelhante a uma tigela e boca aberta. Havia também um tortual de fuso cerâmico. Poderiam tratar-se de peças de acompanhamento funerário. (SCENTIA AMBIENTAL & ITACONSULT, 2002, p. 27)

Existem semelhanças entre estes achados: nas áreas onde são registradas estas ocorrências, não é verificada a presença de abrigos-sob-rocha; somente um registro para a pesquisa da UHE Barra Grande, mas no interior deste abrigo foram encontrados vestígios de ocupação, na forma de fogueira e fragmentos cerâmicos e material lítico (SCENTIA AMBIENTAL & ITACONSULT, 2002).

3.4 O Padrão Cultural da Tradição Taquara

Podemos elaborar um quadro cultural para a tradição Taquara no Estado do Rio Grande do Sul, a partir das informações apresentadas. Ressaltamos porém que outros estudos devem completar os dados aqui relacionados, pois estes não esgotam de forma alguma as questões referentes à tradição Taquara. Atualmente diversas pesquisas estão em andamento e seus resultados poderão ampliar o conhecimento de que já dispomos.

Os trabalhos feitos durante a realização do PRONAPA e de outros executados entre a década de 1970 e meados de 1990, concentraram-se mais na localização e registro dos sítios arqueológicos. As atividades desenvolvidas restringem-se a alguns cortes, para a verificação de seu conteúdo material e a coletas de superfície. Exceção a esta realidade, foram as pesquisas referidas anteriormente, neste capítulo. Outros estudos, apenas registraram a ocorrência de tais sítios como o trabalho feito por Maria José Reis (1980) que realizou o

levantamento e medição de "casas subterrâneas" no planalto catarinense, nos atuais municípios de Lages e Chapecó.¹⁷ **E também Erika Robran.....**

A pesquisa realizada por Mentz Ribeiro e equipe, nos anos de 1980, no município de Santa Cruz do Sul e seus arredores, pode ser destacada como outra exceção aos estudos desenvolvidos a respeito da tradição Taquara.

Os trabalhos consistiram na escavação de duas "casas subterrâneas", uma delas medindo 4,15 m de diâmetro maior e 4 m de diâmetro menor com 2,35 m de profundidade; a outra possuía 6,50 m de diâmetro maior e 5,25 m em sua parte menor e apresentava uma profundidade de 1,85 m. Além deste tipo de vestígio arqueológico, também foram identificados sítios superficiais e, segundo notícias dos informantes locais, havia também galerias subterrâneas na área (MENTZ RIBIERO, 1980 E 1983; MENTZ RIBEIRO & SILVEIRA, 1979).

O material cerâmico encontrado nestes sítios possui uma similaridade tal com a cerâmica da fase Taquara que, caso fosse misturada a esta, dificilmente se conseguiria fazer a distinção. Outra questão apontada, refere-se ao material lítico que se destacava devido à disponibilidade de matéria-prima no local (SCHMITZ, 1988).

A partir do ano de 1998, sob a coordenação de Pedro Ignácio Schmitz, a equipe do Instituto Anchieta de Pesquisas/Unisinos, iniciou as atividades de levantamento e identificação de sítios arqueológicos no município de Vacaria. Como resultado, foram identificados mais dezenove locais onde atestou-se a presença do elemento humano representante da tradição Taquara, com sua cultura material, além dos dois sítios arqueológicos e do abrigo-sob-rocha já registrados anteriormente no ano de 1994.

Como proposta de trabalho, além do levantamento e identificação, foram realizadas pequenas sondagens em alguns dos sítios, para a verificação de seu conteúdo arqueológico, para que se pudesse selecionar as áreas mais propícias à intervenção arqueológica. Foram

¹⁷ As informações completas deste trabalho estão em Reis (1980).

escolhidos os sítios arqueológicos RS-A-27 e RS-A-29, ambos compostos por "casas subterrâneas" com presença de montículos e o sítio RS-A-28, um abrigo-sob-rocha localizado próximo aos dois sítios¹⁸, já descrito anteriormente.

Baseados nos dados referentes às datações, podemos destacar aspectos como a localização geográfica de cada fase e o ambiente no qual estão inseridas. Iniciando pela fase Taquara, a área de abrangência estende-se do litoral, até a encosta do planalto e algumas áreas no topo das terras altas. No litoral os sítios arqueológicos apresentam-se na forma de "concheiros" e sítios superficiais. Na encosta, localizados nas partes baixas estão os sítios superficiais e nas partes mais elevadas as "casas subterrâneas". Os sítios encontrados no topo do planalto, tem como característica principal, a ocorrência de "casas subterrâneas". Tanto na encosta, quanto no topo do Planalto Meridional localizado no Estado, associados às "casas subterrâneas", encontramos os montículos e os abrigos sob rocha.

Com relação ao ambiente, temos o predomínio da Floresta Estacional Semidecidual, em sua vertente leste do Planalto sul-rio-grandense, recobrimdo áreas de litologia arenítica e basáltica do Cretáceo. Junto a esta, está a Floresta Estacional Decidual, ocorrendo em sua maior parte, na Serra Geral e patamares próximos, no trecho que se situa desde a sua extrema ocorrência, a oeste, até o vale do Caí, a leste. Com pouca representatividade no Estado temos ainda, os sítios arqueológicos inseridos na Floresta Ombrófila Densa. No litoral, encontramos as áreas com Formações Pioneiras, situadas predominantemente nas Planícies Costeiras Interna e Externa, onde ocorrem depósitos sedimentares pouco consolidadas do Terciário e depósitos sedimentares coluviais, lagunares, eólicos e aluvionares do Quaternário (IBGE, 1986).

Já, os sítios arqueológicos pertencentes à fase Guatambu, encontram-se no topo do planalto. São compostos por "casas subterrâneas" e montículos associados a estas. Um outro tipo de sítio arqueológico encontrado nesta área, apresenta-se na forma de abrigos-sob-rocha,

¹⁸ Para maiores informações ver Schmitz, et al. 2002.

utilizados como cemitério pelos grupos da região, e ainda, pesquisas mais recentes, verificaram a existência de sítios superficiais, completando o padrão de assentamento.

Os vestígios arqueológicos que correspondem à fase Guatambu, são encontrados na região de ocorrência da Floresta Ombrófila Mista, situada em sua maior parte, no Planalto das Araucárias e na porção leste do Planalto das Missões, em altitudes de cerca de 500 a 1000 m acima do nível do mar, predominantemente sobre basaltos e efusivas ácidas associadas do Juracretáceo. E em alguns casos, sua ocorrência é verificada junto à Floresta Ombrófila Densa. (IBGE, 1986).

Mais distante geograficamente das duas primeiras fases da tradição Taquara, está a fase Taquaruçu que caracteriza-se por ser composta de sítios superficiais, próximos ao rio Uruguai e sobre coxilhas de ondulação suave. Os sítios arqueológicos pertencentes a esta fase são em número reduzido, totalizando seis destes sítios arqueológicos pouco espessos e com pouco material (MILLER, 1969).

A área onde é registrada a fase Taquaruçu tem o predomínio da Floresta Estacional Decidual que também é encontrada no Planalto das Missões, com uma altitude média inferior à do Planalto das Araucárias, mais precisamente no vale do rio Ijuí. O relevo da região apresenta-se sob formas homogêneas do tipo coxilha, seu substrato geológico é composto por rochas dos períodos Jurássico e Cretáceo, sendo este coberto com uma fina capa de sedimentos do Terciário de ocorrência restrita (IBGE, 1986).

A cerâmica é o marco de diferenciação principal entre as três fases estabelecidas. De uma forma geral, os vestígios arqueológicos representados pelos cacos de cerâmica encontrados nos sítios arqueológicos pertencentes à tradição Taquara, apresentam muitas similaridades. Contudo, podemos perceber algumas peculiaridades nesta cerâmica.

A fase Taquara conforme os registros¹⁹, se caracteriza pela confecção de pequenos potes e tigelas utilitárias com altura máxima de 20 cm. Possuem a aparência de um cilindro, com uma das extremidades arredondada e a base levemente aplanada. A dureza, segundo a escala de Mohs, varia entre 3 e 4. Todas as peças são bem acabadas e ao contrário do que é registrado nas outras fases, os vasilhames decorados são muitos freqüentes, cobrindo a decoração geralmente todo o recipiente de maneira uniforme.

A decoração encontrada é composta de ponteados simples, arrastados, múltiplos, ungulados verticais e horizontais, pinçados, impressões de corda, malha e cestaria, aplicados mamiformes, incisos e outros. Às vezes, estes elementos são encontrados combinados no mesmo recipiente. Também são distinguidos dois tipos de pasta, a mais freqüente caracteriza-se por ser fina, homogênea, não friável e de constituição arenítica. A outra, encontrada no litoral de Torres, é bem mais friável e menos homogênea e contém em sua pasta muitos fragmentos de quartzo e ágata.

Uma pequena consideração, com relação à inclusão das fases Caí e Erveiras na fase Taquara, diz respeito as interpretações feitas por Schmitz e Basile Becker (1991), que se basearam nos dados fornecidos pelos responsáveis das pesquisas.

Schmitz e Basile Becker descrevem esta fase como sendo caracterizada, por: "[...] rápidos acampamentos em abrigos dos vales do rio Caí e Sinos, um deles com sepultamentos, que pela quantidade muito pequena de material possivelmente seja apenas sinomímia da fase Taquara ocupante de toda esta região." (SCHMITZ & BASILE BECKER, 1991, p.77).

A cerâmica atribuída a esta fase, é proveniente da escavação de dois abrigos-sob-rocha, localizados no município de São Sebastião do Caí, por Pedro Augusto Mentz Ribeiro na localidade conhecida como Virador²⁰ e é composta por dois tipos de decoração, a pinçada e a ungulada (tangente em linha). Seu antiplástico é bastante arenoso, com finos grânulos de

¹⁹ Para maiores informações, ver Schmitz, 1988; além de uma caracterização geral de cada uma das fases, pode ser encontrada a referência do trabalho de outros pesquisadores a este respeito.

calcedônia amarelada e cristais de quartzo, e mais raramente grânulos de hematita. A pasta apresenta-se mais ou menos uniforme, a dureza seguindo a escala de Mohs, para a cerâmica com decoração pinçada, atinge 3,5, enquanto que na cerâmica com decoração unglada, esta varia entre 3, 5 e 4.

A forma característica para a cerâmica com decoração pinçada, é a cilíndrica com a base arredondada ou com fundo levemente aplanado, as bordas são diretas e apresentam reforço externo, com abertura entre 11 e 14 cm.

Já na cerâmica com decoração unglada, não foi possível estabelecer as formas, pois não foram encontradas bordas ou bases, mas se presume que possuam as mesmas características, segundo Mentz Ribeiro (1975). A pasta e a superfície contém as mesmas características que a cerâmica pinçada e sua dureza varia entre 3,5 e 4, com o predomínio desta última na escala de Mohs e possui uma coloração alaranjada.

Com relação à fase Erveiras, "a cerâmica é tão semelhante à da fase Taquara que, misturada, seria difícil de separar pela decoração." (SCHMITZ & BASILE BECKER, 1991, p.78). Possui dois tipos de antiplástico, um com denominação de areia média e outro argilo-arenoso. Em sua composição são encontrados grânulos de calcedônia, quartzo e também hematita, possuindo uma cor marrom alaranjada. A dureza desta cerâmica varia entre 3 e 4 da escala de Mohs.

A decoração é variada, contendo exemplares de ponteados, digitados, marcas de cestaria impressa, cerâmica simples (sem decoração) e ainda outros fragmentos que devido a erosão, não puderam ser classificados.

Os potes ou tigelas, possuem igualmente formas variadas, sendo estes constituídos por vasos em formato de meia esfera, esfera, ovóide, ou cilíndrico, com contornos infletidos e simples. As bordas são extrovertidas ou verticais, diretas e com reforço externo. Em média os

²⁰ Maiores informações sobre este trabalho, ver item 3.3 "A deposição dos Mortos", neste capítulo.

tamanhos destes utensílios variam entre 12 a 18,5 cm de boca e com uma altura média em torno dos 12,3 cm.

O material cerâmico recolhido nos sítios da fase Guatambu, apresenta vasilhas em formas de potes ou tigelas que podiam ter 40 cm de altura, sendo, geralmente de dimensões pequenas. Foi possível identificar que eram produzidas por técnicas anelar, roletada e modelada. Já para a cerâmica da fase Taquara esta identificação, é menos precisa. A quase totalidade dos cacos encontrados e registrados, apresenta a superfície externa polida, bem como a superfície interna, que às vezes aparece recoberta por um engobe vermelho não muito uniforme. Uma pequena porcentagem desta cerâmica é decorada, geralmente formando uma faixa no meio do corpo da peça com impressões em ziguezague, incisões paralelas e/ou cruzadas, estampado denteado, pinçado, ungulado e ponteados. Alguns recipientes apresentam sinais de possuírem asa, ou algum tipo de alça ou ainda furos, destinados provavelmente à sua suspensão, para uso no fogo.

O antiplástico com que foi produzida esta cerâmica, apresenta grãos de ágata e de quartzo, e misturados em sua superfície e na pasta, grãos de hematita. Por ser abundante, o antiplástico confere a esta cerâmica um aspecto arenoso, sendo este muito visível quando os cacos estão erodidos. Possui uma textura compacta e não friável. A dureza destes recipientes varia de 3 a 4 na escala de Mohs. A coloração oscila entre o cinza escuro, quase negro, passando ainda, por várias tonalidades de pardo ao alaranjado. Na face externa a cor escura é predominante, e na parte interna é clara, podendo ocorrer o contrário. A cerâmica com decoração apresenta-se toda escura.

Em linhas gerais, as formas desta cerâmica podem ser classificadas em três tipos, um primeiro compreende tigelas alisadas de bordos diretos ou infletidos, extrovertidos ou introvertidos, com ou sem brunidura na parte externa do recipiente; o segundo conjunto é composto de potes verticais também apresentando brunidura ou não, de bordos com

predominância infletida; o terceiro tipo apresenta potes ou tigelas com acabamento plástico em sua superfície externa (SCHMITZ, et al. 2002).

Mentz Ribeiro & Ribeiro (1985), descrevem da seguinte forma a fase Guabiju, que está anexada tentativamente, à fase Guatambu:

Registramos o seguinte material: 2.470 fragmentos de cerâmica da Tradição Taquara (simples e decorada: ponteadada, incisa, cestaria impressa, pinçada, ungulada, malha impressa, impressão de corda, carimbada, digitada e mista). A cerâmica simples foi a mais popular na quase totalidade dos sítios. A técnica do modelado, antiplástico arenoso, forma semi-esférica, contorno simples, espessura das paredes entre 5 e 8 mm e abertura entre 8 e 16 cm marcam as características desta cerâmica." (MENTZ RIBEIRO & RIBEIRO apud, SCHMITZ, 1988, p.84)

A cerâmica pertencente à fase Taquaruçu, está representada pelo material recolhido em quatro sítios arqueológicos nas proximidades do rio Uruguai. Apresenta uma cerâmica quase que totalmente isenta de decoração; em sua maior parte é lisa e polida, o alisamento é bem feito e com boa queima, que proporciona a esta cerâmica uma coloração sépia. O negro polido, embora em porcentagens bem inferiores ao sépia escuro polido, também é encontrado. Os vasilhames, geralmente são pequenos, em forma de potes e tigelas, podendo atingir até 39 centím de altura, sendo a maior parte somente alisados. Uma pequena quantidade destes vasos tem a superfície externa decorada com ponteadado, ponteadado-arrastado e aplicado. Ocorrem alguns apêndices, que foram interpretados como sendo fragmentos de asas ou pezinhos, bem como diminutos pássaros (MILLER, 1969; SCHMITZ, 1988).

A pasta para a confecção desta cerâmica, possui uma textura compacta e uniforme. Em sua composição são encontrados grânulos de hematita, basalto e quartzo moídos, além de materiais vegetais e de areia visíveis na superfície dos cacos. As formas encontradas variam entre a ovóide, a cônica, a esférica, em meia-calota e cilíndrica, sendo que a maioria dos vasilhames apresenta fundo plano. O lábio caracteriza-se por ser redondo e em casos raros aparece como apontado (MILLER, 1969).

Com relação à fase Giruá, esta foi desmembrada por Miller (1969) da fase Taquaruçu e conta com apenas dois sítios arqueológicos com pouco material.

Conforme este autor, "os cacos são pouco numerosos e compõe-se por pinçado, ponteadado e simples. O tempero dos cacos simples assemelha-se muito ao tempero fino, arenoso-quartzoso da cerâmica Taquaruçu." (MILLER, 1969, p.38). Por isso, a anexamos a esta fase.

A respeito das questões ligadas aos sepultamentos, conforme descrevemos mais acima, os cemitérios utilizados pelos indígenas pertencentes à tradição Taquara, segundo as informações divulgadas pelas pesquisas até o momento, se caracterizam pelo fato de que este grupo utilizava os abrigos-sob-rocha, existentes tanto na encosta, quanto no topo do Planalto Meridional sul-rio-grandense, para depositar seus mortos, ou na falta desta formação natural, erguiam aterros conforme foi apontado por Copé, Saldanha e Cabral (2002) e pela pesquisa da Scentia Ambiental & Itaconsult (2002) .

Vestígios de sepultamentos também são encontrados em sítios arqueológicos localizados no litoral, mas correlacionar estes enterramentos à tradição Taquara seria um pouco arriscado, uma vez que em vários destes sítios encontramos associados, tanto elementos da cultura material da tradição Taquara, quanto da tradição Tupiguarani, e em alguns casos ainda temos a presença de indícios de grupos pré-cerâmicos.

Para estabelecermos uma comparação mais eficaz a respeito das fases que englobam a tradição Taquara, seria necessário um estudo mais aprofundado da cerâmica constituinte de cada uma delas, bem como dos demais elementos que as caracterizam. Mas, como este não é o objetivo principal deste trabalho, acreditamos que, da maneira como foram relacionados, os dados apresentados possam servir para que se proceda a uma reflexão inicial sobre este assunto.

A seguir trataremos das questões ligadas ao índio Kaingang histórico, através do levantamento etnográfico com base em diversas pesquisas feitas nos registros disponíveis para os membros desta etnia.

4 O ÍNDIO KAINGANG

O presente capítulo apresenta o índio Kaingang localizada na área geográfica pertencente ao atual Estado do Rio Grande do Sul. Organizamos e compilamos os dados disponíveis de forma que nos possibilite uma melhor compreensão de seu padrão cultural, para a execução de nosso estudo.

Lembramos que utilizamos como referência os dados dos grupos Kaingang localizados no Rio Grande do Sul, tendo o século XIX como marco temporal, sendo esporádicas e pontuais as comparações com grupos pertencentes aos Jê de outros Estados, onde a presença desta etnia também é verificada.

Os remanescentes dos índios Kaingang, hoje, se encontram aldeados¹ em áreas específicas, os chamados "toldos" ou "postos indígenas", localizados em vários municípios gaúchos como Nonoai, Sarandi, Lagoa Vermelha, Iraí, Guarita, etc, além de outras localidades nos demais estados da Região Sul e em São Paulo. Seus hábitos diferem daqueles do século XVI, quando ocorreram os primeiros contatos com os europeus. Entretanto, a utilização de dados etnográficos pode ser útil para uma comparação com os resultados obtidos pelas pesquisas arqueológicas. Pois, estas informações apontam para uma similaridade entre o

¹ Entendemos a expressão "aldeamento", como sendo o regime imposto pelo governo, para confinar os diversos grupos existentes no território nacional, em áreas específicas, os chamados "Toldos", "Postos Indígenas" e "Terras Indígenas". Por uma questão de dinamicidade adotaremos o termo "Postos Indígenas" quando quisermos fazer referência a esta conjuntura.

índio Kaingang e os membros da tradição Taquara, que discutiremos mais detidamente a seguir².

Podemos perceber que estes hábitos não parecem ter sofrido uma transformação total, como se verificou com outros grupos indígenas que deixaram seus ritos ancestrais e adotaram os costumes trazidos primeiro pelos europeus e posteriormente por seus descendentes, durante sua expansão pelo território destes grupos, com o intuito de expandir as fronteiras nacionais e ocupar as terras consideradas desertas pelos antigos governos desde a época Colonial.

O que observamos, parece ser uma adaptação das estratégias de grupo utilizadas pelos caciques principais das tribos Kaingang, para a manutenção da sobrevivência de seus membros, como fica bem claro na afirmação de Laroque, que diz:

No final, depois de observarmos a atuação dessas lideranças tanto na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul quanto nas demais regiões estudadas, concluímos que não ocorreu nenhum tipo de ruptura em seu modo de agir, ou seja, continuaram fazendo as coisas da maneira como sempre fizeram. (LAROQUE, 2000, p.10)

Estudos recentes dizem que os Kaingang podem ser considerados como sendo caçadores (atividade masculina) e coletores (de responsabilidade feminina), com alguns cultivos de aspecto semi-nômade. Veremos mais adiante que as várias tribos subordinadas a um grande chefe ou cacique principal possuíam um território definido e nele circulavam durante os meses do ano, sempre retornando a seu alojamento ou aldeia principal, onde mantinham suas roças (VEIGA, 2000).

Pelas pesquisas realizadas até o presente momento, percebemos que a população Kaingang possui uma organização social que se caracteriza pelo constante fracionamento do grupo, ocasionado por motivos vários que vão desde uma discussão entre dois membros do

² Ver Figura 18.

mesmo grupo, a invasão do território de outro grupo, até elementos ligados a seu mundo sobrenatural.

A seguir, serão apresentados itens referentes ao território ocupado, à formação das aldeias, à organização da sociedade, à guerra, à forma de enterrar os mortos, aos instrumentos que utilizavam, à sua alimentação e também a seu vestuário. Na parte final deste capítulo, apresentaremos uma pequena síntese destes dados, para que, possamos entender como está organizado este grupo.

4.1 O Território

De uma forma geral os Kaingang ocupavam, até meados do século XIX, e em alguns poucos casos durante as primeiras décadas do século XX, o território que compreendia desde o sul de São Paulo até a encosta sul do Planalto Meridional no Rio Grande do Sul, estendendo-se até parte da Província argentina de Misiones.

Podemos perceber através da Figura 19 que o território Kaingang era amplo e localizado dentro dos limites do Planalto Meridional brasileiro. Neste espaço geográfico, distribuía-se várias tribos com suas respectivas sub-tribos, sob o comando de um cacique principal. A antropóloga Kimiye Tommasino (1995) diz que devido ao seu sistema econômico que era caracterizado pela caça e coleta, complementadas pelo cultivo de alguns poucos gêneros, o estabelecimento nestas áreas geográficas, obedecia aos padrões culturais apresentados pelos grupos Jê.

Também nos diz que, "[...] os Kaingáng sempre se fixaram em terras de planalto e isso nos remete para o mito do dilúvio, onde há a referência à Serra Krinjijimbé que nos permite formular a hipótese de uma idealização específica de território." (TOMMASINO, 1995, p.61).



Figura 18: Localização aproximada das áreas indígenas no Estado:
1 Nonoai; 2 Sarandi; 3 Lagoa Vermelha; 4 Iraí; 5 Guarita.

Voltando nossa atenção ao Estado gaúcho, vamos encontrar as diversas tribos Kaingang localizadas na área que Mabilde (1983, p.7) chama de "matas da província do Rio Grande do Sul". Estas matas localizam-se na Serra Geral, tendo como limites os rios Uruguai e Pelotas ao norte, ao sul a bacia do rio Jacuí, ao leste o território delimitado pelos contrafortes da Serra Geral e a oeste a região das Missões.

Tommasino (1995), baseada nos estudos de Mabilde (1983), diz que o fato de os Kaingang serem péssimos navegadores e também maus nadadores, fazia com que os grandes rios se tornassem obstáculos naturais, sendo estes os limites entre os territórios de grupos rivais e das diversas sub-tribos de um mesmo cacique principal. Para ela, os rios maiores seriam os demarcadores dos territórios dos grandes caciques, ao passo que os cursos d'água menores serviriam como fronteiras entre as sub-tribos de cada um destes grandes caciques.

Esta autora continua, dizendo que:

Território Kaingáng, portanto, é vivido e concebido como o conjunto dos subterritórios. Em cada subterritório se distribuía em várias aldeias, tendo como pontos de referência os rios, as serras, as florestas e os cemitérios, que compunham o espaço produzido histórica e culturalmente. (TOMMASINO, 1995, p.69)

Basile Becker (1995, p.40), também situa o território Kaingang, localizado no Estado do Rio Grande do Sul, dentro dos limites já apontados, e baseada em suas pesquisas,

delimita entre os leitos dos grandes rios o território ocupado pelos Kaingang, os situa entre: [...] o norte do Rio Uruguai, desde a foz do Rio Peperiguaçu até o Rio Canoas, e aqueles que moravam entre o Rio das Canoas e o Rio Pelotas eram diferentes dos Aweikoma, apesar de não ser muito segura a demarcação entre Kaingang-Coroado e Botocudo. Os Kaingang da margem norte do Rio Uruguai eram os mesmos, ou parentes muito próximos dos grupos que tinham suas aldeias entre a Serra Geral, o Alto Rio Uruguai e as Sete Missões.

A Figura 20, ilustra as informações anteriores. Embora o mapa original datado do ano de 1750, não permita uma visualização clara do território Kaingang, nota-se a presença de grupos Jê dentro dos limites da Serra Geral, no Estado. A área onde está localizado o referido território é dividida em dois tipos de vegetação florestal: uma apresenta a mata de araucária,

ou aciculifoliadas e a outra é de predomínio das latifoliadas. Dentro deste ambiente é que se dá a divisão entre as tribos e suas sub-tribos, dos vários caciques principais. Com base nestes dados percebemos que a população Kaingang de forma geral, exigia uma área ampla que possibilitasse a fixação das diversas tribos subordinadas, reprodução de sua economia que se baseava na caça, coleta e plantação de poucos gêneros e também para a manutenção de sua identidade étnica. Nas palavras de Seeger & Castro (1979), o território Kaingang teria necessidade de amplas dimensões, fundamentadas em bases sociais, políticas e cosmológicas, sendo este mais que um mero espaço geográfico.

Finalizando, temos as informações de Mabilde (1983) a este respeito. Segundo ele, os Kaingang instalavam-se nas matas da então Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, nos locais mais altos dos morros, sempre optavam por alojar-se em meio aos pinheirais, fazendo nestes, marcas próprias que indicavam a posse de determinado território. E ao contrário de outras nações indígenas, evitavam instalar-se às margens de rios ou grandes arroios. Segundo o autor esta opção, se dava pelo fato de que os Kaingang nestas localidades tinham a possibilidade de vigiar de forma mais eficiente o domínio imediato de suas aldeias, subindo na árvore mais alta e reconhecendo assim a presença de pessoas estranhas em seu território podendo prevenir-se de eventuais ataques de tribos rivais³.

4.2 A Sociedade

A sociedade Kaingang obedece a uma divisão em que a base é a família nuclear, junto com seus parentes chegados⁴. Basile Becker (1995) aponta que as comunidades constituíam-se de pequenas aldeias com quatro a cinco estruturas⁵, que abrigavam cada qual em torno de

³ Ver Figura 21.

⁴ Não abordamos aqui as questões ligadas a sua cosmovisão. O mesmo pode ser encontrado em Veiga, 2000.

⁵ Dependendo do autor consultado, temos o termo: choça, casa, rancho de beira de chão, vivendas entre outras. Utilizei o termo estrutura(s) por uma questão de padronização da informação.

quatro famílias. Os estudos de Antonio Serrano (1936) apontam que estas pequenas aldeias possuíam em torno de vinte a vinte e cinco famílias, o que perfaz um número que variava entre oitenta e cem pessoas.

Mabilde descreve a sociedade Kaingang da seguinte forma:

Os coroados dividem-se em pequenas tribos, constituídas por famílias entrelaçadas e parentes chegados. Cada uma dessas tribos tem o seu cacique ou chefe e estão sujeitas a uma autoridade superior, de quem dependem – o cacique principal ou chefe de todas elas - e a quem prestam obediência cega. (MABILDE, 1983, p.42)

Laroque (2000) embasado por Sahlins (1970), refere-se à estruturação dos Kaingang como um esquema de carácter segmentário dentro de cada tribo, possuindo em sua base a presença de várias famílias que, reunidas, formavam as diversas sub-tribos. Com relação a estas afirmações, o primeiro autor diz que "Quanto às tribos e sub-tribos que compunham a sociedade em questão, devem ser entendidas aqui como [...] um corpo de pessoas de origens e costumes comuns, que possui e controla toda a extensão de seu território." (LAROQUE, 2000, p.82).

Para Tommasino (1995), a sociedade Kaingang, até a primeira metade do século XX, era caracterizada como sendo de um "povo da floresta", estando a dinâmica do grupo voltada à dinâmica da natureza, ou seja, vivem de acordo com os períodos anuais, na época de maturação do pinhão, que é o fruto da araucária, por exemplo, exploravam este recurso. Em outras épocas do ano viviam de outras fontes de recursos como a caça e o plantio, sem que estas atividades cessassem na época da colheita do pinhão. Desta forma podemos dizer, utilizando-nos das palavras da autora, "[...] que o tempo Kaingáng é ecológico, portanto, cíclico" (TOMMASINO, 1995, p.59).

Os apontamentos de Mabilde (1983) relacionam a instalação das aldeias com a escolha do território. Também faz menção ao comportamento dos indivíduos dentro das respectivas aldeias, entre os membros de um grupo e sua relação com os de outra aldeia. A sociabilidade Kaingang mais uma vez repousa nos laços de parentesco. Pode-se observar através dos relatos que esta organização social se baseia em sua mitologia, a qual apresenta o grupo dividido em duas partes, ou metades exógamias, de descendência paterna e estas por sua vez encontram-se subdividas em outros dois subgrupos, como informam Basile Becker (1995) e Veiga (2000).

Como outros grupos indígenas, também os Kaingang possuem uma divisão interna de tarefas. Sua sociedade pode ser caracterizada como sendo uma sociedade de caça, coleta e agricultura de subsistência, com uma chefia local, subordinada a um líder maior que rege os demais sub-grupos. Questões referentes a comércio e trocas entre os grupos não são verificadas entre os Kaingang. O que se nota entre eles é o costume descrito por Mabilde (1983) de que, após terem se estabelecido em um determinado local, as tribos subordinadas diariamente enviavam membros de seu grupo para visitar a aldeia do cacique principal e este por sua vez fazia o mesmo, com as dos subordinados.

Segundo ele, estas visitas recíprocas correspondiam a uma forma de controle por parte do cacique principal, sobre os seus domínios. Também diz que os responsáveis por tais visitas tinham um papel similar aos embaixadores políticos. A suspensão de tais procedimentos implicava em uma possível ruptura no grupo, ocasionando um conflito entre as partes. Mais adiante abordaremos as questões referentes aos conflitos entre os Kaingang, explicando de maneira mais minuciosa a situação acima descrita.

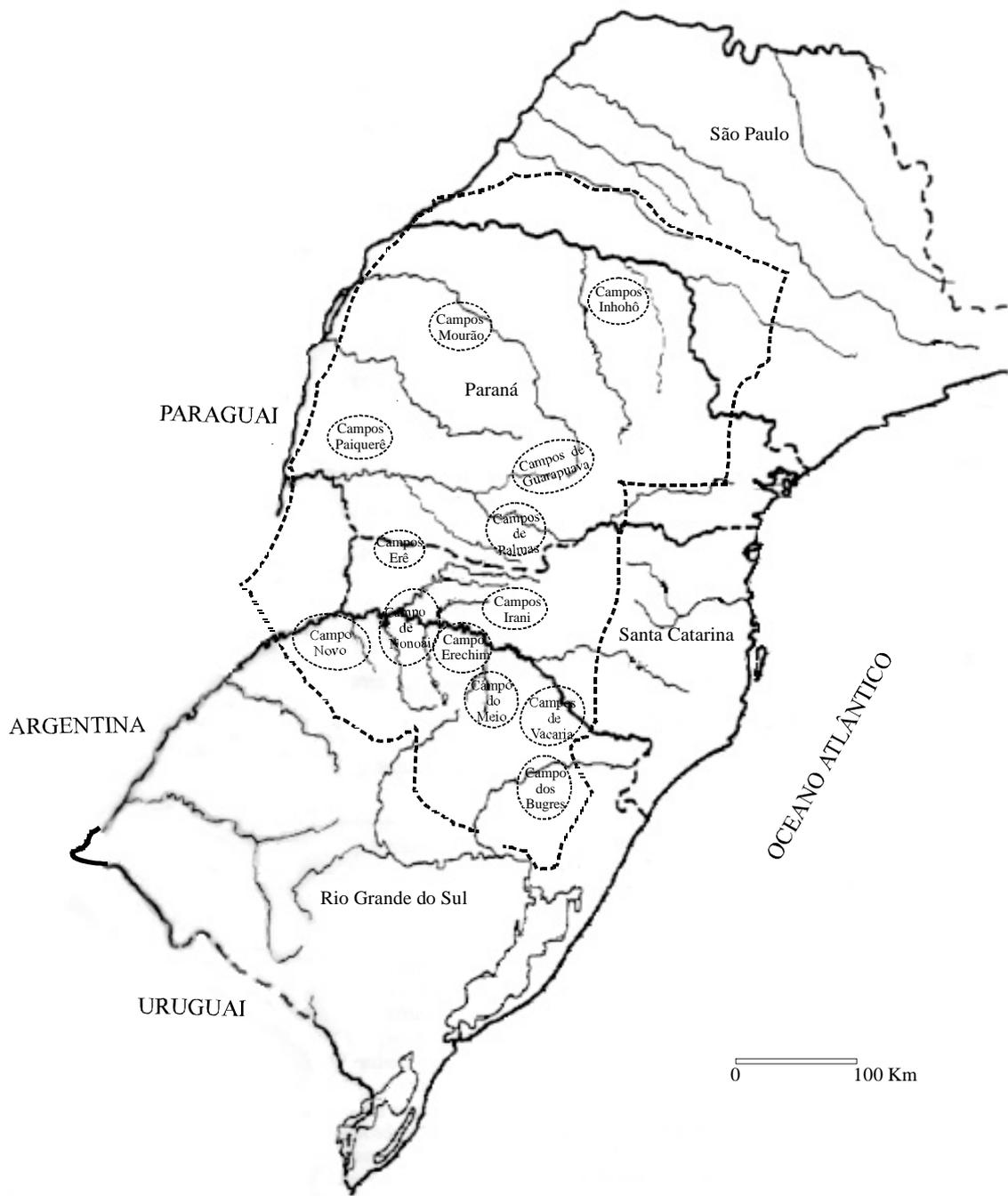


Figura 19: Território Kaingang no Brasil meridional e na Argentina;
Modificado de Laroque, 2000.



Figura 20: Localização aproximada de alguns dos antigos territórios dos grupos Kaingang; Modificado de Laroque 2000.

4.3 A Aldeia

Nos limites do território destinado a cada sub-tribo pelo cacique principal, elas se organizam em pequenas aldeias, que variavam em número de componentes e também em número de habitações.

Conforme o relato de Mabilde (1983), sempre que se estabeleciam onde seria o local de sua aldeia, os Kaingang faziam-no longe de banhados, pois estes eram infestados de mosquitos. Ainda segundo o autor:

[...] os seus alojamentos são formados de ranchos com vários tamanhos e configurações. Todos são cobertos com as folhas do gerivaseiro (*Arecastrum* (cocos) *romanzoffianum*) ou com fetos arborescentes (*Alsophyla arborescens*). Fazem ranchos de forma prismática a que, entre nós, chamamos de ‘ranchos de beira do chão’. Estes em geral, são ranchos dos caciques e dos selvagens que têm mulher em sua companhia. Os ranchos de beira do chão, cuja construção é conhecida, são de tamanhos diversos e proporcionados ao número de indivíduos que devem conter. Em geral tem mais ou menos de 15 a 25 palmos de comprimento, 10 palmos, mais ou menos, de altura, e de 10 a 12 palmos de largura na base. Os Coroados que ainda não têm mulher, habitam – cada um só –[...] (MABILDE, 1983, p.39).

Os Coroados dividem-se em pequenas tribos, constituídas por famílias entrelaçadas e parentes chegados. Cada uma dessas tribos tem o seu cacique ou chefe e estão sujeitas a uma autoridade superior, [...] (MABILDE, 1983, p.42)

Este autor ainda descreve de que forma e como eram feitas as estruturas destinadas aos solteiros e também como os Kaingang se abrigavam quando se achavam fora de suas aldeias⁶.

Basile Becker (1995), não só descreve este tipo de estrutura como também a relaciona com os hábitos dos Kaingang. Além de abrigo, as habitações dos Kaingang destinavam-se à proteção física dos membros do grupo e também serviam como local de reunião para as pessoas pertencentes àquela família. Para ela, estas estruturas refletiam a característica deste grupo étnico baseado na caça e coleta, resultando em uma construção simples e, segundo concepções de outros autores, muitas vezes pobre, mas que se relaciona à posição do

⁶ Para informações mais detalhadas a este respeito, ver Mabilde, 1983.

indivíduo dentro da tribo, respeitando sua funcionalidade e também as crenças sobrenaturais do grupo.

A autora, ainda específica que:

Decorrentes do status, podem distinguir-se vários tipos de morada: a choça do cacique, a dos homens que tem mulher, a do rapaz solteiro, a dos homens solteiros e as casas das viúvas. Relacionadas à funcionalidade como tal e ao recato, temos ainda as casas usuais nas migrações, as casas dos vigias e as de permanência temporária para as parturientes. (BASILE BECKER, 1995, p.216)

Em sua tese de doutorado Veiga (2000) faz uma correlação entre as aldeias, o sistema econômico e a fixação no território pelos índios Kaingang no atual Estado do Paraná. Conforme suas observações, a autora aponta para o fato de que as aldeias Kaingang não se apresentavam da maneira usual dos grupos Jê, que seria sob o formato semicircular, ou circular. Segundo ela, entre os Jê Meridionais este tipo de estruturação não é verificado. Aponta que as estruturas achavam-se próximas a pequenas e boas nascentes de água, conectadas por trilhas conforme o gosto pessoal de cada família e próximas a suas roças, dentro dos limites daquela aldeia⁷.

Como forma de comparação entre autores, temos ainda no trabalho de Veiga (2000) a descrição de uma estrutura feita pelos Kaingang que habitavam o alto Ivaí, onde atualmente se encontra o Posto Guarapuava, no Estado do Paraná. O relato que segue foi feito pelo viajante inglês Thomas Bigg-Witther, no ano de 1878. Ele descreve sua experiência nos seguintes termos:

Guiados pelo próprio cacique, visitamos todas as palhoças, em número de quatro. Essas palhoças eram retangulares no plano, embora fossem de tamanhos diferentes, todas de largura e altura uniformes, sendo a largura de 15 pés⁸. A maneira de construir era peculiar e de difícil descrição. A armação consistia de vergõteas verdes, com um comprimento de 16 a 18 pés, enfiadas no chão num espaço de 2 pés entre uma e outra, em duas linhas paralelas, com uma distância de 15 pés.

Estas vergõteas, nas palhoças prontas, eram curvadas em direção uma da outra, até que as pontas se encontrassem. Nesta posição eram amarradas a um pau que servia de cumieira, colocado em cima, ao comprido. Havia outros paus, servindo de sarrafos, amarrados, horizontalmente sobre as vergõteas curvadas. A cobertura era

⁷ Ver Figura 22.

⁸ Nota erigida pela autora: A medida é inglesa. Um pé equivale a 12 polegadas, o que dá aproximadamente 30,48 cm. (VEIGA, 2000, p.91).

de folhas de palmeira, que vinham desde a cumieira até o solo. As duas extremidades da palhoça eram tapadas com uma armação de varas de bambu, também cobertas de folhas de palmeira. A diferença estava em que, enquanto os lados eram curvos e formavam o telhado e a estrutura principal da palhoça, as extremidades eram de paredes retas, sem serem absolutamente necessárias como sustentáculo do resto da estrutura. Havia em cada lado uma abertura estreita para a entrada e saída, coberta de folhas de palmeira, de maneira tal que, ao entrar ou sair uma pessoa, a única coisa a fazer era puxá-las para um lado.

Essa é a palhoça comum de todos os índios da tribo dos Coroados, quer selvagens ou mansos. Encontramos palhoças exatamente iguais a essas habitadas pelos Coroados selvagens que vivem em Corredeira do Ferro e, então quando, dois anos mais tarde, visitei mais outras tabas de índios do Rio Tibagi, achei que os ranchos não eram diferentes dos de Colônia Teresa (Bigg-Witther apud VEIGA, 2000, p.92)

Existe ainda, no mesmo trabalho outra descrição a respeito do tamanho das estruturas feitas pelos Kaingang em uma de suas aldeias. A transcrição a seguir foi retirada pela autora de um documento do início do século XX, mais precisamente durante a visita de outro estrangeiro de nome Gustav von Koenigswald, entre os anos de 1903 e 1904, aos Kaingang do Paraná.

Assim que escolheram o lugar abrem uma clareira grande e aproveitam os troncos finos das árvores e palmeiras para construir seus ranchos compridos que servem para acolher diversas famílias.

As paredes geralmente possuem 5m. de largura e conforme o número de moradores (até 80 pessoas), 10 a 15 m., e até 30. e mais de comprimento, em ângulos retos. Os ranchos são construídos com troncos estacas de madeira que são amarradas entre si firmemente com cipós. Os dois lados pela largura sustentam um telhado baixo formado por vigamento e folhas de palmeira e cuja maior não ultrapassa 5 metros. Menos freqüentemente são cobertas de capim e taquaras.

O interior das cabanas forma um único compartimento, não existindo paredes internas e repartições. Pelo meio, na direção do comprimento, estende-se um largo corredor, um pouco mais baixo, tendo nos dois extremos uma porta estreita que conduz à saída. As camas das famílias se estendem a pequena distância nos dois lados do corredor no qual sempre, até durante toda a noite, um fogo é conservado. Os que estão dormindo, enrolados em panos, usam como forro uma esteira feita de casca grossa de árvore e folhas de palmeira. Deitam-se com os pés virados para o fogo e a cabeça para a parede externa. Não se faz limpeza no rancho, assim o chão em pouco tempo está coberto de lixo e sujeira, na qual proliferam as pulgas e os bichos de pé ainda mais incômodos. Assim que os insetos se tornam demais, os índios mudam para uma nova cabana, que constroem rapidamente e queimam a outra." (KOENIGSWALD apud VEIGA, 2000, p.92-93)

Com estes dois exemplos, um trabalho realizado junto aos Kaingang do Paraná, mais a descrição que temos para as estruturas feitas no Estado do Rio Grande do Sul podemos fazer algumas observações, pois trata-se de tribos do mesmo grupo étnico, apenas afastadas

geograficamente. Enquanto aqui no Estado do Rio Grande do Sul temos um relato de meados do século XIX, no Estado do Paraná as informações são do início do século XX. Acreditamos que esta pequena diferença não acarrete em uma discrepância muito grande no que concerne aos hábitos destas tribos, uma vez que em ambos Estados o contato com estes grupos autóctones já se processava, em maior ou menor intensidade.

Em primeiro lugar, os relatos apontam para diferenças na forma e tamanho destas estruturas. Basile Becker (1995) chama atenção para este fato conforme já mencionamos anteriormente, atribuindo-o a uma variação no status social dentro do grupo. O tamanho médio das estruturas é aproximado; para a descrição feita por Mabilde (1983) temos as seguintes dimensões transformadas para nosso sistema métrico: a altura das estruturas era de aproximadamente 2,2 metros, tinham um comprimento que variava de 3,3 metros a 5,5 metros com um largura de mais ou menos 2,64 metros. Já na descrição de Veiga (2000), no primeiro exemplo, que é referente às observações do viajante inglês Thomas Bigg-Witther, temos as seguintes medidas: o comprimento variava entre 5,4 metros e 5,5 metros, a largura podia chegar até 4,5 metros de um lado ao outro; ele não apresenta a altura aproximada destas estruturas. A outra descrição feita por Gustav von Koenigswald aponta que as estruturas Kaingang possuíam as seguintes dimensões: mais ou menos 5 metros de largura e uma variação de 10 a 15 metros no comprimento, podendo atingir até 30 metros de comprimento. Os dois primeiros exemplos têm medidas similares, ao passo que o terceiro foge um pouco a estas dimensões, mas como já foi dito em outra parte, as estruturas podiam variar conforme o número de pessoas existentes nas tribos.

Outro dado que pode ser comparado refere-se ao material utilizado na confecção destas estruturas, que se apresenta de forma similar nos três exemplos. A única exceção, acha-se na divisão interna das estruturas. No trabalho de Mabilde (1983) encontramos registrado que cada uma das estruturas pertencentes a uma família Kaingang achava-se dividida

internamente por quatro paredes. Cada uma destas partes era destinada aos membros de uma família.

Veiga (2000, p.94), diz que: "Uma aldeia do tipo anteriormente descrito consistia de várias grandes casas, que abrigavam dezenas de pessoas cada uma. Eram casas comunais ocupadas por um casal mais velho, suas filhas, genros e netos [...]"

Mais dois exemplos a respeito da forma das estruturas feitas pelos Kaingang merecem ser apontados. Um deles, refere-se ao relato de Telemaco Borba escrito no ano de 1882, onde faz as seguintes considerações: "Vivem reunidos aos magotes de 50, 100 e mais indivíduos, sob a direção de seus caciques [...]" (BORBA, 1908, p.7)

Prossegue, ainda relatando que:

Não tem habitação permanente; geralmente se mudam todos os annos, à proporção que vão rareando os meios naturaes de sua subsistencia.

Quando encontram local abundante em caça e mel, constroem grandes ranchos, de 25 a 30 metros de extensão, cobertos e cercados com folhas de palmeira, sem nenhuma divisão interna, [...] no centro desses ranchos accendem os fogos para cada família [...] (BORBA, 1908, p.8)

Nunca varrem seus ranchos; quando ficam muito sujos e cheios de pulga, os queimam e constroem outros. (BORBA, 1908, p.9)

O outro exemplo, ao qual nos referimos, é extraído das informações apontadas por Zwetsch (1994), que faz as seguintes considerações:

Quanto às habitações, havia vários tipos. Os Kaingang mais antigos utilizavam casas subterrâneas, bem protegidas contra o frio e que proporcionavam bastante conforto. Melià afirma que essas casas eram escavadas no chão, em forma de poço, com dimensões que variavam de dois a 18 metros de diâmetro, chegando a ter até seis metros de profundidade. [...] As aldeias contavam com 25 a 30 dessas casas. Mais tarde, são registrados outros tipos de habitações, mais simples, feitas de longas estacas em forma de forquilha, fixadas no solo, contra as quais apóiam transversalmente, quatro outras varas. Dessa forma fazem quatro divisões que são cobertas com folhas de palmeira.

Nessas casas viviam as famílias segundo padrões de relacionamento verdadeiramente bem elaborados e complicados ao observador estrangeiro. (ZWETSCH, 1994, p.36)

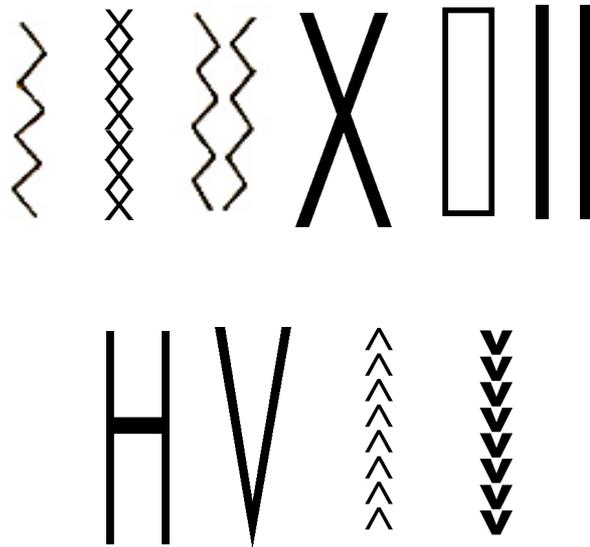


Figura 21: Marcas feitas nos pinheirais pelos Kaingang para demarcação de seu território. Fonte: Mabilde, 1983.



Figura 22: Planta esquemática de uma aldeia Kaingang no Estado do Paraná; Elaborado a partir de Simiema 2000

As informações trazidas por Borba (1908), são de sua observação direta entre os Kaingang, enquanto que Zwetsch (1994) valeu-se de informações já existentes a respeito desta cultura, compilando-as em seu texto. Contudo, nos oferecem dados que podem ser utilizados. Ao que tudo indica, segundo este autor, a organização social do índio Kaingang no atual Estado do Paraná difere de seus contemporâneos aqui no Rio Grande do Sul, pelos relatos analisados. Percebemos que os Kaingang do Paraná agrupavam-se em aldeias com um maior número de indivíduos, ao passo que no "planalto gaúcho" as aldeias eram de menor porte, ocasionando, assim, mais sub-tribos ligadas a um cacique principal, dentro de um mesmo território.

4.4 A Alimentação

Outro aspecto importante de salientarmos diz respeito à alimentação dos Kaingang. As fontes de alimentos para as várias sub-tribos subordinadas a um grande cacique, achavam-se espalhadas no entorno dos limites de cada aldeia, distribuídas em territórios específicos.

No início de nosso trabalho, dissemos que os Kaingang podem ser considerados como sendo caçadores, coletores e possuindo, ainda que de maneira restrita, roças, onde eram cultivados pelas famílias alguns poucos gêneros. Além disto, dentro dos limites de cada sub-território, circulavam em busca dos recursos alimentares provenientes da flora e fauna, durante o ano. Ao longo do trabalho, percebemos uma certa maleabilidade no comportamento desta etnia. Isto quer dizer que em linhas gerais, a cultura é a mesma, só que ela adaptou-se ao ambiente em que estava se fixando.

Nos registros feitos por Mabilde (1983) ele descreve os hábitos alimentares dos Kaingang com detalhes, em seus vários aspectos. Para nós estes detalhes dizem respeito àquilo que o engenheiro belga pôde observar. Pensamos que pelo fato de ter permanecido

cativo (conforme relata) de uma das tribos subordinadas ao cacique Cun-nhungoê, o engenheiro belga não teve a oportunidade de presenciar todos os hábitos destes indígenas, mesmo tendo permanecido junto a eles por dois anos. Talvez, este grupo que observou refletisse justamente o que mais acima apontávamos, ou seja, o grupo adaptou-se ao ambiente no qual estava inserido, ou ainda conforme relata, devido ao seu cativeiro ele sofreu algumas restrições, podendo observar somente alguns aspectos do cotidiano desta tribo.

O pinhão fruto do pinheiro (*Araucaria angustifolia*) é item de destaque na sua alimentação, conforme consta em seus apontamentos. Diz ele ser este o principal e quase que exclusivo alimento, sendo colhido entre os meses de abril e junho, e posteriormente consumido sob forma de farinha, ou ainda assado no que ele chamou de borralho. Um aspecto que se torna curioso é o fato de que em suas anotações aparecem as seguintes considerações: "Os coroados nada plantam, não obstante gostarem muito de milho verde, batata doce, abóbora e amendoim, mandubim ou mandobim que comem assado no borralho." (MABILDE, 1983, p.127). Aqui, a nosso ver, o autor equivocou-se pois segundo ele, os indígenas não plantavam gênero algum, mas apreciavam muito o milho, a batata doce, o amendoim e a abóbora. Para que haja a colheita destes alimentos, eles necessitam ser cultivados, o que implica em uma agricultura, ainda que incipiente. Mas como vemos, o autor é categórico ao fazer tal afirmação. O que nos parece é que as roças donde provinham os gêneros mencionados se encontrassem, exatamente como indicado por outros autores, nos arredores das aldeias.

Com relação ao restante da alimentação dos Kaingang, seus registros dão conta de que, por exemplo, entre os grupos aqui fixados a prática da pesca com anzol ou outros instrumentos era desconhecida. Também é observado pelo autor que estes indígenas, não possuíam quaisquer meios para a pesca e que a mesma não tinha apreço entre os mesmos. Ainda conforme suas observações, indica que estes índios tinham como dieta básica quase

que exclusivamente as frutas que eram coletadas nas matas, entre as quais cita o bacupari⁹ (*Platonia insignis*-Martius), o araçá (*Psidium grandifolium*), a fruta do tucum (*Astrocaryum tucuma*), a pitanga (*Eugenia pitanga*), o araticum-do-mato (*Rollinnia silvatica*-Martius), entre outras espécies. Em relação à caça, aponta que ela é para eles um alimento secundário sendo de pouco interesse, a não ser a caça de aves, em especial a de papagaios, pelos quais tinham predileção, pois suas penas eram usadas nos adornos que eventualmente produziam. Dos animais que, segundo ele, muito eventualmente abatiam, constavam as antas¹⁰, os porcos do mato, o bugio (gênero *Alouatta*), o macaco (gênero *Simia*), os coatis (*Nasua narica*), as pacas (*Coelogenis paca*), e os tatus (*Dasybus*).

Outros autores que também produziram trabalhos a respeito do índio Kaingang no Estado do Rio Grande do Sul, fazem menção ao plantio de pequenas roças. Por exemplo, o trabalho de Basile Becker (1995) difere de Mabilde em alguns tópicos, apesar de ter se valido de suas descrições.

Segundo esta autora:

O alimento do Kaingang pode-se considerar variado: está representado pelos três reinos naturais. Entre os alimentos animais registramos a carne de diversos tipos, obtida pela caça, pela pesca ou pela coleta (larvas e insetos), e o mel de abelha silvestre; entre os vegetais temos grande variedade de frutos e raízes silvestres resultantes da colheita, e também os produtos provenientes do plantio incipiente da mandioca, da abóbora, do milho, etc. Complementam sua dieta as bebidas fermentadas ou não que eles mesmos preparam, o fumo e os narcóticos. (BASILE BECKER, 1995, p.201)

Cita de maneira mais elaborada que além do pinhão ou mesmo em sua falta, os Kaingang consumiam o palmito¹¹ (*Euterpe edulis*-Mart.), a banana-do-mato, a guabiroba (*Eugenia depauperata*), a cereja-do-mato, o umbu, e o cincho. Apreciavam também a jaboticaba, a pitanga, o araticum, o abacaxi e o caraguatá.

⁹ Os nomes aqui listados foram retirados da obra de Mabilde, 1983.

¹⁰ Os nomes aqui listados foram retirados da obra de Mabilde, 1983.

¹¹ Nomes retirados de Basile Becker, 1995.

Registro similar possuímos para as outras áreas onde a ocupação territorial dos Kaingang é assinalada, como no atual Estado do Paraná. Neste estado, temos que os Kaingang utilizavam-se da pesca como fonte de alimento. Ao que parece esta prática é outro marcador cultural que evidencia as diferenças que podem ocorrer em um mesmo grupo étnico, separado por barreiras naturais. Veiga (2000) nos diz que,

os Kaingang sempre tiveram aldeias fixas perto das suas roças e faziam acampamentos próximos aos rios piscosos onde construía seus põri (paris), [...] Boa parte do ano os Kaingang permaneciam nesses acampamentos coletando nas proximidades os frutos, a caça e aproveitando para incursionar pelo território inimigo. (VEIGA, 2000, p.195)

Esta autora, ainda descreve a economia Kaingang como sendo uma economia que se baseava na ocupação de vários nichos ecológicos, localizados dentro do território pertencente a cada sub-tribo. Para poderem explorar estes recursos os Kaingang possuíam uma aldeia, descrita como um local fixo, onde se localizavam suas roças e onde também eram realizados seus rituais, quando da reunião de seus membros. Com este comportamento, os indígenas circulavam dentro dos limites de seu território ao longo do ano obtendo o alimento através da pesca, da caça, da coleta de diversos frutos, de insetos e mel, do consumo do pinhão e ao regressarem às suas aldeias primárias, obtinham os alimentos fornecidos por suas roças (VEIGA, 2000).

Outro autor que descreve os hábitos alimentares dos Kaingang é Telemaco Borba (1908), fazendo uma série de apontamentos a respeito dos grupos indígenas do Estado do Paraná, mais especificamente, nos territórios compreendidos entre os rios Tibagy e Uruguai. Segundo ele, os Kaingang tinham uma dieta que era provida pelo consumo de peixes, mel, frutas, caça, além de gêneros como o milho, abóbora e feijão que eventualmente plantavam.

Este autor indica que:

Como no territorio onde vivem a caça é muito abundante, não comem certos animaes e escolhem aquelles cuja carne é mais a seo paladar. As caças que mais apreciam são: a anta, o macaco (caiere), o bugio (gongue), porcos do mato

(?)¹², tatetos (?), quaty (reê); comem muitas ervas do matto e entre ellas a ortiga grande, caragoatá e uma espécie de alga ou musgo [...] Não comem a carne dos veados (carubé), pacas (cocamé), cotias (?), e outros animaes. (BORBA, 1908, p.10-11)

Também aponta para o fato de que os Kaingang possuíam roças onde plantavam os gêneros acima mencionados. Para fazer tais roças, os indígenas escolhiam dentro de seu território, as matas pouco densas, nas quais, após derrubarem a vegetação existente, ateavam fogo ficando o terreno pronto para o plantio.

Ainda baseados em estudos referentes aos Kaingang do Paraná, temos as informações retiradas da tese de doutorado de Tommasino (1995). Para esta autora, os Kaingang executavam seus deslocamentos no interior de seus domínios, sempre erguendo estruturas destinadas a seu abrigo e proteção, ainda que de maneira rústica; estas estruturas atendiam necessidades durante sua permanência em determinada localidade, até que os recursos disponíveis se tornassem escassos, ocasionando o abandono da aldeia, que era queimada, após o quê os membros da tribo migravam para um novo local, repetindo os passos anteriores. Podemos perceber que os grupos Kaingang estabelecidos no Paraná, tinham como articulador de suas atividades, fossem elas de cunho ritual ou destinadas a prover seu sustento, o calendário natural. Interpretamos os dizeres da autora, no sentido de que migravam dentro de seus limites territoriais em busca de seu sustento, obedecendo aos períodos de maturação dos frutos, a abundância da caça e dos outros recursos dos quais dependiam.

Com base nestes dados, temos que os Kaingang paranaenses praticavam para sua subsistência a caça, a coleta, o cultivo e a pesca, estando sua dinâmica interna interligada com as mudanças sazonais do ecossistema por eles habitado. A caça praticada por esses grupos consistia de animais como a anta, o cateto e o porco do matto; era mesclada com outros

¹² A acentuação entre parênteses indica uma incompreensão de nossa parte a respeito da grafia dos termos anteriores. Estes termos, são os que aparecem na linguagem dos índios Kaingang.

alimentos, em geral à base de pinhão ou de milho, ambos processados de maneira a se tornarem uma espécie de farinha. Com relação à coleta, esta baseava-se na extração de mel, palmito, pinhão e frutos variados. Pescavam utilizando armadilhas denominadas de pari. Finalizando temos que suas roças achavam-se nas bordas das matas (TOMMASINO, 1995).

Avaliando estas informações, podemos perceber que alguns dados são divergentes entre os autores. Porém, a maior parte das informações convergem na indicação das formas de alimentação e nos gêneros consumidos pelos índios Kaingang. Voltamos a chamar a atenção para o fato de que, por estarem localizados em áreas geográficas separadas, as estratégias de grupo podem diferir em alguns pontos. O fato de que o engenheiro belga Alphonse Mabilde não relatou serem os Kaingang, pescadores nem agricultores não desmerece seu trabalho. Estando ele primeiro na condição de cativo e posteriormente em seus contatos esporádicos com outras tribos enquanto desempenhava a função de engenheiro chefe das colônias a serviço do governo provincial, compreendemos porque tais itens não constam de suas observações. Na primeira situação, a de cativo, Mabilde tem sua liberdade restringida ao perímetro da aldeia, não podendo observar as atividades fora dela; na segunda, o cargo que ocupa faz com que tenha que se deslocar continuamente de um lugar para outro, não permitindo que ele presencie o cotidiano destas populações, obtendo apenas fragmentos destas, enquanto estava em determinada área.

4.5 O Vestuário

Apesar de ocuparem uma área, onde predomina o clima frio, os membros das várias tribos Kaingang do "planalto gaúcho", tinham o costume de andarem nus, tendo apenas em alguns casos, seus corpos pintados. Segundo Basile Becker (1995) a pintura indicava a qual metade exógama o indivíduo pertencia. Silva (2001) é de opinião similar.

Após analisar os dados de outros pesquisadores, Basile Becker (1995) indica que alguns índios Kaingang vestiam-se com uma espécie de camisa, que era obtida por meio de trocas junto aos índios Guarani. Para as mulheres, existia uma espécie de manta feita, com fibras de urtiga ou de caraguatá; esta cobria-lhes dos peitos aos pés, deixando seus ombros e braços descobertos. Valiam-se também de alguns adornos.

Em algumas situações temos que os homens confeccionavam um tipo de tanga, formada por cordões a partir das fibras de tucum (*Astrocaryum tucuma*) ou da urtiga brava (*Urera baccifera*) (MABILDE, 1983).

Algumas variações podem ser encontradas. O relato de Telemaco Borba (1908), aponta que as mulheres tinham o costume de cobrirem-se da cintura até mais ou menos a altura dos joelhos, ao passo que os homens andavam completamente nus, tendo cada um, uma espécie de manto feito com fibras vegetais.

No trabalho de Veiga (2000), a pesquisadora registra que " Teciam antigamente uma roupa de fibras de ortiga brava (pyrfé) [...] Teciam também uma espécie de camisa sem mangas para os homens e saias com as quais as mulheres enrolavam-se da cintura para baixo. " (VEIGA, 2000, p.38).

Como não dispomos de maiores informações a este respeito, não nos deteremos em demasia neste tópico.

4.6 Os Instrumentos

Os instrumentos, por mais rudimentares que possam ser, são indispensáveis às culturas humanas possuindo várias funções, como transportar alimentos (cestos), armas para a caça ou defesa (arco, flecha, etc). Na opinião de Sahlins (1977), a manufatura destes artefatos denota uma habilidade consciente por parte de quem as fabrica. Segundo ele, "O uso das ferramentas

entra em relações específicas com quem as usa" (SAHLINS, 1977, p.95). Aponta ainda que os instrumentos são acessórios que têm a função de aumentar a capacidade mecânica do corpo, possibilitando maior acúmulo de reservas de alimentos. Estes instrumentos podem também exercer alguma função ritual em cerimônias religiosas ou ainda serem peças destinadas ao artesanato, com funções próprias dentro do contexto do grupo; por exemplo, um cesto, uma rede ou uma esteira.

Como os demais grupos humanos, os Kaingang também tinham uma indústria, que os provia com instrumentos feitos para suprirem às suas necessidades. Basile Becker (1995) chama a atenção para o fato de que:

Poderíamos [...], distinguí-los entre utensílios domésticos, bastante reduzidos, e utensílios resultantes de seu pequeno artesanato ou indústria caseira, assim como os ligados à sua cultura espiritual, especialmente instrumentos musicais, objetos de jogos, etc. os que realmente parecem dignos de destaque por variedade e técnicas de fabricação, estão representados pelas armas. (BASILE BECKER, 1995, p.222)¹³

Estes utensílios domésticos em geral eram confeccionados conforme as suas necessidades e em pequena escala, já que cada família era responsável por prover seu sustento. Podemos citar como exemplo dos instrumentos por eles utilizados, as mãos-de-pilão feitas em pedra, os machados igualmente feitos em pedra, a cestaria e outros trabalhos com fibras vegetais e em menor escala a elaboração da cerâmica. Neste ponto temos uma discordância entre os autores consultados. Para alguns os Kaingang, ainda que de forma restrita produziam em pequena escala certos tipos de vasilhames cerâmicos. Para outros, como o engenheiro belga Alphonse Mabilde a cerâmica encontrada não pertence aos Kaingang. Nos seus apontamentos temos o seguinte relato:

Os coroados que habitam as matas do Rio Grande do Sul nenhuma louça de barro fabricam e muitos potes de barro que se encontram ainda pelos matos – quase sempre de boca para baixo e soterrados – são fabricados pelos botocudos que, antigamente, habitavam aquelas matas. Por esses restos se reconhece que aqueles primitivos selvagens eram muito mais industriais que os atuais coroados, que

¹³ Ver Figura 23.

nenhuma idéia têm da fabricação de potes ou vasos de barro ou de qualquer outro utensílio daquela matéria. (MABILDE, 1983, p.208)

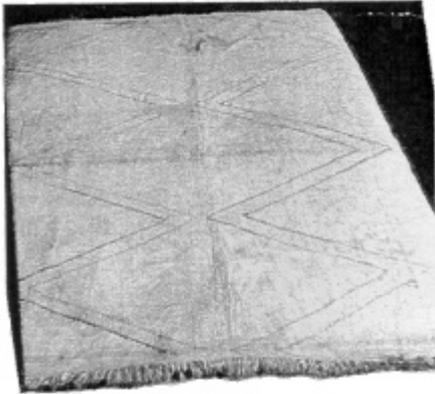
Em outra parte de seu relato, menciona a probabilidade de tais utensílios terem sido feitos pelos Guarani. Em ambas as vezes, pensamos que ocorreu uma falha de observação¹⁴. Excetuando, a caça que era assada em covas abertas no chão, semelhantes a fornos, como os Kaingang poderiam cozer o restante de seus alimentos que eram extraídos da coleta e do plantio?

O fato de supostamente os Kaingang terem algumas destas panelas (Guarani ou Xokleng) em seu poder, no início do século XX, pode demonstrar que entre estes dois grupos havia um certo grau de contato ainda que este ocorresse ao acaso, em áreas limítrofes de seus territórios.

Borba (1908), em suas observações a respeito dos Kaingang no Estado do Paraná, indica que estes nativos possuíam poucos instrumentos, divididos entre os destinados ao uso doméstico, à caça e armas. De uso doméstico dispunham de panelas de barro (não possuímos por parte deste autor maiores dados a este respeito), pequenos pilões geralmente feitos de pedra e suas mós confeccionadas com o mesmo material, cestos fabricados com fibras vegetais, cuias ou porongos, machados de pedra e pequenas lascas de pedra, cuja função era a de servir como instrumentos cortantes. As armas usadas eram o arco, a flecha, tacapes de madeira e ainda lanças. Com relação às pontas de flechas, este autor diz serem feitas com ossos de macaco, algumas até mesmo de ferro¹⁵. Cada família teria um certo grau de autonomia dentro de sua tribo e cada uma dispunha dos instrumentos ainda que rudimentares, para a satisfação de suas necessidades, sendo estes confeccionados conforme a demanda assim o exigisse.

¹⁴ Isto será discutido mais adiante.

¹⁵ Isto é verificado após ocorrerem os contatos iniciais com os primeiros imigrantes italianos e alemães, no século XIX.



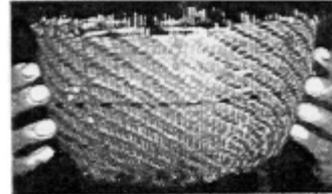
Manto de urtiga, (*Ra ionior rangrê em kurã*).
Acervo-MAE/USP.



Panelas de barro Kaingang de São Paulo; Acervo MAE/USP.
Coletadas por Baldus, 1947. Identificadas como *kukrü*, pelos
Kaingang paulistas e de Nonoai-RS.



Garrafa tufy (*Ra ionior*). Acervo MJC/RS.



Cesto redondo revestido com cera
(*Ra téi em kre ror com ndéi*). Acervo MJC/RS.



Flecha com ponta lisa (pintada, detalhe da haste).
(*Véin kôpó em ndo kander*). Acervo MJC/RS.



Flecha com ponta aguçada (*Ra tufy em ndo*).
(Detalhe da haste). Acervo MAE/USP.

Figura 23: Representação de alguns utensílios utilizados pelos Kaingang;
Modificado de Silva, 2001.

A tese de doutorado de Juracilda Veiga (2000) também apresenta dados a este respeito. Nela a autora destaca que,

para pescar faziam armadilhas de apanhar peixes, [...] Produziam uma cerâmica rudimentar para utensílios como panelas (kukrû) e pratos (pétky). São ainda hoje exímios trançadores, produzindo balaios, peneiras e cestos feitos de taquara, que vendem no mercado regional. (VEIGA 2000, p.38)

Da tese de doutorado de Tommasino (1995), destacamos o seguinte relato: "[...] usavam instrumentos de pedra e viviam da caça-coleta-pesca-agricultura, dormiam no chão em volta do fogo, cozinhavam no chão, usavam panelas de barro, faziam tecidos de urtiga brava." (TOMMASINO, 1995, p.266). Também é indicado por esta pesquisadora que tanto a confecção da cerâmica, quanto da cestaria eram atividades femininas.

Na aldeia, no interior das casas de cada família, havia cestos de vários tamanhos que serviam como recipiente para guardar e conservar os alimentos; a água também era armazenada em cestos feitos com tal intuito; a diferença era que estes cestos possuíam um revestimento feito com cera de abelha, o que lhes conferia impermeabilidade. Para o transporte de frutas colhidas em locais próximos à aldeia, um cesto era confeccionado para este fim, enquanto os homens ocupavam-se da coleta de frutas, as mulheres faziam o respectivo cesto (MABILDE,1983).

Podemos perceber que os instrumentos ocupam uma posição bem definida dentro da cultura Kaingang, eles são essencialmente utilitários, com pouca variabilidade e para o uso cotidiano, sendo de uso pessoal e confeccionados conforme a ocasião exigisse.

4.7 As Guerras

Os autores pesquisados apontam diversos motivos para que haja conflitos internos e a posterior segmentação do grupo original. Mas em quase todos encontramos questões ligadas ao domínio ou invasão de um território¹⁶.

Mabilde (1983), através de seus apontamentos nos traz vários relatos a este respeito.

Entre eles temos as seguintes considerações:

Ainda que todos os coroados tragam o mesmo distintivo da cabeça tonsurada e o cabelo cortado da mesma maneira, pertencendo, assim, à mesma nação, muitos não são amigos e pode-se dizer, sem correr risco de errar ou exagerar, que entre as tribos, na sua grande maioria, existem sempre rivalidades, mais ou menos fundamentadas. São inimigos irreconciliáveis que fazem, mutuamente, uma guerra de extermínio – aliás, o único sistema de guerra que conhecem – ignorando, completamente, o que seja reconciliação. [...] (MABILDE, 1983, p.45, Nota n.º 31)

O autor, ainda destaca que tais conflitos eram legado de gerações passadas e que os grupos que se achavam em confronto durante suas observações o faziam já sem muitas vezes saberem ao certo o motivo que os havia levado a combaterem entre si. Diz ele, ser reflexo na maioria das vezes do roubo de uma determinada mulher de uma das sub-tribos por um homem de outra sub-tribo, ou da invasão do pinheiral pertencente a outro grupo sem o consentimento do cacique principal (MABILDE, 1983).

Já Basile Becker (1995), relaciona outros fatores para explicar a rivalidade e os conflitos entre os Kaingang. Esta autora não insiste,

¹⁶ Aplicamos aqui o termo "guerra", para exemplificar uma situação muito comum neste grupo Jê, mas queremos deixar claro que não estamos tratando do conceito aplicado por nós nos dias atuais, e sim o que relaciona o fracionamento interno dos Kaingang seja por quais motivos forem. Em alguns casos não chega a ocorrer um conflito armado entre facções rivais, a contenda resolve-se com uma das partes migrando para outro local, outras vezes o grupo fragmenta-se pela própria condição territorial. Pode ser que devido a um período prolongado de estiagem, ou excesso de chuvas, os alimentos não sejam suficientes para todos os membros de uma determinada tribo ocasionando assim a migração de uma parte do grupo (geralmente algumas famílias) em busca de mais alimento e com isto a tribo fraciona-se, uma vez que na maioria dos casos os grupos que se dividiam não voltavam a unir-se em uma única tribo.

no conceito guerra, em virtude da própria organização sócio-cultural que nos ocupa e da precariedade dos dados. Abordamos a quebra do relacionamento como uma situação conflitiva dentro do grupo-guerra-ou do grupo indígena com o branco colonizador-assaltos. (BASILE BECKER, 1995, p.285).

Destaca ainda que as freqüentes lutas entre eles tinham como causas a própria sobrevivência do grupo, que se refletia na invasão de seu território, para vingarem-se de uma ofensa ou pela ameaça a sua liberdade, ou ainda devido ao desrespeito a certos princípios éticos que estavam ligados com a organização política e social dos Kaingang (BASILE BECKER, 1995).

Em sua dissertação de mestrado Laroque (2000), aponta que os grupos Kaingang tinham como uma de suas características a natureza de guerra constante, que era vivida nas relações intratribais, notadamente marcada pelas freqüentes dissidências internas e pelas intertribais, estas, principalmente contra os Xokleng, igualmente pertencentes aos Jê Meridionais, com os Guarani e posteriormente com os imigrantes europeus e de outras partes do Brasil (LAROQUE, 2000).

Outras questões referentes a conflitos intertribais dos Kaingang, são relacionados por Zwetsch (1994). Este autor aponta que durante o século XIX houve migrações de tribos Kaingang localizadas mais ao norte, provavelmente em regiões do sul do Estado de São Paulo e do interior do Estado do Paraná, em direção à Santa Catarina, ocasionando conflitos com os Xokleng ali residentes e no norte do atual Estado do Rio Grande do Sul, ocasionando mais confrontos com as tribos Kaingang já estabelecidas no planalto gaúcho. Ele ainda diz que "[...] como uma característica da história dos Kaingang do Rio Grande do Sul vamos encontrar a contínua luta entre chefes de bandos locais" (ZWETSCH, 1994, p.22).

Quem também compartilha destas informações a respeito dos deslocamentos dos Kaingang é Tommasino (1995). Segundo ela,

A dispersão dos Kaingáng teria se dado a partir do Estado de São Paulo em direção ao sul. A cada divisão ocorrida por rivalidades entre as partes, os grupos

deixavam de ter contatos, sendo que os grupos que atravessavam os rios não mais retornaram. (TOMMASINO, 1995, p.46)

Outro autor, que faz referência a este assunto é Prezina (1994). Segundo ele, a rivalidade quer seja ela intratribal ou intertribal dos grupos Kaingang sempre foi uma das características deste grupo Jê meridional, devido ao seu hábito de constantes deslocamentos. Ainda segundo este autor, os grupos nativos das regiões onde o elemento branco começa a expandir-se, reagiram como sempre o fizeram, quando seus domínios eram ameaçados, só que, ao invés de conseguirem manter seu território foram expulsos dele, sendo recolocados em outras áreas e em muitos casos dizimados pelos descendentes dos primeiros imigrantes europeus que possuíam armas de fogo melhores e mais eficientes do que arcos e flechas.

Por último, temos ainda as informações de Souza (1983). Conforme seus registros, os Kaingang não faziam guerras nem oposição a outros grupos, a não ser que estes invadissem o território pertencente a alguma de suas tribos. Ainda segundo este autor, os Kaingang eram excelentes com o manejo de arco e flecha. De opinião similar, temos Veiga (2000), que diz terem os Kaingang a estratégia de formarem aldeias distantes umas das outras para que esta distância entre elas funcionasse como meio de diluir as rivalidades e intrigas, que um convívio em uma aldeia maior pudesse ocasionar.

4.8 Os Sepultamentos

Outro item importante, na cultura Kaingang e que merece ser descrito refere-se à maneira como enterravam seus mortos, onde estavam localizados seus cemitérios, se havia e quais eram as diferenças entre os enterros do cacique principal, de seus caciques subordinados e dos demais membros pertencentes a sua tribo.

Como nas demais culturas, também entre os Kaingang existiam ritos e cerimoniais destinados ao enterro de seus mortos. Se por um lado as festas eram momentos para a reunião de todas as tribos subordinadas junto à aldeia do cacique principal, para expressarem sua alegria e comemorarem a vitória em algum confronto, ou simplesmente para executarem os ritos que compunham suas crenças místicas, por outro, quando ocorria de alguém vir a morrer, os procedimentos com o sepultamento eram condizentes com a posição do indivíduo dentro da tribo à qual pertencia.

Se a pessoa falecida fosse, por exemplo a esposa de um dos homens de determinada sub-tribo, ela recebia um tipo de rito funerário. Caso fosse a mulher de um sub-cacique o tratamento dispensado a ela já divergia um pouco. E se fosse o funeral do sub-cacique ou mesmo do cacique principal destas tribos, teríamos mais dois tipos de ritos funerários diferentes. Estes ritos obedeciam a hierarquia e dinâmica cultural interna destes grupos.

Em seus apontamentos Mabilde (1985) relata com certo grau de detalhe, os procedimentos para com os mortos. Conforme extraímos de seus registros, em se tratando da morte do cacique principal de uma das tribos Kaingang, temos um ritual elaborado.

Falecendo o cacique principal dos coroados, é enterrado com grande pompa, devida à sua alta posição. Assim que o cacique acaba de expirar, uma das mulheres velhas sai logo a prevenir todos os chefes das tribos subordinadas. Estes reúnem, imediatamente, todos os homens da tribo e vêm, armados de varapau, colocar-se ao redor do rancho do defunto, não deixando ali entrar pessoa alguma, a não ser as mulheres e os filhos do finado. (MABILDE, 1983, p.91)

Este procedimento é o primeiro passo para que se proceda ao sepultamento do líder morto. Outro elemento, é o local onde o cacique principal deve ser sepultado. Este espaço encontra-se sempre em área de campo, a considerável distância das aldeias, às vezes mais distante outras vezes mais próximo, mas não temos como indicar a distância exata por falta de dados.

Quando os Kaingang atingem o local onde deve ser sepultado o cacique principal, todos param e aguardam que o filho mais velho do falecido indique onde será a sepultura de seu pai.

O filho mais velho adianta-se e escolhe o lugar da sepultura, dando, então, um grito agudo para sinal. O cortejo acode ao lugar de onde saiu o grito e ali depositam o leito com o defunto, tendo porém o cuidado de voltar o lado da cabeça para leste e o dos pés para oeste. Assim orientado o cadáver, todos os homens formam em redor dele um círculo, formando uma só linha que, por este motivo é as vezes, de grande dimensão, ficando as mulheres e filhos do falecido do lado de dentro, perto do corpo e o filho mais velho, perto da cabeceira. As mulheres e filhos das tribos subordinadas ficam fora do círculo. (MABILDE, 1983, p.93)

Prossegue ainda o relato dizendo que:

No dia seguinte ao enterro do cacique principal e deste dia em diante, todos os moços das tribos subordinadas voltam ao lugar da sepultura do cacique e sobre ele amontoam terra, até formar um túmulo circular, de não menos de vinte e cinco palmos de diâmetro (e às vezes mais), com seis palmos de altura. Neste serviço levam, às vezes, muitos meses, porque além de carregarem a terra em uma espécie de cabaz (feito de taquara e cipó), de pequenas dimensões, pouco maior do que uma quarta de alqueire (das nossas antigas medidas), vão buscá-la, em geral, a grande distância à margem de algum arroio ou sanga, com barranco que desmorone e donde retiram a terra com estacas de madeira.

Estes túmulos, com tão grandes dimensões, têm sido, para muitos que os têm visto, um enigma, porque em suas imediações nunca se encontra lugar ou cova que indique a proveniência da quantidade de terra com que são feitos, sendo, muitas vezes, localizados a uma distância considerável do lugar em que foram buscar terra. O túmulo é perfeitamente circular e com as dimensões referidas. A parte lateral faz ângulo reto com o solo e com a superfície superior que é perfeitamente horizontal. Ao redor do túmulo, limpam o terreno, tirando-lhe toda a vegetação, numa extensão de oito a dez palmos, mais ou menos. Calcam bem com os pés a terra dessa orla circular e então está o trabalho concluído. (MABILDE, 1983, p.96)

Quanto ao procedimento dispensado para o sub-cacique por ocasião de sua morte a cerimônia é bem menos elaborada. O local de sepultamento é o mesmo destinado ao cacique principal, acompanham-no os membros de sua tribo providos com instrumentos de madeira similares a estacas, mas que tem a função de servirem para cavar. Com eles abrem uma cova com não mais do que 20 cm, que equívale a um palmo de profundidade, nela o defunto é colocado sentado, tendo o cuidado de direcioná-lo para o leste e cobrindo seu corpo com terra. Esta cerimônia ainda conta com um ritual singular: antes que o morto esteja totalmente coberto pela terra e estando somente a cabeça por ser coberta, o homem mais velho dentre os

que se acham presentes, enaltece as virtudes do falecido, seus feitos de bravura e sua aptidão com as armas. Logo após são proferidos por todos os presentes, gritos que servem como despedida ao morto. Terminado este ritual, terminam de erigir sua sepultura e retornam a sua aldeia. Os demais membros, sejam eles homens, mulheres ou crianças, são sepultados conforme o descrito acima. A exceção se faz em relação à mulher do cacique principal. Esta durante o enterro tem o entoamento das gritarias rituais, mas somente por aquelas pessoas que são membros da tribo do cacique principal; os demais indivíduos das outras sub-tribos, não participam desta parte do ritual (MABILDE, 1983).

Ainda nos valendo dos apontamentos feitos pelo engenheiro belga, descrevemos a seguir como eram os cemitérios dos índios Kaingang:

Em uma excursão que fizemos nas matas que ficam ao sul do Mato Castelhana e perto da zona ou linha meridional até onde chegam, de norte a sul, as matas de pinheiros, encontramos, em 16 de fevereiro de 1836, um campo no meio daquele sertão, o qual teria quando muito, umas duzentas braças de comprimento na direção de noroeste a sudeste, com cento e vinte braças, mais ou menos, na parte mais larga, e setenta braças, mais ou menos, na parte estreita.

Naquele campo havia sete túmulos de selvagens, entre os quais dois de maior diâmetro do que aquele que descrevemos. [...] (MABILDE 1983, p.99)

Existem muitos outros dados a este respeito no trabalho de Mabilde (1983), entre eles, uma conversa com o cacique principal de nome Braga, a respeito dos túmulos por ele encontrados e escavados. Nesta conversa, Braga relata quem são as pessoas ali enterradas e porque existe uma diferença de tamanhos nos túmulos. Em um deles, conforme o testemunho do cacique Kaingang estava o corpo de seu pai, morto em confronto com os Botocudo, que teria ocorrido em fins do século XVIII; desde então este grupo indígena não mais habitava naquelas matas. Mabilde, ainda relata que presenciou vários sepultamentos, entre eles, o do cacique Cun-nhugô, no ano de 1836, mas não entra em detalhes sobre o ocorrido¹⁷.

¹⁷ Para maiores informações ver Mabilde, 1983.

Também com relação a questões ligadas ao tratamento dispensado aos mortos, temos as informações de Basile Becker (1995). A autora com base nos dados de sua pesquisa, diz que os Kaingang possuem uma maneira toda especial de tratar os seus mortos. Em grupos Kaingang localizados em Palmas no Estado do Paraná, por exemplo, o culto aos mortos seria uma das expressões mais salientes desta cultura. E faz as mesmas considerações para os grupos residentes no Rio Grande do Sul.

Segundo esta autora,

o velório e o sepultamento estão sempre em relação com o status social e a situação do morto; por essa razão se podem estabelecer formas distintas de sepultamento para o cacique principal, cacique subordinado, homens mortos em combate nas mais diferentes situações, mulheres (também de acordo com a posição no grupo), crianças, indivíduos faltosos ou criminosos. Todos, porém, são sepultados num sítio determinado, cemitério, que, segundo tradição antiga, seria um para cada aldeia. (BASILE BECKER, 1995, p.264)

Ainda prossegue dizendo que: "as atitudes relacionadas com a morte e suas decorrências sofrem alterações com o perpassar dos tempos, ainda que não as possamos acompanhar com certa segurança devido à falta na informação". (BASILE BECKER, 1995, p.266). Esta hipótese nos parece plausível, uma vez que ao longo dos anos percebemos mudanças, algumas vezes com mais intensidade outras em menor grau, no padrão de comportamento humano, refletindo também em sua cultura de uma maneira geral. Às vezes estas mudanças ocorrem por meios naturais, outras por influência externa. No caso dos grupos indígenas, a grande maioria das tribos que ainda existem hoje, não possuem mais a mesma forma, seja nos ritos, na língua, ou no cotidiano, que possuíam no século XVI, antes da chegada da esquadra de Cabral.

Esta autora ainda aponta que na ocasião dos ritos funerários, o morto era envolvido em uma espécie de esteira, ou ainda envolto com um poncho. Estas informações confirmamos através dos dados registrados por Rambo (1947) e também por Hensel (1928).

Outro detalhe é o descrito por Horta Barboza (1913); segundo este autor, estando os Kaingang fora de suas aldeias e caso um de seus membros viesse a falecer, o mesmo era

enterrado no local onde se encontrava o grupo, sendo a cabeça decepada e guardada em um recipiente (não temos informação a respeito de que material seria este recipiente), ao retornarem à sua aldeia era feita uma cerimônia fúnebre na qual a cabeça do morto era enterrada no cemitério da aldeia.

Na pesquisa feita a respeito da cosmologia e rituais dos Kaingang por Veiga (2000) temos que o fenômeno da morte entre os Kaingang é visto como uma dissociação entre a parte terrena, ou seja, o corpo físico, e sua parte astral, que se refere a seu espírito. Estes indígenas acreditavam que a morte representava uma forma de migração, na qual se ia da aldeia atual, para uma outra aldeia, onde eram residentes os mortos da tribo¹⁸. Esta crença poderíamos dizer que é universal, pois ela é verificada em diversas culturas espalhadas pelo mundo.

Conforme os estudos desta autora, para os Kaingang seu cemitério era: "[...] literalmente 'o lugar da sepultura', considerando que outrora a sepultura era um grande monumento no qual eram enterrados, a oeste, um Kamé, e a leste, um Kaïru." (VEIGA, 2000, p.161). Ela também apresenta um relato sobre um enterro presenciado por Maniser no ano de 1914. Ele localiza o cemitério junto a uma clareira na mata, onde havia grande número de coqueiros e que já possuía dois túmulos idênticos ao que é descrito a seguir.

Quando a cova alcança uma profundidade tal que sua borda passa aproximadamente 75 centímetros da cabeça dos coveiros, eles abandonam seus trabalhos e sobem à superfície com a ajuda de um galho inclinado. Jogam-se então na cova, tufos de mato e folhas de palmeiras amarradas; as chamas vigorosas lambem as paredes da cova. [...] A cova não é suficientemente grande para que se pudesse esticar suas pernas; também o corpo conserva a forma que tinham-lhe dado: ele permanece deitado sobre as costas, os joelhos dobrados, e recoberto por um cobertor [...] perto da cabeça são colocados os utensílios do morto: sua cesta, seu machado, sua garrafa; finca-se dentro da cova suas flechas e seus dois arcos, de tamanhos diferentes; [...] Por cima, rolam-se as vigas de palmeira no sentido do comprimento, sem deixar, tanto quanto possível, fendas entre elas. Conclui-se o telhado dispondo, transversalmente como telhas, franjas de folhas de palmeira preparadas da mesma maneira que para o teto das cabanas. Este telhado compacto é recoberto de terra. Pegam-na a uma certa distância do antigo buraco que, neste lugar, está uniformemente coberto: uma fossa nova é cavada um pouco mais longe, pela parte exterior [...] é de costume, no dia seguinte de manhã, recobrir mais uma vez a cova de terra; [...] (MANISER apud VEIGA, 2000, p.162-163)

¹⁸ Para maiores detalhes ver Veiga, 2000.

Também informa que ao redor da sepultura era feita uma vala de 1,5 metros de largura com aproximadamente 1 metro de profundidade. A autora também diz que o enterro descrito é registrado em diversas localidades, e observado por diferentes pessoas.

Um outro relato que também destacamos é o do Frei Luís de Cimitille (1880), observado no norte do Estado do Paraná, na região do rio Tibagi. Conforme pode observar, os Kaingang,

chegados a seu destino abrem uma cova que mede sempre 7 palmos de comprimento, 3 de largura e 4 de fundo tendo para esse serviço uma bitola exata, forram essa cova com folhas de palmeira e metade da casca de árvore que servia de cama ao falecido, e depois com grande cuidado o depositavam na sepultura com a cara para o poente, servindo de travesseiro, os seus couros e penas.

A direita colocam todas as suas armas e um tição de fogo aceso. Cobrem depois com paus que alcançam de um lado a outro da sepultura em cima dos quais põem a outra metade da casca de sua cama para evitarem que a terra caia sobre o corpo tapam todos os orifícios com folhas de palmito e enchem a sepultura com terra que vão depositando até a altura de 10 a 12 palmos, dando-lhes um forma cônica. [...] (CIMITILLE apud VEIGA, 2000, p.165)

Borba (1908) é outro autor que faz observações a respeito dos enterros e da forma das sepulturas dos Kaingang, localizados no Estado do Paraná. Segundo suas informações, tão logo morresse algum membro da tribo, o mesmo era imediatamente enterrado com seus pertences. A sepultura era uma cova não muito profunda, que recebia uma forração de madeiras e em seguida era coberta com mais madeiras e terra, até obter um formato convexo com uma altura que variava entre os 2 e os 4 metros de altura, com um diâmetro entre 6 e 8 metros em sua base. Conforme seus apontamentos,

em nossas excursões pelos campos e fachaes deste Municipio, (Tibagi) sempre nos despertava a atenção, certos monticulos de forma conica, que encontravamos nos pontos mais elevados das cochilhas, principalmente nas imediações das grandes florestas de pinheiros; pela forma traziam-nos á memoria os tumulos dos Kaingangues. [...] (Borba, 1908, p.124)

Com estas informações, encerramos esta parte, referente à caracterização da cultura Kaingang em seus diferentes aspectos. A seguir sintetizaremos estas informações sob a forma de um texto único.

4.9 Os Kaingang do Rio Grande do Sul

Anteriormente, fizemos uma série de referências a respeito do índio Kaingang como um todo, localizando-o nos três estados do sul do Brasil. Gostaríamos de nos deter um pouco mais na região do "planalto gaúcho", onde encontramos até meados do século XIX, algumas tribos Kaingang vivendo ainda isoladas no interior das áreas de floresta desta região. Mais especificamente na região da bacia hidrográfica do rio das Antas, onde encontravam-se dispersos em várias sub-tribos os Kaingang sob o comando do cacique principal Braga¹⁹.

Sua forma de vida estava baseada na caça, na pesca, na coleta de frutos e tubérculos encontrados em abundância nas matas onde residiam, no plantio no entorno de suas aldeias de poucos gêneros alimentares como o feijão, a abóbora, o amendoim, a batata-doce e principalmente na coleta do pinhão, sua principal fonte de alimentação que era combinada com os demais recursos acima descritos.

O território pertencente a cada uma das tribos²⁰ era bem demarcado, sendo os limites entre as sub-tribos subordinadas a um determinado cacique principal e deste com os territórios das demais tribos Kaingang, rigidamente obedecido²¹. A incursão em qualquer um dos territórios pertencentes a outro grupo, por qualquer motivo que fosse, ocasionava confrontos imediatos entre as partes envolvidas. Poderiam estes confrontos ser entre as sub-tribos de um mesmo cacique principal, ou entre dois grandes caciques. Cada grupo possuía uma área demarcada conhecida de todos; estes limites eram feitos com marcas indicativas que remetiam a qual tribo ou sub-tribo o território estava destinado.

Aliado a isto, temos ainda as dissidências dentro das próprias sub-tribos que se organizavam através de laços de parentesco, formando assim o conhecido sistema de famílias extensas. Quando ocorria uma divergência entre eles, as partes descontentes se retiravam

¹⁹ Ver Figura 24.

²⁰ Para maiores informações, ver Laroque, 2000.

daquele grupo e não mais se reconciliavam entre si, podendo por ocasião de uma celebração na aldeia do cacique principal estarem participando dos rituais em questão, mas não interagindo entres elas.

Ligado ainda ao território de cada tribo e conseqüentemente a cada sub-tribo, temos a divisão nas áreas destinadas à extração dos recursos alimentares. Como dissemos os limites eram observados a partir de marcas próprias, que delimitavam o território entres os grupos²². Os primeiros colonos a estabelecerem-se na região serrana do Estado do Rio Grande do Sul, atestam este fato, observando que nas matas de pinheirais era bastante corriqueiro encontrarem marcas diversas na casca destas árvores. Concluimos com base nestas informações que cada um destes grupos, possuía um símbolo semelhante que correspondia a sua tribo²³ e que este sofria algumas variações pois representava as divisões internas em pequenos núcleos, que ocupavam aquela área.

Quanto aos demais recursos alimentares registrados através das descrições feitas, podemos dizer que o ambiente imediato ao redor de cada aldeia correspondia à área na qual estes indígenas buscavam coletar as frutas e tubérculos que compunham sua dieta alimentar.

Não temos informações mais detalhadas em relação a suas roças, mas acreditamos que as mesmas eram feitas próximas às estruturas que serviam de moradia às famílias de determinada aldeia, tendo cada família uma pequena roça na qual plantavam o milho, o amendoim, a abóbora para citar as plantas de que temos conhecimento. Aqui questionamos as informações apontadas por Mabilde (1983) segundo o qual, os Kaingang gostavam destes gêneros mas não os plantavam. Nossa dúvida é de onde eles adquiriram o gosto por tais alimentos. Achamos pouco provável que eles tenham-no adquirido após o contato com o imigrante europeu, pois segundo os dados por nós levantados, em outras áreas da Região Sul,

²¹ Para maiores informações ver Laroque, 2000.

²² Para maiores informações ver Mabilde, 1983 e Silva, 2001.

²³ Ver Figura 21.

os Kaingang possuíam roças onde estes gêneros eram cultivados. Também temos o conhecimento de que estas espécies vegetais são nativas do continente americano, sendo incorporadas à dieta alimentar dos europeus quando estes começam a ocupar o Novo Mundo e não ao contrário.

Com relação à caça, dispunham eles de animais como os mamíferos de pequeno, médio e grande porte, quanto de aves. Em relação aos peixes, não nos foi possível fazer um levantamento mais detalhado, mas acreditamos que estavam a sua disposição, segundo comunicação pessoal do Biólogo André Osório Rosa {25/05/03}, espécies como a traíra (*Hoplias malabaricus*), o jundiá (*Rhandia* sp), a joaninha (*Chrenicicle* sp), o pintado (*Pimelodus* sp), o cará (*Ciclidae*), entre outros.

Os mamíferos típicos da área do Planalto Meridional do Rio Grande do Sul, poderiam servir não só como fonte de alimento, mas ainda para a fabricação de instrumentos e utensílios (peles, ossos, chifres, cascos).

Chamamos a atenção para outro fato a que Mabilde (1983) faz referência em seu trabalho. Conforme seus apontamentos, os Kaingang não apreciavam a caça e nem a praticavam. Contudo, eles começam a praticá-la após serem aldeados em reservas na região do Alto Uruguai. Parece um pouco estranho que os Kaingang comecem a caçar justamente quando são desalojados de seu antigo território e confinados em um espaço que não lhes possibilite realizar tal atividade.

Da mesma forma que questionamos a afirmação referente ao plantio de gêneros pelos Kaingang, questionamos esta que envolve a caça. Em seu relato ele diz que com a posse de armas de fogo o desempenho nas caçadas é bem maior e quando retornam ao aldeamento os índios assam-na recordando assim de seus tempos passados. Se eles consideram o resultado da caçada com armas de fogo, maior e retornam ao aldeamento, assando as presas abatidas e

assim recordando o passado, para nós, isto quer dizer que este era um costume que já fazia parte de sua cultura e não uma fuga para a nova realidade a que foram submetidos.

Para enterrar seus mortos, independente do status social, verificamos que os Kaingang se valiam de túmulos feitos em áreas próximas de suas aldeias permanentes, tendo conforme os dados pesquisados um cemitério para cada sub-tribo. Estas sepulturas formavam aterros circulares nas áreas de campo situadas nas matas pertencentes a seus territórios. Os pertences do indivíduo morto eram colocados com ele em sua sepultura.

A seguir trataremos do ponto central de nosso trabalho, traçaremos um panorama a respeito da pré-história das populações localizadas no Planalto Meridional brasileiro, relacionando-a com os dados obtidos no presente capítulo. Com isto esperamos estabelecer um elo de ligação entre ambos os grupos que por ora encontram-se separados devido às nomenclaturas específicas, utilizadas por cada linha de pesquisa.



- Território do Caciقة Braga; Outros Caciques Kaingang:
 Sub-caciques subordinados a Braga: B Cun-nhungoê;
 1 Yotoahê (Doble); C Vaicofê;
 2 Nicué (João Grande); D Nhucuré;
 3 Ghênguy; E Condurá.
 4 Nhengoá; Sub-caciques subordinados a Condurá:
 5 Pedro Velho; E1 José Grande;
 6 Felipe; E2 Pimpaés;
 7 Jacinto Doble. E3 Florêncio.

Figura 24: Território e localização das sub-tribos do cacique Braga.

5 A RELAÇÃO ENTRE A TRADIÇÃO TAQUARA E O ÍNDIO KAINGANG

No presente capítulo, relacionamos os itens identificados em Arqueologia e Etnografia. Apresentamos os elementos que são comuns, e que possibilitem uma aproximação entre ambos. E também verificamos os pontos divergentes, tentando explicar estas diferenças. Com isto, podemos colocar as bases para construir uma história contínua, uma ligação entre o presente e o passado da ocupação do Planalto Meridional.

Anteriormente, apresentamos um painel contendo elementos que caracterizam a tradição Taquara, bem como os principais aspectos ligados ao índio Kaingang. Um produzido com as informações retiradas da pesquisa arqueológica, o outro através de relatos etnográficos, retirados das obras de vários pesquisadores, mais especialmente aos do engenheiro belga Alphonse Mabilde, que registrou muitos aspectos da vida cotidiana dos índios Kaingang durante o século XIX, em dois momentos distintos. Num primeiro momento estes indígenas ainda habitavam de forma independente o interior das matas e suas adjacências, tanto na encosta quanto no topo do planalto. O outro momento refere-se ao período no qual estes grupos começam a sofrer mais intensamente a pressão externa, devido à expansão do Estado Nacional, tendo que abandonar velhos hábitos e incorporar outros decorrentes deste contato, modificando muitos aspectos de sua cultura.

As pesquisas arqueológicas atestam a presença de grupos humanos nas terras altas do Estado a partir do século V da era cristã¹, atingindo facilmente o século XVI e, conforme datações mais recentes, o século XIX.

Os registros etnográficos mais correntemente utilizados são aqueles produzidos por Malbide (1983) ao longo do século XIX. Registros posteriores, numa fase que poderíamos chamar de transitória para os grupos indígenas autóctones, bem como descrições de cronistas e viajantes e outros estudiosos também fornecem subsídios para nossas discussões. Os índios começavam a ter um contato mais permanente com o homem branco², diferente daquele que ocorrera nos séculos XVI, XVII e XVIII, extremamente efêmeros e sem maiores conseqüências para ambos.

Encontramos certa dificuldade em unificar as informações das duas origens devido às nomenclaturas utilizadas para denominar os grupos que habitaram a área da pesquisa. No meio dos arqueólogos estes grupos são conhecidos como tradição Taquara, na etnografia são chamados de Kaingang. Em uma primeira análise os dados fornecidos por estas pesquisas apresentam mais contradições do que semelhanças, que apontem para uma evolução linear destas populações.

A tentativa de se estabelecer uma linha de comparação entre as pesquisas arqueológicas e os estudos etnográficos ainda precisa ser aprimorada.

Com a utilização da Etnoarqueologia, bons resultados podem ser esperados pois seu desenvolvimento visa fornecer elementos mais sistemáticos, com a formulação de analogias etnográficas que ajudem na interpretação dos dados registrados através da pesquisa arqueológica (DAVID & KRAMER, 2002).

¹ Ver a discussão a este respeito no Capítulo 3, no item 3.3 "A Datação".

² Utilizamos tal designação somente para diferenciar o índio dos descendentes de europeus e dos imigrantes alemães e italianos.

Para Politis (2002, p.67), "[...] a riqueza da Etnoarqueologia está na captação das variações das condições culturais (tecno-econômicas, sociais e ideacionais) de produção material de maneira a poder identificar, esta variação dentro do registro arqueológico."

Infelizmente não dispomos desta ferramenta para procedermos com esta investigação. Nosso estudo procurou observar os detalhes pertinentes à tradição Taquara e ao índio Kaingang no âmbito de sua cultura material para através destes, fazer uma aproximação de seu desenvolvimento e transformação numa linha temporal contínua.

Podemos perceber que alguns elementos relacionados a estes grupos encontram-se implícitos na cultura de seus membros remanescentes, hoje localizados nos "postos indígenas"³, ou ainda na periferia das cidades, afastados de seu território, bem como de sua cultura original. Dentre estes elementos, Silva (2001) destaca as marcas registradas na pintura corporal e nos trançados vendidos hoje como artesanato.

Como foi apontado mais acima, as populações residentes no Planalto Meridional, ao longo de sua trajetória, tiveram contato com outros grupos humanos. Entre eles o mais marcante foi com o europeu e seus descendentes, que desde o século XVI manteve contato, ainda que de forma intermitente, com os indígenas desta área, sendo este contato mais intenso a partir do século XIX, quando a frente de expansão colonial inicia sua penetração em direção às áreas ainda em posse destes grupos indígenas. Desde o início ocorreram incidentes entre os índios, moradores locais e os colonos, em especial os alemães que começam a se instalar em áreas, a partir do século XIX, que anteriormente eram território dos Kaingang e ainda eram exploradas por eles para o fornecimento de caça e outros alimentos⁴.

Com a intensificação desses contatos e os posteriores confrontos entre índios e não-índios⁵, o território original dos primeiros começou a diminuir, e seus habitantes foram

³ Ver Figura 25.

⁴ Ver Figura 26.

⁵ Entendemos como não-índios: os europeus, seus descendentes e os demais brasileiros dos outros Estados brasileiros que se instalaram nos antigos territórios indígenas.

desalojados, para serem confinados nos "aldeamentos". Isto deveu-se particularmente a política expansionista, primeiro do Império e depois do governo republicano, para expandir as fronteiras nacionais. Com isto, a preservação dos seus valores culturais e materiais ficou prejudicada, sendo mantida no âmbito de expressões codificadas, muitas vezes sem nexos com a realidade e ainda por cima sob a tutela de normas administrativas e burocráticas que coibiram ainda mais as atividades que eram exercidas antes deste episódio (JUNQUEIRA & CARVALHO, 1981).

A busca por novas áreas para plantio de lavouras ou para a criação de gado, bem como para o estabelecimento de novos núcleos populacionais e ainda a abertura de estradas, fez com que cada vez mais as tribos indígenas das várias etnias, que ainda persistiam nos seus respectivos ambientes, tivessem seus territórios reduzidos e o seu contingente populacional diminuído. O fato de que através do contato com o europeu e posteriormente, seus descendentes, e da pressão exercida por parte deste em termos de inovações tecnológicas e imposição de outros padrões culturais como o uso de roupas, outro tipo de dieta alimentar, entre outros fatores, fez com que seus costumes tradicionais fossem modificados, quebrando seu sistema cultural. Com isto, elementos culturais que são identificados durante a pesquisa arqueológica, talvez não encontrem correspondência direta nas descrições etnográficas.

Se, por exemplo, considerarmos que inicialmente estas tribos se valiam de potes de cerâmica para preparar seus alimentos, veremos que, ao entrar em contato com o europeu e seus descendentes, o costume de fazer estes recipientes foi decaindo, porque era mais prático preparar alimentos em um recipiente de metal, que dura mais, e é mais resistente, não sendo necessário todo o tempo de espera para que o pote de cerâmica estivesse pronto. Outro exemplo que podemos destacar, reside na forma de suas habitações. Mais recuadamente no tempo, estas eram feitas sob a forma de buracos no chão ("casas subterrâneas") com cobertura

aérea, depois passaram a ser choças construídas com materiais vegetais sobre o solo e por último as casas de madeira, encontradas nos "Postos Indígenas"⁶.

Através de exemplos retirados de nossa história, podemos verificar a mudança de comportamento em diversos segmentos sociais. Não só a mudança no comportamento, mas também na maneira de realizar certas tarefas e nos materiais que usamos para executá-las. Telefones celulares e Internet, dinamizaram as comunicações entre as pessoas, meios de transportes como ônibus e sistemas ferroviários, encurtam tempo e distância no deslocamento das pessoas, sistema de redes de fast-food, disponibilizam os mais variados alimentos. Mas estas mudanças ocorreram ao longo de nossa trajetória histórica, sendo implementadas no cotidiano em etapas. O mesmo se verifica nas comunidades indígenas. Ao longo do século XIX elas foram incorporadas ao Estado Nacional, sendo que seus costumes e tradições sofreram mudanças significativas pela adoção de novos hábitos.

Segundo David & Kramer, "[...] As sociedades estão continuamente sendo transformadas na prática [...]" (DAVID & KRAMER, 2002, p.17).

5.1 Os Elementos comparativos

No intuito de estabelecermos uma ligação entre passado e presente dos grupos humanos habitantes do Planalto Meridional, podemos perceber que as similaridades entre a tradição Taquara e o índio Kaingang são muitas, ainda que estas com o passar do tempo possam ter sofrido alguma alteração, mas em essência continuam respondendo às necessidades do grupo.

⁶ Ver Figura 27.

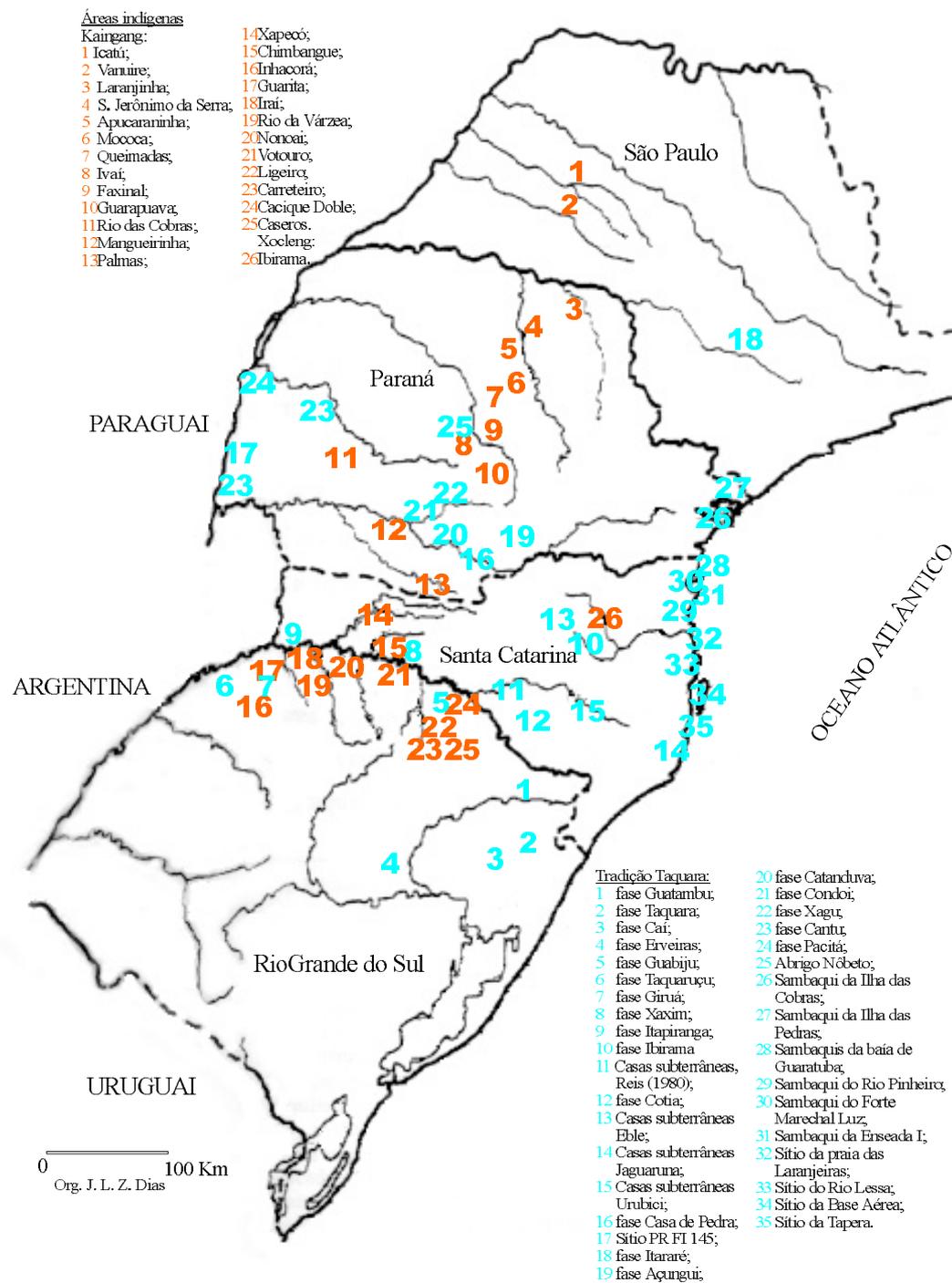


Figura 25: Localização das fases da tradição Taquara e das Áreas indígenas.

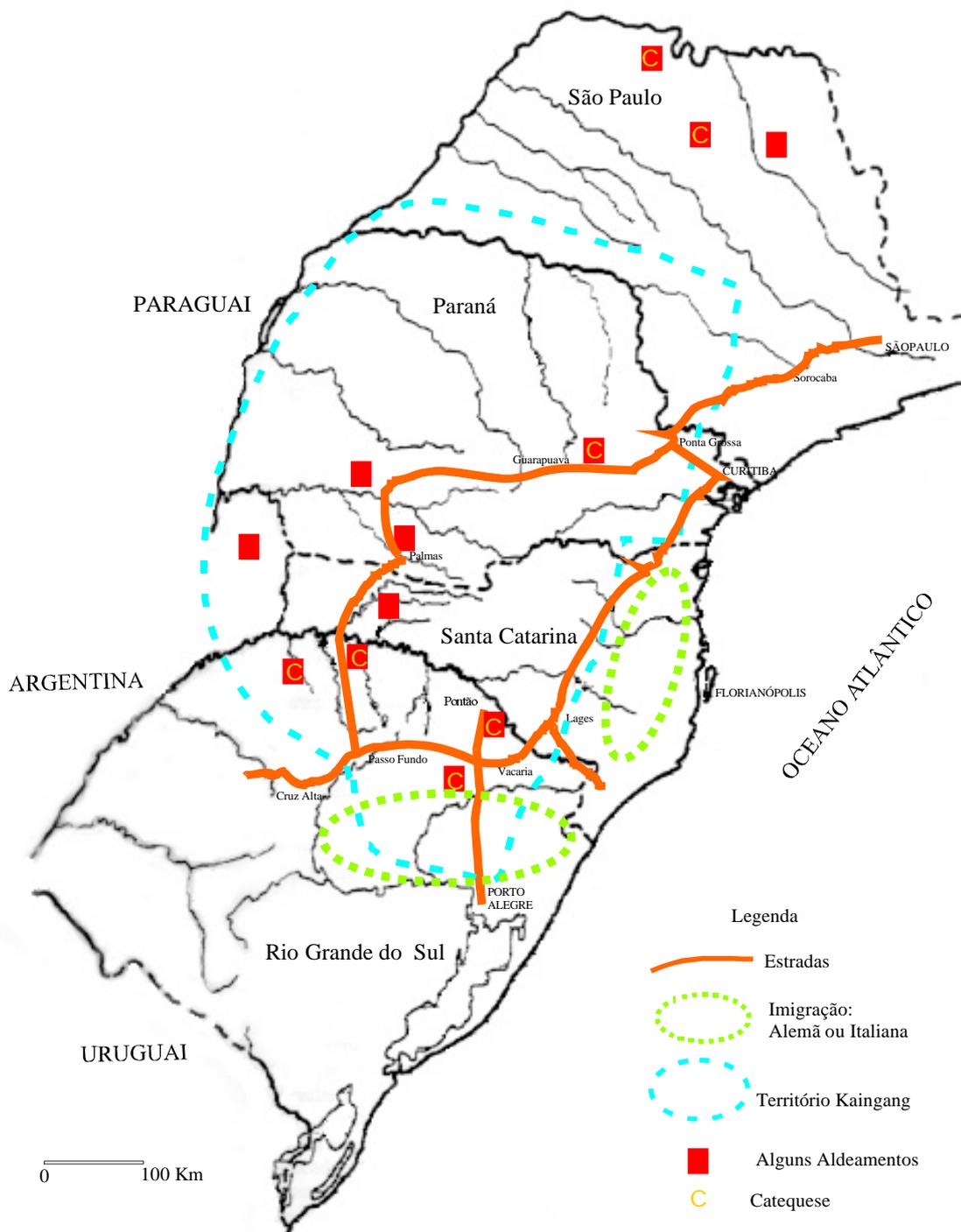
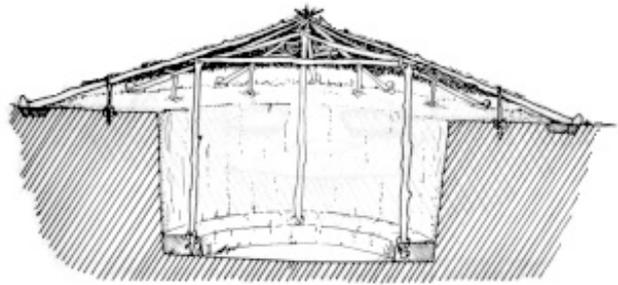


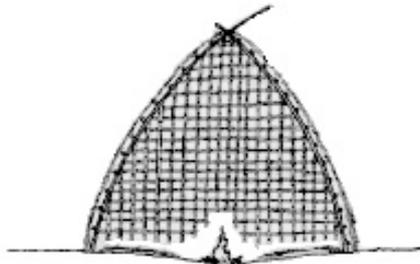
Figura 26: Avanço da frente de expansão pelo Brasil Meridional;
Adaptado de Laroque, 2000.



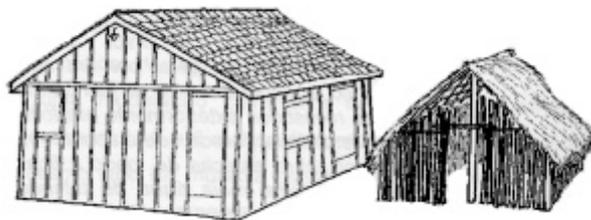
Modelo de "casa semi- subterrânea", proposta por La Salvia;
Fonte: Weimer 1983.



Modelo de "casa subterrânea", proposta por La Salvia;
Fonte: Weimer 1983.



Habitação Kaingang no século XIX;
Fonte: Simiema 2000.



Modelo de Casa Koingang, século XX; Feita nos "Postos Indígenas";
Fonte: Simiema, 2000.

Figura 27: Modelos de casas utilizadas pela tradição Taquara e pelo índio Kaingang.

Iniciando nossa comparação pelo **ambiente**⁷, verificamos a ocorrência nos mesmos ecossistemas. Aqui uma pequena diferença se apresenta: enquanto que a tradição Taquara é registrada nos três estados da Região Sul, estendendo-se desde o sul de São Paulo até a encosta sul do Planalto Meridional no Rio Grande do Sul, do litoral atlântico do Paraná, de Santa Catarina e do norte do Rio Grande do Sul até a Província argentina de Misiones, a presença Kaingang concentra-se em regiões localizadas nas áreas elevadas do Planalto Meridional, pois a encosta e o litoral, ao longo dos últimos séculos começou a ser ocupada primeiro pelo europeu de posteriormente por seus descendentes, acarretando uma diminuição considerável do território destes nativos⁸. Nota-se a ausência de outros grupos indígenas dentro destes limites, sendo o índio Kaingang o único a ocupar esta área.

Temos na área em questão, o predomínio da Floresta Ombrófila Mista, constituída pela presença da *Araucaria angustifolia* e campos adjacentes com as mesmas características morfológicas. Dentro desta área encontramos uma variedade de plantas e animais, que poderiam servir como fonte de alimento, além de áreas com potencial para o cultivo de alguns gêneros.

Os dados ambientais para a tradição Taquara e o índio Kaingang são grandemente coincidentes. Não há outro grupo indígena pré-colonial e histórico na área.

O **território**, acha-se entrecortado por acidentes geográficos que poderiam funcionar como fronteiras naturais entre as várias tribos, como propõe Tommasino (1995). Se verificarmos a localização tanto dos sítios arqueológicos, quanto das aldeias etnográficas, veremos que ambos se concentravam no interior destes ambientes.

O registro arqueológico atesta a formação de diversos núcleos compostos por "casas subterrâneas" e suas variantes anteriormente descritas, que podem ser considerados como

⁷ Os itens destacados em negrito referem-se aos tópicos que de comparação. Funcionando apenas como delimitador entre um assunto e outro.

⁸Ver Figura 28.

aldeias, formando entre si as diferentes fases da tradição Taquara, o que nos leva a pensar em uma divisão interna destes grupos. Cada fase desta tradição ocupa vários locais, dominando um ambiente específico. Temos sítios localizados no topo do planalto, na encosta e alguns no litoral. As fases Taquara, Guatambu e Taquaruçu podem estar correspondendo ao sistema de divisão em tribos e os sítios agrupados destas fases seriam de suas sub-tribos, cada uma com um território definido, acarretando na formação de um conjunto de aldeias. Estas aldeias, achavam-se sempre longe dos grandes rios, próximas do topo das áreas elevadas, junto de arroios e córregos.

Para o índio Kaingang o padrão de assentamento é similar: temos a divisão geográfica do Planalto Meridional entre vários caciques principais, cada um deles possuindo um território bem delimitado e no interior deste se organizam na forma de sub-tribos, formando várias aldeias, cada uma com espaço próprio e delimitado por um sistema de marcas que indicava qual sub-tribo dominava determinado local. Mabilde (1983) indica que cada sub-cacique possuía uma marca própria para demarcar o seu território e que ainda era colocada nos utensílios dos membros de seu grupo, como indicam as marcas encontradas nas hastes de suas flechas⁹.

Através dos relatos etnográficos, vemos que entre as sub-tribos Kaingang era comum a dispersão pelo seu território durante boa parte do ano, reunindo-se somente em ocasiões comemorativas ou para as colheitas do pinhão e do produto de suas roças (TOMMASINO, 1995).

Esta rotação pelo território acarreta na construção de várias habitações, que eram abandonadas depois de certo tempo, sendo erguidas novas em outro local, até que seja efetuada a volta à aldeia anterior.

⁹ Ver Figuras 21 e 22.

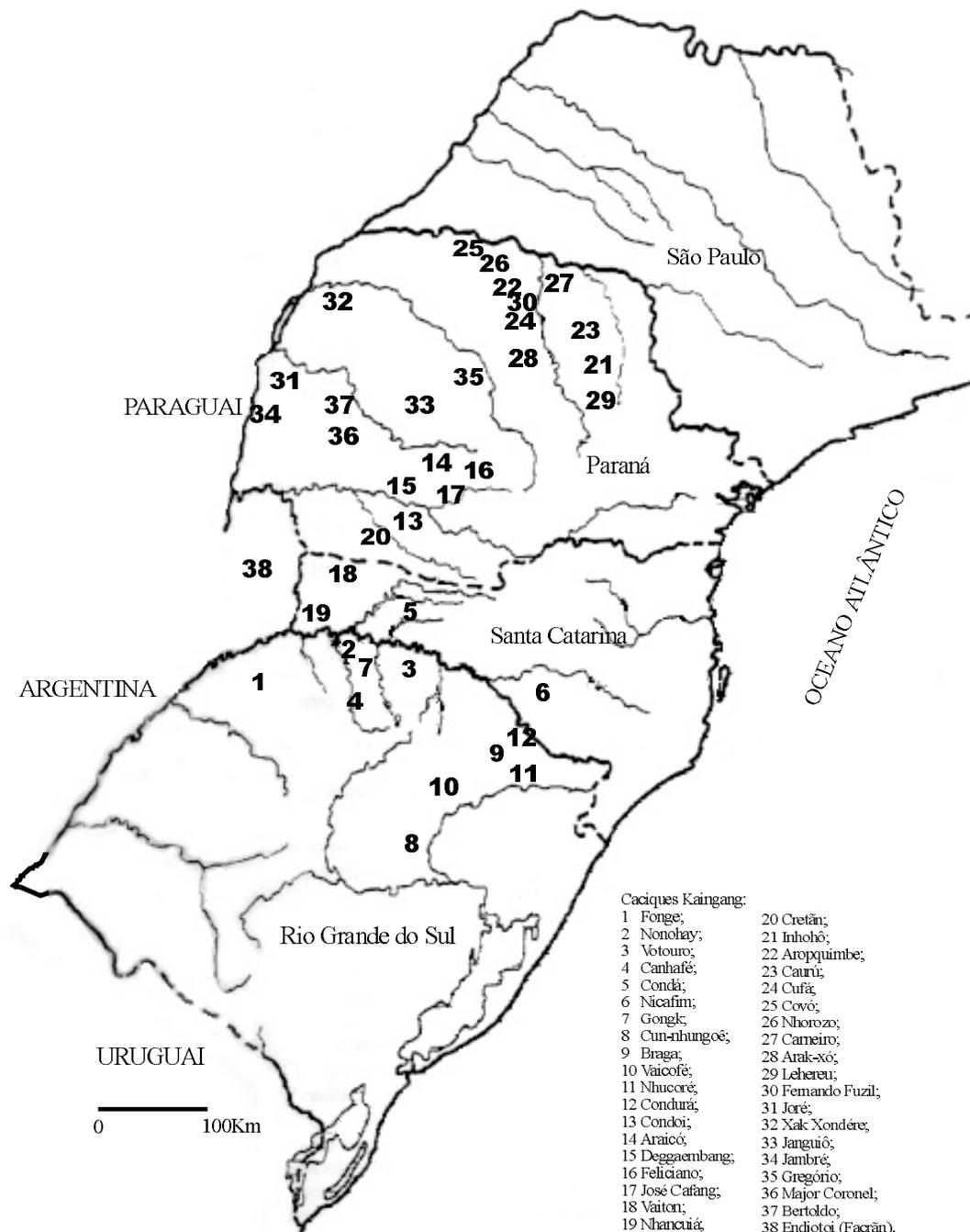


Figura 28: Localização dos territórios dos Caciques Kaingang.
Elaborado a partir de Laroque, 2000, p. 190..

De acordo com a pesquisa feita por Tommasino (1995) estes deslocamentos eram realizados de acordo com a abundância de recursos naturais; quando estes escasseavam em determinada área o grupo deslocava-se para outro lugar. Para esta autora:

A sociedade Kaingáng, até a primeira metade deste século; podia ser caracterizada como povo de floresta e a sua dinâmica sempre esteve, enquanto existiram florestas, diretamente vinculada à dinâmica da natureza. [...] o tempo Kaingáng é ecológico, portanto, cíclico." (TOMMASINO, 1995, p.59)

Segundo atestam as datas radiocarbônicas temos a reocupação de diversas "casas subterrâneas" em períodos distintos, demonstrando que havia uma circulação pela área por parte de seus habitantes. Além disto, temos a identificação de diversos tipos de sítios arqueológicos como as "casas subterrâneas", os sítios superficiais e os abrigos sob rocha. Esta variação no tipo de vestígio arqueológico está indicando uma diversidade de funções, umas com maior estabilidade (com "casas subterrâneas"), outras superficiais, com menor investimento. Também pode indicar a separação do grupo principal, ou tribo, em unidades menores, talvez grupos familiares para a exploração mais sistemática dos recursos naturais, ao longo do ano¹⁰.

Percebemos, que as "casas subterrâneas" encontram-se próximas umas das outras, com intervalos irregulares entre uma e outra, formando pequenos conjuntos dentro de um mesmo espaço, ou seja, nos limites de cada aldeia. A disposição destas estruturas se daria ao longo de trilhas feitas no interior das matas, conforme a vontade de seus moradores, não parecendo formar um círculo ou outra figura geométrica como o verificado em alguns grupos indígenas Jê do Brasil Central. No espaço entre uma habitação e outra seriam desenvolvidas as atividades cotidianas pertinentes a cada uma das famílias, ou coletivas executadas por todos os membros da tribo. Entre elas podemos destacar as áreas para a confecção de instrumentos, as áreas de preparação e consumo de alimentos e o espaço destinado às roças¹¹.

¹⁰ Ver Figura 29.

¹¹ Ver Figura 30.

Quanto ao número de habitações por aldeia, este é variável: em alguns locais foi encontrada somente uma "casa subterrânea", da mesma forma que em outros o número de estruturas é superior aos vinte, não obedecendo a um mesmo padrão na quantidade de estruturas por aldeia. Mais recentemente, através das últimas pesquisas e com a obtenção de datas por Carbono 14 (C^{14}) e por Termoluminescência (TL), descobriu-se que nos sítios em que existiam muitas estruturas, havia uma reocupação da área, ou seja, o número total de "casas" registradas em cada sítio arqueológico, não corresponde ao mesmo período de ocupação, com o passar do tempo novas estruturas foram sendo feitas e as antigas abandonadas ou reocupadas em outros períodos.

Esta variação pode estar associada também ao número de pessoas que compunham o grupo que dominava cada território, formando assim os vários sítios arqueológicos que podemos chamar de aldeias, com as características apontadas acima. Por exemplo no sítio arqueológico RS-A-27, temos a ocorrência de vários agrupamentos de "casas subterrâneas" e mais dois montículos, totalizando quinze estruturas. A ocupação deste sítio foi realizada em etapas, onde por períodos sucessivos houve a construção das primeiras "casas", o abandono destas, algumas foram reocupadas, enquanto que novas "casas" foram escavadas. A composição final até o momento, deste sítio figura da seguinte forma e com as respectivas datações: constituindo o primeiro período de ocupação, temos a "casa" 3 (950 ± 72 LVD 624; 723 ± 55 LVD 625), a área no lado desta (Janela C corte 2002a 830 ± 64 LVD 623) e o montículo resultante da retirada de terra desta estrutura (870 ± 60 beta 144247), mais a casa 6 (870 ± 50 beta 144244); a "casa" 2 (520 ± 60 beta 144245), marca o segundo período de ocupação; o terceiro período é representado pela "casa" 1 (348 ± 30 LVD 621) e "casa" 5 (386 ± 31 LVD 627); o quarto período engloba a "casa" 4 (166 ± 15 LVD 620) e "casa" 7 (40 ± 60 beta 144243), além da reocupação de "casa" 2 (30 ± 50 beta 144246) (SCHMITZ, et al. 2002).

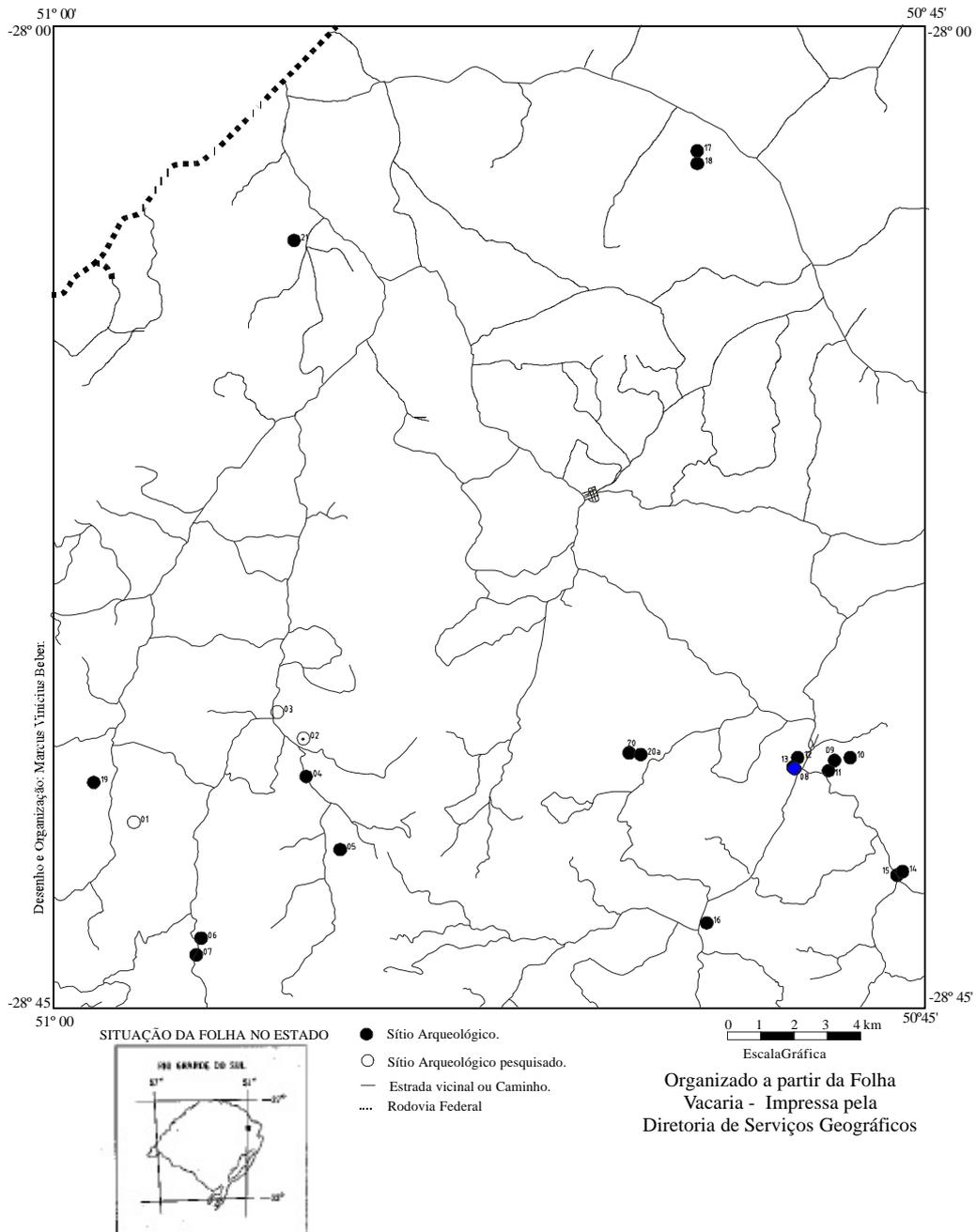


Figura 29: Localização dos sítios arqueológicos no município de Vacaria, RS.

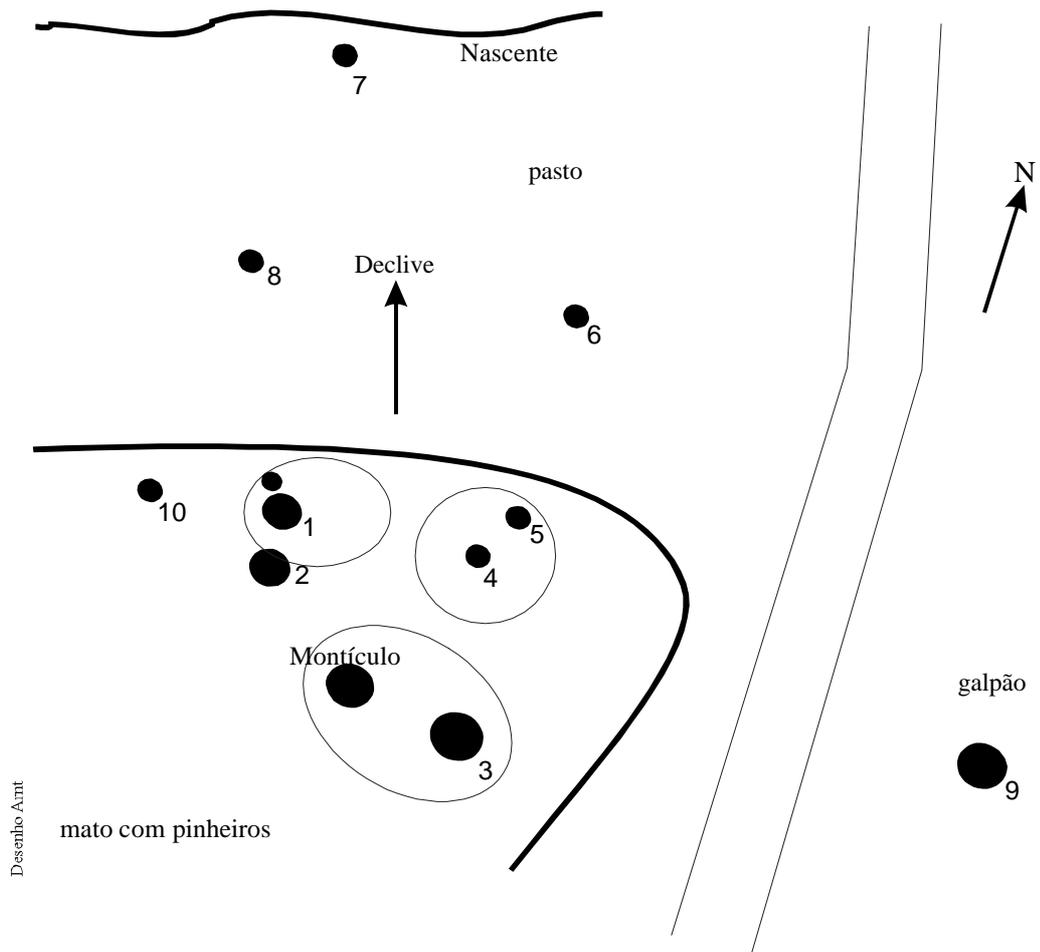


Figura 30: Distribuição das “casas subterrâneas” no sítio RS-A-27.
 Fonte: Schmitz, et al., 2002, p.37.

Estas informações além de indicar uma rotatividade pelo território também apontam para o número de estruturas pertencentes a cada aldeia, que oscila entre 2 ou 3, ocupadas em cada período. Em alguns casos podemos ter um número maior, em outros a ocupação se deu através de uma única estrutura.

A variabilidade no número de estruturas nos sítios arqueológicos está associada a reocupação e a construção de novas estruturas nos mesmos locais. A reocupação das antigas pode denotar que uma mesma família voltou e se alojou novamente em sua antiga morada, ou que pelo simples fato de pertencer àquele grupo a estrutura foi novamente ocupada por qualquer outro membro daquela tribo. A construção de novas estruturas em locais onde já havia "casas" construídas, poderia estar ligada a vários fatores, entre eles o mau estado de conservação da antiga estrutura e os tabus culturais do grupo.

Encontramos também uma variabilidade no tamanho destas "casas" que pode estar indicando uma variação funcional, ou no número de habitantes. Em todas percebemos que existiu a intenção, por parte de seus construtores, de organizar o espaço interno e o entorno das estruturas de maneira que possibilitasse a execução de variadas tarefas.

Os dados arqueológicos e etnográficos no item território são bem conciliáveis.

As **habitações**, recuperadas pelos arqueólogos são basicamente de dois tipos: aquelas que tinham o piso rebaixado (por isso chamadas "casas subterrâneas), mais duradouras, e as construídas na superfície do chão, que, muitas vezes, parecem mais efêmeras.

O fato de que as ditas "casas subterrâneas" apresentam-se como uma circunferência escavada no solo, talvez não indique todo o tamanho da casa, nem denote uma forma circular para toda a estrutura. Este espaço circular pode ser a área do fogão, dividindo a área de combustão do restante da estrutura interna, ou ainda para garantir a circulação interna sem prejuízo do fogo aceso, utilizado para a calefação e o cozimento dos alimentos.

Os arqueólogos geralmente tratam as depressões como se fossem a habitação ou casa e para isso fizeram as correspondentes reconstituições.

Com relação ao tamanho e forma das depressões, as mesmas apresentam-se com dimensões variadas. Até o presente momento os vestígios mais comuns encontrados são circulares e ou elípticos. Podem medir de 2 a 18 metros de diâmetro e com uma profundidade que oscila dos 0,10 metros a 6 metros, para as estruturas descritas de formato circular. Já para as depressões descritas como elípticas, estas medidas ficam entre 2,90 x 3,60 metros e 19,60 x 22,10 metros de tamanho e profundidade de 0,20 metros a 4,80 metros.

As referidas depressões apresentam algumas peculiaridades. É constatado que algumas possuem um declive suave, formando um rebaixamento mais homogêneo, o que possibilitaria a permanência mais confortável dos moradores no seu interior. Muitas vezes este declive é quase que imperceptível, necessitando uma observação mais apurada, pois existe pouco contraste entre o solo do entorno e o piso da estrutura. Outras possuem em seu centro um aprofundamento abrupto, que na maioria das vezes serviria como fogão, utilizado não só para preparar os alimentos, mas também para aquecer o interior e proteger seus ocupantes. Nestas condições as pessoas poderiam ficar dispostas ao redor do fogo, desenvolvendo suas atividades, ou simplesmente permanecer junto ao fogo, que aquecia e iluminava o espaço e também cozia os alimentos. Outras vezes este espaço parece não possibilitar a permanência das pessoas de maneira confortável, pois a inclinação do piso é bastante acentuada, fazendo com que seja necessária uma área maior ao seu redor, e nesta área que é o entorno imediato a esta depressão, é que seriam realizadas as atividades¹².

Os relatos etnográficos divergem profundamente dos dados arqueológicos. Eles, dão conta de que cada aldeia possuía entre quatro e cinco casas; estas eram coletivas, sendo habitadas por famílias extensas, baseadas no convívio de pais, filhas, genros e netos. As

¹² Ver Figuras 31 e 32.

habitações agrupadas poderiam ser compartilhadas por até oitenta pessoas, pertencentes a estas famílias (VEIGA, 2000). O número de indivíduos, pertencentes a cada uma das tribos varia de um autor para outro. Alguns apontam, como no caso acima, que em cada aldeia haveria até oitenta pessoas. Mabilde (1983) relata que em cada aldeia poderia haver mais de duzentos membros. Já Borba (1908) aponta que cada sub-tribo poderia ser composta por cinquenta, cem ou mais indivíduos. Como vemos, os laços de parentesco parecem organizar a estruturação destas aldeias internamente, e sua relação com as aldeias vizinhas.

Os registros de Mabilde (1983) dão conta de que os índios Kaingang,

Fazem ranchos de forma prismática a que, entre nós, chamamos de 'ranchos de beira do chão'. Estes em geral, são ranchos dos caciques e dos selvagens que têm mulher em sua companhia. Os ranchos de beira do chão, cuja construção é conhecida, são de tamanhos diversos e proporcionados ao número de indivíduos que devem conter. Em geral tem mais ou menos de 15 a 25 palmos de comprimento, 10 palmos, mais ou menos, de altura, e de 10 a 12 palmos de largura na base. Os Coroados que ainda não têm mulher, habitam – cada um só – em rancho formado com um toldo que tem a forma de um quarto de esfera, aproximadamente. (MABILDE, 1983, p.39)

Para Basile Becker (1995) as formas e o tamanho destas estruturas eram decorrentes do status pessoal de cada membro do grupo. Existiam, segundo ela, a habitação destinada ao cacique, uma para quem fosse casado, para os solteiros (seria uma para cada um), uma para as viúvas. Ainda possuíam padrões para fazerem casas quando se achavam em migração, as destinadas à vigilância e também para as parturientes. Percebemos que cada uma destas estruturas estava relacionada à funcionalidade que a ocasião exigia.

Segundo informações etnográficas, estes indígenas possuíam o hábito de queimar o antigo abrigo, por várias razões, entre elas a sujeira e, marcadamente, suas crenças sobrenaturais. Podemos inferir que esta prática já era pertencente a seu conjunto cultural, que era passado de geração em geração. Mabilde (1983), relata que quando o som de um trovão ou um raio caía perto de determinada habitação, esta era abandonada e outra era feita longe

deste local. Após a morte de um membro da tribo, sua casa era queimada e abandonada, sua família erguia outra mais adiante (VEIGA, 2000; SILVA, 2001).

Estes elementos podem ser ratificados pelos estudos realizados por Tommasino (2000, p. 192), nos quais ele destaca que, "cada sociedade elabora a sua concepção de tempo e de espaço conforme a sua visão de mundo, a qual também orienta as suas práticas e relações sociais e simbólicas com a natureza e entre si." Ou ainda conforme explica Simiema (2000), que tanto os locais de instalação das aldeias, quanto as habitações nelas existentes, refletem a expressão física do modo de vida pelo qual se orientava esta sociedade, através de sua cultura material, sua visão de mundo, seus mitos e crenças.

Conforme suas pesquisas, esta autora ressalta que as aldeias e suas estruturas,

foram construídas por pessoas que utilizaram sua inteligência, sua capacidade e seus recursos ao máximo. As formas e as soluções por eles estabelecidas respondem perfeitamente às suas necessidades e exigências. Vão assim se definindo em sua cultura maneiras de fazer e deixar de fazer as coisas. [...] Ao longo do tempo, as formas vão se dando por estabelecidas e tendem a ser orientadas para a tradição. E por isso mesmo elas persistem por longos períodos. Dentro dessa persistência, o modelo já definido se ajusta e, aí, as habitações são basicamente idênticas. (SIMIEMA, 2000, p.228)

Analisando os dados registrados no capítulo 4, no que se refere ao tamanho e formas das habitações dos Kaingang percebemos que elas eram de tamanhos diferenciados para atender a demanda do contingente grupal e também muitas destas estruturas possuíam uma função específica. Com relação à forma de tais casas, as mesmas apresentam-se com uma configuração retangular, variando seu comprimento e largura, conforme o número de pessoas que cada uma abrigava.

No interior destas casas, as áreas de fogueira eram bem delimitadas e havia ainda um amplo espaço no qual as várias famílias se fixavam, cada uma ocupando uma área específica na qual cozinhavam seus alimentos, dormiam próximas de seus fogos e executavam alguma

atividade, restando entre estes espaços áreas para a circulação interna e acesso ao exterior da estrutura.

Supondo, por um instante, que a depressão observada pelos arqueólogos seja o lugar do fogo e não toda a habitação, a forma da estrutura aérea, não necessariamente seria de planta circular. Esta é uma especulação, ainda com pouco fundamento, mas que está sendo levantada por Schmitz et al. em sua última síntese (2003) sobre "casas" com pisos rebaixados, popularmente conhecidas como "casas subterrâneas". Só novas observações cuidadosas, em campo, dirão da validade dessa sugestão.

Outra questão não resolvida é a estrutura aérea que fecharia essas depressões, tornando-as habitáveis. As reconstituições divulgadas até agora representam-nas cônicas e totalmente fechadas. De fato, várias depressões, entre as pequenas apresentam vestígios de um esteio central, ao passo que as grandes não costumam ter esta marca. "Casas" escavadas junto a barrancas, ou quebras fortes do relevo, geralmente com grandes pisos rebaixados, não apresentam sinais desses apoios e provocaram as dúvidas a que nos referimos. O Parque das Cachoeiras, localizado no município de Vacaria, RS, construiu suas "casas subterrâneas", escavadas em barrancos e com o telhado de uma só água, com um dos lados (a frente) bastante aberta, com um murinho em lugar do nivelamento observado nas estruturas arqueológicas. É a sugestão para essa nova reconstituição.

É estranho que os relatos etnográficos, antigos e recentes, não falam de rebaixamento do piso para o fogo, com exceção de Borba (1908) e Simiema (2000)¹³.

O interior das depressões apresenta camadas espessas de refugos, como se nunca tivesse sido limpa, mas outros tantos restos estão no entorno das casas, atestando que muitas atividades eram ali exercidas.

¹³ Ver Figura 28.



Foto: J. L. Z. Dias

Figura 31: ‘‘Casa subterrânea’’ 7, área escavada em janeiro de 2000.



Foto: J. L. Z. Dias

Figura 32: ‘‘Casa Subterrânea’’ 4, antes de ser escavada em janeiro de 2002.

Além de conjuntos com "casas" com pisos rebaixados, havia as estruturas superficiais independentes, que se supõe menos estáveis.

Comparando os elementos oferecidos pelos arqueólogos e os etnólogos com relação às casas, poucas apresentam coincidência imediata. Casas mais permanentes agrupadas e habitações mais efêmeras dispersas; a não limpeza da casa; o freqüente abandono definitivo das casas, construindo outras; o tamanho das habitações e seu exclusivo uso doméstico. As divergências continuam grandes e irreconciliáveis e estão ligadas à constituição e forma das casas. Mesmo supondo uma forte perda cultural ou uma indisciplinável desatenção do principal observador do século XIX, a diferença é difícil de explicar.

Outro item que utilizamos comparativamente entre a tradição Taquara e o índio Kaingang é maneira de **enterrar os mortos**. A tradição Taquara dispunha de duas maneiras para enterrar seus mortos, uma registrada mais freqüentemente ao longo das pesquisas, no interior de abrigos sob rocha e outra que vem sendo recentemente explorada em regiões em que parece haver menos grutas, sendo os enterros feitos em campo aberto, formando estruturas circulares (montículos), mais ou menos similares em suas dimensões. Já o índio Kaingang conforme os registros indicam, erguia túmulos (montículos) em locais pré-determinados nas matas onde habitava.

A pesquisa arqueológica dá conta de que, no primeiro caso, os corpos seriam depositados no interior dos abrigos sob rocha, diretamente sobre o piso rochoso, sem maiores cuidados, quando muito sobre uma esteira feita com fibras vegetais. Em outros casos, o corpo era coberto por pequeno aterro feito com vegetais e terra.

Devido à ação antrópica os esqueletos resultantes da decomposição orgânica do corpo, com o passar do tempo acabaram por ficar remexidos, acarretando na desarticulação das estruturas ósseas e no extravio de alguns ossos, sendo o mais perceptível a falta dos crânios

dos indivíduos ali depositados. Os animais que circulam pela área também podem causar algumas destas perturbações.

O número de indivíduos sepultados varia em número, em idade e sexo. Por exemplo na gruta do Matemático, sítio RS-A-8 havia, no mínimo, 54 corpos e no sítio RS-P-01, Morro da Igreja, pelo menos 53 indivíduos; os dois abrigos-sob-rocha estão localizados no município de Bom Jesus; no sítio RS-A-28, conhecido como "Perau das cabeças", localizado no município de Vacaria, foram encontrados 65 indivíduos; em São Francisco de Paula, na localidade conhecida como Dirceu Borges, no sítio arqueológico RS-A-24, existiam no mínimo 140 indivíduos.

Trata-se de cemitérios coletivos, em meio a espaços com numerosas "casas subterrâneas", às quais estariam ligadas, mesmo que não tenhamos datas para comprovar sua pertença e duração de uso. Em outros locais o número de esqueletos é menor por abrigo, mas os sítios de deposição são mais numerosos.

A outra forma de sepultar os mortos desta tradição foi recentemente documentada por Copé, Saldanha & Cabral (2002) e também publicada por uma equipe catarinense no relatório da Scentia Ambiental & Itaconsult (2002). Em ambos os casos estes enterros foram registrados sob a forma de montículos, em terrenos entaipados em áreas de campo. Nas sepulturas foi constada a presença de ossos humanos cremados, de fragmentos de cerâmica e peças líticas.

Um caso antigo, similar ao descrito acima, foi registrado, no município de Caxias do Sul, ao longo dos anos de 1968-1970. No sítio arqueológico RS-37/127, com trinta e seis "casas subterrâneas" havia também trinta e nove montículos dos quais, três foram escavados, mas sem encontrar vestígios comprobatórios claros como nos casos anteriores (SCHMITZ, et al. 1988).

Os montículos escavados achavam-se próximos uns dos outros e também da estrutura denominada de "casa" B. O montículo 1 possuía formato elipsoidal e em parte de seu perímetro havia uma espécie de valeta rasa. No interior deste aterro foram encontrados vestígios de carvão, os quais foram datados na camada 2 (55cm) em 630 ± 70 e na camada 3 (80-100cm) em 1140 ± 40 (SI-602). Também foram achados um fragmento de cerâmica e fragmentos de pedras, alguns dos quais teriam sido instrumentos. O montículo 2, também de formato elipsoidal, foi feito pelo acúmulo de pedras de diversos tamanhos e terra. Em seu centro os pesquisadores registraram a presença do que consideraram como sendo um pequeno nicho feito artificialmente para a provável deposição de mortos, ou de cinzas destes. Igualmente próximo de sua base aparece carvão disperso em vários pontos. O terceiro montículo escavado, tem a forma circular lembrando uma meia esfera. Muito similar em sua composição ao montículo 2, igualmente, foi constatada em seu interior a presença de carvão (SCHMITZ, et al.1988).

Os pesquisadores responsáveis por tal pesquisa, interpretaram estas estruturas como sendo de uso funerário, os restos de carvão depositados em seu interior seriam possivelmente o resultado final da cremação dos mortos pertencentes àquela tribo.

Junto dos restos mortais das diversas formas de deposição às vezes foram encontrados objetos como fragmentos de cerâmica, instrumentos líticos, restos de alimentação, contas de colar, que podiam ser acompanhamentos funerários.

O trabalho arqueológico em Bom Jesus aponta que no interior de um dos abrigos sob rocha, associados aos sepultamentos, além de fragmentos cerâmicos, havia algumas taquaras cortadas que poderiam ter sido utilizadas para a confecção de cestaria (LAZAROTTO, et al.1971).

Durante os trabalhos realizados pela equipe do Instituto Anchieta de Pesquisas/Unisinos, no sítio arqueológico RS-A-28, localizado no município de Vacaria, RS, ao longo do ano de 1998, foram registrados, junto aos esqueletos depositados na chamada

"gruta B" 187, contas de colar, confeccionadas em valves de moluscos de água doce, uma ponta de projétil feita com material ósseo, fragmentos de cordaria, três conchas marinhas perfuradas e um pingente feito em dente humano (KREVER & HAUBERT, 2001).

Os registros etnográficos atestam que entre os Kaingang, o comum era sepultar os mortos conforme seu status, em uma cova que variava de acordo com a região. Nas informações para os grupos instalados no atual Estado do Paraná estas covas seriam profundas, podendo ficar um homem adulto dentro dela; já no Estado do Rio Grande do Sul, sua profundidade não passaria dos 0,50 metros. Nos dois exemplos, o corpo do defunto era depositado no fundo da cova com seus pertences e a seguir era erguido sobre este um aterro que por vezes chegava a dois metros de altura.

Conforme os apontamentos de Mabilde (1983), em uma das conversas que o engenheiro belga teve com o cacique principal, de nome Braga, por volta do ano de 1850, este relatou que o cemitério utilizado por sua tribo continha sepultamentos muito antigos, sendo que em um deles estava sepultado o corpo de seu pai, que fora o cacique principal antes dele que, nesta época, já estava com mais ou menos 50 anos. Ao todo nesta localidade havia sete montículos, sendo dois deles maiores que os outros. Segundo as informações do cacique Braga estavam enterrados em cada um dos montículos um número variado de pessoas de ambos os sexos, todas com a cabeça virada para o leste e os pés para oeste. Em um dos túmulos maiores o cacique indicou ter mais ou menos cinquenta pessoas e no outro com tamanho similar mais vinte e nove. Com relação aos túmulos restantes, estes continham cada um o corpo de um cacique principal daquela tribo que agora ele comandava.

Outro procedimento para enterrar seus mortos é relatado pelo padre jesuíta Ruiz de Montoya no ano de 1628 e refere-se aos costumes dos Gualacho, nome pelo qual os atuais Kaingang eram chamados na região do Guairá.

Segundo seu relato, a forma de proceder para com o morto é feita em etapas: inicia-se com a preparação do corpo para o funeral, que é seguido por choros e uma bebedeira ritual. O corpo é colocado sobre uma espécie de jirau feito no campo próximo da aldeia, ou nos limites do terreno de algum parente, ali fica até se decompor, restando somente os ossos que são queimados no próprio jirau e depois recolhidas as cinzas que são colocadas em uma cova sobre a qual é erguido um aterro circular (MONTROYA, 1951).

Na informação sobre deposição dos mortos na tradição Taquara e entre os índios Kaingang temos algumas coincidências e várias divergências. O enterro no chão cobrindo os restos mortais com terra para formar um montículo é uma das coincidências. Os testemunhos arqueológicos, por enquanto, falam só de cremados, ao passo que os etnográficos falam de cremados e de corpos inteiros. Apesar de serem os mais numerosos os testemunhos etnográficos não falam de deposições e sepultamentos em abrigos.

Os **instrumentos** são outro marcador destas populações. A tradição Taquara valia-se de seixos de basalto, para confeccionar as ferramentas e utensílios de uso cotidiano. Outros tipos de rochas eram usadas em menor escala como o quartzo cristalino, a calcedônia e ainda o arenito silicificado, este último, mais abundante em sítios do litoral. As peças líticas ligadas a esta tradição não apresentam muitas diferenças morfológicas. Em sua quase totalidade, estes instrumentos são compostos por lâminas de machados, mãos-de-pilão, mós, talhadores, raspadores, enxós, enxadas ou cavadeiras, percutores, polidores, furadores além de outros tipos de artefatos feitos a partir de lascas retocadas que podiam funcionar como facas ou navalhas.

Embora pouco variados, estes instrumentos estavam destinados a atividades específicas, como o preparo e confecção de outros instrumentos; percutores, batedores e afiadores; para o esmagamento de frutos, como o pinhão, mãos-de-pilão e mós; para o corte e transformação da madeira, talhadores e machados, polidos ou lascados; e para outras

atividades cotidianas, que aqui são representadas pelos demais instrumentos como enxós, furadores e lâminas de corte.

Além destes instrumentos, talvez ainda poderíamos ter a utilização de ossos, cascos e chifres dos animais abatidos, bem como a utilização da madeira e fibras vegetais para numerosos utensílios e recipientes. Infelizmente, devido à acidez do solo das terras altas do Estado, isto não é possível averiguar, ficando estas opções no campo das hipóteses.

Associada a este grupo e a seus diferentes períodos de ocupação, nos diversos sítios arqueológicos temos ainda a presença da cerâmica, que é notadamente utilitária para os membros desta tradição. As formas produzidas e as decorações observadas, são patrimônio de toda a tradição, ao passo que as diferenças que são encontradas no tamanho e em detalhes como o formato, e na disposição ou frequência da decoração, servem para distinguir as fases que compõem a tradição Taquara. Estas diferenças registram os limites territoriais dos grupos pertencentes a cada uma das três fases da tradição Taquara no Estado.

Segundo Silva (2001):

[...] conforme o ambiente, ter-se-ão assentamentos diferenciados e a ele adaptados; os artefatos encontrados tendem, igualmente, a ser diferentes de acordo com o ambiente, uma vez que as ênfases no abastecimento modificar-se-iam segundo o meio. Esta modificação nos artefatos e a diferenciação dos assentamentos não estaria indicando populações diferentes. Ao contrário, os mesmos grupos, culturalmente homogêneos, estariam explorando ambientes diferentes, em estações diferentes, com diferentes artefatos e habitando diferentes tipos de assentamentos. (SILVA, 2001, p.43-44)

Nos registros etnográficos, temos a descrição de instrumentos feitos em pedra, em madeira, em ossos, com fibras vegetais e mais recentemente, a adoção por parte do índio Kaingang dos instrumentos de ferro e aço utilizados pelo homem branco.

Mabilde (1983) escreve que os Kaingang possuíam pouca variedade de instrumentos e que estes eram rudimentares; aparentemente, estes artefatos seriam percutores, mãos de pilão, mós, raspadores e machados feitos a partir de seixos retirados das margens de rios próximos

dos locais onde estes se encontravam. Ressalta também que eles não fabricavam nenhum tipo de pote cerâmico, a não ser alguns cestos feitos com fibras vegetais para depositar e transportar os frutos colhidos na mata, e outros revestidos com cera de abelha para armazenar água.

Entre os instrumentos registrados junto aos Kaingang, conforme podemos encontrar nos registros de Borba (1908), Tommasino (1995), Veiga (2000), Silva (2001), entre outros, temos as mãos de pilão, os machados líticos, cestas de diversos tamanhos feitos com fibras vegetais, arcos e flechas e tacapes feitos com madeira, algumas pontas de flechas de osso ou pedra; e panelas de barro feitas da mesma maneira e com decorações e formas similares às aquelas encontradas nos sítios arqueológicos pertencentes à tradição Taquara.

Com a intensificação da presença do homem branco nas áreas ainda pertencentes aos povos indígenas e seu posterior deslocamento para os aldeamentos, a utilização destes instrumentos, feitos com os recursos que o ambiente oferecia, é substituída parcialmente pelos utensílios de ferro e outros produtos elaborados pelos brancos.

Os artefatos recuperados pela arqueologia são relativamente poucos e pouco significativos, sendo basicamente em pedra ou cerâmica. Os artefatos informados pela etnografia são predominantemente de origem vegetal e animal e por isso não se conservaram. A cerâmica típica do período pré-colonial já havia sido praticamente abandonada quando começam as informações presenciais sobre os Kaingang. Mas a que ainda era usada é um dos mais fortes elementos da continuidade.

No segundo capítulo deste trabalho, realizamos um levantamento geral contendo informações a respeito da flora e fauna da região e seu possível potencial para a **alimentação** dos grupos humanos residentes no Planalto Meridional. Através desta síntese podemos perceber que estava à disposição destes grupos uma variedade relativamente abundante de

plantas e animais, ao longo do ano possibilitando uma certa liberdade de escolha dos alimentos que consumiam.

O registro de restos faunísticos encontrados durante as pesquisas arqueológicas é mínimo, por residirem em locais onde a acidez do solo é muito alta.

Em uma das pesquisas feitas por Eurico T. Miller, temos o registro de que este autor encontrou em um abrigo sob rocha, além dos vestígios de sepultamentos, restos de cascas de pinhão, sabugos e palha de milho e também alguns restos de taquara.

Mentz Ribeiro (1975) registra que durante as pesquisas do sítio arqueológico RS-C-12, conhecido como Virador, localizado no município de São Sebastião do Caí, teria encontrado associados, restos de alimentação aos vários sepultamentos. Conforme seu registro:

Em todas as camadas encontramos restos ósseos de animais, conchas e coco gerivá (**Arecastrum romanzoffianum**) - estes vestígios são menos frequentes nas camadas artificiais superiores e posteriores. Descobrimos ossos de animais de grande porte como a anta (**Tapirus americanus**), o veado (**Cervídeos**), porco-domato (**Tayassu** sp.) e de pequeno porte - roedores em geral - como o rato, ratão do banhado (**Myocastor coypus**), cutia (**Dasiprocta azarae**), etc., ainda o tatu (**Dasipodídeos**), lagarto (**Tupinambis teguixin**) e outros ainda não identificados; aves, também não identificadas. Quanto ao material conchífero, destacamos o caramujo terrestre (**Strophocheilus** sp.) e a bivalva de água doce (**Diplodon** sp.), o primeiro em número bem maior. (MENTZ RIBEIRO, 1975, p.13, grifo do autor)

Evidências similares foram registradas no sítio arqueológico RS-A-28, localizado no município de Vacaria. Os pesquisadores do Instituto Anchieta de Pesquisas/Unisinos, indicam que foram encontrados vestígios faunísticos em sua maioria constituídos por mamíferos: entre eles ressaltam o tatu (*Dasypodida*), o graxaim-do-mato (*Cerdocyon thous*) e os pertencentes ao gênero *Felis* sp, o veado-campeiro (*Ozotocerus bezoarticus*), de ratos-domato (*Cricetidae*) e de lagarto (*Tupinambis* sp); além destes fragmentos ósseos, restos de vegetais diversos também foram identificados, especialmente o pinhão (ROSA, 1998).

Fragmentos de pinhões calcinados e alguns outros vegetais que não puderam se identificados, foram encontrados, na estrutura denominada de "casa" 3, no sítio RS-A-29,

pesquisado também pela equipe desta instituição. Pinhões calcinados já haviam sido encontrados anteriormente, no sítio 37/127, na localidade de Santa Lúcia do Piaí.

Com relação aos Kaingang, as informações a respeito de sua alimentação são variadas e, como os demais aspectos de sua estrutura cultural sofreram alterações no decorrer dos tempos, devido aos fatores ambientais em que se inseriam e ao contato com homem branco que se acentuava cada vez mais.

O Pe. Ruiz de Montoya (1951) relata que entre as tribos por ele observadas plantavam e colhiam milho, que estava associado com o coleta do pinhão, junto com a caça de animais como veados, porcos-do-mato e antas. Entre estes grupos havia o costume de estocar estes alimentos por algum tempo em cestos feitos para esta função, que eram colocados imersos no fundo dos rios próximos de suas aldeias.

Para Mabilde (1983) a alimentação das tribos Kaingang seria constituída de pouca variedade. Basicamente estaria constituída por frutas, em especial o pinhão. A caça seria uma atividade secundária, pois, devido aos gêneros vegetais de que dispunham, esta serviria como complemento em algumas situações; também porque as flechas produzidas pelos Kaingang acabariam se perdendo ou ficando danificadas na caça.

Quando estas caçadas eram realizadas, destinavam-se a abater animais como a anta, os porcos-do-mato, os bugios, os coatis, as pacas, o tatu, os tamanduás-bandeira e mirim, as capivaras, as onças, pumas, além de várias espécies de aves, das quais a preferida eram os papagaios.

Ele afirma que os indígenas nada plantavam, mas que gostavam de milho, batata-doce, abóbora e amendoim. Um pequeno detalhe talvez escapado a sua compreensão: todas estas plantas necessitam ser cultivadas para que haja a sua colheita e, conforme vemos, o seu registro é anterior à inserção definitiva dos colonos alemães, nas áreas das tribos Kaingang.

Desta maneira, percebemos que o hábito do consumo destes gêneros já era parte integrante dos costumes desses grupos não tendo sido introduzido pelo branco em período posterior.

Podemos perceber também através de seus apontamentos, que a dieta alimentar dos Kaingang ao contrário do que Alphonse Mabilde propôs, era bem variada. Devemos lembrar-nos de que havia várias tribos Kaingang não só nas terras altas do Estado, mas também espalhadas pelo Planalto Meridional. Desta forma os recursos disponíveis eram variados; apesar de estarem inseridos em um ambiente com características comuns, havia algumas especificidades, por exemplo: os solos em alguns destes locais são mais favoráveis ao plantio e nas áreas cobertas com um maior volume de florestas, encontramos um número maior de espécies de animais e vegetais.

Uma observação feita por Simiema (2000) merece destaque. Para esta autora:

Os constantes deslocamentos dentro de seu território marcavam e, ainda marcam, profundamente, a vida dos Kaingang, condicionando o seu modo de habitar, o seu mobiliário e os objetos de uso pessoal. Essa circulação era praticada nas matas e campos das regiões em que viviam. Era aí que circulavam, segundo seus ritmos culturais e as ofertas de certas espécies vegetais e animais nos territórios de seu domínio. Tinham geralmente como morada fixa acampamentos montados nas clareiras da mata. Tinham nos acampamentos suas roças de subsistência, onde cultivavam basicamente milho, feijão e abóbora, assim como outras espécies. Assim que terminavam as plantações, dirigiam-se, em grupos de familiares, às matas para a coleta de frutos, mel, pinhão e larvas. Aí praticavam também a caça a aves e animais como pacas, antas, catetos, macacos, tatus e outros. Acampavam também às margens dos rios para a prática da pesca em armadilhas chamadas pari. (SIMIEMA, 2000, p.232)

Também para Basile Becker (1995), e poderíamos incluir nesta observação os outros autores pesquisados, a alimentação das tribos Kaingang consistia na combinação da coleta do pinhão, que era armazenado, fornecendo um estoque deste alimento mesmo após o término da maturação principal que ocorre entre os meses de outono e inverno; podiam, ainda que em menor quantidade, colher outras variedades de pinhão¹⁴, no restante dos meses do ano.

¹⁴ Conforme indicamos no capítulo 2: "O Ambiente e seus Recursos".

Associado ao pinhão temos as demais plantas comestíveis e as várias espécies de animais (mamíferos, aves e répteis), encontrados neste ecossistema e nos gêneros plantados em suas roças.

Desses elementos todos a arqueologia até agora, foi incapaz de recuperar algo significativo, podendo valer-nos para comparação com os elementos fornecidos pelos relatos etnográficos somente as disponibilidades do meio ambiente.

No capítulo referente às pesquisas arqueológicas desenvolvidas até o momento, no item 3.3 A datação, foram apresentadas as datas obtidas para a ocupação das terras altas do Estado. Como vimos, em alguns casos estas datas ainda são poucas, pois, os trabalhos realizados muitas vezes foram somente a descrição sumária da localização e composição dos sítios registrados. Um maior número de datações, através do aprofundamento das pesquisas ainda se faz necessário.

As datas que foram obtidas através do processo de datação por Carbono 14 (C^{14}) e por Termoluminescência (TL), nos fornecem dados que servem para a elaboração de um primeiro quadro da ocupação e dispersão humana na região.

Os registros mais antigos para os sítios arqueológicos estudados remontam ao século V de nossa era, e estão representados pela fase Taquara; estão localizados em sua grande maioria na encosta e no litoral, atingindo ainda algumas áreas no alto do planalto.

Os registros ligados à fase Guatambu começam a partir do século VII, com exceção dos dois casos já discutidos anteriormente. Os sítios referentes a esta fase estão todos localizados nas terras altas.

A terceira fase da tradição Taquara, representada pela fase Taquaruçu, é a menos explorada e com o menor número de informações. As datações são apenas três e estão dispostas entre as datas registradas para as fases Taquara e Guatambu, em um área localizada na região noroeste do Estado.

As datas mais recentes para a tradição Taquara como um todo, atingem meados do século XIX, quando os únicos indígenas da área são os Kaingang.

Na etnografia, os registros mais antigos a respeito do índio Kaingang remontam ao século XVI e figuram em descrições sumárias sobre os grupos indígenas encontrados pelos europeus em suas incursões pelo interior do território pertencente à Coroa portuguesa, onde os Kaingang foram registrados com várias denominações.

Além dos elementos relacionados até aqui, ainda temos as questões referentes ao **vestuário** e às **guerras**. Com relação ao primeiro item, as pesquisas arqueológicas ainda necessitam de um maior aprofundamento. Indicar que os membros da tradição Taquara cobriam o corpo com peles dos animais abatidos, ou que utilizavam fibras vegetais para confeccionar suas vestes, ou simplesmente se valiam da pintura corporal e do adorno do corpo com plumarias, é uma possibilidade, mas os vestígios encontrados nos cemitérios em abrigos sob rocha não confirmam.

O registro etnográfico a respeito do vestuário, aponta diferenças nas roupas utilizadas pelos homens e pelas mulheres. Os dados a este respeito indicam o tipo de indumentária utilizada por cada sexo e algumas vezes com que fibra vegetal estas eram feitas. Os autores pesquisados apontam que os Kaingang, em algumas ocasiões, faziam pinturas em seus corpos, identificando a sua ascendência, ou metade exógama a que pertenciam (VEIGA, 2000).

As guerras, ou conflitos entre os membros de um mesmo grupo ou de uma etnia contra outra, são conhecidos e documentados ao longo de toda a trajetória Kaingang.

Os registros etnográficos desde os primeiros contatos com o índio Kaingang no século XVI, revelam que os membros desta etnia possuíam uma forte marcação territorial com rígidos padrões de comportamento que facilmente os levavam a entrar em conflito com outros povos indígenas ou entre eles, mas arqueologicamente nada foi documentado ou inferido.

Apresentamos a seguir um quadro comparativo, destacando os principais elementos retirados da pesquisa arqueológica e dos registros etnográficos, anteriormente descritos.

Quadro 11: Elementos comparativos entre a Arqueologia e a Etnografia.

Tradição Taquara	Índio Kaingang
Ambiente: Planalto Meridional, encosta e litoral da Região Sul até Misiones (Argentina)	Ambiente: Mais concentrado no Planalto Meridional e Misiones (Argentina.)
Território (exploração): Divisão em fases; sítios pequenos, muitos com poucas casas; migração sazonal e reocupação das antigas casas, aparente divisão em pequenos grupos; longe dos grandes rios, próximos dos arroios e perto do topo das encostas; no litoral junto às lagoas ou nas proximidades	Território (exploração): Divisão em tribo e sub-tribo; migração sazonal dentro do território demarcado para cada sub-tribo, dispersão das famílias nestas áreas até a época da colheita; longe dos grandes rios, próximos de arroios e perto do topo das encostas, concentração no planalto meridional, branco no litoral
Casas: Circulares, de diversos tamanhos, escavadas no solo	Casas: Retangulares, de diversos tamanhos sobre o solo
Formação de aldeias	Formação de aldeias
Sepultamentos: Grutas, evidências de sepultamentos em montículos, próximos das aldeias	Sepultamentos: Montículos, cemitério próximo da aldeia
Instrumentos: Líticos, de madeira e osso; Cerâmica de vários tamanhos, formas e decoração	Instrumentos: Madeira, osso, lítico, depois substituído pelo ferro Cerâmica, poucos vestígios no início do século XX quando adotam utensílios brancos, registrada entre grupos do Paraná e sul de São Paulo
Alimentos: Caça, coleta, talvez pesca e agricultura incipiente	Alimentos: Caça, coleta, pesca e agricultura
Datações: Desde o séc. V até o séc. XIX (no Rio Grande do Sul)	Datações: Documentos e relatórios oficiais séc. XIX, antes registros de viajantes e cronistas do séc. XVI em diante
Vestuário: Sem vestígios somente alguns poucos indícios de trabalhos em cestaria	Vestuário: Fibras vegetais, peles de animais, depois tecidos
Guerras: sem indícios	Guerras: Com os Xokleng e tribos que invadiam o território de outras tribos, confrontos com o branco

Retomando a questão dos limites territoriais, notamos que, através do tempo, havia três grupos espalhados pela área em que localizamos a tradição Taquara. Um no litoral, encosta e algumas áreas das terras altas (as fases Taquara, Caí e Erveiras); outro grupo no topo do planalto (as fases Guatambu e Guabiju) e um terceiro (as fases Taquaruçu e Giruá),

localizado na porção noroeste do Estado. Se nos detivermos no instrumental lito-cerâmico destes três grupos veremos que possuem pequenas diferenças. Fazendo uma analogia com o comportamento tribal Kaingang, veremos similaridades nas estratégias de ocupação territorial, sistema de tribos e sub-tribos, abordados anteriormente. Desta maneira, temos todo um contingente humano ocupando uma mesma área ao longo de quinze séculos.

No século XIX existe uma contemporaneidade no mesmo e exato espaço e momento entre o que se chama tradição Taquara e o índio Kaingang, no município de Vacaria, mostrando que se trata de uma e mesma coisa, apenas vistas por duas abordagens diferentes.

Por isso, Sérgio Baptista da Silva em sua tese de doutorado (2001), propõe que se adote o termo "Proto-Jê meridional" para o que os arqueólogos denominam tradição Taquara/Itararé. Segundo este autor:

A vantagem em usar o termo Proto-Jê meridional (ou Proto-Kaingang, ou Proto-Xokleng), ao invés de "grupos ligados às tradições ceramistas planálticas Taquara, Itararé e Casa de Pedra", ou mesmo, "Jê meridional pré-histórico ou pré-colonial", reside no fato de não romper o processo histórico-cultural contínuo que desembocou nas sociedades Kaingang e Xokleng, o que implicitamente acontece se for usado o prefixo pré (pré-histórico, pré-colonial, pré-contato), denotando-se, assim, uma ruptura de um processo que cultural e historicamente foi contínuo. Além disso, indica-se expressamente a vinculação destes grupos às sociedades Jê meridionais (Kaingang e Xokleng), aproximando os estudos arqueológicos do campo antropológico. (SILVA, 2001, p.13)

Com a adoção desta terminologia, e alguns outros elementos apontados em seu trabalho, ele acredita estabelecer uma continuidade entre as populações que habitaram o Planalto Meridional.

Outro ponto que pode contribuir de forma positiva na construção deste elo de ligação repousaria nos estudos lingüísticos. Os estudos realizados por Urban (1992) indicam que os Jê meridionais teriam se desligado de seu grupo original, o tronco Macro-Jê, que estava fixado nas partes mais altas do Brasil central, a aproximadamente 3 mil anos, tendo se deslocado para áreas similares localizadas no Planalto Meridional.

Estas afirmações são fáceis de fazer, mas como são difíceis de provar! O capítulo é a melhor prova disso, e isto que nos últimos cinco anos houve progressos consideráveis e muita reflexão. Muito mais pesquisa é necessária para termos compreensão e provas de como essas populações se estabeleceram no Planalto Meridional, se adaptaram aos novos ambientes, se diversificaram socialmente e vieram a ser as diversas tribos Kaingang, sucessoras e descendentes das populações que os arqueólogos continuarão a identificar sob a denominação de tradição Taquara/Itararé.

CONCLUSÃO

No capítulo anterior retomamos os dados apresentados ao longo de nosso trabalho. Nossa intenção foi a de produzir uma história contínua que perpassa as terminologias: tradição Taquara para a arqueologia e índio Kaingang para a etnografia.

Na área demarcada para nosso trabalho temos o registro de dois grupos humanos que à primeira vista são distintos. A não ser pela localização geográfica e distribuição territorial similar, não possuem outros elementos que possam servir como suporte para estabelecermos uma continuidade entre a tradição Taquara e o índio Kaingang, pelo menos não de maneira explícita.

Algumas vezes o registro etnográfico é falho, como constatamos durante a execução desta empreitada. Estas falhas, sobretudo, nas descrições realizadas pelos primeiros cronistas e viajantes se devem a falta de formação específica por parte destes observadores. Na maioria dos casos, eram homens contratados para descrever o diferente, o exótico, encontrado no Novo Mundo, que aos poucos era ocupado por pessoas com hábitos e cultura que diferiam daquela registrada entre os vários grupos indígenas das diferentes tribos aqui residentes.

Um exemplo disto são os relatos do engenheiro belga Alphonse Mabilde, por nós utilizado como fonte primária de informação e para a posterior comparação entre os dados arqueológicos e os registros etnográficos. Recém formado em engenharia, Mabilde deixou a Bélgica por questões políticas no ano de 1833. Ao chegar no Brasil trabalhou em vários estabelecimentos exercendo

várias funções até começar a trabalhar como engenheiro contratado pelo governo da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul.

A curiosidade pelos habitantes dessa província e por seus hábitos, em especial a dos grupos indígenas, faz com que o engenheiro belga comece a observar e registrar, sempre que possível, os seus hábitos, especificamente os membros das tribos Kaingang, na época chamados de Coroados. Esses hábitos são registrados sob a forma de um diário pessoal e de correspondências que foram enviadas a membros do governo, a quem tinha que prestar conta de seus serviços. Posteriormente foram compilados e publicados por suas netas, no ano de 1983.

Mabilde registrou aquilo que chamou mais a sua atenção e com o que ele estava mais familiarizado. No primeiro caso, sua atenção recaiu sobre o modo de vida dos Kaingang, que diferia e muito dos seus. No segundo, sua formação de engenheiro fez com que descrevesse com exatidão as dimensões das habitações feitas pelos membros dessas tribos. Essas descrições concentram-se nas medidas e na maneira de fazê-las. Contudo, alguns itens ou não foram percebidos ou talvez Mabilde não tenha realizado uma observação tão completa assim. Temos um relato feito por um estrangeiro sem formação no campo da etnografia e carregado dos preconceitos da época para com os grupos humanos nativos deste continente, que eram tidos como primitivos, devido a sua cultura material, e selvagens, por causa de sua organização social.

As informações registradas no seu trabalho e em pesquisas posteriores produziram muitas informações sobre as culturas indígenas. Os primeiros trabalhos descreviam os contrastes entre brancos e índios.

Com o passar do tempo, os estudos etnográficos começaram a apresentar bem mais do que simples descrições sobre os hábitos indígenas. Com o avanço dos estudos antropológicos e do desenvolver das pesquisas etnográficas, novas contribuições a respeito da cultura indígena foram feitas. Até mesmo a falsa atribuição de que os índios seriam um único grupo hoje não é mais aceita.

O que temos, não é um único grupo, mas sim, muitas culturas que representam os diversos povos indígenas ainda existentes.

Em nosso estudo, trabalhamos de maneira sistemática os dados produzidos pela arqueologia e os itens referentes aos registros etnográficos. Primeiramente em capítulos separados e posteriormente procuramos relacionar os elementos comuns a ambos campos, bem como apontar as divergências encontradas.

A maior dificuldade por nós enfrentada foi a de aproximar as informações produzidas pela arqueologia das descrições feitas pela etnografia, causando em algumas ocasiões dúvidas a respeito dos dados por nós utilizados e sobre os métodos adotados para realizar tal tarefa. É perceptível que existem dois registros distintos para um suposto mesmo grupo, tratado com óticas e interpretações diferentes por linhas de pesquisa que trilharam caminhos diferentes no decorrer dos anos.

As comparações feitas visam unir essas duas áreas, pois, como vimos, encontramos elementos similares nas duas linhas de pesquisas. Mas como explicar as diferenças?

Essas diferenças são poucas, mas marcantes. Entre elas, temos a forma de construir as habitações que conforme os registros arqueológicos eram estruturas escavadas no solo com formato circular de vários tamanhos e profundidades, com uma cobertura aérea. Recentemente esse tipo de vestígio arqueológico voltou a ser objeto de discussão entre os pesquisadores que se dedicam a essa temática. Já os registros etnográficos descrevem que as habitações seriam feitas sobre o solo e possuíam um formato retangular. Somente Gabriel Soares de Souza, no Século XVI, aponta que existiam estruturas escavadas no solo feitas pelos Kaingang, que neste período eram chamados de Guaianeses.

O tamanho das aldeias dos respectivos grupos Taquara e Kaingang, também apresenta algumas diferenças. Os primeiros construíam duas “casas subterrâneas” a cada ocupação. Posteriormente, alguma dessas estruturas era reocupada e novas eram erguidas próximo das que

eram abandonadas. Os segundos construíam quatro ou cinco habitações destinadas a todos os membros da tribo. Com o passar do tempo a morada antiga era abandonada e outra nova era feita.

Outra diferença está na forma de enterrar os mortos. A tradição Taquara depositava seus mortos em abrigos sob rocha. Mais recentemente começou a ser constatado que em áreas onde estes abrigos são poucos ou não existem, as sepulturas resumem-se a aterros circulares com evidências de que os corpos eram cremados. O índio Kaingang realiza somente o segundo tipo de enterro, sendo que não se vale da cremação.

Estes três exemplos servem para demonstrar a dificuldade em estabelecer um vínculo comum entre estes grupos. Devemos nos lembrar de que com o passar dos anos, os padrões culturais não só dos habitantes das terras altas da região sul, mas na história da humanidade como um todo, sofreram alterações. Isto se deve à soma de variados fatores. Alguns são inerentes à própria cultura que, com o passar do tempo, se auto-recicla, mudando padrões arraigados já desde gerações; outros devido a influências externas oriundas de outros grupos humanos.

Acreditamos que entre a tradição Taquara e o índio Kaingang apenas temos uma diferença na nomeação por parte de arqueólogos e etnógrafos, pois estamos tratando com o mesmo grupo humano que teve sua difusão pelo Planalto Meridional, adaptando-se a ele e criando todo um sistema cultural que lhe serviu ao longo de sua expansão e fixação nas áreas pertencentes à região sul do atual Estado Nacional.

Temos também que considerar que pelo fato de começar a entrar em contato, ainda que de forma esporádica com o homem branco, que estaria iniciando a ocupação do território indígena, algumas expressões de sua cultura começam a mudar.

No decorrer da pesquisa, percebemos que os traços culturais dessas populações ainda se mantêm, mas sob outras formas. Se os Kaingang não mais constróem estruturas subterrâneas é porque aprenderam a fazer suas habitações de outras maneiras e com outros formatos, utilizando igualmente outras ferramentas.

Os motivos para que isto tenha acontecido, podem estar ligados a vários fatores como: a diminuição do território devido à penetração nas áreas nativas pelo homem branco, com a implantação de novos núcleos populacionais e exploração do antigo território indígena através da derrubada da mata, para a abertura de estradas, o plantio em larga escala e pastoreio, fazendo com que aos poucos os remanescentes nativos sejam levados a outras áreas e lá adotem os costumes do homem branco, entre eles a construção de casas de madeira com formato retangular, o uso de roupa e muitos outros aspectos verificados nos estudos etnográficos já produzidos e que alteraram os elementos de cultura.

As ‘casas subterrâneas’, utilizadas pelos membros da tradição Taquara, apresentam indícios de possuírem um formato circular para algumas; para outras a depressão circular verificada corresponde a área do fogão, destinado ao preparo dos alimentos e para servir como fonte de calor para o aquecimento da estrutura.

Nossa interpretação para tal variabilidade repousa no fato de que existiam duas formas de serem construídas as habitações. A forma circular seria destinada para as estruturas de maiores diâmetros e profundidades, resultado da remoção de terra do interior destas. Algumas vezes temos o nivelamento de uma das bordas destas estruturas com a terra que foi retirada durante a sua construção, formando assim a circunferência registrada nas pesquisas arqueológicas. Com relação a cobertura aérea, ou telhado destas ‘casas’, ainda não se encontrou consenso entre os especialistas. Já as depressões menores deviam possuir uma cobertura condizente com as paredes de tais estruturas. Estas poderiam ser similares às habitações descritas pela etnografia. Fazemos tal relação pois no entorno destas depressões é verificado um aplanamento do terreno que possibilitava uma ocupação mais cômoda por parte de seus construtores, sendo a circunferência registrada o espaço destinado ao fogão no qual eram cozidos os alimentos e também destinado ao aquecimento interno da estrutura.

Podemos ainda pensar que ao formato de tais estruturas, estaria ligada a permanência do grupo em um local durante um período de tempo que poderia ser variado. Nos casos em que houvesse uma permanência mais duradoura, as "casas subterrâneas" seriam circulares e escavadas no solo. Ao passo que em períodos menos estáveis de ocupação, as "casas" poderiam ser correspondentes ao outro formato proposto, pois teriam uma duração mais efêmera que as primeiras, necessitando assim por parte de seus construtores menos esforço para fazê-las.

Ainda podemos levantar a hipótese de que as depressões de maior tamanho escavadas no solo, desempenhassem a função de serem aldeias centrais, nas quais sempre haveria uma parte do grupo residindo permanentemente, e para as quais sempre retornariam os demais membros da tribo que devido à própria dinâmica interna destas populações estariam se deslocando pelo território pertencente a esta tribo, em diferentes épocas do ano em busca de alimentos e para a manutenção territorial dos seus domínios.

No município de Vacaria, RS, temos datas que comprovam que "casas subterrâneas" foram reocupadas no decorrer do século XIX. Uma delas é escavada no solo e tem a forma circular, a outra apresenta uma pequena depressão utilizada como fogão e ao seu redor uma área aplanada na qual foram encontrados vestígios de atividades variadas. Ambas estão localizadas no mesmo sítio arqueológico e encontram-se separadas por pouca distância. O mesmo século XIX é demarcado como sendo o último em que encontramos grupos indígenas nativos ainda ocupando parte de suas áreas originais e é neste período que temos os registros de Malbide. Algumas vezes estes registros fazem menção ao referido município.

Para nós através destes exemplos que se repetem em outros sítios arqueológicos, fica claro que os membros da tradição Taquara possuíam duas formas de fazerem suas habitações. Um primeiro tipo seriam as "casas subterrâneas" circulares escavadas no solo, com grandes dimensões, habitadas mais permanentemente. O segundo tipo seria representado pelas pequenas depressões com uma área de ocupação maior no seu entorno, com duração temporária.

As informações etnográficas registram, como dissemos anteriormente, somente um modelo similar ao segundo tipo mencionado acima de habitação superficial com pequena depressão central conforme o registro feito por Simiema (2000), este, com dimensões variadas para comportar os membros do grupo. Esta transformação ou adaptação pode estar ligada à redução do espaço territorial original, que antes era dominado por poucas famílias divididas em pequenos grupos, permitindo uma circulação interna mais livre e que agora passa a ser dividido com membros de outros grupos e com o homem branco. A pressão resultante desta dinâmica acarreta conflitos intra e inter-tribais bem como confrontos com os colonos que começam a se instalar em seus territórios.

A diferença no tamanho das aldeias dos dois grupos pode estar relacionada com o número de membros residentes nelas e com sua circulação no território. Observando a disposição nos sítios arqueológicos das “casas subterrâneas” e como apontado acima de que a ocupação se dava por períodos, sendo uns mais estáveis que outros, podemos compreender esta diferença. As datações obtidas pela arqueologia ainda são poucas e elas fornecem apenas alguns exemplos que atestam que houve uma reocupação em alguns dos sítios pesquisados, como os citados neste trabalho. Mais pesquisas ainda devem ser feitas e com elas mais datações poderão ser obtidas. Com isto, talvez a idéia proposta no presente momento tenha que ser reformulada aproximando de maneira mais concreta as lacunas registradas neste item. Os dados de que dispomos apontam que os membros da tradição Taquara circulariam sazonalmente pelo seu território, os vários sítios arqueológicos registrados seriam o testemunho desta sazonalidade.

Este tipo de atividade também é registrada na etnografia. Os Kaingang possuíam uma aldeia central permanentemente ocupada por algumas famílias. Para estas, o restante dos membros daquele grupo sempre retornava em épocas específicas. A sazonalidade é descrita nos relatos a respeito dos Kaingang como sendo um de seus principais marcadores culturais. Era uma estratégia de manutenção do território e estava diretamente ligada ao sistema cultural desta etnia.

Com relação aos sepultamentos, aqui também encontramos algumas diferenças na forma de proceder para com os mortos. A pesquisa arqueológica registra que os mortos eram depositados em grutas. Recentemente, foram encontrados indícios de que também seriam feitas sepulturas sob a forma de aterro em áreas onde não são encontradas as referidas grutas, ou estas são pouco numerosas. No município de Caxias do Sul, RS, palco das primeiras pesquisas, foram registrados junto das "casas subterrâneas" muitos aterros circulares ou de formato elíptico chamados de montículos. A interpretação dos responsáveis por esta pesquisa devido ao indícios encontrados, foi a de se tratar de túmulos, apesar de o relevo desta região proporcionar a formação de grutas. Como vemos, são registradas duas formas de procedimento dispensado para os mortos do grupo.

Os relatos etnográficos registram que entre os Kaingang o habitual era sepultar os corpos de seus mortos em covas rasas e sobre estas era colocado um grande volume de terra, formando um montículo, semelhante ao registrado pelas pesquisas arqueológicas. O Pe. Montoya registra, conforme vimos anteriormente, que entre os Gualachos, outra sinonímia para os Kaingang, o hábito era o de cremar os ossos do falecido depois de secos e, sepultá-los construindo um aterro em cima após um elaborado ritual.

Após o aldeamento dos Kaingang, os mesmos passam a sepultar seus mortos a maneira que fazem os brancos. Mais uma vez a cultura é adaptada conforme o ambiente no qual seus portadores estão inseridos.

Percebemos com certa dificuldade, através destes exemplos, que as similaridades entre a tradição Taquara e o índio Kaingang existem. A forma das habitações, organização das aldeias e a deposição dos mortos com o passar do tempo sofreram alterações, que as tornaram à primeira vista diferentes. São elementos pertencentes a tempos e circunstâncias diferentes, mas que em essência continuam representando culturalmente o mesmo grupo, respondendo às necessidades de seus membros.

Baseados nestas informações, percebemos que ao longo do tempo, antes do contato com o branco, os grupos indígenas que habitavam o Planalto Meridional possuíam todo um sistema cultural próprio que não seria nem uniforme, nem imutável, que foi sofrendo modificações pela dinâmica interna e pelos intercâmbios com outros grupos, mais marcadamente com a sociedade nacional, através de sua incorporação, nos moldes do Estado brasileiro. Assim poderíamos relacionar os outros elementos culturais destas populações, que sempre tiveram uma cultura própria e que como podemos verificar, é dinâmica até os dias atuais, como se percebe entre seus remanescentes.

Os índios Kaingang hoje aldeados não produzem mais potes de cerâmica, pois adotaram as panelas de alumínio do homem branco, obtidas em diversas ocasiões. Contudo, em certos elementos ligados à pintura corporal e na decoração do seu artesanato, ainda podemos identificar as mesmas marcas encontradas em vestígios de cerâmica pertencentes a tradição Taquara, ou nos grafismos rupestres registrados nos abrigos sob rocha supostamente ligados a estes grupos. Estes indícios denotam que, apesar de não produzir mais a cerâmica característica do passado, os traços estéticos ainda permanecem, utilizados agora, em outros elementos de sua cultura.

A mudança dos instrumentos feitos em pedra, osso e madeira, que ao longo de séculos eram as únicas matérias-primas disponíveis no seu ambiente, por objetos feitos em ferro trazidos pelo homem branco, também é outro elemento que teria sofrido alteração.

Antes não usavam roupas, exceto algumas peças feitas com fibras vegetais; a registrada com mais frequência era da urtiga brava. Durante o período de contato e no pós-contato, estes grupos adotaram os modelos das roupas trazidas pelos colonizadores.

Ainda é necessário um maior volume de pesquisas, para que as hipóteses levantadas até o momento tenham um maior embasamento, ou para que se verifique se as mesmas se equivocaram durante a realização das analogias feitas. É igualmente necessária uma maior aproximação entre os processos investigativos utilizados pela arqueologia com as técnicas de pesquisas referentes aos

estudos etnográficos. Os novos estudos etnoarqueológicos caminham nesta direção. Talvez as novas pesquisas apresentem uma forma mais consistente de unificar estes dois campos.

O presente trabalho talvez não tenha avançado muito na resolução dos problemas encontrados, mas a compilação dos dados aqui apresentados pode contribuir com outras pesquisas que venham a ser desenvolvidas. Nossa intenção como foi apontado anteriormente, era a de produzir uma história contínua, mas como podemos constatar, as informações registradas pelas pesquisas arqueológicas e os dados dos relatos etnográficos em certos tópicos ainda necessitam de mais reflexão e de subsídios mais pontuais que possibilitem uma maior aproximação entre estas duas abordagens.

As soluções aqui apontadas para explicar as diferenças encontradas entre os registros da tradição Taquara e os dados referentes ao índio Kaingang, podem ser tomadas como proposta para outras pesquisas que venham a completar ou suplantar o presente trabalho.

Voltamos a expor aqui que estas afirmações são fáceis de fazer, mas como são difíceis de provar!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AFONSO, Marisa Coutinho & MORAIS, José Luís. Estudo de uma "casa subterrânea" na bacia do rio Ribeira de Iguape, São Paulo. In: **Pesquisas: Antropologia** n.58, São Leopoldo: Instituto Anchietao de Pesquisas, 2002. p.157-163.

ARAUJO, Astolfo Gomes de Mello. **Teoria e Método em arqueologia regional**: um estudo de caso no Alto Paranapanema, Estado de São Paulo. São Paulo: USP. v.1 e 2, 2001. Tese (Doutorado em Arqueologia), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2001.

BALDUS, Herbert. **Bibliografia crítica da etnologia Brasileira**. v.2, Hannover: Kommissionserlag Münstermann- Druck GMBH, 1968.

BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe & STREIFF-FENART, Jocelyni. **Teorias da Etnicidade**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998. p.185-227.

BARRETO, Cristiana. A construção de um passado pré-colonial: uma breve história da arqueologia no Brasil. In: Dossiê antes de Cabral: arqueologia brasileira-1. **Revista da USP**. São Paulo: Universidade de São Paulo, n.44, 1999-2000. p.32-51.

BASILE BECKER, Ítala Irene. Dados sobre o abastecimento entre os índios Kaingang do Rio Grande do Sul conforme bibliografia dos séculos XVI a XX. In: **Estudos sobre o abastecimento indígena**. São Leopoldo: Publicações Avulsas n.2 do Instituto Anchietao de Pesquisas, 1975. p. 39-59.

----- . O índio Kaingang e a colonização alemã no Rio Grande do Sul. **Anais do 2º Simpósio de História da Colonização Alemã no Rio Grande do Sul**. São Leopoldo: Rotermund, 1976. p. 45-71.

----- . O índio Kaingáng do Rio Grande do Sul e a exploração dos recursos naturais. Taquara: **Boletim do Marsul**, 3, 1985. p. 77-85.

----- . O Kaingang histórico e seus antepassados. In: Arqueologia do Rio Grande do Sul, Brasil. **Documentos 02**. São Leopoldo: Instituto Anchietao de Pesquisas, 1988. p. 130-140.

----- . Alimentação dos índios Kaingang no Rio Grande do Sul. **Revista de Arqueologia**, 6, São Paulo: 1991 (a). p.107-119.

----- . O que sobrou dos índios pré-históricos do Rio Grande do Sul. In: KERN, Arno Alvarez (Org.) **Arqueologia pré-histórica do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1991 (b). p.331-356.

----- . **O índio Kaingáng do Rio Grande do Sul**. São Leopoldo: Ed Unisinos, 1995.

BASILE BECKER, Ítala Irene & LAROQUE, Luís Fernando da Silva. **O índio Kaingang no Paraná**: subsídios para uma Etnohistória. São Leopoldo: ed. Unisinos, 1999.

BRACK, P. O gênero *Urera* (Urticaceae) no Rio Grande do Sul, Brasil. In: NAPEA: **Revista de Botânica**. Porto Alegre: n.1, CEUE/UFRGS, 1987. p.1-11.

BELTON, Wiliam. **Aves do Rio Grande do Sul**: distribuição e biologia. São Leopoldo: ed. Unisinos, 1994.

BORBA, Telemaco Monocines. **Actualidade Indígena**. Coritiba: Typ e Lytog. A vapor Impressora Paranaense, 1908.

CHMIZ, Igor. Prospecções arqueológicas no vale do rio das Antas, Rio Grande do Sul (Brasil). **Acta Praehistorica**. Buenos Aires: 5/7, [1961/1963], 1965. p.35-52.

COIMBRA, Aldemar Filho & RIZZINI, Carlos Toledo. **Ecossistemas Brasileiros**. Rio de Janeiro: Editora Index, 1988.

COPÉ, Silvia M. & SALDANHA, João Darcy de Moura: Em busca de um sistema de assentamento para o planalto Sul riograndense: escavações no sítio RS-AN-03, Bom Jesus, RS. In: **Pesquisas**: Antropologia n.58, São Leopoldo: Instituto Anchietano de Pesquisas, 2002. p.107-120.

COPÉ, Silvia M.; SALDANHA, João Darcy de Moura & CABRAL, Mariana Petry. Contribuições para a pré-história do planalto: estudo da variabilidade de sítios arqueológicos de Pinhal da Serra, RS. In: **Pesquisas**: Antropologia n.58, São Leopoldo: Instituto Anchietano de Pesquisas, 2002. p.121-138.

DAVID, Nicholas & KRAMER, Carol. Teorizando a Etnoarqueologia e a analogia. **Revista Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre: UFRGS, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Ano 8, nº18, 2002. p. 13-60.

D' ANGELIS, Wilmar da Rocha. Viry e a revolta de Vaiton - Palmas 1843. Luta Indígena. Xanxerê. **CIMI - Regional sul**, n.º19, jun. 1983. p. 2-12.

EVANS, Clifford. Introdução. In. SIMÕES, Mário F. (editor) Programa Nacional de Pesquisas arqueológicas - Resultados Preliminares do Primeiro Ano 1965-1966. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, **Publicações Avulsas** nº 6, 1967. p.7-14.

FORD, James A. **Método cuantitativo para establecer cronologías culturales**. Washington, D.C.: Union Panamericana, 1962.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GOLDMEIER, Valter Augusto (Org). **Sítios arqueológicos do Rio Grande do Sul**: fichas de registro existentes no Instituto Anchieta de Pesquisas, São Leopoldo, Rio Grande do Sul. São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisas, 1983.

HARTMANN, Thekla. **Bibliografia crítica da etnologia Brasileira**. v.3, Berlin: Dietrich Reinmer Verlag, 1984.

HENSEL, Reinaldo. Os Coroados da Província brasileira do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: **Revista do Museu e Arquivo Público do Rio Grande do Sul**. n.º20, jun. 1928. p. 65-79.

HERMANN, Maria Lúcia & ROSA, Rogério de Oliveira. Relevô. In: **Geografia do Brasil**, v. 2-Região Sul. Rio de Janeiro: IBGE, 1990. p.57.

HORTA BARBOZA, Luiz Bueno. **A pacificação dos Caingangs paulistas**: hábitos, costumes e instituições desses índios. Rio de Janeiro: s.e., 1913.

IBGE. **Folha SH.22 Porto Alegre e parte das Folhas SH.21 Uruguaiana e SI.22 Lagoa Mirim**: geologia, geomorfologia, pedologia, vegetação, uso potencial da terra. Rio de Janeiro: Fundação Instituto de Geografia e Estatística; Levantamentos de recursos naturais, v.33, 1986.

JUNQUEIRA, Carmen & CARVALHO, Edgard de Assis. **Antropologia e indigenismo na América Latina**. São Paulo: Cortez Editora, 1981.

KERN, Arno A. Interação cultura e meio ambiente em sítios de habitação subterrâneas no Planalto sul-rio-grandense (Município de Vacaria, RS). **Boletim do MARSUL**, 3. Taquara: 1985. p.30-33.

KERN, Arno A.; SOUZA, José Otávio de & SEFFNER, Fernando. Arqueologia de Salvamento e a Ocupação Pré-histórica do Vale do Rio Pelotas (municípios de Bom Jesus e Vacaria, RS). 1ª Parte. Porto Alegre: **Veritas**, n.º35, 1989 (a). p. 99-127.

----- . Arqueologia de Salvamento e a Ocupação Pré-histórica do Vale do Rio Pelotas. 2ª Parte. Porto Alegre: **Veritas**, n.º34, 1989. p. 277-300.

KREVER, Maria Luisa B. & HAUBERT, Fabiana. Estudos dos remanescentes humanos do Planalto Sul-Rio-Grandense: Projeto Vacaria. **Trabalhos apresentados na XI Reunião Científica da Sociedade de Arqueologia Brasileira**. São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisas, 2001. p.29-39.

LAROQUE, Luís Fernando da Silva. **Lideranças Kaingang no Brasil meridional (1808-1889)**: uma história que também merece ser contada. São Leopoldo: UNISINOS, 2000. Dissertação (Mestrado em História), Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos-Unisinos, 2000.

LA SÁLVIA, Fernando. A habitação subterrânea: uma adaptação ecológica. In: WEIMER, Nelson Souza Günter (Org.). **A Arquitetura no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983. p. 7-26.

LA SÁLVIA, Fernando; SCHMITZ, Pedro Ignácio & BASILE BECKER, Ítala Irene. Cerâmica Caingáng-Fase Vacaria. In: **Estudos de Pré-História geral e brasileira**. São Paulo: Instituto de Pré-História, USP, 1970. p.493-497.

LAZZAROTTO, Danilo, et al. Pesquisas arqueológicas no Planalto, São Paulo. **O Homem antigo na América**. São Paulo: Instituto de Pré-História, Universidade de São Paulo, 1971. p.79-89.

LEITE, Pedro F. & KLEIN, Roberto M. Vegetação. In: **Geografia do Brasil**, v. 2 - Região Sul. Rio de Janeiro: IBGE, 1990. p.117.

LEGRAND, C. Diego & KLEIN, Roberto M. Mirtáceas. In: REITZ, Raulino (Org.). **Flora ilustrada catarinense**. Itajaí: Herbário Barbosa Rodrigues, 1967.

------. Mirtáceas. In: REITZ, Raulino (Org.). **Flora ilustrada catarinense**. Itajaí: Herbário Barbosa Rodrigues, 1969.

------. Mirtáceas. In: REITZ, Raulino (Org.). **Flora ilustrada catarinense**. Itajaí: Herbário Barbosa Rodrigues, 1977 (a).

------. Mirtáceas. In: REITZ, Raulino (Org.). **Flora ilustrada catarinense**. Itajaí: Herbário Barbosa Rodrigues, 1977 (a).

LOZANO, Pedro. **História de la Conquista del Paraguay, Río de La Plata y Tucumám**. Buenos Aires: Biblioteca del Río de La Plata, Andres Lamas ed. [5 volumes]. 1973-1874.

MABILDE, Pierre F. A. B. **Apontamentos sobre os indígenas selvagens da Nação Coroados das matas da Província do Rio Grande do Sul**: 1836-1866. São Paulo: IBRASA, Fundação Nacional Pró-Memória, 1983.

------. O índio Kaingáng do Rio Grande do Sul no final do século XIX. In: Arqueologia do Rio Grande do Sul, Brasil. **Documentos 02**. São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisas, 1988. p.141-172.

MARTÍNEZ, Victor M. Fernandez. **Teoría y método de la arqueología**. Madrid: Editorial Síntesis, s.a., 1994. p.123-186.

MENTZ RIBEIRO, Pedro Augusto. Os abrigos sob-rocha do Virador, no Estado do Rio Grande do Sul (nota prévia). Santa Cruz do Sul: **Revista do CEPA**, n.º2, 1975. p.1-25.

------. Casas subterrâneas no Planalto Meridional, município de Santa Cruz do Sul, Rio Grande do Sul, Brasil. Santa Cruz do Sul: **Revista do CEPA**, n.º9, 1980. p.2-52.

------. A tradição Taquara e as casas subterrâneas no sul do Brasil. **Revista de Arqueologia Americana**. México: Instituto Panamericano de Geografia e Historia, n.17, 18 y 19, julio 1999-diciembre 2000. p.9-49.

MENTZ RIBEIRO, Pedro Augusto & SILVEIRA, Ítela. Sítios arqueológicos da tradição Taquara, fase Erveiras, no vale do rio Pardo, RS, Brasil. (nota prévia). Santa Cruz do Sul: **Revista do CEPA**, n.8, 1979. p.3-59.

MENTZ RIBEIRO, P. A. & RIBEIRO, C. T. Levantamentos Arqueológicos no município de Esmeralda, Rio Grande do Sul, Brasil. Santa Cruz do Sul: **Revista do CEPA**, v.12, 1985. p.49-122.

MENTZ RIBEIRO, Pedro Augusto, et al. Escavações arqueológicas no município de Bom Jesus, RS. São Paulo: **Revista de arqueologia**, Anais da VII Reunião da Sociedade de Arqueologia Brasileira. 8 (1), 1994. p.221-236.

MILLER, Eurico T. Pesquisas arqueológicas efetuadas no nordeste, Rio Grande do Sul. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi. **Publicações Avulsas** n.6, 1967. p.15-38.

------. Pesquisas arqueológicas efetuadas no noroeste do Rio Grande do Sul (alto Uruguai). Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi. **Publicações Avulsas** n10, 1969. p.33-54.

------. Pesquisas arqueológicas efetuadas no Planalto Meridional, Rio Grande do Sul. (rios Uruguai, Pelotas e das Antas). Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi. **Publicações Avulsas** n.15, 1971. p.37-70.

MONTOYA, Antonio Ruiz. Carta Ânua do Padre Antonio Ruiz, Superior da Missão do Guairá, Dirigida em 1628 ao Padre Nicolau Duran, Provincial da Companhia de Jseus. In: CORTESÃO, Jaime (Org.). **Jesuítas e Bandeirantes no Guairá (1594-1640)**. Rio de Janeiro: v. I, Biblioteca Nacional, 1951. p.259-298.

MOTA, Lúcio Tadeu. Os índios Kaingang e seus territórios nos campos do Brasil meridional na metade do século XIX. In: MOTA, Lúcio Tadeu; NOELLI, Francisco Silva & TOMMASINO, Kimiye (Org.) **Uri e Wãxi–Estudos Interdisciplinares dos Kaingang**. Londrina: ed. UEL, 2000. p.81-189.

MOREIRA, Amélia Alba Nogueira & LIMA, Gelson Rangel. Relevo. In: FBGE. Diretoria Técnica. **Geografia do Brasil**. Rio de Janeiro: SERGRAF – IBGE, 1977. p. 1-34.

NOELLI, Francisco Silva (Org.). **Bibliografia Kaingang**: Referências sobre um Povo Jê no Sul do Brasil. Londrina: ed. UEL, 1998.

POLITIS, Gustavo G. A Cerca de la Etnoarqueología en América del Sur. Porto Alegre: **Revista Horizontes Antropológicos**, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, UFRGS, Ano 8, n18, 2002. p.59-79.

PREZIA, Benedito Antonio Genofre. O colaboracionismo Kaingang dos conflitos intertribais à integração à Sociedade Brasileira no século 19. In: LEITE, Arlindo Gilberto de O (Org.). **Kaingang: confronto cultural e identidade étnica**. São Paulo: UNIMEP, 1994. p.37-58.

PROUS-POIRIER, André. **Arqueologia brasileira**. Brasília, DF: Editora da Universidade de Brasília, 1992.

RAMBO, Pe. Balduino SJ. Os índios rio-grandenses modernos. **Província de São Pedro**. Porto Alegre: n.10, 1947. p.81-88.

REIS, Maria José. **A problemática arqueológica das estruturas subterrâneas no Planalto Catarinense**. São Paulo: USP, 1980. Dissertação (Mestrado em História), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1980

REITZ, P. Raulino (Org.) & KLEIN, Roberto M. Araucariáceas. In: **Flora ilustrada catarinense**. Itajaí: Herbário Barbosa Rodrigues, 1966.

------. Bromeliáceas. In: **Flora ilustrada catarinense**. Itajaí: Herbário Barbosa Rodrigues, 1983.

RENFREW, Colin & BAHN, Paul. **Arqueología: teorías, métodos y práctica**. Madrid: Ediciones Akal, S.A., 1993. p. 107-156.

ROBRAHN, Érika Marion. **A ocupação pré-colonial do vale do Ribeira de Iguape, SP: os grupos ceramistas do médio curso**. São Paulo: USP, 1989. Dissertação (Mestrado em História), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1989.

ROGGE, Jairo Henrique, et al. Assentamentos Pré-Coloniais no Litoral Central do Rio Grande do Sul: Projeto Quintão. **Anais do IX Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira**. Rio de Janeiro: SAB, 1997. [CD-ROM].

ROSA, André Osorio. **Relatório de Campo**. São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisas, 1998. [Datiloscrito].

SAHLINS, Marshall D. **Sociedades tribais**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.

------. **Economia de la edad de la piedra**. Toledo, España: Colección manifesto. Akal, 1977.

------. **Ilhas de História**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.

------. O "pessimismo sentimental" e a experiência etnográfica: Porque a cultura não é um "objeto" em via de extinção. In: **Revista MANA**. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social-Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, v.3, n.1, 1997, p.41-73.

SCHADEN, Francisco. Resenha de bibliografia. In: LAYTANO, Dante de (Org.). Populações Indígenas - Estudo histórico de suas condições atuais no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: **Revista do Museu Júlio de Castilhos e Arquivo histórico do Estado do Rio Grande do Sul**. Ano 5, n.6, 1956. p.236-246.

SCENTIA AMBIENTAL S/C LTDA, NÚCLEO DE PESQUISAS ARQUEOLÓGICAS/UFGRS & ITACONSULT CONSULTORIA E PROJETO EM ARQUEOLOGIA LTDA. **Projeto de levantamento arqueológico na área de inundação e salvamento arqueológico no canteiro de obras da UHE Barra Grande, SC/RS**. Relatório final 1: resultados dos trabalhos de campo. Florianópolis, 2002. [CD-ROM].

SCHMITZ, Pedro Ignácio. Paradeiros guaranis em Osório (Rio Grande do Sul). **Pesquisas**, 2. Porto Alegre: 1958. p.113-145.

------. Algumas datas de carbono 14 de casas subterrâneas no planalto do Rio Grande do Sul. **Pesquisas: Antropologia** n.20. São Leopoldo: p.163-167.

------. As tradições ceramistas do planalto sul-brasileiro. In: Arqueologia do Rio Grande do Sul, Brasil, **Documentos 02**. São Leopoldo: Instituto Anchietano de Pesquisas, 1988. p.75-130.

------. **Relatório de campo**, São Leopoldo: Instituto Anchietano de Pesquisas, 2000. [Datiloscrito].

------. **Relatório de campo**, São Leopoldo: Instituto Anchietano de Pesquisas, 2002. [Datiloscrito].

------. **Relatório de campo**, São Leopoldo: Instituto Anchietano de Pesquisas, 2003. [Datiloscrito].

------. (Ed) Arqueologia do Rio Grande do Sul, Brasil, **Documentos 05**. Instituto Anchietano de Pesquisas, São Leopoldo, 1991.

SCHMITZ, Pedro Ignácio & BROCHADO, José Proenza. **Datos para una secuencia cultural del Estado de Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Gabinete de Arqueologia, 2. UFRGS, 1972.

SCHMITZ, Pedro Ignácio & BASILE BECKER, Ítala Irene. Os primitivos engenheiros do planalto e suas estruturas subterrâneas: a Tradição Taquara. In: Arqueologia do Rio Grande do Sul, Brasil, **Documentos 05**. São Leopoldo: Instituto Anchietano de Pesquisas, 1991. p.67-105.

SCHMITZ, Pedro Ignácio, et al.. Pesquisas sobre a tradição Taquara no nordeste do Rio Grande do Sul. In: Arqueologia do Rio Grande do Sul, **Documentos 02**. São Leopoldo: Instituto Anchietano de Pesquisas, 1988. p.5-74.

SCHMITZ, Pedro Ignácio, et al.. O projeto Vacaria: casas subterrâneas no Planalto rio-grandense. In: **Pesquisas: Antropologia** n.58. São Leopoldo: Instituto Anchietano de Pesquisas, 2002. p.11-105.

SCHMITZ, Pedro Ignácio et al. Casas subterrâneas no planalto meridional: a origem dos índios Kaingang? **Trabalhos apresentados na XI Reunião Científica da Sociedade de Arqueologia Brasileira**. São Leopoldo: Instituto Anchietano de Pesquisas, 2001. p.22-28.

SEEGER, Anthony & CASTRO, Eduardo B. Viveiros de Terras e Territórios Indígenas no Brasil. In: **Encontros com a civilização brasileira** 12. Rio de Janeiro: 1979. p.101-111.

SERRANO, Antonio. **Etnografía de la Antigua Provincia del Uruguay**. Paraná: Melchior, 1936.

SICK, Helmut. **Ornitologia brasileira, uma introdução**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, v.1 e 2, 1985.

SILVA, Sérgio Baptista da. **Etnoarqueologia dos grafismos Kaingang**: um modelo para a compreensão das sociedades Proto-Jê Meridionais. São Paulo, USP, 2001. Tese (Doutorado em Antropologia Social) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Sociais, Universidade de São Paulo, 2001.

SILVA, Flávio. **Mamíferos silvestres do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul. 1984.

SIMIEMA, Janir. Em que abrigos se alojarão eles? In: MOTA, Lúcio Tadeu; NOELLI, Francisco Silva & TOMMASINO, Kimiye (Org.). **Uri e Wãxi–Estudos Interdisciplinares dos Kaingang**. Londrina: ed. UEL, 2000. p.227-260.

SIMONIAN, Lígia Terezinha Lopes (Org.). Arquivo Kaingág/Guarani e Xetá. **Cadernos do Museu**. Ijuí: s.e., n.10, 1981. p.1-70.

SIMÕES, Mário F. índice das fases arqueológicas brasileiras, 1950-1971. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, **Publicações avulsas** n.18, 1972.

SMITH, Lyman. B. Borogináceas. In:REITZ, Raulino (Org.). **Flora ilustrada catarinense**. Itajaí: Herbário Barbosa Rodrigues, 1970.

SOUZA Gabriel Soares de. **Tratado descritivo do Brasil em 1587**. São Paulo: ed. Nacional, 1983.

SOUZA, Alfredo Mendonça de História da Arqueologia brasileira. **Pesquisas**: Antropologia n.46, São Leopoldo: Instituto Anchietano de Pesquisas, 1991.

----- **Dicionário de arqueologia**. Rio de Janeiro: ADESA, 1997.

TOMMASINO, Kimiye. **A história dos Kaingág da bacia do Tibagi**: uma Sociedade Jê Meridional em movimento. São Paulo, 1995. Tese (Doutorado em Antropologia) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Faculdade de São Paulo, 1995.

-----Território e territorialidade Kaingang. In: MOTA, Lúcio Tadeu; NOELLI, Francisco Silva & TOMMASINO, Kimiye (Org.). **Uri e Wãxi–Estudos Interdisciplinares dos Kaingang**. Londrina: ed. UEL, 2000. p.192-226.

URBAN, Greg. A história cultural brasileira segundo as línguas nativas. In: CUNHA, Manuela Carneira da (Org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, ed. Schwartz Ltda, 1992. p.87-102.

VEIGA, Juraclida. Revisão bibliográfica crítica sobre a Organização Social Kaingang. **Cadernos do CEDM**. Chapecó, Ano 6, n.8, out. 1992. p.5-81.

----- **Cosmologia e práticas rituais Kaingang**. Campinas: 2000. Tese (Doutorado em Antropologia).) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Faculdade de São Paulo, 2000.

ZÁCHIA, Renato Aquino. **Estudos taxonômicos na família Annomaceae Juss. no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: UFRGS, 1994. Dissertação (Mestrado em Botânica), Programa de Pós-Graduação em Botânica, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1994.

ZWETSCH, Roberto Ervino. Kaingang: os limites do desenvolvimento. In: LEITE, Arlindo Gilberto de O (Org.). **Kaingang: confronto cultural e identidade étnica**. São Paulo: UNIMEP, 1994. p.10-58.

WILLEY, Gordon & PHIPPS, Philip. **Method and theory in American archaeology**. Chicago: The University of Chicago Press, 1962.

OBRAS CONSULTADAS

AGÜERO, Oscar Alfredo. Sociedades indígenas, racismo y discriminación. **Revista Horizontes Antropológicos**, Ano 8, n.18. Porto Alegre, UFRGS, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, 2002. p.255-264.

BOURDIEU, Pierre. **A Economia das Trocas Lingüísticas: O que Falar Quer Dizer**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996. p.81-116.

CHMYZ, Igor. Terminologia arqueológica para a cerâmica. **Cadernos de Arqueologia**. Paranaguá: Ano 1, n.1, 1976 (a). p.119-148.

----- . **A ocupação do litoral dos estados de Paraná e Santa Catarina por povos ceramistas**. Curitiba: Estudos Brasileiros. 1, 1976 (b). p.7-43.

DESCOLA, Philippe. Genealogia de objetos e antropologia da objetivação. **Revista Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre: UFRGS, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Ano 8, n.18, 2002. p.93-112.

DIAS, Adriana Schmidt. Um projeto para a arqueologia brasileira: breve histórico da implementação do Pronapa. Santa Cruz do Sul: **Revista do CEPA**, v. 19, n.22. UNISC, 1995. p. 25-39.

DIAS, Jefferson Luciano Z. Levantamentos Arqueológicos em Vacaria, RS, Brasil. In: Exponha-se: IV Seminário-Feira de Ensino, Pesquisa e Extensão da Unisinos. **Caderno de resumos**, São Leopoldo: 1998. p.36.

----- . Arqueologia do planalto Meridional: os campos de Vacaria, RS, Brasil. In: Exponha-se: V Seminário-Feira de Ensino, Pesquisa e Extensão da Unisinos. **Caderno de resumos**, São Leopoldo: 2000. p.63.

EVANS, Clifford e MEGGERS, Betty. **Guia para Prospecção Arqueológica no Brasil**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi. [Série Guias] n.2, 1965.

FURASTÉ, Pedro Augusto. **Normas Técnicas para o Trabalho Científico**. Explicitação das Normas Técnicas da ABNT. -12. ed.- Porto Alegre: s.n., 2003.

KNIVET, Antonio. Narração da viagem que, nos anos de 1591 e seguinte, fez Antonio Knivet da Inglaterra ao mar do sul, em companhia de Thomaz Candish. **Revista Trimestral do**

Instituto Histórico-Geographico e Ethnographico do Brasil. Rio de Janeiro: t.XLI, 2º trim. 1878. p.183-273.

LAMIMG-EMPERAIRE, Annette. Guia para o estudo das indústrias líticas da América do Sul. Curitiba: **Manuais de Arqueologia** n.2, Universidade Federal do Paraná, 1967. p.11-18.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico.** 6ª ed, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda, 1992.

LA SALVIA, Fernando & SCHMITZ, Pedro Ignácio. Considerações sobre as culturas cerâmicas não Tupi-Guarani do Brasil meridional. Porto Alegre: **Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas**, Universidade Federal do RGS, 1, 1973. p.175-201.

LAVINA, Rodrigo. **Os Xokleng de Santo Catarina:** uma Etnohistória e sugestões para os Arqueólogos. São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisas/Unisinos, 1994. [Dissertação de Mestrado].

MEGGERS, Betty J. Considerações Gerais. In. SIMÕES, Mário F. (Ed.) Programa Nacional de Pesquisas arqueológicas - Resultados Preliminares do Primeiro Ano 1965-1966. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi. **Publicações Avulsas** n.6. 1967. p.153-158.

----- Advancen in brazilian archeology, 1935-1985. **American Antiquity.** v. 50, n.2, 1985. p. 364-373.

----- Cuarenta años de colaboración. In: MEGGERS, Betty. (Ed.) **Prehistoria sudamericana, nuevas perspectivas.** Chile: Taraxacum, 1992. p.13-26.

MELATTI, Júlio Cezar. A Etnologia das Populações Indígenas do Brasil, nas duas últimas Décadas. In: **Anuário Antropológico 80.** Fortaleza: Edições UFC, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1982. p.253-275.

MENGHIN, Osvaldo F. A. El poblamento prehistorico de Misiones. **Anales de Arqueologia y Etnologia.** Mendonza: Universidad Nacional de Cuyo, n.12, 1956. p.19- 40.

NOELLI, Francisco Silva. Repensando os rótulos e a História dos Jê no Sul do Brasil a partir de uma interpretação interdisciplinar. In: MOTA, Lúcio Tadeu; NOELLI, Francisco Silva & TOMMASINO, Kimiye (Org.). **Uri e Wãxi–Estudos Interdisciplinares dos Kaingang.** Londrina: Ed. UEL, 2000. p.9-57.

PRATT, Mary Louise. Introdução a zona de contato. In: **Os olhos do império:** relatos de viagem e transculturação. Bauru: EDUSC, 1999. p.23-38.

PROUS-POIRIER, André. Première information sur les maisons souterraines de l' état de São Paulo. São Paulo: **Revista de Pré-História.** Universidade de São Paulo. Instituto de Pré-História, 1, 1979. p.127-145.

----- **História da pesquisa e da bibliografia arqueológica no Brasil.** Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, v. 4/5, 1982. p.11-24.

RAMOS, Alcida Rita. A Construção da Identidade em Sociedades Indígenas. In: **Anuário Antropológico 82**. Fortaleza: Edições UFC, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro: 1984. p.167-168.

----- . **Sociedades Indígenas**. 2ª edição, São Paulo: Ed. Ática, 1988.

REIS, José Alberione dos. **Para uma arqueologia dos buracos de bugre**: do sintetizar, do problematizar, do propor. Porto Alegre: PUC/RS, 1997. Dissertação (Mestrado em Arqueologia), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 1997.

RIBEIRO, Darcy. **Os índios e a civilização**. A integração das populações indígenas no Brasil moderno. Rio de Janeiro: ed. civilização brasileira s.a., 1970.

ROGGE, Jairo Henrique. A Ocupação Pré-Colonial do Planalto: Projeto Vacaria. Santa Cruz do Sul: **Revista do CEPA**, v. 23, n.29. UNISC, 1999. p. 170-172.

ROHR, João Alfredo. Os sítios arqueológicos do Planalto Catarinense, Brasil. **Pesquisas**, Antropologia 24. São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisas, 1971.

SCHMITZ, Pedro Ignácio (Coord) Arqueologia no Rio Grande do Sul. In: **Pesquisas**: Antropologia n.16. São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisas, 1967. p.2-10.

----- . **Os primitivos engenheiros do planalto e suas estruturas subterrâneas**: a tradição Taquara. Arqueologia Pré-histórica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Mercado Aberto. 1991. p.221-289.

SEEGER, Anthony. **Os índios e nós**: Estudos sobre sociedades tribais brasileiras. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

----- . Identidade étnica como processo: os índios Suyá e as sociedades do alto Xingu. In: **Anuário Antropológico 78**. Fortaleza: Edições UFC, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro: 1980. p. 156-175.

----- . Sociedades Dialéticas. As Sociedades Jê e os seus Antropólogos. In: **Anuário Antropológico 80**. Fortaleza: Edições UFC, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1982. p.305-312.

----- . Identidade Suyá. In: **Anuário Antropológico 82**. Fortaleza: Edições UFC, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984. p.195-199.

SERVICE, Elman R. **Los Origenes del Estado y de la Civilización**. Madrid: Alianza, 1984. p.21-122.

SILVA, Sérgio Baptista da. **O sítio arqueológico da praia da Tapera**: um assentamento Itararé Tupiguarani. Porto Alegre: 1988. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1988.

------. Dualismo e Cosmologia Kaingang: o Xamã e o domínio da floresta. **Revista Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, UFRGS, Ano 8, n.18, 2002. p.189-210.

SILVA, Fabíola Andéa. As cerâmicas dos Jê do Sul do Brasil e os seus estilos tecnológicos: elementos para uma etnoarqueologia Kaingang e Xokleng. In: MOTA, Lúcio Tadeu; NOELLI, Francisco Silva & TOMMASINO, Kimiye (Org.) **Uri e Wãxi–Estudos Interdisciplinares dos Kaingang**. Londrina: ed. UEL, 2000. p.59-80.

SIMIELLI, Maria Elena Ramos. **GEOATLAS**. 8ª Edição, São Paulo: ed. Ática, 1991.

VASCONCELOS, Simão de. **Chronica da Companhia de Jesus no Estado do Brasil, e do que obraram seus filhos nesta parte do Novo Mundo**. Rio de Janeiro: Typographia de João Ignácio da Silva, [1663] 1864.

VEIGA, Juracilda. Aspectos da organização social entre os Kaingang de Xaçecó(SC). In: LEITE, Arlindo Gilberto de O (Org.). **Kaingang: confronto cultural e identidade étnica**. São Paulo: UNIMEP, 1994. p.80-115.